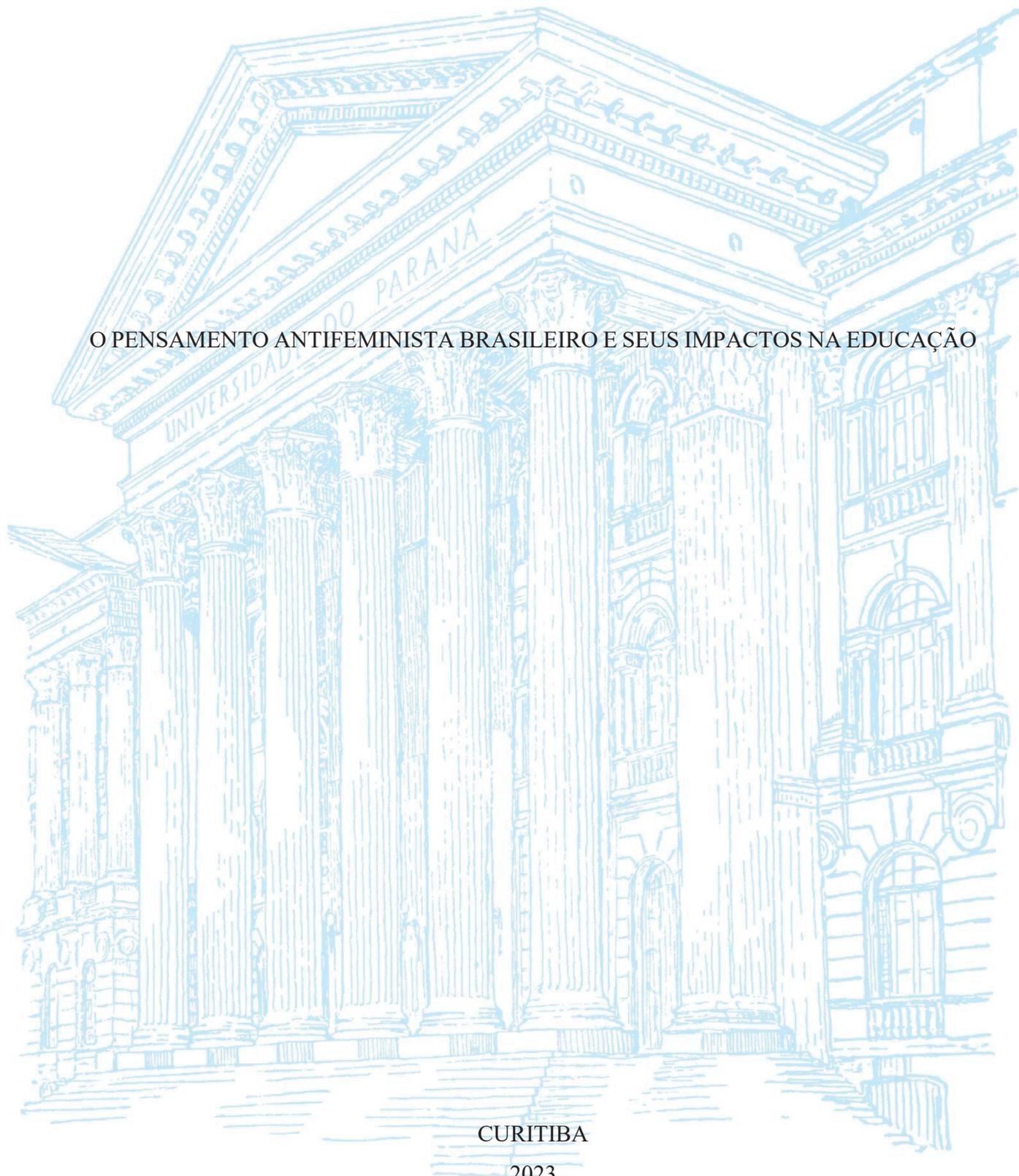


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KARINA VEIGA MOTTIN

O PENSAMENTO ANTIFEMINISTA BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO



CURITIBA

2023

KARINA VEIGA MOTTIN

O PENSAMENTO ANTIFEMINISTA BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof.º Dr.º André de Macedo Duarte

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Mottin, Karina Veiga.

O pensamento antifeminista brasileiro e seus impactos na educação /
Karina Veiga Mottin – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Prof. Dr. André de Macedo Duarte

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Feminismo. 3. Gênero. 4. Mulheres
– Relações de gênero. I. Duarte, André de Macedo. II. Universidade
Federal do Paraná. III. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV.
Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **KARINA VEIGA MOTTIN** intitulada: **O pensamento antifeminista brasileiro e seus impactos na educação**, sob orientação do Prof. Dr. ANDRÉ DE MACEDO DUARTE, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica
28/06/2023 20:17:06.0
ANDRÉ DE MACEDO DUARTE
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
28/06/2023 10:23:31.0
FERNANDO SEFFNER
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Assinatura Eletrônica
28/06/2023 10:52:45.0
FERNANDA CÁSSIA DOS SANTOS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA)

Assinatura Eletrônica
28/06/2023 11:37:27.0
PRISCILA PIAZENTINI VIEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
28/06/2023 15:06:35.0
MARIA RITA DE ASSIS CESAR
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

ATA Nº560

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM EDUCAÇÃO

No dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e três às 08:00 horas, na sala virtual, por videoconferência, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **KARINA VEIGA MOTTIN**, intitulada: **O pensamento antifeminista brasileiro e seus impactos na educação**, sob orientação do Prof. Dr. ANDRÉ DE MACEDO DUARTE. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ANDRÉ DE MACEDO DUARTE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), FERNANDO SEFFNER (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL), FERNANDA CÁSSIA DOS SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA), PRISCILA PIAZENTINI VIEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARIA RITA DE ASSIS CESAR (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutora está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ANDRÉ DE MACEDO DUARTE, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora. Observações: A banca reconhece a qualidade da tese e a relevância da temática discutida, recomenda o trabalho como representante da linha de pesquisa em Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação para o prêmio CAPES de tese, bem como sugere a sua publicação em formato de livro e/ou artigos científicos em periódicos.

CURITIBA, 26 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica

28/06/2023 20:17:06.0

ANDRÉ DE MACEDO DUARTE
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

28/06/2023 10:23:31.0

FERNANDO SEFFNER

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Assinatura Eletrônica

28/06/2023 10:52:45.0

FERNANDA CÁSSIA DOS SANTOS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA)

Assinatura Eletrônica

28/06/2023 11:37:27.0

PRISCILA PIAZENTINI VIEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

28/06/2023 15:06:35.0

MARIA RITA DE ASSIS CESAR

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rockefeller nº 57 ? Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.academico@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 294874

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 294874

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família o apoio e o suporte que me ofereceram ao longo da realização desta pesquisa. Ao Fabiano André Atenas Azola, o companheirismo, a troca intelectual, as horas de conversa e a escuta cuidadosa dos problemas que surgiam durante a produção deste trabalho; agradeço-lhe também o cuidado com nossa casa e nosso cachorro, Guga, nos momentos em que a produção desta tese consumia quase todo o tempo “livre” que eu tinha. Tudo isso foi fundamental para que eu conseguisse estudar e escrever em meio aos desastres provocados pelo governo Bolsonaro e pela pandemia da Covid-19.

Agradeço à minha mãe, Elisabeth do Rocio Veiga Mottin, o apoio a mais este projeto em minha vida; agradeço-lhe por me ensinar o valor transformador que a educação tem, por ser um exemplo de mulher e de professora. A generosidade com que sempre tratou todas as pessoas é uma inspiração. Agradeço-lhe ainda pelo apoio financeiro, que representou um alívio nos momentos em que precisei optar por trabalhar menos para me dedicar aos estudos. Em um país que investiu tão pouco em pesquisas científicas nos últimos anos, ter uma mãe que sempre acreditou e apoiou os sonhos educacionais das pessoas é um privilégio.

Agradeço ao meu pai, Dorival José Mottin, o apoio incondicional, a presença e a disponibilidade em ajudar, sempre. À minha irmã, Juliana Veiga Mottin e aos meus sobrinhos, Allan Diego da Silva e Vítor Lorenzo da Silva, o incentivo, a compreensão e os muitos momentos alegres que compartilhamos.

Agradeço ao meu orientador, André de Macedo Duarte, a oportunidade de realizar o doutorado, as trocas e conselhos, as leituras cuidadosas e todo o suporte que me ofereceu para a realização desta pesquisa.

Agradeço à Maria Rita de Assis César, o incentivo, a parceira e as contribuições feitas a este trabalho no processo de qualificação e de defesa.

Agradeço à Priscila Piazzentini Vieira, a leitura e as contribuições feitas a esta pesquisa em diferentes etapas, incluindo a qualificação e defesa desta tese, também a disponibilidade e parceria destes últimos anos.

Agradeço à Fernanda Cássia dos Santos, a amizade, a parceria e as contribuições feitas nos processos de qualificação e defesa desta pesquisa.

Agradeço ao Fernando Seffner, a disponibilidade em participar da banca de defesa desta tese e as contribuições oferecidas.

Agradeço à Mariani Viegas da Rocha a amizade, as conversas, a companhia em congressos e eventos acadêmicos, a leitura e as contribuições feitas a esta pesquisa. Agradeço à Carolina Langnor e Sousa Lisboa a amizade, as conversas e trocas intelectuais que serviram de inspiração.

Agradeço à Dayana Brunetto Carlin dos Santos, por acreditar em mim e me incentivar a iniciar a trajetória acadêmica na área da Educação. As parcerias de trabalhos, as conversas, reuniões e churrascos foram essenciais para manter a força e a coragem necessárias para realizar esta pesquisa.

Agradeço à Daniele Machado dos Santos, a amizade e o companheirismo, por estar presente, por ouvir com paciência minhas angústias, além das muitas alegrias e esperanças que compartilhamos.

Agradeço à todas as amigas e amigos que de alguma forma se fizeram presente nesses anos, a rede de apoio que deu suporte para a realização dessa pesquisa foi tecida por muitas mãos.

Agradeço às minhas alunas e alunos do 4º ano, o convívio com estas crianças tornou meus dias mais alegres, o carinho que recebia diariamente me alimentou e me deu esperança.

Agradeço ao Tadeu Paschoal de Paula a revisão cuidadosa da versão final desta tese.

Agradeço às minhas colegas de turma do doutorado “Sojo Truth”, a compreensão e o apoio que trocamos foi fundamental no andamento desta pesquisa. São elas, Adriana Almeida Veiga, Camila Macedo Ferreira Mikos, Cintia Cardoso, Clarice Martins de Souza Batista, Cleuza Kuhn, Franciele Fabris, Jussara Marques Medeiros, Marlina Oliveira Schiessi, Marcia Cristina dos Santos, Paola Beatriz Sanches.

Agradeço a todas as mulheres que vieram antes de mim, minha mãe, minhas tias, minhas avós e suas irmãs, e todas que vieram antes delas. Agradeço àquelas que sonharam com um futuro melhor e mais próspero. Elas foram professoras, costureiras, lavadeiras, faxineiras. A nossa independência começou a ser construída com estes primeiros passos. Agradeço àquelas que, mesmo tendo sido proibidas de estudar ou trabalhar, também sonharam e acreditaram na capacidade das mulheres que viriam depois delas. O nosso projeto de emancipação não foi feito em apenas uma geração e por isso eu agradeço a todas elas.



Quino. Mafalda: feminino singular / Quino; [tradução Monica Stahel]. – 1. ed. – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2020.

RESUMO

Esta tese tem como tema principal a análise do pensamento antifeminista que se desenvolveu no Brasil a partir de 2019, assim como as relações e impactos de tais narrativas no campo da educação. Partindo do campo teórico dos estudos feministas e pós-estruturalistas, são analisadas duas publicações antifeministas, os livros *Feminismo: perversão e subversão*, publicado em 2019, e *Guia de bolso contra mentiras feministas*, publicado em 2021, sendo o primeiro escrito e o segundo organizado por Ana Caroline Campagnolo. No primeiro capítulo esta pesquisa é apresentada, assim como são tecidas considerações sobre o campo de estudos em que ela se insere e sobre o contexto político brasileiro em que as fontes analisadas foram produzidas. O segundo capítulo é dedicado à análise das bases teóricas nas quais o antifeminismo se apoia. Em um primeiro momento, são exploradas as principais características da ideologia antifeminista e sua configuração ao longo da história. Em seguida, os conceitos de *backlash* da jornalista Susan Faludi e de *pânico moral* da antropóloga Gayle Rubin são apresentados com intuito de provocar uma reflexão sobre a centralidade do medo no pensamento antifeminista. O segundo capítulo se encerra com uma discussão sobre centralidade da “verdade” nas narrativas antifeministas, seja em seu alinhamento com um pensamento conspiratório, ou seja, no esforço em comprovar uma “verdade” que é baseada em características ditas *naturais* em homens e mulheres. O terceiro capítulo tem como fio condutor o problema da igualdade no pensamento antifeminista. As reivindicações das iluministas por igualdade de oportunidades educacionais são compreendidas pela narrativa antifeminista como uma afronta à ideologia cristã. A luta pela igualdade política é discutida através do alinhamento do pensamento antifeminista com os valores liberais. Antifeministas se preocupam em afastar ideologicamente feminismo e liberalismo, ressaltando que homens alinhados politicamente ao liberalismo teriam apoiado e obtido maior sucesso na conquista do sufrágio feminino do que feministas. Ainda no mesmo capítulo, o suposto projeto feminista de uma igualdade “totalitária” é apresentado no pensamento antifeminista relacionado ao comunismo. O capítulo quatro aborda a centralidade que a ideia de *natureza* ocupa no pensamento antifeminista. A forma como as fontes apresentam o conceito de “gênero” é analisada na primeira parte, como base para compreensão de que existiriam tendências *naturais* que influem nas áreas da educação e do trabalho. Este tema se desdobra com as narrativas sobre a entrada das mulheres no mercado de trabalho e na escola e sobre a naturalidade com que antifeministas enxergam as desigualdades de gênero nestas áreas. Por fim, o capítulo se encerra com os ataques antifeministas contra a escola, especialmente a pública, laica e mista, e com as propostas para uma educação mais adequada à “verdade” do gênero, a saber, o *homeschooling* e a educação *single-sex*. Ênfase ao longo desta tese que os ideais antifeministas contribuem para o desgaste da democracia no Brasil, na medida em que, dentre outros pontos, alimentam o *pânico moral* em torno do gênero; pregam o reestabelecimento uma “ordem”, em que mulheres e homens têm suas funções delimitadas de acordo com o seu gênero; e consideram que a diversidade sexual e de gênero são desvios. Nos últimos anos, reconhecemos que a educação tem sido objeto de disputas e, nesse sentido, esta tese pretende contribuir para uma reflexão sobre o papel da educação em um projeto de sociedade democrática.

Palavras-chave: Antifeminismo – Educação – Gênero – Feminismo

ABSTRACT

The main theme of this thesis is the analysis of the antifeminist thinking that has developed in Brazil since 2019, and the relations and impacts of such narratives in the field of education. Starting from the theoretical field of feminist and post-structuralist studies, two anti-feminist publications are analyzed, the books *Feminismo: perversão e subversão*, published in 2019, and *Guia de bolso contra mentiras feministas*, published in 2021, the first being written and the second organized by Ana Caroline Campagnolo. In the first chapter this research is presented, as well as considerations are made about the field of studies in which it is inserted and about the Brazilian political context in which the analyzed sources were produced. The second chapter develops the analysis of the theoretical bases on which antifeminism rests. At first, the main characteristics of the antifeminist ideology and its configuration throughout history are explored. Then, the concepts of “backlash”, developed by the journalist Susan Faludi, and, “moral panic”, developed by the anthropologist Gayle Rubin, are presented with the aim of provoking a reflection on the centrality of fear in antifeminist thought. The second chapter ends with a discussion about the centrality of the “truth” in antifeminist narratives, either in its alignment with conspiratorial thinking or in the effort to prove a “truth” that is based on so-called natural characteristics in men and women. The third chapter has as its guiding thread the problem of equality in anti-feminist thinking. The claims of the women enlighteners for equal educational opportunities are understood by the anti-feminist narrative as an affront to Christian ideology. The struggle for political equality is discussed through the alignment of anti-feminist thought with liberal values. Antifeminists are concerned with ideologically distancing feminism and liberalism, pointing out that men politically aligned with liberalism would have supported and been more successful in winning women's suffrage than feminists. Still in the same chapter, the supposed feminist project of a “totalitarian” equality is presented in the antifeminist thought related to communism. Chapter four addresses the centrality that the idea of nature occupies in antifeminist thought. The way in which the sources present the concept of “gender” is analyzed in the first part, as a basis for understanding that there would be natural trends that influence the areas of education and work. This theme unfolds with the narratives about the entry of women into the labor market and at school and about the naturalness with which anti-feminists see gender inequalities in these areas. Finally, the chapter ends with the anti-feminist attacks against schools, especially the public, secular and mixed ones, and with the proposals for an education that is more adequate to the “truth” of gender, namely, homeschooling and single-sex education. I emphasize throughout this thesis that anti-feminist ideals contribute to the erosion of democracy in Brazil, insofar as, among other points, they feed the moral panic around gender; they preach the reestablishment of an “order”, in which women and men have their functions delimited according to their gender; and consider sexual and gender diversity to be deviant. In recent years, we recognize that education has been the object of disputes and, in this sense, this thesis intends to contribute to a reflection on the role of education in a democratic society project.

Keywords: Antifeminism – Education – Gender – Feminism

RESUMEN

Esta tesis tiene como tema principal el análisis del pensamiento antifeminista que se desarrolló en Brasil a partir de 2019, así como las relaciones e impactos de dichas narrativas en el campo de la educación. Desde el campo teórico de los estudios feministas y posestructuralistas, se analizan dos publicaciones antifeministas, los libros *Feminismo: perversão e subversão*, publicado en 2019, e *Guia de bolso contra mentiras feministas*, publicado en 2021, siendo el primero escrito y el segundo organizado por Ana Caroline Campagnolo. En el primer capítulo, se presenta esta investigación y se tejen consideraciones sobre el campo de estudios en el que se inscribe, así como sobre el contexto político brasileño en el que se produjeron las fuentes analizadas. El segundo capítulo se dedica al análisis de las bases teóricas en las que se apoya el antifeminismo. En un primer momento, se exploran las principales características de la ideología antifeminista y su configuración a lo largo de la historia. Luego, se presentan los conceptos de *backlash* de la periodista Susan Faludi y de *pánico moral* de la antropóloga Gayle Rubin con el fin de provocar una reflexión sobre la centralidad del miedo en el pensamiento antifeminista. El segundo capítulo concluye con una discusión sobre la centralidad de la "verdad" en las narrativas antifeministas, ya sea en su alineación con un pensamiento conspirativo o en el esfuerzo por demostrar una "verdad" basada en características supuestamente *naturales* en hombres y mujeres. El tercer capítulo tiene como hilo conductor el problema de la igualdad en el pensamiento antifeminista. Las reivindicaciones de las iluministas por la igualdad de oportunidades educativas son comprendidas por la narrativa antifeminista como una afrenta a la ideología cristiana. La lucha por la igualdad política se discute a través del alineamiento del pensamiento antifeminista con los valores liberales. Los antifeministas se preocupan por distanciarse ideológicamente del feminismo y el liberalismo, resaltando que los hombres alineados políticamente con el liberalismo habrían apoyado y tenido mayor éxito en la conquista del sufragio femenino que las feministas. En este mismo capítulo, se presenta el supuesto proyecto feminista de una igualdad "totalitaria" relacionada con el comunismo en el pensamiento antifeminista. El capítulo cuatro aborda la centralidad que la idea de *naturaleza* ocupa en el pensamiento antifeminista. Se analiza cómo las fuentes presentan el concepto de "género" como base para comprender que existirían tendencias *naturales* que influyen en las áreas de la educación y el trabajo. Este tema se desarrolla con las narrativas sobre la entrada de las mujeres en el mercado laboral y en la escuela, y sobre la naturalidad con la que los antifeministas perciben las desigualdades de género en estas áreas. Por último, el capítulo concluye con los ataques antifeministas contra la escuela, especialmente la pública, laica y mixta, y con las propuestas para una educación más adecuada a la "verdad" de género, a saber, la educación *homeschooling* y la educación *single-sex*. Enfatizo a lo largo de esta tesis que los ideales antifeministas contribuyen al desgaste de la democracia en Brasil, en la medida en que, entre otros puntos, alimentan *el pánico moral* en torno al género; abogan por el restablecimiento de un "orden" en el que las mujeres y los hombres tienen funciones delimitadas según su género; y consideran que la diversidad sexual y de género son desviaciones. En los últimos años, hemos reconocido que la educación ha sido objeto de disputas y, en ese sentido, esta tesis pretende contribuir a una reflexión sobre el papel de la educación en un proyecto de sociedad democrática.

Palabras clave: Antifeminismo – Educación – Género – Feminismo.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE TESES E DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM O TEMA “ANTIFEMINISMO”	19
---	----

LISTA DE SIGLAS

CNM – Confederação Nacional dos Municípios

CPAD – Casa Publicadora das Assembleias de Deus

DEM – Democratas

EIG – Evangélicas pela Igualdade de Gênero

EUA – Estados Unidos da América

Incel – Involuntary celibacy

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexuais

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexuais (o + é utilizado para abranger outras identidades sexuais)

LGBTQI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais (o + é utilizado para abranger outras identidades sexuais)

MESP – Movimento Escola Sem Partido

MGTOW – Men Going Their Own Way

MRA – Men's Rights Activists

NASA – National Aeronautics and Space Administration

NASSPE – National Education Association for Single Sex Public

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSL – Partido Social Liberal

PUA – Pickup Artists

PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Raiva, ódio e epistemologia feminista	16
1.2. A pesquisa: delimitação do objeto	22
1.3. O antifeminismo no novo conservadorismo brasileiro	32
2. BASES TEÓRICAS DO ANTIFEMINISMO	40
2.1. Antifeminismo: definições e comparações	41
2.2. Reações ao feminismo: medo, backlash e pânico moral	53
2.3. A <i>verdade</i> no pensamento antifeminista	68
2.3.1. Pensamento conspiratório e “ideologia de gênero”	69
2.3.2. A <i>verdade</i> contra o <i>método</i> feminista	76
3. O PROBLEMA DA IGUALDADE	87
3.1. As iluministas – a igualdade de oportunidades educacionais	88
3.2. O liberalismo – a igualdade jurídica e política	97
3.3. As comunistas – o projeto de uma igualdade totalitária	113
4. O PROBLEMA DA NATUREZA	125
4.1. O conceito de “gênero” no antifeminismo	126
4.2. Tendências <i>naturais</i> – educação e trabalho.....	139
4.2.1. A entrada das mulheres no mercado de trabalho e na escola	139
4.2.2. Tendências <i>inatas</i> e desigualdade de gênero	149
4.3. Ataques contra a escola e propostas para uma educação baseada no gênero	157
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
ANEXOS	184

1. INTRODUÇÃO

Esta tese tem como tema central a análise do pensamento antifeminista no Brasil contemporâneo e seus impactos no campo da Educação. Inserida na linha de pesquisa “Educação: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), interessa a esta pesquisa discutir o contexto que possibilitou a emergência de tal conjectura na atualidade, as características e as ressonâncias do pensamento antifeminista em diferentes setores da sociedade, especialmente na área da Educação.

Neste capítulo introdutório apresento, em “Raiva, ódio e epistemologia feminista”, algumas reflexões sobre a construção desta pesquisa, que se encontra no campo dos estudos feministas e pós-estruturalistas. Alguns princípios caros à construção de uma pesquisa feminista são discutidos, como as noções de objetividade e de imparcialidade e o uso do gênero enquanto categoria de análise. O método genealógico e o modo como o filósofo Michel Foucault compreende os discursos são discutidos para elucidar a forma como as narrativas antifeministas são compreendidas nesta tese.

No tópico seguinte, “A pesquisa: delimitação do objeto”, apresento alguns pontos importantes na construção desta pesquisa e delimito os recortes feitos para sua produção. Um levantamento bibliográfico demonstrou que este é um tema emergente e explorado sobretudo através da atuação de antifeministas em redes sociais. O crescimento do antifeminismo a partir de 2018 teve como consequência uma produção mais teórica sobre esse tema, resultando na publicação de dois livros, *Feminismo: perversão e subversão*, escrito por Ana Caroline Campagnolo (2019) e *Guia de bolso contra mentiras feministas* (2021), organizado pela mesma autora, que são as fontes principais deste trabalho. Por fim, apresento os problemas e objetivos da pesquisa, assim como a organização dos capítulos desta tese.

Na última parte da introdução procuro contextualizar a emergência do pensamento antifeminista atual como parte do novo conservadorismo brasileiro. O cenário político do Brasil, desde a década de 2000, ajuda a compreender o crescimento da direita e do conservadorismo como reação a uma série de conquistas e avanços no combate às desigualdades de gênero e promoção de direitos das mulheres e da população LGBTI.¹ Nesse

¹ Optei por utilizar a sigla LGBTI para me referir à população sexualmente diversa e aos movimentos sociais, pois a sigla LGBT foi votada em conferência nacional no ano de 2008 e referendada na conferência nacional de 2016. Acrescentei o I como forma de incluir as recentes organizações de pessoas intersexuais. Considero que esta sigla certamente não representa a totalidade da população sexualmente diversa, assim como não ignoro as novas composições das siglas, mas nesta tese optei por utilizar as letras que representam setores organizados da

sentido, demonstro a centralidade do combate aos movimentos feministas e LGBTI como ponto de união entre diferentes setores conservadores. Por fim, aponto a relação entre o antifeminismo e outros produtores de conteúdo conservador. Primeiro, a influência do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho e, depois, as conexões com a produtora Brasil Paralelo.

1.1. A raiva e a construção de uma pesquisa feminista

A raiva tinha arrebatado meu lápis enquanto eu sonhava. Mas o que fazia a raiva ali? Interesse, confusão, divertimento, tédio — todas essas emoções eu conseguia rastrear e identificar conforme se sucederam durante a manhã toda. Teria a raiva, essa cobra negra, estado à espreita entre elas? Sim, respondeu o desenho, a raiva assim estivera. Ela aludia sem equívocos àquele livro, àquela frase específica, que despertara o demônio; tinha sido a declaração do professor sobre a inferioridade mental, moral e física das mulheres. Meu coração parara. As faces queimaram. Eu corara de raiva. Não havia nada de marcante, ainda que estúpido, naquilo. Uma pessoa não gosta de ouvir que é naturalmente inferior a um homenzinho — olhei para o estudante perto de mim — que respira com dificuldade, usa uma gravata com nó pronto e não se barbeou na noite passada. As pessoas têm algumas vaidades bobas. É da natureza humana, refleti, e passei a desenhar rodas e círculos ao redor do rosto do professor raivoso, até que ele ficasse parecido com um arbusto em chamas ou com um cometa flamejante. (...) Logo minha raiva foi explicada e resolvida, mas a curiosidade permaneceu. Como explicar a raiva dos professores? Por que eles estavam raivosos? (...) Mas eu tinha ficado com raiva porque ele estava com raiva. (WOOLF, 2014, pp. 49-52).

Virginia Woolf, em “Um Teto Todo Seu”, expressa de maneira precisa o misto de sentimentos que são acionados quando nós, mulheres, nos embrenhamos em uma pesquisa feminista, sobretudo quando se pretende investigar os ataques que nos são direcionados. Assim como Mary Seton, ao longo da minha pesquisa vi-me acometida pela raiva. Ao ler o que escreviam sobre nós, mulheres feministas, também me peguei pensando não nos argumentos, mas nessas pessoas e suas trajetórias, em uma tentativa de compreender o que poderia ter levado não apenas homens, mas também mulheres a nos direcionar tanta raiva.

Estudar mulheres que são antifeministas inevitavelmente me fez questionar “*como explicar a raiva dessas mulheres?*” ou “*por que elas estavam raivosas?*” Precisei passar pela armadilha que seria tentar justificar a adesão das mulheres ao antifeminismo, responder ou contra-argumentar as inverdades, as calúnias, denunciar a veiculação de histórias falsas, fatos manipulados ou recortes malfeitos que reduzem ideias de obras complexas. Enfim, pensando em Mary Seton, a personagem de Virgínia Woolf que na década de 1920 ficara com raiva ao se dar conta que as mulheres eram sempre objetos (nunca sujeitos) das obras de ficção produzidas

sociedade. Assim como não falamos em feminismo no singular, os movimentos LGBTI são muitos, diversos e sujeitos a mudanças.

por homens, a minha raiva também foi explicada e resolvida. Eu percebi que “*eu ficara com raiva porque elas estavam com raiva*”. E a raiva *delas* não apenas não me pertencia, mas não me ajudaria na produção de uma tese.

Busquei então em Audre Lord outros caminhos para refletir sobre a raiva que permanece presente em uma pesquisa que se dedica a refletir sobre as opressões. “Toda mulher tem um arsenal de raiva bem abastecido que pode ser muito útil contra as opressões, pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva”. (LORDE, 2019, p. 159). Contudo, é preciso usá-la com precisão, para que se torne uma fonte de energia e mudança. Lord escrevia sobre o racismo e problematizava que a raiva, quando não bem trabalhada, ou não aceita, acaba sendo direcionada a pessoas erradas. Para ser mais exata, ela se referia aos embates acadêmicos que ocorriam entre mulheres bancas e negras. Sua fala está localizada no contexto dos Estados Unidos de 1981, mas ainda hoje, em 2023 no Brasil, é elucidativa:

Estamos trabalhando, portanto, em um contexto de oposição e ameaça, cuja causa certamente não é a raiva que há entre nós, mas sim o ódio virulento direcionado contra todas as mulheres, contra pessoas de cor, lésbicas e gays, contra pessoas pobres – contra todas nós que procuramos examinar as particularidades de nossas vidas ao mesmo tempo que resistimos às opressões e avançamos em direção a uma coalizão e mudanças concretas. (LORDE, 2019, p. 161).

De uma forma muito didática, Lorde compreende que esses dois sentimentos são muito diferentes e essa diferença reside, sobretudo, em sua finalidade. “O ódio é a fúria daqueles que não compartilham os nossos objetivos, e a sua finalidade é a morte e a destruição”. (LORDE, *loc. cit.*). Esse ódio é representativo de uma visão de mundo que provém do Homem, o sujeito universal amplamente criticado nos estudos feministas. Esse Homem-branco-heterossexual-civilizado tem utilizado a violência e a força física como resposta ao seu ódio, essas são as armas que historicamente foram acionadas nas batalhas que travaram. Eles definiram o que é violência, o que é guerra, e acima de tudo, impuseram uma visão de mundo às outreridades², definindo também quais modos de vida são aceitáveis, quais vidas importam e são passíveis de luto (BUTLER, 2017, *passim*).

² Partindo da ideia de que o homem é o sujeito universal e está em uma posição de polo positivo central, Simone de Beauvoir apontou que a mulher, colocada em uma posição de inferioridade em relação ao homem, se constitui como o Outro. *Outreridade* é um conceito que estende essa noção proposta por Beauvoir, uma vez que explicita que há diversas formas de vivenciar essa posição do Outro. Como aponta Grada Kilomba, a mulher negra pode ser considerada o Outro do Outro, assim como o homem negro não ocupa a mesma posição que o branco na relação com a mulher branca ou negra. Ou seja, o conceito de Outro proposto por Beauvoir é limitado à universalidade do homem e da mulher, e por isso o termo “outreridades” propõe um deslocamento, um movimento a este conceito. (NASCIMENTO, 2021). *Outreridades*, portanto, refere-se a todas as formas de experimentar o lugar do Outro em relação ao sujeito masculino-branco-heterossexual-civilizado.

Temos visto através de diversas pesquisas que as outreridades apresentam visões diferentes sobre a guerra, assim como utilizam diferentes armas em suas batalhas. Nas lutas feminista e LGBTI, o deboche, o escárnio, o escracho e a festa, por exemplo, têm sido amplamente utilizados.³ Nos movimentos iniciais de mulheres que buscavam a participação política, essas divergências aparecem de diferentes formas. Pontuo aqui um exemplo específico, citado nas fontes que são objetos de análise desta tese, em que a visão do Homem-branco-heterossexual-civilizado pretende definir como se *deve* lutar pelos seus ideais.

O escritor católico G. K. Chesterton (1874 – 1936), citado por Campagnolo (2019), faz uma crítica à forma de organização e de luta das mulheres sufragistas, no contexto da virada do século XIX para o XX. Ele pontua que os homens batalharam pelo direito ao voto, em uma “guerra sanguinária de quase uma década de duração” nos EUA. A quantidade de homens dispostos a morrer pela causa deixava claro que o movimento era legítimo. O caso das sufragistas, afirma Chesterton (2013, p. 99 e 100 *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 92), é o contrário, elas não são “militantes o suficiente”, pois “uma revolução é algo militar: ela tem todas as virtudes militares, dentre as quais a virtude de chegar ao fim”. E continua a sua definição de revolução: “as sufragistas não podem empreender uma guerra civil nesse sentido militaresco e decisivo. Em primeiro lugar, porque são mulheres; em segundo, porque são pouquíssimas” (CAMPAGNOLO, *loc. cit.*). Então, para Chesterton, uma revolução *deve* ser militar e feita por muitos homens, embora a quantidade não seja especificada. Mais do que a afronta de querer participar da vida política, as mulheres sufragistas também afrontavam a masculinidade por propor tamanha revolução sem estarem dispostas a pegar em armas, matar e morrer no campo de batalha para conseguirem seus objetivos.

Essa visão de mundo imposta pelo homem-branco-heterossexual-civilizado é questionada pela luta e pelos estudos feministas. A produção do conhecimento nas ciências humanas, partindo de um sujeito universal, materializado nesse homem-branco-heterossexual-civilizado, é denunciada pelo seu caráter excludente, ideológico, racista e sexista.

Essa crítica revela o caráter particular de categorias dominantes, que se apresentam como universais, e propõe a crítica da racionalidade burguesa, ocidental, marxista inclusa, que não se pensa em sua dimensão sexualizada, como criação masculina, logo, excludente. (RAGO, 2019, p. 374).

³ Exemplo: os escrachos feitos no período posterior à Ditadura Militar na Argentina contra torturadores que ficaram impunes. A prática logo espalhou-se para outros países. Recentemente no Brasil houve uma movimentação nesse sentido após os trabalhos realizados pela Comissão da verdade. O livro “Escracho aos torturadores da Ditadura” (2017) de Ana Paula Brito é sobre esse tema. Outro exemplo: a Parada LGBT+, organizada em formato de manifestação e festa de rua. A Parada LGBT+ de São Paulo já movimentou cerca de 4 milhões de pessoas e foi considerada a maior parada do mundo. É um dos eventos que mais movimenta o setor de turismo da cidade de São Paulo. Fonte: <<https://paradasp.org.br/>> Acesso em 21 jul. 2022.

Os estudos feministas, em conexão com outras correntes teóricas como o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, questionam os pressupostos que sustentam não apenas a universalidade do sujeito, mas o seu desejo de totalidade e imparcialidade. Teóricas feministas vêm demonstrando há algumas décadas que essas são fantasias que perduraram por muito na produção do conhecimento científico. Já nos anos de 1980, Donna Haraway (1995, p. 27) afirmava que “o conhecimento do ponto de vista do não marcado é realmente fantástico, distorcido e, portanto, irracional”; mais que isso, se existe um ponto de vista que pretende alcançar a objetividade, é aquele da posição “do senhor, do Homem, do deus único, cujo Olho produz, apropria e ordena toda a diferença”.

A objetividade e a imparcialidade eram noções caras à produção do conhecimento, na medida em que eram garantidoras do seu *status* de verdade. Para chegar à verdade de um acontecimento, objetivamente, era preciso desvendá-lo em suas profundezas, retirar o que estava na superfície, alcançar aquilo que se escondia em suas entranhas, na sua essência. Nesse sentido, o feminismo produziu “não apenas uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico”, mas também propôs um “modo alternativo de operação e articulação nessa esfera” (RAGO, 2019, p. 373). Em convergência com outras epistemologias alternativas⁴, o feminismo provocou uma profunda mutação na produção do conhecimento científico.

Nesse sentido, Haraway propõe que a epistemologia feminista construa seus próprios instrumentos, suas próprias lentes, assumindo uma perspectiva parcial para construir “versões feministas da objetividade”. A perspectiva parcial significa assumir que nenhuma pesquisa ou teoria tem o poder de responder, representar ou explicar tudo. Assumimos um ponto de vista e “desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver”. (HARAWAY, 1995, p. 21).

O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser o outro. Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial (*ibidem*, p. 26).

A historiadora Margareth Rago (2019) observa que a teorização sobre as desigualdades de gênero, ou seja, a criação de uma linguagem feminista, foi posterior à luta por visibilidade e acesso a direitos. Assim sendo, o fortalecimento de uma identidade feminina, do que é viver

⁴ Por epistemologias alternativas podemos compreender todas aquelas vertentes teóricas que deslocaram o referido modelo dominante de produzir conhecimento científico, tensionando questões de raça, etnia, classe, gênero, deficiência, entre outros marcadores da diferença. O uso dos termos descolonial, pós-colonial ou decolonial é um exemplo dessa produção científica. Ver: MIGNOLO, 2016.

sendo uma mulher, foi acionado em prol dessas conquistas. No entanto, a partir da crítica da universalidade do sujeito, a categoria “mulher” passou a ser problematizada nos estudos feministas. A filósofa Judith Butler ressalta que não há algo que possa definir universalmente o que é “ser” mulher, primeiro porque “o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos” e segundo porque “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2017, p. 21).

Portanto, como aponta a historiadora Joan Scott, as categorias “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo vazias e transbordantes: “vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda em si definições alternativas negadas ou reprimidas”. (SCOTT, 2019, p. 75). A crítica ao uso de categorias pré-determinadas, como “mulher”, estava pautada em seu caráter excludente, rígido, normatizador. Os esforços para deixar essas categorias em aberto são centrais na pesquisa feminista, pois formam a base para o estabelecimento de “fundamentos contingentes” no fazer política (BUTLER, 1998), ou então para a “adesão a posicionamentos móveis” (HARAWAY, 1995, p. 25).

Ao abandonar-se a perspectiva identitária do ponto de vista biologizante do “ser” mulher, especialmente na década de 1980, emergem as conceituações do gênero enquanto categoria analítica. Nas palavras de Letícia Nascimento,

O deslocamento para o conceito de gênero é importante para a história do feminismo, pois muitas feministas, em primeiro lugar, deixam de operar com a ideia universal e abstrata de mulher no singular. Além disso, também abandonam a ideia de que todas as mulheres são oprimidas de forma homogênea e universal e passam a entender como esses processos de opressão acontecem a partir de inúmeros marcadores e/ou condicionantes sociais e culturais (NASCIMENTO, 2021, p. 33).

Uma grande contribuição de Scott (2019) para essa teorização da categoria gênero é a sua ênfase em afirmar que este é relacional, ou seja, o gênero é produzido em relação e está imerso em um emaranhado de relações de poder. Nesse ponto, as teorizações feministas se encontram com aquelas produzidas pelos filósofos da diferença⁵, em particular com alguns conceitos produzidos por Michel Foucault. Para esta pesquisa, interessam as reflexões de Foucault sobre os conceitos de verdade e poder, sobretudo quando pensamos no potencial produtivo dos discursos.

A proposta do método genealógico de Foucault contribui para as reflexões propostas nesta pesquisa uma vez que propõe um rompimento com a ideia de uma história evolutiva. O

⁵ Como Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Michel Foucault.

método não propõe a procura da origem de um enunciado, no sentido mais duro da palavra, mas sim, nos termos de Foucault, propõe a investigação das condições de emergência dos enunciados. Nesse sentido, a investigação pretende “mapear as ascendências” para explicitar essas condições que possibilitam a emergência. “Trata-se de não partir de pontos de apoio para explicar os acontecimentos, mas partir, sim, dos acontecimentos para explicar como se inventaram esses pontos de apoio” (VEIGA-NETO, 2017, p. 58). Isso significa que essa forma de pensar permite desnaturalizar narrativas que, por vezes, se apresentam como descobertas, e não como invenções. Essas categorias são fundamentais para refletir sobre as narrativas antifeministas que circulam na atualidade.

A forma como Foucault compreende os discursos também é importante na presente pesquisa. Os discursos são analisados sem a intenção de revelar algo que porventura estaria oculto, ou de explicar seus “verdadeiros” significados, pois importa mais compreender suas produções dentro de complexas redes de poder. “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. (FOUCAULT, 1996, p. 26). Portanto, importa compreender o contexto em que os discursos estão inseridos, em que medida eles se repetem, em quais pontos se apoiam, e quais “verdades” eles pretendem afirmar.

Assim, as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. Digamos, jogando com as palavras, que ela pratica uma desenvoltura aplicada. A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. (*ibidem*, pp. 69, 70).

Essa forma de produzir conhecimento que pressupõe a desnaturalização, desconstrução, desessencialização e a localização do objeto de estudos e das(os)⁶ cientistas enquanto atravessados por relações de poder é característica dos estudos feministas aqui empreendidos. Para o objeto desta pesquisa, interessa compreender o poder não enquanto algo que se possa deter, fugindo da oposição dominador *versus* dominado. Na perspectiva foucaultiana, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1988, p. 103).

Para concluir, retorno às reflexões de Audre Lorde para enfatizar a importância de pesquisas que trabalham com os temas das opressões e das diferenças. “Temos que levar muito

⁶Com relação à flexão de gênero dos substantivos, optei pelo uso do feminino antecedendo o masculino, como forma de evidenciar e quebrar a tendência em generificar no masculino.

a sério a escolha desse tema e as fúrias nele entrelaçados, porque, tenham certeza, nossos oponentes levam muito a sério o ódio que sentem de nós e do que estamos tentando fazer aqui”. (LORDE, 2019, p. 161). A poeta afirma que precisamos aprender a trabalhar em uma sinfonia de raiva, aprendendo a orquestrar nossas fúrias em favor da construção de um futuro vivível. Reunir todas as nossas raivas, “usá-las como força, e potência, e clareza no nosso dia a dia” (*ibidem*, p. 162).

“Nenhuma mulher é responsável por alterar a mentalidade de seu opressor, mesmo quando essa mentalidade está personificada em outra mulher”. (*ibidem*, p. 166). Portanto, se vivemos em um contexto desolador, se encontramos o ódio em cada esquina, podemos enfrentá-lo apenas com aquilo que temos:

“nosso poder de analisar e redefinir as condições sob as quais viveremos e trabalharemos, nosso poder de vislumbrar e reconstruir, raiva após raiva dolorosa, pedra sobre pedra, um futuro de diferenças fecundas e de uma terra que sustente as nossas escolhas” (*ibidem*, p. 167).

1.2. A pesquisa: delimitação do objeto

O desenvolvimento de um pensamento ou de argumentos antifeministas no Brasil é paralelo ao desenvolvimento do feminismo. Onde há feministas, há antifeministas. Desde os primordiais usos dessa palavra, ferrenhos opositores alertavam para os supostos perigos que a emancipação das mulheres poderia trazer para a sociedade. O medo de uma desordem do gênero era expresso no temor da “inversão” dos papéis sexuais e do abandono da família pelas mulheres. Argumentos antifeministas circularam nos meios de comunicação desde o período da luta sufragista, passando pelo século XX, inserindo-se inclusive em veículos de comunicação e movimentos de esquerda. (FLORES, 2004) (SOIHET, 2008).

Apesar dessa vasta atuação, podemos dizer que não há uma grande produção teórica antifeminista no Brasil. Os trabalhos acadêmicos que exploraram esse tema nos mostram que narrativas antifeministas circularam principalmente em jornais e revistas, no passado, e, mais recentemente, em *blogs* e redes sociais. Em levantamento bibliográfico de dissertações e teses que abordam o tema “antifeminismo”, localizei onze dissertações produzidas a partir de 2016. Desses onze trabalhos, pelo menos oito utilizam como fonte principal as redes sociais. O quadro abaixo apresenta informações sobre os trabalhos:

TABELA 1 – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE TESES E DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM O TEMA “ANTIFEMINISMO”

Título	Autora (o)	Tipo de trabalho	Área de estudos	Ano de defesa
Memés antifeministas e conservadorismo em rede: uma análise das leituras e enquadramentos dos femininos desviantes	Quésia Alves de Souza Sanches Domingues	Mestrado	Educação	2022
Entre terços e palanques: ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal	Tabata Pastore Tesser	Mestrado	Ciências da Religião	2022
Rasgando o véu: antifeminismo em Sorocaba	Priscila Dantas da Costa Garcia	Mestrado	Educação	2021
Institucionalização do antifeminismo no Brasil: Um estudo sobre as Articulações de mulheres antifeministas no cenário político e social brasileiro	Alexsandra Ferreira Aquino	Mestrado	Antropologia	2020
Movimento antifeminista: discursos e ativismo de mulheres nas redes sociais, impressos e eventos (2015-2019)	Carem Aline de Oliveira	Mestrado	História	2020
Feminicídio como discurso: feminismo e antifeminismo	Jessica Cristina Trevisan Agnoletto	Mestrado	Estudos Linguísticos	2020
O contradiscurso de resistência feminista em interações online: estratégias no combate ao antifeminismo	Sergiana Cortez de Abreu	Mestrado	Linguística	2020
Quem tem medo de feminazis? O funcionamento dos discursos antifeministas em páginas do Facebook	Livia Alves Monteiro Carlos	Mestrado	Letras	2019
O Antifeminismo: mapeamento dos discursos antagonistas do movimento feminista na internet	Gabriela Zimberg	Mestrado	Comunicação e semiótica	2018
Antifeminismo no Facebook: um estudo sobre violência contra a mulher na internet	Jéssica Modinne de Souza e Silva	Mestrado	Psicologia	2018
Feminismos e Antifeminismos na política brasileira: “Ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação 2014	Meire Ellen Moreno	Mestrado	Sociologia	2016

FONTE: A autora (2023)

NOTA: Dados coletados em abril.

Como podemos observar, as dissertações citadas foram produzidas em diferentes áreas do conhecimento, o que demonstra as múltiplas possibilidades de abordagens e análises sobre o antifeminismo no Brasil. Além disso, é notável que houve um aumento das produções sobre esse tema, sobretudo a partir do ano de 2020, o que acompanha a popularização de algumas mulheres antifeministas no Brasil, principalmente na campanha eleitoral de 2018, como veremos adiante.

Com a popularização da internet multiplicaram-se páginas feministas e, conseqüentemente, surgiram também as antifeministas. Do lado feminista, destaca-se o *blog* “Escreva Lola Escreva”, um dos primeiros a discutir temas feministas, fundado em 1998 e ativo até o presente. Mas foi principalmente na década de 2010 que questões feministas foram abordadas com maior intensidade em *blogs* como “Blogueiras feministas” e “Cem Homens em Um Ano”, fundados respectivamente em 2010 e 2011 (ANTUNES, 2014). A reação

antifeminista também já se esboçava nessa época, com destaque para o *blog* “Mulheres Contra o Feminismo”, que foi fundado em 2012 e até o presente mantém postagens mais ou menos regulares.

No seu post inaugural, datado de 30 de maio de 2012, as(os) redatoras(es) se apresentam como um “grupo de mulheres”, embora não haja nomes assinando postagem alguma. O grupo anuncia que o seu propósito é divulgar “algo que as pessoas pensam não existir: mulheres que querem combater o feminismo. Algo que existe nos EUA e outros lugares do mundo e que também existe aqui no Brasil” (Anexo 1). Esse texto introdutório do *blog* é bastante certo em suas palavras: está apresentando um conteúdo que se inspira em produções estrangeiras (especialmente americana), mas traz para discussão questões e polêmicas que circulam no Brasil.

No entanto, o conteúdo da página “Mulheres Contra o Feminismo” não pode ser considerado, por várias razões, uma produção teórica antifeminista. A primeira delas é o formato dos textos, que são curtos, recheados com imagens chamativas e editadas, sem reflexões teóricas ou referências bibliográficas. Em segundo lugar, as postagens destinam-se principalmente ao ataque a pessoas famosas que se declaram feministas, ou a polêmicas que envolvem algum tema dito feminista. Além disso, a linguagem utilizada é frequentemente chula e os textos não são assinados.

Apenas muito recentemente vimos a produção de uma bibliografia especificamente antifeminista no Brasil. Livros, autobiografias, cursos pagos e até congressos sobre o tema sugeriram nos últimos anos. Antes disperso, isolado, o conteúdo antifeminista, que dependia de polêmicas ou de boas performances individuais para voltar à tona, passou a ocupar cada vez mais espaço no debate conservador, surfando na onda do novo conservadorismo brasileiro. Por isso, o ano de 2018 pode ser considerado um ponto inicial relevante, pois questões envolvendo feminismo e gênero foram amplamente exploradas a partir desse período, especialmente nas campanhas eleitorais para cargos dos poderes estaduais e federais.

Em agosto de 2018, no período de pré-campanha eleitoral, ocorreu o 1º Congresso Antifeminista do Brasil, na igreja de Sant’Ana, no Rio de Janeiro. Quem organizou o evento foi Sara Winter, que se autodenomina não apenas antifeminista, mas “ex-feminista”. Na ocasião Sara era pré-candidata (posteriormente não eleita) ao cargo de deputada federal pelo Rio de Janeiro pelo partido Democratas (DEM). Dentre as palestrantes estavam a antifeminista Ana Caroline Campagnolo, que na ocasião também era pré-candidata (posteriormente eleita) ao cargo de deputada estadual no estado de Santa Catarina pelo Partido Social Liberal (PSL). Outro

destaque do Congresso era Taís Azevedo, que se autodenomina antifeminista e anarcocapitalista, além de atuar produzindo conteúdos nas redes sociais sobre ambos os temas.

A realização de tal congresso parecia indicar que mulheres que atacavam os ideais feministas estavam encontrando maior espaço e adesão para as ideias por elas reproduzidas. Além disso, o resultado das eleições de 2018 de certa forma confirmou o crescimento de uma onda conservadora no Brasil, não apenas pela eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL) para a presidência da República, mas também porque se formou o Congresso Nacional mais conversador dos últimos quarenta anos.⁷

A partir de então passei a acompanhar as redes sociais de antifeministas, destas acima citadas e de outras figuras que surgiam. Geralmente alimentando discursos de ódio, fazendo ataques pessoais a feministas ou endossando polêmicas levantadas na mídia⁸, muitos desses perfis desapareciam com a mesma velocidade com que haviam surgido. Misturada ao conteúdo produzido nas redes sociais, também estava ocorrendo a produção teórica de um pensamento antifeminista brasileiro. Algumas antifeministas passaram a ter suas livrarias digitais e vender obras selecionadas e indicadas por elas mesmas, e livros autorais começaram a ser lançados. Em alguma medida essa produção teórica servia de base para muitos dos perfis antifeministas menores, que ressoavam tais ideias. De 2019 a 2022 observei uma nítida profissionalização de alguns desses perfis, antes mais difusos e dispersos, mas ao passar do tempo cada vez mais alinhados e interligados.

No ano de 2023, se você é uma jovem (principalmente cristã) procurando conteúdo sobre a (in)compatibilidade entre feminismo e cristianismo, vida conjugal saudável, educação dos filhos ou outros temas que envolvem feminilidade, possivelmente irá se deparar com algum destes perfis antifeministas. Contudo, se antes o conteúdo era acessível gratuitamente em textos ou vídeos publicados em *blogs* e redes sociais, agora boa parte desse conteúdo é paga. Cito a seguir alguns exemplos de perfis antifeministas⁹, o que eles oferecem e os valores cobrados.

⁷ Nas palavras de Antônio Augusto de Queiroz (2018), as (os) deputadas (os) eleitas (os) para a 56ª Legislatura do Congresso Nacional (2019 – 2023), ideologicamente apresentavam-se como “mais liberal na economia, mais conservador nos costumes e mais atrasado em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente” em relação à Legislatura anterior, “pulverizado partidariamente e organizado em torno de bancadas informais – como a evangélica, segurança/bala e ruralista –, será o mais conservador desde a redemocratização.”

⁸ Cito um exemplo antigo e outro mais recente de polêmicas exploradas nas redes antifeministas: o discurso sobre valorização do futebol feminino que a jogadora Marta fez após a eliminação do Brasil na Copa do Mundo feminina em junho de 2019; o alvoroço criado em torno do caso Johnny Deep X Amber Heard, em que o ator ganhou o processo contra a ex-esposa por difamação após ela expor que era vítima de violência doméstica.

⁹ Temas como maternidade, feminilidade, *homeschooling*, entre outros, também seguem o mesmo padrão que os perfis antifeministas apresentados a seguir, com cursos, aulas pagas, clubes que dão acesso a grupos fechados em redes sociais. Esses perfis apresentam críticas ao feminismo e podem ser considerados antifeministas. No entanto, como o assunto é vasto, optei por apresentar perfis que têm o antifeminismo como tema principal.

1. Cris Corrêa – é pedagoga e se apresenta como autora da linha de estudos: “Não Existe Feminista Cristã”. Corrêa oferece três possibilidades de cursos on-line: 1 aula sobre “A Origem – 8 de março”, por R\$39,90; “Treinamento: como estudar o feminismo – 3 bases para entender a verdade sobre o movimento”: são oferecidas 3 aulas + e-books por R\$69,90; participação no “Grupo de Estudos Não Existe Feminista Cristã – Turma III”, no qual são disponibilizados materiais de apoio, aulas gravadas, e-books e encontros on-line ao vivo, por R\$478,80. (Anexo 2).
2. Mariana Brito – é jornalista e analista política. Brito oferece, na modalidade on-line, o curso “Desconstruindo o Feminismo”, que conta com 10 módulos sobre o tema com aulas gravadas, acesso por R\$397,00; participação no “Clube de Leitura Mariana Brito”, com duração de 1 ano, leitura de 12 livros ao ano, aulas gravadas sobre as obras e acesso a grupos fechados em redes sociais, como Instagram e Telegram, pelo custo de R\$838,80; acesso ao *Mari Talks*, descrito como “um espaço onde falarei sobre tudo, sem censura, sem frescura”, que oferece dois vídeos semanais pela mensalidade de R\$19,90 ou pelo valor anual de R\$154,80. (Anexo 3).
3. Thais Azevedo – se apresenta como “mulher de nascença, cristã, esposa, mãe, libertária e antifeminista”. Em seu perfil no Instagram, o convite “estude comigo” direciona a um link para obter o que parece ser um curso, mas não há maiores detalhes sobre o produto vendido pelo valor de R\$299,00. (Anexo 4).
4. Ana Caroline Campagnolo – é professora de história, deputada estadual pelo estado de Santa Catarina (eleita em 2018 e reeleita em 2022). Fundou o “Clube Campagnolo” e o “Clube Antifeminista”, que são cursos com mais de um ano de duração, oferecendo aulas e acompanhamento de leituras sobre temas que envolvem política, revolução, gênero e feminismo. O primeiro é oferecido pelo valor de R\$358,80, e o segundo por R\$382,80. (Anexo 5).

Além do conteúdo produzido por perfis como os acima citados, destacam-se também o lançamento de livros, séries e documentários brasileiros lançados recentemente. Ana Caroline Campagnolo é um nome que se destaca nestas produções, é autora de dois livros sobre antifeminismo, obras que são amplamente citadas no meio conservador. Seu primeiro livro, *Feminismo: Perversão e Subversão*, foi lançado no início de 2019 e propõe uma “releitura” da história ou uma interpretação “alternativa” do feminismo, sob a lente antifeminista. Fazendo uma colcha de retalhos com obras e autoras que Campagnolo elegeu como principais representantes do feminismo, a obra se inicia com o que a autora chama de “protofeminismo”

e segue a sequência das “ondas” feministas. O livro tem 377 páginas e está dividido em cinco capítulos.

O capítulo 1, “Contestação moral-religiosa e educação”, tem como personagem principal Mary Wollstonecraft e seus escritos. A educação é tema central, pois, segundo Campagnolo, no século XVIII, o Século das Luzes, começam a aparecer as primeiras reivindicações de mulheres pelo acesso a uma educação igualitária. Além disso, os argumentos de Wollstonecraft sobre os direitos de propriedade e, por consequência, a legislação sobre o matrimônio, são temas abordados. Para Campagnolo, essas ideias são os germes da luta pelo voto feminino, um dos temas abordados no capítulo 2 de seu livro. Intitulado “A inserção da mulher no universo masculino”, neste capítulo a autora discorre sobre o mercado de trabalho, direito ao voto, direito à propriedade e herança. Boa parte deste capítulo também é dedicada a analisar o feminismo socialista, e Alexandra Kollontai é o nome que a autora destaca.

Para iniciar a discussão sobre a segunda onda feminista, o capítulo 3, “Reprodução feminina dos vícios masculinos”, Campagnolo elege Margaret Sanger como grande nome feminista que abre as discussões sobre o aborto. Simone de Beauvoir e Betty Friedan, apesar de estarem presentes em todos os capítulos, neste ganham sessões à parte, que discorrem sobre suas biografias, enfatizando-se o julgamento moral que a autora faz de suas vidas pessoais. Ambas são evocadas para ilustrar a discussão sobre casamento, promiscuidade e liberdade sexual. O tema da revolução sexual é reforçado pela análise que Campagnolo faz da terceira onda feminista no capítulo 4, “Subversão das Identidades”. Judith Butler abre o capítulo, como idealizadora da chamada “ideologia de gênero”. Além dela, Monique Wittig é citada para discutir lesbianidade e Alfred Kinsey para discutir homossexualidade. Corpo, identidade e transexualidade são discutidos a partir da atuação de John Money. Pedofilia também é um tema explorado, atrelado à discussão sobre pesquisas científicas e discussões sobre gênero nas escolas.

Por fim, o livro de Campagnolo se encerra com o capítulo 5, “O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista”. Neste tópico, a autora se debruça sobre argumentos que enaltecem a moralidade cristã como o ponto de chegada de uma linha evolutiva, sustentando a base civilizatória da sociedade ocidental. A autora também “denuncia” a demonização que meninos e homens sofrem a partir da atuação de feministas, a cultura da “falsa acusação de estupro”, o “controle universitário” e o “aparelhamento institucional” que seriam consequências da atuação feminista. O sumário completo do livro *Feminismo: perversão e subversão* está disponível no anexo 6.

No final de 2021 Campagnolo lançou seu segundo livro, “Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas”. O livro tem 171 páginas e está dividido em quinze capítulos, sendo que cada capítulo é escrito por pessoas diferentes, que abordam temas variados. Os títulos dos capítulos são elucidativos quanto aos temas, segundo estes, as “mentiras feministas” são: I “As mulheres são sempre oprimidas e os homens, sempre privilegiados”; II “Toda grande escritora e filósofa do passado era feminista”; III “Terrível Idade Média! As mulheres do medievo europeu eram infelizes e oprimidas”; IV “Antes do feminismo, mulher não podia governar, liderar ou se destacar”; V “Também não podia estudar”; VI “E nem votar!”; VII “A mulher tem que entrar na política (por cota) para defender seus interesses”; VIII “A mulher não podia trabalhar antes do feminismo”; IX “Mulheres ganham menos que homens fazendo o mesmo trabalho”; X “O casamento é opressor e o divórcio é uma conquista do feminismo”; XI “O ‘aborto seguro’ é um direito da mulher”; XII “Precisamos do feminismo para combater a violência”; XIII “O feminismo é um movimento espontâneo que representa todas as mulheres”; XIV “A teoria de gênero é necessária para acabar com o preconceito”; XV “O pronome neutro é uma forma de combater a discriminação”.

Cinco dos capítulos citados foram escritos por Ana Caroline Campagnolo e mais dois em coautoria com Catharine Caldeira e David Amato. Os outros foram escritos por Natália Sulman, Ricardo da Costa, Cristiane Corrêa (já citada no tópico 1 como produtora de conteúdo para *internet*), Ana Derosa e Marlon Derosa, Isaque Miranda, Chris Tonietto, Lara Brenner e Fernando Pestana. O sumário completo do livro *Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas* está disponível no anexo 7. Tanto o livro “Feminismo: Perversão e Subversão” quanto o “Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas” foram publicados pela Vide Editorial.¹⁰

A delimitação do que seria utilizado como fonte de pesquisa nessa tese foi um desafio diante do volume de conteúdo produzido e da limitação de acesso. Como definir quais dos cursos citados poderiam ser escolhidos enquanto objeto de estudos? Ainda que todos os citados aqui fossem contemplados, esses conteúdos são renovados de diferentes formas e relançados. Após um tempo acompanhando páginas na internet, vídeos e outras produções conservadoras, a impressão que se tem é de que o conteúdo é constantemente reciclado, pois os argumentos principais são repetidos. A escolha que fiz, portanto, foi pela produção que segue uma via mais tradicional e talvez duradoura de circulação, pois livros não podem ser retirados de circulação

¹⁰ A Vide Editorial nasceu em 2009 junto com a sua parceira católica Ecclesiae, ambas criadas pela iniciativa de Sílvio Grimaldo e César Kyn D’ávila, para atuar “à direita” na chamada “guerra cultural” contra a esquerda. Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/francisco-escorsim/editoras-em-tempos-de-guerra-cultural-ii/> Acesso em 05 mai. 2022.

com a mesma facilidade com que um curso pode. Os livros apresentam as bases do pensamento antifeminista e têm a pretensão de servir como apoio para a “formação” daquelas(es) que desejam se “aprofundar” no assunto. Além disso, o lançamento de livros antifeministas escritos por mulheres era algo até então inédito no Brasil.

Sendo assim, os dois livros de autoria e organização de Ana Caroline Campagnolo são as fontes principais desse trabalho. Produções audiovisuais foram inseridas como fontes complementares, com intenção principalmente de refletir sobre a forma como esse conteúdo é traduzido para um público maior, que possivelmente não leria os livros. Nesse sentido, destaque-se o documentário *The red pill* (2016), produzido pela americana Cassie Jaye. As produções da plataforma digital Brasil Paralelo (episódio “Geração Sem Gênero”, da série “As Grandes Minorias”, de 2020, e o documentário “A Face Oculta do Feminismo”, de 2022), que contam com a participação de antifeministas brasileiras, foram selecionadas, mas apresentam um conteúdo teórico reduzido e similar aos das fontes analisadas nesta pesquisa. Por isso, uma análise específica sobre as produções da Brasil Paralelo não foi desenvolvida nesta tese.

A escolha dos livros *Feminismo: perversão e subversão* (2019) e *Guia de bolso contra mentiras feministas* (2021), especificamente, não significa que não exista nada anterior a eles. Existem livros que foram produzidos por brasileiras (os) e que abordaram temas antifeministas, como por exemplo os livros da psicóloga cristã Marisa Lobo sobre a chamada “ideologia de gênero”, tais como “Ideologia de Gênero na Educação” (2011), publicado pela editora Marisa Lobo Ministério e “Famílias em Perigo” (2016), publicado pela Central Gospel.¹¹ Mas essas obras não abordam o antifeminismo como um todo, elas se debruçam sobre um tema específico e por isso não entraram como fontes dessa pesquisa. Marisa Lobo é citada por Campagnolo (2019), assim como o livro do mesmo tema, *Gênero: ferramenta de desconstrução da identidade* (2016), do brasileiro Felipe Nery. Outro autor brasileiro, Sócrates Nolasco, é citado nas fontes analisadas como referência teórica antifeminista. Os livros *De Tarzan a Homer Simpson* (2001), fruto da tese de doutorado em Psicologia pela PUC – RIO, e *O primeiro sexo e outras mentiras sobre o segundo* (2006), não foram selecionados como fontes pelo mesmo motivo, pois discutem questões específicas, nesse caso sobre masculinidade, não abordando o feminismo como tema central.

Existem também textos biográficos de mulheres que se destacaram na cena antifeminista dos últimos anos. É o caso da antifeminista Sara Winter, pseudônimo de Sara Fernanda

¹¹ Sobre esse tema existem diversas outras publicações, sendo que outra obra bastante citada em meios conservadores é de Felipe Nery, “Gênero: ferramenta de desconstrução da identidade”, lançado em 2016 pela editora Katechesis.

Giromini, que publicou o livro *Vadia, não! – Sete vezes que fui traída pelo feminismo* (2015), disponível na internet. Também Damares Alves, pastora evangélica que foi Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos entre 2019 e 2022, lançou em 2022 o livro intitulado *Tudo Começa na Infância*. A obra foi publicada pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) e mistura relatos autobiográficos com opinião da autora sobre temas que envolvem infância, adolescência e direitos humanos. Estes textos também não foram incorporados como fontes pois não possuem um caráter teórico sobre antifeminismo, por serem relatos pessoais ou porque fogem da temática feminismo.

A partir do recorte proposto, o objeto de pesquisa desta tese é a análise das narrativas antifeministas que estão sendo produzidas no Brasil, como “matriz” teórica de discursos contra o feminismo, especialmente na área da educação. Nesse sentido, o problema central deste trabalho é, de que forma as narrativas antifeministas concebem o papel da educação na sociedade e como pretendem influir nesta área. A educação configura-se enquanto um campo de disputas desde os primórdios do feminismo, quando as reivindicações feministas passavam pela igualdade de oportunidades educacionais. As narrativas antifeministas se inserem nestas disputas ao afirmar que existem tendências *naturais* aos gêneros masculino e feminino, que justificariam as desigualdades. O tema da educação também é presente nos ataques às universidades e pesquisas feministas, assim como à escolarização universal, pública, laica e mista. Os assuntos que se mostraram constantes nas produções antifeministas selecionadas foram agrupados em capítulos que não seguem uma ordem evolutiva, apenas aglutinam discussões afins.

Esta tese está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução, que apresenta a pesquisa, suas bases teóricas e o contexto em que as fontes analisadas estão inseridas. No capítulo 2, “Bases teóricas do antifeminismo”, delimito qual é o antifeminismo que se constitui enquanto objeto dessa pesquisa. Para isso, exploro definições da palavra “antifeminismo”, em comparação com outros conceitos como “masculinismo”, “misoginia” e “patriarcado”. As formas como o antifeminismo se configurou ao longo da história e em diferentes setores da sociedade e da cultura, assim como suas principais características, são relevantes para compreensão da produção teórica antifeminista atual dentro de um quadro teórico mais geral. Na sequência, os conceitos de *backlash*, da jornalista Susan Faludi, e *pânico moral*, antropóloga Gayle Rubin, são apresentados como base para reflexão sobre a centralidade do medo nas produções antifeministas. Alguns dos “sintomas” do *pânico moral* e do *backlash* podem ser observados no contexto brasileiro atual e por isso oferecem oportunidades para

reflexão sobre o presente. Na terceira parte, proponho uma relação entre o pensamento antifeminista, através da crença na “ideologia de gênero”, e outras teorias conspiratórias, pois elas compartilham de uma mesma base de pensamento. Na sequência, discuto a relação entre o pensamento antifeminista e a produção da *verdade*. Interessa compreender como antifeministas, por um lado, utilizam-se de dados considerados científicos para provar essa “verdade” e, por outro, como atacam o conhecimento científico academicamente produzido ao apontá-lo como oposto à *verdade* por elas anunciada.

No capítulo 3, “O problema da igualdade”, discuto como a ideia de igualdade entre homens e mulheres é apresentada no pensamento antifeminista. Delimitei três correntes de pensamento com as quais o antifeminismo dialoga, seja se afastando ou se aproximando: o iluminismo, o liberalismo e o comunismo. Através da discussão sobre feministas do contexto iluminista, apresento como antifeministas concebem as primeiras reivindicações feministas por igualdade de oportunidades educacionais. A oposição entre os ideais iluministas e os cristãos também é analisada. Em seguida, exploro alguns pontos de aproximação entre o pensamento antifeminista e os valores liberais. Apesar do apoio que sufragistas receberam dos liberais, na narrativa antifeminista há uma preocupação em afastar ideologicamente feministas e liberais, na mesma medida em que aproximam estes dos valores cristãos. Aliada a valores liberais, a moral cristã aparece como uma “evolução” da sociedade. Por fim, o comunismo, assim como ocorre com o iluminismo, é alvo dos ataques antifeministas. Alexandra Kollontai é destacada como “fundadora” do feminismo comunista, seus escritos sobre o papel das mulheres e da família no Estado comunista são explorados pela narrativa antifeminista para defender uma restauração da família tradicional em seus moldes antigos, em oposição ao trabalho feminino fora do lar. Marido e Estado aparecem quase rivalizando o controle sobre as mulheres, pois estas apresentariam uma dependência em relação a um ou a outro. A discussão sobre a moral cristã em termos evolutivos também é central nas considerações sobre o comunismo.

O capítulo 4, “O problema da natureza”, tem como tema central a afirmação de uma superioridade *natural* dos homens com relação às mulheres, que é traduzida ora em discursos de “dominação” ora de “proteção” das mulheres. Em um primeiro momento, os conceitos de “sexo” e “gênero” são abordados através da forma como a narrativa antifeminista apresenta o pensamento de Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir e Judith Butler. São três momentos distintos do pensamento feminista, apresentados como uma continuidade pelo antifeminismo. Educação e trabalho são os temas abordados na segunda parte deste capítulo. Natureza e história se misturam para explicar supostos privilégios que mulheres teriam recebido para acessar o

mercado de trabalho e escolas que apenas meninos frequentavam. Para o antifeminismo, a natureza é responsável pela *tendência* que homens e mulheres apresentam para escolher determinadas áreas de estudo e de trabalho, o que justificaria desigualdades salariais no presente. Por fim, os ataques antifeministas contra a escola pública, universal, laica e mista são apresentados como base para defesa de projetos de uma educação baseada na “natureza” dos gêneros, na qual as mulheres ocupam centralidade enquanto responsáveis pelo cuidado e educação dos filhos.

No capítulo 5 apresento minhas considerações finais acerca do pensamento antifeminista brasileiro atual. Reflito sobre a construção da imagem das mulheres, como o discurso de ódio se mostra com intenções de “recuperar” a família nuclear, cis-heteropatriarcal, monogâmica. Enfatizo neste capítulo e ao longo desta tese que os ideais antifeministas contribuem para o desgaste da democracia no Brasil, na medida em que, dentre outros pontos, alimentam o *pânico moral* em torno do gênero; pregam o reestabelecimento uma “ordem”, em que mulheres e homens têm suas funções delimitadas de acordo com o seu gênero; e consideram que a diversidade sexual e de gênero são desvios.

Nesse sentido, as questões que instigam essa pesquisa são: quais condições possibilitaram a emergência de um pensamento antifeminista na atualidade brasileira? De que maneira a narrativa antifeminista conversa (se aproximando ou se afastando) com diferentes vertentes de pensamento? Como a ideia de “natureza” influencia as concepções antifeministas sobre a educação e seu papel na sociedade? Por fim, quais impactos os ideais antifeministas têm causado na sociedade, de maneira geral, e no campo da educação, especificamente?

Ao longo de sua história, o feminismo questionou as fronteiras que delimitam quem pode fazer determinadas coisas ou participar de determinados espaços, questionando quais vidas importam e qual o valor que essas vidas têm na sociedade ocidental cristã. Ou seja, partindo do pressuposto de que o pensamento antifeminista está engajado com ideologias que produzem um modo de ser e viver no mundo, podemos nos questionar: de que forma a desordem do gênero ameaça esse projeto?

1.3. O antifeminismo no novo conservadorismo brasileiro

O antifeminismo brasileiro contemporâneo conquistou visibilidade crescente desde 2018, mas podemos dizer que as pautas antifeministas vinham ganhando notoriedade desde

alguns anos antes desse período. A defesa da “família” e as narrativas contra a “ideologia de gênero” cresceram durante a década de 2010 e influenciaram consideravelmente as eleições de 2018 e de 2022. A própria candidatura e posterior eleição de algumas das autoras das fontes antifeministas analisadas nesta tese, como Cris Tonietto (eleita Deputada Federal pelo Rio de Janeiro nos dois pleitos) e Ana Caroline Campagnolo (eleita Deputada Estadual por Santa Catarina nos dois pleitos), são exemplos do crescimento do conservadorismo. Por isso, é fundamental compreender o contexto político brasileiro dos últimos anos e a emergência do novo conservadorismo brasileiro.

Entre 2003 e 2016, a presidência da República foi exercida por representantes do Partido dos Trabalhadores, um partido reconhecidamente de esquerda no espectro político brasileiro. Luiz Inácio Lula da Silva, um ex-metalúrgico conhecido pela sua atuação como sindicalista desde a década de 1980, ocupou o cargo da presidência da República entre 2003 e 2010. Depois, Dilma Rousseff, uma economista que fez parte do governo Lula, conhecida também pela sua militância contra a Ditadura Militar (1964–1985), foi a primeira mulher a ser eleita para o cargo da presidência da República no Brasil, em 2010. Após a sua reeleição em 2014, Dilma passou por um processo de impeachment em 2016, que ficou conhecido como um golpe, pela falta de provas que sustentassem a acusação de crime de responsabilidade.¹² Seu vice, Michel Temer, assumiu o cargo até a eleição de Jair Bolsonaro, que iniciou seu mandato em 2019 e ocupou o cargo da Presidência da República até 2022. Com o passar dos anos, ficou nítido que a corrosão da democracia brasileira teve início com o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

Os discursos antigênero estavam se popularizando antes mesmo do golpe que depôs Dilma Rousseff. A década de 2000 foi marcada por avanços no que se refere ao reconhecimento por parte do Estado de uma série de direitos das mulheres e da população LGBTI, assim como de políticas de combate à violência de gênero. O processo de *pânico moral* em torno do “gênero” se iniciou com a rejeição do programa *Escola Sem Homofobia* pelo Congresso Nacional em 2011, quando este ficou pejorativamente conhecido como “kit gay”. (CÉSAR; DUARTE, 2017). A partir desse ponto a pauta antigênero ganhou força em outros momentos, como a aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014 e dos Planos Municipais e

¹² A justificativa para a deposição de Dilma Rousseff do cargo de Presidenta da República era fundamentada sobre acusações que se enquadravam na Lei de Responsabilidade Fiscal, no entanto, em 2022 Dilma foi inocentada pelos órgãos que a investigavam. Segundo Jorge Chaloub (2023), “O que ocorreu em 2016 foi um golpe pois o objetivo da coalizão que derrubou o governo Dilma não era apenas trocar a presidente ou o partido do governo, mas mudar o regime político brasileiro [...] A ideia de que a justificativa do impedimento estava no ‘conjunto da obra’, ou na ‘corrupção generalizada’ – muitas vezes deixava de lado a menção aos supostos ‘crimes de responsabilidade’”.

Estaduais de Educação em 2015. (MOTTIN, 2019). O processo de *pânico moral* no Brasil está melhor explanado no tópico 2.2, “Reações ao feminismo: medo, backlash e pânico moral”. Por agora, cabe ressaltar que esse pânico está na base de apoio do bolsonarismo como fenômeno ideológico e político. Este fenômeno vai além da eleição de Jair Bolsonaro em si, pois, além de terem sido eleitas(os) outras(os) candidatas(os) para diferentes cargos, influenciou os debates públicos dos últimos anos.

Por isso, com “novo” conservadorismo não pretendo indicar que o conteúdo dos discursos conservadores seja novo, mas sim que após o período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, sobretudo a partir de 2015, quando se articulava o golpe que tiraria a presidente Dilma Rousseff de seu cargo, houve uma reorganização desses setores políticos que garantiu seu crescimento nos anos seguintes. Joanildo Burity (2018, p. 30, grifos do autor) destaca que, “nesse período, vemos emergir cadeias de equivalência entre demandas conservadoras de diferentes naipes e vários esforços na construção de uma *nova lógica majoritária, uma nova hegemonia.*”

Em 2018, quando pesquisadoras(es) acompanhavam o crescimento do então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro, a antropóloga Isabela Kalil (2018) publicou uma pesquisa que mapeou *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. A pesquisa apontou que a luta contra o “comunismo” e contra a “ideologia de gênero” foram os elementos centrais na adesão ao bolsonarismo. Observando diferentes manifestações e atos políticos da direita e da ultradireita na cidade de São Paulo, entre 2016 e 2018, a antropóloga apontou para dezesseis diferentes perfis de eleitores de Jair Bolsonaro¹³. Um ponto em comum entre esses eleitores é o sentido que eles conferem à palavra “corrupção” e como ela está no centro da construção da figura do “cidadão de bem” (uma espécie de sujeito ideal defendido por bolsonaristas).

o “cidadão de bem” extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são “comunistas”, “petistas” ou “de esquerda” - vistos como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”. Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento a uma forma correta de estar no mundo. (KALIL, 2018, p. 9).

O “cidadão de bem” é aquele que combate a corrupção e aqui essa palavra adquire um sentido que vai além da corrupção dos governos, do “roubar o povo”. Kalil afirma que a

¹³ Os dezesseis perfis são: 1- “As pessoas de bem”; 2- “Masculinidade viril”; 3- “Nerds, gamers, hackers e haters”; 4- “Militares e ex-militares”; 5- “Femininas e ‘bolsogatas’”; 6- “Mães de direita”; 7- “Homossexuais conservadores”; 8- “Etnias de direita”; 9- “Estudantes pela liberdade”; 10- “Periféricos de direita”; 11- “Meritocratas”; 12- “Influenciadores digitais”; 13- “Líderes religiosos”; 14- “Fiéis religiosos”; 15- “Monarquistas”; 16- “Isentos”. (KALIL, 2018).

corrupção é também “a ‘desordem’ de costumes e valores que estariam colocando em risco a ordem familiar. Esta corrupção diz respeito, sobretudo às condutas privadas e morais, como a homossexualidade, a vida sexual desregrada e o aborto.” (*ibidem*, p. 10). A “corrupção” nas escolas, por exemplo, é combatida através de ideias que ressoam a pauta do Movimento Escola Sem Partido (MESP).¹⁴ Além disso, na narrativa bolsonarista, a “corrupção” também aparece na ideia de que alguns são “privilegiados” ao acessar programas que visavam diminuir as desigualdades (econômica, racial, de gênero, etc.). Dessa forma,

são corruptas as pessoas que, no Brasil, “gozam de muitos direitos e não cumprem seus deveres”, como é o caso daquelas que se beneficiam dos programas sociais entre as/os mais pobres, de políticas de ações afirmativas entre as classes médias ou ainda das leis de incentivo à cultura entre os mais ricos (KALIL, *loc. cit.*).

É nesse sentido que o antifeminismo aparece como um elemento central na constituição da identidade bolsonarista, pois há um alinhamento de valores, notadamente pela defesa da moralidade no campo dos costumes e da meritocracia no campo da economia. Além disso, a supervalorização de uma masculinidade viril está presente em muitos dos perfis apontados por Kalil (2018). Mais especificamente alinhadas à pauta antifeminista, destacam-se dentre os dezesseis perfis apontados por Kalil (2018) as *femininas e “bolsogatas”* e as *mães de direita*. Enquanto as primeiras podem ser definidas como “mulheres ‘empoderadas’ para além do ‘mimimi’”, as segundas se aglutinam em torno da defesa de uma “uma escola sem ‘ideologia de gênero’” (*ibidem*, p. 16, grifos da autora). Esses são dois temas extensivamente explorados nas narrativas antifeministas.

Outra pesquisa sobre o perfil de eleitores de Bolsonaro foi desenvolvida por Ester Solano durante os anos de 2017 e 2018. Nela os eleitores explicaram livremente seu voto no político em entrevistas que duraram de uma a duas horas. Assim como nas pesquisas de Kalil (2018), Solano (2019) também apontou a centralidade da pauta anticomunista e contra a “ideologia de gênero”. Para a pesquisadora, a candidatura de Jair Bolsonaro foi marcada pela “moralização do debate público, apresentando os adversários como inimigos não só de ordem política, mas também de ordem moral e religiosa” (SOLANO, 2019, p. 317). A “família tradicional cristã” é defendida frente às supostas ameaças que as esquerdas em geral representariam para ela. Uma entrevistada afirmou: “Eles querem acabar com a família, ensinar

¹⁴ O MESP foi fundado em 2004 pelo advogado brasileiro Miguel Nagib com o propósito de combater a suposta “doutrinação marxista” nas escolas. Mais tarde o advogado englobou em seu discurso a batalha contra o “gênero”. O MESP propunha um Projeto de Lei que previa a fixação de cartazes em todas as escolas, cujo título era “Deveres do Professor”. Depois de o projeto não ter se concretizado, mesmo com a eleição de Bolsonaro em 2018, Nagib declarou o fim da sua atuação no movimento em agosto de 2020. O MESP causou efeitos significativos na educação brasileira, apesar de não ter encontrado respaldo legal para se firmar como lei. (SANTOS; MOTTIN, 2020).

a criança a ser gay na escola. É uma crise moral e de valores que não vou permitir.” (*ibidem*, p. 318).

O argumento contra os “privilégios” de alguns em detrimento de outros também foi apontado por Solano. Com relação às lutas identitárias, o homem-branco-heterossexual e eleitor de Bolsonaro se enxergava ameaçado. Um entrevistado afirmou: “Se você for mulher tem privilégios, se for gay também, se for negro. E a gente? Se você for homem e macho ninguém nem está aí para você.” (SOLANO, *loc. cit.*). Um outro argumento antifeminista que aparece nas pesquisas de Solano é a ideia de que os movimentos sociais (feministas e LGBTI) são exagerados, “exibicionistas demais”. Além disso, estereótipos que envolvem o feminismo são reforçados em afirmações de que as feministas seriam “loucas”, “agressivas”. (*ibidem*, p. 319).

Pensando para além das eleições e do próprio mandato de Jair Bolsonaro na Presidência da República, as pesquisas de Kalil (2018) e Solano (2019) apontam que o fenômeno do bolsonarismo é complexo, consegue se comunicar com diferentes setores da sociedade e mostra que o conservadorismo e a extrema direita não estão limitados à própria figura de Bolsonaro. Em outras palavras, ainda que Bolsonaro tenha deixado de ser presidente da República, os valores, crenças e medos que o elegeram permanecerão no imaginário da sociedade brasileira.

Além disso, os ideais conservadores e de direita experimentam um momento de expansão global. Diferentes pesquisadoras(es) têm apontado que o crescimento da extrema direita no Brasil converge com o que está ocorrendo em outros países nos últimos anos. Em um contexto de acirramento do neoliberalismo, o crescimento da extrema direita é impulsionado por sentimentos de frustração e desesperança, que dão à família um papel central no aumento da sensação de segurança e confiança. As soluções para problemas sociais passam a ser vistas como responsabilidade não do Estado, mas sim da família. (BROWN, 2019) (COOPER, 2017). É também uma reação às conquistas de movimentos sociais – principalmente feminista, LGBTI, negro e indígena –, e é embalada pelo uso das novas mídias digitais. (CHALOUB; LIMA; PERLATTO, 2018) (SOLANO, 2019) (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Nesse sentido, o que chamamos nesta tese de “novo conservadorismo” brasileiro está alinhado em suas características a um fenômeno que se articula de maneira mais ampla. Em um trabalho que aponta as “Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina”, Juan Marco Vaggione, Maria das Dores Campos Machado e Flávia Biroli (2020, p. 13) afirmam que “religiosos conservadores e seu apelo para uma ‘maioria cristã’ são centrais” nas disputas em torno da regulação da vida social e reprodutiva da população. As(os) autoras(es) também ressaltam que a noção de “conservadorismo” ou “novo conservadorismo” é posicional, ou seja,

“a ideologia e o movimento político conservadores se desenvolve em resposta ou resistência a situações históricas de mudanças na estrutura social e política” (*ibidem*, p. 24). É nesse sentido que, segundo as(os) pesquisadoras(es), o antagonismo ao feminismo e aos movimentos LGBTIs é fundamental na formação da identidade conservadora. “É diferenciando-se dos movimentos feministas e LGBTQI e combatendo-os que a reação neoconservadora de que falamos ganhou identidade política”. (*ibidem*, p. 27).

Marina Basso Lacerda também considera que o antagonismo é central na articulação da direita brasileira no contexto do golpe, pois apesar de não haver homogeneidade destes setores “o que unia a direita era a luta contra a corrupção e o antipetismo” (LACERDA, 2019, p. 17). Nesse sentido, a pesquisadora afirma que “a nova direita é aquela em torno da família tradicional, do anticomunismo e do militarismo; e de valores de mercado, nesse aspecto com várias nuances” (*ibidem*, p. 18). A expansão do novo conservadorismo no Brasil é visível não apenas na esfera política e religiosa, mas também em outros setores como organizações da sociedade civil e no campo das produções intelectuais e culturais. Neste aspecto, para finalizar, gostaria de destacar a influência de Olavo de Carvalho e as relações entre a produtora Brasil Paralelo e o antifeminismo.

No campo intelectual, Chaloub, Lima e Perlatto (2018, p. 9) afirmam que as ideias conservadoras estão sendo difundidas por “uma presença cada vez mais visível na esfera pública de intelectuais portadores de uma retórica mais virulenta, combativa e militante, e que se assumem abertamente de direita”. Isso é perceptível pela expansão do mercado editorial que é voltado para o público de direita, tendo títulos com altos índices de vendas, como é o caso das fontes que estão em análise nesta tese. Dentre estas produções, destacam-se os livros publicados por Olavo de Carvalho¹⁵, o autoproclamado filósofo que é considerado grande influenciador de diversos bolsonaristas, conservadores e/ou adeptos das ideias de extrema direita, incluindo antifeministas que produziram as fontes dessa pesquisa.

Embora algumas das autoras e autores dos textos antifeministas analisados na presente tese tenham sido alunas(os) de Olavo de Carvalho, são poucas as menções específicas à sua produção teórica. Campagnolo (2019, p. 113), por exemplo, em uma das poucas referências ao “filósofo”, cita um de seus textos, no qual ele se refere aos “sacrifícios” que os homens fizeram em prol do conforto das mulheres ao longo da história. O texto inverte os papéis, na tentativa de ser irônico ou cômico, talvez.

¹⁵ Dentre os livros de Olavo de Carvalho destacam-se: “A nova era e a revolução cultural” (1994), “O jardim das aflições” (1995), “O imbecil coletivo” (1996), “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” (2013), dentre outros.

Há milênios, em suma, as mulheres morrem nos campos de batalha, carregam pedras, erguem edifícios, lutam com feras, atravessam desertos, mares e florestas, sacrificando tudo por nós, os ociosos machos, aos quais não sobra nenhum desafio mais perigoso que o de sujar nossas mãozinhas nas fraldas dos nossos bebês. (CARVALHO, 2001 *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 113).

Este trecho traz com nitidez um dos pontos centrais do antifeminismo – o de que os homens lutaram, trabalharam, construíram, se envolveram em atividades perigosas e pesadas enquanto as mulheres ficavam em casa, ociosas, desfrutando do conforto e da proteção que os machos lhes ofereciam. Essa é uma crença que se desdobra em diferentes argumentos antifeministas que são apresentados ao longo desta tese.

Também inserida nessa rede de produções teóricas conservadoras, a produtora Brasil Paralelo tem sido um veículo de “tradução” e distribuição dessas ideias para um público maior, que acessa esse conteúdo através da produção áudio visual. A empresa investiu no nicho, lançou séries e documentários sobre o tema, unindo algumas daquelas mulheres antifeministas que antes falavam isoladas. A plataforma oferece um curso com “mais de sete horas” de aulas sobre “A História do Feminismo”, ministrado por Ana Caroline Campagnolo, além da série “As Grandes Minorias” (lançada em 2020), que conta com um episódio chamado “Geração Sem Gênero”, e um documentário intitulado “A Face Oculta do Feminismo” (2022). A afiliação de algumas antifeministas à plataforma demonstra a íntima conexão entre estas e demais produtores de conteúdo conservador.

Diferentes pesquisas têm demonstrado a aproximação entre a produtora, Olavo de Carvalho, o bolsonarismo e a extrema direita. (CASIMIRO, 2020) (BALESTRO; PEREIRA, 2020). A Brasil Paralelo, por outro lado, tem se esforçado bastante nos últimos anos, pelo menos no campo jurídico, para tentar desvincular sua imagem dos “ideólogos” mais extremos, como Olavo de Carvalho. Digo no campo jurídico, pois o conhecimento científico virou alvo da produtora, que passou a mover ações na justiça contra pesquisadores que analisam suas produções, como ocorreu com o livro “Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo”, organizado por Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos e João Elter Borges de Miranda (2020). No “direito de resposta” que a produtora ganhou na justiça e que foi publicado no final deste livro, a produtora afirma:

Ressalte-se que a Brasil Paralelo pretende apenas revisitar a história brasileira, não para alterá-la à sua própria vontade, mas para derrubar o muro simbólico que permanece erguido nas narrativas que foram legadas à nossa população e que ainda dividem o Brasil. A informação apresenta-se como pilar primordial para a evolução de nossa sociedade, e por esta razão a Brasil Paralelo quer resgatar aquilo que a população brasileira não pôde herdar, mas que tem a profunda certeza de que merece saber: a verdade. (Publicado em: SANTOS; MIRANDA, 2020, p. 464).

A mesma retórica é utilizada nas três cartas publicadas como “direito de resposta” aos textos de Flávio Henrique Calheiros Casimiro; Mayara Balestro e Eduardo Pereira; e Karine Rodrigues Firmino. Os objetivos de “revisitar a história brasileira”, revelar uma “verdade” que, ao longo de décadas de pesquisas historiográficas no Brasil, nenhuma(um) historiadora(or) haveria descoberto, ou pior, que as(os) historiadoras(es) teriam escondido, convergem com a forma de pensar e produzir do antifeminismo. A análise da postura anticientífica da produtora Brasil Paralelo está bem exposta nos textos que foram alvo de ações judiciais da produtora. (SANTOS; MIRANDA, 2020). A exposição do modo de operar da Brasil Paralelo é importante, pois é esse o meio que antifeministas encontraram para disseminar suas ideias, vender seus produtos (livros, cursos), ganhar seguidores em redes sociais e, com isso, alcançar popularidade suficiente para ocupar cargos públicos na política.

Neste texto, busquei apresentar as características do período em que se desenvolveu o novo conservadorismo brasileiro; as pautas que unem diferentes setores da direita e a centralidade do “gênero” nestas; e, por fim, as influências e conexões com outros produtores de conteúdo conservador. O antifeminismo tem suas particularidades, como está exposto ao longo dos capítulos desta tese, mas faz parte de um projeto político maior, que defende uma forma de governar no sentido expresso por Foucault (2014), de nortear condutas e produzir formas específicas de estar no mundo.

2. BASES TEÓRICAS DO ANTIFEMINISMO

As bases teóricas que envolvem a produção do pensamento antifeminista brasileiro são o objeto desse capítulo. O antifeminismo não é uma novidade na história do ocidente, por isso faz-se necessário definir de qual antifeminismo estamos falando e em quais bases teóricas ele se constitui. Sendo assim, neste capítulo procuro demonstrar as convergências entre o antifeminismo e outras correntes de pensamento conservadoras e conspiracionistas.

Na primeira parte do capítulo, “Antifeminismo: definições e comparações”, exploro as possíveis definições para a palavra “antifeminismo”. Conceitos como masculinismo, misoginia e patriarcado são elaborados para tecer um quadro de comparações e apontar de que forma eles se aproximam ou se afastam das narrativas antifeministas atuais. Na sequência, exploro as formas como o antifeminismo se configurou ao longo da história, ressaltando sua presença nas mais diversas esferas da sociedade e da cultura. Por fim, exponho as principais características da produção teórica antifeminista, procurando uma aproximação do conteúdo apresentado nas fontes que estão em análise nessa tese.

Em “Reações ao feminismo: medo, backlash e pânico moral” proponho uma reflexão sobre o medo como propulsor da produção antifeminista. Nesse sentido, inicio o subcapítulo explorando alguns dos medos que circularam ao longo da história como reação à luta das mulheres. Na sequência, exploro os conceitos de *pânico moral*, com base nos estudos da antropóloga Gayle Rubin, e de *backlash*, da jornalista Susan Faludi. Algumas aproximações entre estes dois conceitos podem ser observadas através dos exemplos de períodos históricos que as pesquisadoras utilizam para analisar a configuração desses processos. Finalizo o subcapítulo analisando alguns dos sintomas do pânico moral e do *backlash*, que podem ser também observados no contexto brasileiro atual.

Na sequência, em “Pensamento conspiratório e disputa pela *verdade*”, reflito sobre a centralidade que a revelação de uma suposta *verdade* ocupa no pensamento antifeminista. Na primeira parte apresento as bases sobre as quais são produzidas grande parte das teorias conspiratórias que circulam na atualidade. Localizo a narrativa sobre a “ideologia de gênero” como parte desse quadro de teorias conspiratórias, na medida em que esta apresenta as mesmas características. Na segunda parte, discuto como a produção da *verdade* é relevante na narrativa antifeminista e como esta se opõe àquilo que é apresentado como o “método” feminista. Antifeministas constroem uma narrativa que utiliza ferramentas para validar sua produção, assim como dados considerados científicos para provar uma “verdade”. Ao mesmo tempo, a

produção do conhecimento científico é atacada quando este produz conteúdos que são opostos a esta *verdade* anunciada. Para isso, apresento como o antifeminismo utiliza a produção e atuação de Margaret Sanger, Alfred Kinsey e John Money, conectando-as a feministas atuais e atacando a produção teórica feminista.

2.1. Antifeminismo: definições e comparações

Já faz mais de um século que as feministas lutam para criar um termo que coloque nome à dominação masculina. Essa consideração, feita pela historiadora Christine Bard (2000), demonstra a centralidade que a linguagem ocupa na luta feminista. É preciso nomear aquilo que se pretende combater. Se o enfrentamento ocorre no campo da linguagem, comecemos pelas palavras que circularam com mais frequência ao longo da história para dar nome ao que se opõe à luta das mulheres por emancipação e igualdade.

O primeiro termo proposto pelas feministas foi “masculinismo”, seu uso referia-se a algo mais geral e abrangente do que “patriarcado”, pois este era utilizado com conotações exclusivamente religiosas. O sentido que atualmente atribuímos à palavra patriarcado, ou seja, “sistema social segundo o qual os homens estão no centro, como chefes de família, na vida social e política, na transmissão de valores patrimoniais pelo lado paterno”¹⁶, começa a aparecer nos dicionários apenas nos anos de 1970. Os(as) antifeministas eram então chamados de masculinistas. (BARD, 2000). Atualmente o que conhecemos como masculinismo segue uma trilha antifeminista, mas convém tecer algumas considerações sobre esse movimento, a fim de observarmos alguns pontos em que ele se aproxima ou se afasta do antifeminismo que está em análise nesta tese.

O sociólogo Lenin Bicudo Bárbara afirma que:

Para resumir ao máximo, podemos dizer que um masculinista típico acredita que vivemos em um mundo que gira ao redor das mulheres – uma ginocracia, para usar o termo empregado por muitos masculinistas –, no qual a própria masculinidade está em crise. [...] muitos masculinistas são explícitos em propor que as mulheres em geral, e as feministas em particular, seriam as culpadas pelos problemas que presentemente afetam os homens. (BÁRBARA, 2018, p. 473).

Em outras palavras, as mulheres são sempre as vilãs da história: se um homem é acusado de estupro ou qualquer forma de violência e/ou discriminação de gênero, a acusação é falsa; se a relação com os filhos é ruim após um divórcio, é por causa da alienação parental feita pela

¹⁶ Referência: < <https://www.dicio.com.br/patriarcado/> > Acesso em 14 jul. 2022.

mãe; se um homem não consegue ter uma namorada ou esposa, é porque as mulheres apenas se interessam por homens bonitos ou ricos, e assim por diante. Na visão masculinista, as coisas vão mal no mundo porque as mulheres deixaram de cumprir a sua função tradicional na sociedade. O que significa esse papel “tradicional” da mulher não é um consenso entre masculinistas, mas em geral predomina a ideia de que a mulher deveria ser leal para com o homem e cumprir a sua função de boa mãe e esposa. (BÁRBARA, 2018).

Aprofundando a definição do que é masculinismo hoje, Bárbara (2018) afirma que dois pontos precisam ser levados em consideração. O primeiro é que o masculinismo se trata, desde sua origem, de uma reação intelectual às conquistas das mulheres no século XX. Nesse sentido, o pesquisador cita os escritos de Belfort Bax (1854 –1926), por conter ideias que circulam até o presente entre os masculinistas¹⁷. O segundo ponto é que a atual manifestação dessa “corrente cultural” se articula e expõe suas ideias em um ambiente virtual denominado “manosfera”.¹⁸ Nesse ambiente, articulam-se grupos que compartilham entre si uma visão masculinista do mundo, mas que divergem quanto a opiniões sobre temas específicos ou sobre a “filosofia” de vida que seguem.

Dentre os grupos, destacam-se, por exemplo, o MRA, “Ativistas pelos Direitos dos Homens”¹⁹, movimento que prega a liberação da dominação feminista, já que o feminismo seria o responsável por aflorar tudo o que há de pior na natureza feminina. Enquanto o MRA propõe que os homens se organizem para subverter a dominação exercida pelas mulheres, o MGTOW, “Homens que Seguem o Próprio Caminho”²⁰, prega o “separatismo”, ou seja, que os homens evitem ao máximo qualquer envolvimento afetivo com mulheres, pois o controle emocional e afetivo seria a chave da manipulação que elas exercem sobre os homens. O não envolvimento com mulheres é uma escolha estimulada pelo MGTOW, diferente dos Incels, os “Celibatários Involuntários”²¹, grupo de homens que se julgam incapazes de ter um relacionamento afetivo

¹⁷ Bárbara afirma que “o masculinismo é uma espécie de pseudociência social”. As ideias que circulam na manosfera referem-se a aspectos do cotidiano, normas de conduta e mesmo concepções descritivas, e por mais deslocados da realidade que estejam, circulam como se fossem conhecimento. (BÁRBARA, 2018, p. 500 e 503).

¹⁸ “Manosfera é o nome que se dá a um conjunto difuso de plataformas on-line de discussão – composta por fóruns, blogs pessoais, portais de opinião com vários colaboradores, canais de vídeo (ou “vlogs”), etc. – focado no debate de questões ligadas à masculinidade. O grosso dessas discussões é conduzida em língua inglesa, embora haja ramos da manosfera em vários idiomas, inclusive em português.” (BÁRBARA, 2018, p. 496).

¹⁹ Men’sRightsActivists, também pode-se encontrar MRM, Men’sRights Movement, por este ser o “movimento” pelo qual os primeiros se articulam. (BÁRBARA, 2018).

²⁰ A sigla MGTOW significa “Men Going Their Own Way”.

²¹ A sigla Incel significa “Involuntary celibacy”. O sentimento de fracasso, frustração e ódio contra as mulheres é comum em homens que se declaram Incels. O discurso é de que eles não conseguem ter um relacionamento por não serem atraentes fisicamente e nem terem dinheiro suficiente, pois acreditam que as mulheres se atraem por homens que têm algum destes atributos. Fonte: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-58300599>> Acesso em 17 jul. 2022.

e/ou sexual com mulheres, embora desejem. Os *Incel*s frequentemente criticam um outro grupo masculinista, os PUA, “Artistas da Sedução”²², pois dizem já ter tentado aplicar, sem sucesso, suas dicas e técnicas para conseguirem uma relação sexual. Os PUA compartilham uma linguagem de dominação e objetificação das mulheres, e junto com o MRA, compõem os nichos mais populares na manosphere. (BÁRBARA, 2018).

Existem pontos de convergência entre masculinistas e o antifeminismo que é objeto dessa tese. Algumas “teorias” são compartilhadas, como por exemplo, aquela que coloca o homem como o *verdadeiro* “segundo sexo” (BÁRBARA, 2018), expressão que faz alusão ao livro de Simone de Beauvoir. Nessa concepção, os homens é que seriam de fato oprimidos e dominados pelas mulheres. Essa ideia é expressa na obra de Campagnolo (2019), que dedica um subcapítulo de seu livro, “O esquecimento do primeiro sexo”, a desenvolver o argumento de que a vida dos homens tem um valor socialmente inferior às vidas das mulheres e das crianças, apoiando-se na máxima “mulheres e crianças primeiro”. A autora argumenta que “o homem é o primeiro sexo apenas ontologicamente – ou quando se trata de ir à guerra, trabalhar, ser punido, preso, escravizado ou qualquer outra mazela.” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 339).

Apesar das convergências, são significativas as diferenças entre o masculinismo e o antifeminismo aqui analisado. O público para quem se fala é diferente, masculinistas falam para homens e as narrativas antifeministas em análise são dirigidas principalmente a mulheres: “Escrevo para toda moça enganada e desiludida com o pensamento revolucionário, para as feministas que o são por conveniência ou, quem sabe, inocência” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 32), “dedico este guia de bolso a todos os jovens e adolescentes brasileiros” (CAMPAGNOLO, 2021a, p.12). A intensidade com que os conceitos são “aplicados” à realidade também se difere do masculinismo. Por exemplo, com relação à “cultura da falsa acusação de estupro”, para utilizar as palavras de Campagnolo, os masculinistas chegam a defender que qualquer acusação deve ser descartada, visto que na perspectiva deles é impossível a comprovação desse ato (BÁRBARA, 2018). Antifeministas, por outro lado, irão aceitar que o estupro existe e é um

²² A sigla PUA significa “PickupArtists”. Essa é uma área vasta, que vai de fóruns na internet (ex. manosphere) que discutem as melhores formas de seduzir uma mulher, a atividades lucrativas como *coach* de relacionamentos e livros (exemplos: “O jogo – a bíblia da sedução: penetrando na sociedade secreta dos mestres da conquista” de Neil Strauss e “O método Mystery: como levar mulheres bonitas para a cama” de Eric Von Markovik). As “táticas” populares entre PUA utilizam a manipulação como base para abusos psicológicos ou físicos, desde, por exemplo, “*negging*”, que é insultar ou diminuir uma mulher para baixar sua autoestima e fazer com que ela busque pela aprovação do homem, até táticas para superar o “*last-minute resistanceto sex*”, ou seja, quando a mulher “desiste” de fazer sexo na “última hora”. Fonte: <<https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2019/nov/05/pickup-artists-teaching-men-approach-women-industry-street-harassment>> Acesso em 17 jul. 2022.

problema, mas ele é relativizado de outras formas.²³ Em outras palavras, as narrativas antifeministas são mais sutis do que as masculinistas. Existe, portanto, uma distância entre o masculinismo e o antifeminismo e por isso o recorte desta tese não abrange os masculinistas por tratar-se de um outro campo de atuação.

Definido porque masculinistas não são mais sinônimo de antifeminismo ou não são mais os únicos “donos” do antifeminismo, voltemos ao leque de palavras utilizadas pelas feministas para dar nome à dominação masculina. Na década de 1970 o vocabulário de denúncia foi ampliado. Três tipos de comportamento passaram a ser diferenciados: “machismo”, refere-se a um comportamento que pressupõe superioridade do macho; “falocracia”, aponta a dominação social, cultural e simbólica exercida pelos homens; e “sexismo”, denomina uma atitude discriminatória contra o sexo oposto. Além dos termos que nomeiam comportamentos, Bard aponta aqueles que se referem à oposição ao feminismo ou ao que é considerado feminino: “antifeminismo” é utilizado para definir a oposição à emancipação da mulher; “misoginia” significa rancor ou desprezo pelas mulheres e suas reivindicações; e “ginecofobia” refere-se a um medo patológico das mulheres. (BARD, 2000). No Brasil, este último termo parece ter uma circulação mais restrita, enquanto os primeiros, antifeminismo e misoginia, frequentemente se misturam.

O antifeminismo tem uma estreita relação com a misoginia, pois os dois têm como base o desprezo pelo feminismo, em específico, e para com as mulheres ou ao “feminino”, de maneira geral. A historiadora Michelle Perrot (2000) pontua que o antifeminismo é diferente da misoginia, embora às vezes apresente os mesmos meios de ação. As formas de representação das mulheres envolvendo estereótipos e caricaturas são alguns exemplos. Mas o antifeminismo tende a ser mais racional, mais oportunista, pois se ajusta melhor a diferentes contextos e circunstâncias. Antifeministas em geral preferem fazer insinuações, deixar implícita alguma suspeita, a utilizar a agressividade, censurar ou acusar com injúrias. (PERROT, 2000). Ainda que o antifeminismo tenha mulheres como protagonistas na disseminação de suas ideias, a misoginia continua sendo a base desse pensamento. Ela é expressa, por exemplo, na insistência em retratar as mulheres como “naturalmente” fúteis, promíscuas, gananciosas por dinheiro e poder, dentre outros estereótipos.

²³ Uma das formas de relativizar o estupro está no uso do argumento de que mulheres podem inventar abusos por diferentes razões. O seguinte trecho de Campagnolo (2019, p. 361) exemplifica isso: “mulheres também têm mentido sobre estupro por terem alguma doença mental, porque o sexo foi ruim, para se vingar em de alguém, para deixar o namorado com ciúmes, apenas para conseguir atenção e até mesmo porque reprovaram em algum teste importante.” Esse tipo de argumento sugere que todas as denúncias são “suspeitas”, pois “apenas” a palavra da mulher denunciante não seria suficiente.

A exemplo disso, Campagnolo questiona a capacidade das mulheres em alcançar os mesmos níveis de excelência dos homens. O argumento é que quando aumentam as exigências no campo educacional ou profissional, as mulheres “desistem” ou migram para áreas mais “fáceis”, como as ciências humanas. Em sua justificativa, a autora afirma:

Não pretendo demonstrar que todas as mulheres são incapazes de chegar ao mesmo patamar intelectual dos homens, mas tenho minhas dúvidas quanto a se a grande maioria delas está mesmo disposta a grandes sacrifícios por uma vida intelectual – e profissional – de destaque. Obviamente, é uma generalização que tem suas exceções. Mas ainda é, em nossos dias, uma generalização bastante razoável. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 60).

Na sua concepção, a inferioridade das mulheres é decorrente de uma futilidade que é expressão de uma característica “natural” do feminino, pois “apesar de todas as barreiras educacionais terem sido removidas e a internet ter facilitado o acesso ao conhecimento, aos livros e até a videoaulas gratuitas, o advento das redes sociais, como se vê, só aumentou a preocupação das mulheres com a própria aparência”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 72).

A crença na inferioridade intelectual e na menor capacidade profissional das mulheres que é base do antifeminismo é expressa de diferentes formas e em diferentes áreas. Das piadas que ouvimos no nosso cotidiano depreciando as mulheres à deposição de uma presidenta²⁴, os ideais antifeministas estão presentes. “O antifeminismo se projeta em todos os horizontes da política e do pensamento”. (PERROT, 2000, p. 20).

Nós herdamos a definição que a ciência médica elabora no século XVIII sobre a natureza da mulher. Segundo ela: ‘A mulher é antes de tudo uma matriz, uma reprodutora’. Sua inferioridade biológica e psicológica, teorizada sobre essa base pelos cientistas do século XIX, é conseqüentemente admitida no século XX. (BARD, 2000, p. 37, tradução nossa)²⁵.

Entretanto, como aponta Bard, o antifeminismo moderno nem sempre se apoia nessa definição naturalista do sexo, insistindo também nas diferenças culturais. O antifeminismo na cultura sempre se adapta aos novos tempos, assim como não respeita as distinções entre cultura “de elite” e cultura “das massas”. Quanto ao recorte do objeto de estudos, Bard afirma que sem dúvidas podemos dividir o antifeminismo em categorias, como burguês ou proletário, ou aquele

²⁴ Joanna Burigo considera a votação para a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi “indubitavelmente patriarcal”. “Uma maioria esmagadora de homens brancos, ricos e (ao menos declaradamente) heterossexuais” votou pelo afastamento de Dilma em nome “da família” e “de Deus”. Nas palavras de Burigo, “a proporção de homens e mulheres na sessão, aliada aos valores explicitados nas justificativas, acabou por nos oferecer o espetáculo da transmissão do patriarcado, ao vivo e em rede nacional. (...) Um dos deputados chegou a declarar o seguinte: ‘Para me reencontrar com a História, voto sim’. Esta fala é muito significativa quando o presidente é uma presidenta.” (BURIGO, 2016).

²⁵ “Hemos heredado la definición que la ciencia médica elabora en el siglo XVIII sobre la naturaleza de la mujer. Según ella: <<la mujer es ante todo una matriz, una reproductora>>. Su inferioridad biológica y psicológica, teorizada sobre esa base por los científicos del siglo XIX, resulta largamente admitida en el siglo XX.”

que é expresso na indústria cultural, no mercado de trabalho ou na política, e assim por diante. O antifeminismo acompanha o desenvolvimento do feminismo e, como este tem um campo de atuação diverso – são manifestações, reivindicações, processos que correm no campo jurídico ou político, debates, produções culturais, literatura –, o primeiro também se manifesta de forma e em locais diversos.

Se o antifeminismo está impregnado em diferentes setores e se manifesta de diversas formas, como podemos definir “quem são os (as) antifeministas” ou “como identificar um(a) antifeminista”? Com relação à primeira questão, Perrot afirma que em sua maior parte, são homens, pois “o feminismo ameaça e põe em dúvida as posições estabelecidas desde o começo do mundo no que se refere às relações entre os sexos.” (PERROT, 2000, p. 19, tradução nossa)²⁶. No entanto, apesar de eles terem sido os primeiros teóricos (os masculinistas), Bard ressalta que nem naquela época eles tiveram o monopólio do antifeminismo. Já no início do século XX a figura das “*masculinettes*” aparece representando as inimigas do feminismo.

Com relação à segunda questão, como identificar um(a) antifeminista, Bard (2000) pontua que elas(es) nunca se apresentam como membros de uma força coletiva. A falta de espaços como associação, revista, partido, grupos, faz com que seja preciso rastrear individualmente esses homens e mulheres para realizar uma pesquisa sobre o tema. É possível que antifeministas se aglutinem em torno de pautas específicas, como as (os) militantes contra a descriminalização do aborto, ou contra a prostituição, mas nesses casos, nem sempre os grupos se autointitulam como antifeministas. (CRUZ; DIAS, 2015). Sendo assim, o objeto define a direção da pesquisa e as respostas para essas duas questões colocadas variam. O antifeminismo não precisa ser nomeado para existir (ROCHEFORT, 2000), mas no caso desta pesquisa, antifeministas são aqueles que se autodenominam antifeministas e as(os) identificamos através da sua atuação e produção individual contra o feminismo.

O antifeminismo está presente na esquerda e na direita do espectro político. Desde as suas origens o feminismo está associado à esquerda e por isso a ele é atribuída uma força subversiva e perigosa para a ordem estabelecida. Porém, isso não significa que o antifeminismo não esteve (ou não está) presente em movimentos de esquerda. No desenvolvimento do movimento operário de fins do século XIX e início do século XX, os revolucionários diziam que suas esposas não podiam se corromper com os vícios das mulheres da burguesia (PERROT, 2000). Ser chamado de burguês foi uma forma de insulto recorrente para depreciar a luta das

²⁶ “El feminismo amenaza y pone en duda las posiciones establecidas desde el comienzo del mundo en lo que a relaciones entre los sexos se refiere.”

mulheres. “A entrada das mulheres nos partidos socialistas é paga com o abandono obrigatório do feminismo burguês” (PERROT, 2000, p. 20, tradução nossa),²⁷ pois este era considerado incompatível com a luta de classes.

Os anarquistas do mesmo período, mais propensos a combater todas as formas de submissão, foram mais sensíveis com a questão das mulheres, rejeitavam a exploração, defendiam a emancipação sexual e a contracepção. Condenavam, no entanto, o movimento feminista quando este parecia burguês e puritano demais, a crítica era centrada sobretudo no combate que este fazia à prostituição e à pornografia. (BARD, 2000). Condenavam também o que consideravam uma postura de “reformismo”, que diziam ser intrínseca ao feminismo, pois este aspirava a pequenas reformas jurídicas, confiando em que mudanças na legislação poderiam dissolver as desigualdades de gênero. Aos anarquistas do início do século XX, essa postura soava bastante conservadora. (ROCHEFORT, 2000).

O antifeminismo de direita é mais incisivo, é expresso com mais agressividade, pois seus valores estão baseados em uma visão hierarquizada dos sexos. O antifeminismo propõe uma defesa de interesses não apenas individuais, mas também coletivos, dos homens, e com certa frequência se diz defensor da nação e do Ocidente. “Então o antifeminismo de extrema direita, estimulado pelo medo da decadência e pelo desejo de uma nova ordem – em que cada sexo ocupe o seu lugar –, recriminará violentamente o feminismo, desde finais do século XIX.” (BARD, 2000, p. 33, tradução nossa).²⁸ Nas palavras de Campagnolo (2021, p. 120), “o feminismo é anticivilizacional”.

Ainda assim, a direita e setores católicos podem aceitar algumas das reivindicações feministas e inclusive dar a elas suporte.²⁹ Daí podem surgir as divisões entre o feminismo “bom” e o feminismo “mau”.³⁰ Também acontece, como observou Bard (2000) de antifeministas se colocarem na posição dos “verdadeiros” feministas, pois seriam os

²⁷ “La entrada en los partidos socialistas se salda, para las mujeres, con el obligado abandono del feminismo burgués, incompatible, por conseguinte, con la lucha de clases.”

²⁸ “Así el antifeminismo de extrema derecha espoleado por el miedo de la decadencia y el deseo de un orden nuevo - en el que cada sexo ocupe su lugar –, recriminará violentamente al feminismo, desde finales del siglo XIX.”

²⁹ Um exemplo de organização de mulheres católicas a favor de pautas feministas é a ONG *Católicas pelo Direito de Decidir*, que atuam em mais de uma dezena de países, incluindo o Brasil, em prol de pautas relacionadas ao aborto, direitos reprodutivos e autonomia das mulheres sobre o próprio corpo. Evangélicas também se organizam em torno de temas feministas, como a EIG – Evangélicas pela Igualdade de Gênero, que se articula principalmente em torno de temas que envolvem violências contra mulheres, seja no espaço doméstico, de trabalho ou nas igrejas. Ver mais em: < <https://catolicas.org.br/>><<https://mulhereseig.wordpress.com/>> Acesso em 04 jul. 2023.

³⁰ A oposição entre um feminismo “bom” e outro “mau” é feita desde as discussões sobre o sufrágio e está relacionada à definição de limites para a luta das mulheres por direitos políticos e igualdade. (LISBOA, 2017). Na concepção do antifeminismo que é fonte desta tese não existe feminismo “bom”, visto que seu objetivo *sempre* teria sido a revolução sexual e isso consequentemente levaria a desordem dos papéis de gênero.

“guardiões” do papel sublime da mulher, se opondo a influência nefasta das emancipadas. Para exemplificar esse posicionamento, cito uma consideração de Campagnolo sobre a posição de religiosos diante das primeiras reivindicações das mulheres por direitos, tanto na França do século XVIII quanto na América do século XIX. A autora afirma que “o espírito revolucionário e esquerdista não teve nem uma pequena parcela da empatia que os religiosos tinham pela verdadeira dignidade feminina.” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 39 e 40).

O antifeminismo deposita sobre as feministas a responsabilidade por todos os males que acometem as mulheres: a infelicidade, a solidão, a pobreza (ou a piora no padrão econômico), o aumento da violência. O divórcio, por exemplo, frequentemente é considerado por antifeministas o causador da queda no padrão de vida das mulheres e seus filhos. (FALUDI, 2001). De qualquer forma, a infelicidade é dada como certa: “o divórcio, defendido e propagado pelo movimento feminista, elogiado como porta de libertação e acesso à felicidade, muito raramente traz contentamento aos envolvidos”, afirma Campagnolo (2019, p. 48). Para o antifeminismo, a consequência da luta do movimento feminista é que “a insatisfação feminina tem aumentado a cada década, tanto quanto à realização pessoal quanto aos relacionamentos.” (CAMPAGNOLO, *loc. cit.*).

Dentre as manifestações do antifeminismo, podemos destacar diferentes comportamentos. O paternalismo, que coloca a mulher em posição de tutelada, “posição de menor, de mulherzinha a quem se quer bem, mas não se leva a sério” (PERROT, 2000, p. 16, tradução nossa)³¹. No antifeminismo que é objeto dessa pesquisa, o paternalismo aparece sobretudo com o argumento da “proteção” que as mulheres teriam desfrutado e continuariam desfrutando ao longo da história em relação aos homens. Ou seja, na visão antifeminista, as mulheres utilizam da sua posição de inferioridade intelectual e física para garantir a tutela e a proteção dos homens e dessa forma, tiram vantagens³². A zombaria, o riso, a piada, aquela que é contada e apreciada apenas pelos homens, “expressão de um vigor natural” (PERROT, 2000, p. 16), quando questionados, fazem com que isso – o questionamento – pareça um defeito de

³¹ “Posición de menor, de mujercita a la que se quiere bien, aunque sin tomarla demasiado en serio.”

³² A inferência da inferioridade física das mulheres é explícita e da inferioridade intelectual é implícita em diferentes trechos das fontes. Por exemplo, ao citar Esther Vilar e seu livro “O homem domado”, Campagnolo (2019) expõe a tese de que há dois modos de vida possíveis, um animalesco e outro espiritual. Segundo a autora, a mulher escolhe “viver como bicho”, para sua própria sobrevivência: “por que não usam as mulheres o seu cérebro? Não o usam porque, para se conservarem vivas, não necessitam de aptidões espirituais. Teoricamente seria possível uma mulher ter menos inteligência que, por exemplo, um chimpanzé e, no entanto, afirmar-se entre homens.”. (VILAR, sem ano, p. 12, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 334).

temperamento das mulheres, elas é que não têm capacidade para entender, ou senso de humor para aceitar as piadas. Essa é a base para a defesa do “politicamente incorreto” na atualidade³³.

A aparência é objeto privilegiado para antifeministas. A maquiagem, a roupa, o próprio corpo, a idade, a voz, os cabelos, os gestos, a mulher é analisada em detalhes. Perrot (2000) aponta para as imagens da “feminista” que circularam durante o século XX: mãe castradora, mulheres infiéis e sedutoras que roubam o papel dos homens, lésbicas masculinizadas, mulheres de vida pública foram tidas como histéricas, e mais tarde as intelectuais como míopes (pois não teriam capacidade para ver ou compreender coisas que são óbvias), malvestidas e celibatárias. As feministas também foram consideradas aquelas que eram contra a galanteria, afinal seriam feias e frustradas e por isso desejariam acabar com “o amor”. “O que [Peggy] Orenstein estava comemorando com sua narrativa era o enterro do jogo da conquista”, afirma Campagnolo (2019, p. 357), ao defender que o que as feministas chamam de assédio é apenas uma “tentativa” masculina, uma investida malsucedida. Um clichê leva a outro, e se as feministas denunciam o assédio e não querem os homens é porque são lésbicas. Contra as lésbicas há uma série de preconceitos, pois elas “são aquelas feministas que põem em dúvida seu único destino.” (BARD, 2000, p. 32). Antifeminismo e lesbofobia andam juntos. Todas essas imagens veremos presente no antifeminismo que está em análise nesta tese.

Outra característica apontada por Perrot (2000), e que se faz presente no antifeminismo brasileiro atual, é a escolha de seus “bodes expiatórios”. Perrot dá o exemplo de George Sand, pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, que é apontada, assim como outras, como *marisabidillas* (mulheres que acham que sabem tudo, espertalhonas), seus defeitos e faltas reais ou imaginários são expostos e ressaltados: são péssimas mães, abandonaram suas famílias, são rancorosas, e sobretudo são acusadas de terem uma grande afeição pelo dinheiro e um desejo pelo poder, por essa razão são acusadas de traição para com seus amigos e ideais. No antifeminismo brasileiro atual, os “bodes expiatórios” são quase em sua totalidade estrangeiros: Mary Wollstonecraft, Elisabeth Cady Stanton, Virgínia Woolf, Alexandra Kollontai, Margaret Sanger, Simone de Beauvoir, Betty Friedan, entre outras. Essas mulheres são “analisadas” para

³³Josnei Di Carlo e João Kamradt (2018) exploram a relação entre a popularização da expressão “politicamente incorreto” em manuais e guias sobre história, filosofia, sexo, entre outros, e atores políticos como Jair Bolsonaro (eleito presidente em 2018), que faz uma espécie de tradução desses conteúdos para o grande público. “Politicamente incorreto” é uma expressão que dá ares de contestação e subversão a opiniões e crenças extremamente preconceituosas, racistas, xenófobas, capacitistas, sexistas, etc.

além de suas obras teóricas, são pintadas como mulheres temperamentais, desequilibradas, frustradas, infelizes, promíscuas, pervertidas e perversas ou, no melhor dos casos, confusas.³⁴

Perrot (2000) afirma que, apesar de o antifeminismo não ter produzido um grande número de obras teóricas, desde o século XIX grandes filósofos incluíram em suas obras análises sobre as diferenças entre os sexos, alertando para a ameaça do feminismo. O antifeminismo também inspirou obras literárias de diferentes gêneros, sobretudo ficção, e filmes. Muitos trabalhos acadêmicos já analisaram conteúdos antifeministas veiculados nesses meios³⁵. Mas o que interessa a este trabalho é que a produção teórica do antifeminismo brasileiro atual é inspirada nas esparsas obras que têm como tema central o ataque à emancipação das mulheres. Os autores citados com certa frequência vão desde os mais antigos e que abordam assuntos que extrapolam o antifeminismo, como o escritor inglês G. K. Chesterton (*O que há de errado com o mundo*, de 1910, e *A superstição do divórcio*, de 1920), até obras mais recentes e específicas sobre antifeminismo, como as do historiador e teórico militar israelense Martin Van Creveld (*O sexo privilegiado*, de 2013), do escritor americano Warren Farrel (*The myth of male power*, de 1993) e das antifeministas americanas Suzanne Venker e Phyllis Schlafly (*O outro lado do feminismo*, de 2011). As (os) autoras (es) brasileiras (os) também utilizam como referências autores conservadores católicos ou pertencentes a outras denominações cristãs que falam de temas específicos³⁶. Utilizam, ainda, textos feministas, seja

³⁴ Em nota de rodapé, Campagnolo parece desejar o afastamento dessa constante de ataques pessoais a feministas, mas em seguida explica porque isso é “relevante” na construção do argumento antifeminista: “Reservei um pequeno trecho neste subcapítulo para discorrer sobre as escolhas de vida de Mary [Wollstonecraft], depois de ter escrito inúmeros subcapítulos (ver capítulo primeiro) que discorrem exclusivamente sobre sua produção intelectual. Isso para que não seja acusada de sobrepujar as imoralidades da vida privada sobre o conteúdo da obra. Por outro lado, não poderia deixar de navegar por esses turbulentos mares sem correr o risco de que Wollstonecraft seja retirada da lista de mulheres feministas e libertinas. Ela era verdadeiramente feminista em virtude da vida que teve, das escolhas que fez.” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 328). Ou seja, uma “verdadeira” feminista é pervertida de alguma forma e esse ponto é central na ideologia antifeminista.

³⁵ O livro “Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres (2001) analisa o antifeminismo presente em diferentes setores, como a TV, filmes, campanhas publicitárias, reportagens em jornais e revistas. Com relação ao viés antifeminista em publicações brasileiras, Soihet (2007) analisou as publicações do jornal O Pasquim nos anos de 1960 e Mello (2019) analisou a revista Cláudia das décadas de 1970 e 1980.

³⁶ Por exemplo, sobre a “ideologia de gênero” são citadas referências estrangeiras como *Gender, quem és tu?* do sacerdote belga Olivier Bonnewijn; *Ideologia de gênero* do advogado argentino Jorge Scala e brasileiras como *Gênero: ferramenta de desconstrução da identidade* de Felipe Nery e *Ideologia de gênero* de Marisa Lobo.

para “análise” ou para reproduzir os dados que as obras veiculam³⁷. Também são comuns citações de textos jornalísticos, sobretudo veiculados em sites conservadores³⁸.

Para concluir os apontamentos sobre uma definição do que é antifeminismo, proponho que neste trabalho o antifeminismo seja pensado para além da oposição ao feminismo. O primeiro não é o contrário do segundo, apesar de sua existência estar condicionada a este. Não é o oposto porque não é um movimento, nem um coletivo, não busca mudanças ou transformações sociais. Pelo contrário, busca restaurar o papel idílico da mulher em uma sociedade do passado, na qual supostamente tudo funcionava em harmonia, uma ordem perdida, em que os dois gêneros (e apenas dois) tinham suas funções bem delimitadas e as cumpriam com resignação e contentamento. As feministas foram aquelas que questionaram esse ordenamento dos gêneros, por isso, em seu sentido mais amplo o antifeminismo se opõe à própria emancipação das mulheres. (BARD, 2000). Portanto, duas palavras são centrais na definição do que é antifeminismo, a primeira delas é ameaça. Nas palavras de Perrot:

Se admitimos que o feminismo – em si muito diverso – é um movimento que pretende alcançar a igualdade entre os sexos, sem negar por isso as suas diferenças, o antifeminismo é aquele que nega essa igualdade vendo no feminismo uma ameaça, mais ou menos sombria, para a ordem de um mundo cimentado na hierarquia sexual e a dominação masculina. (PERROT, 2000, p. 12).

Os avanços conquistados pelas mulheres são o motor de funcionamento para o antifeminismo, pois eles representam uma afronta para a ordem social que se pretende manter. O antifeminismo pretende ser o antídoto contra essa ameaça e o exorcismo para o feminismo. (PERROT, 2000). Em todos os temas abordados nessa tese o feminismo representa uma

³⁷Muitas vezes os dados são utilizados com o sentido oposto que estavam expostos nas publicações originais. Por exemplo, Campagnolo (2019) utiliza com certa frequência os dados de Faludi (2001) torcendo-os. Para ilustrar: Faludi argumenta que, nos anos 1980, ainda que taxas de infertilidade fossem altas para os homens, as mulheres continuavam sendo as protagonistas de matérias de revistas e jornais sobre o tema. Com isso, a autora demonstra que os discursos sobre fertilidade bombardeavam as mulheres, com o objetivo de lembrá-las que seu relógio biológico estava correndo. Campagnolo usa esse dado de outra forma, afirma que Faludi “ao tentar provar que a infertilidade era mais recorrente em homens do que em mulheres, se deu conta que nem mesmo a mídia, segundo ela ‘controlada pela extrema-direita’ deu atenção aos homens”. Disso, ela conclui que enquanto “a condição clínica e médica das mulheres vem progredindo espantosamente”, “os homens passaram para o quarto lugar de interesse na saúde pública” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 342). O objetivo de Campagnolo é ressaltar que os homens são deixados em segundo plano até mesmo na saúde (eles são o *verdadeiro* segundo sexo).

³⁸Nas fontes antifeministas analisadas são citados sites conservadores e de viés religioso que produzem notícias sensacionalistas que muitas vezes são distorcidas ou falsas. Campagnolo (2019) cita uma notícia já conhecida como falsa, de uma suposta líder feminista, chamada Helena Ramirez, que teria dito em um programa de TV brasileiro que as mulheres não deveriam “fazer sexo de quatro”, pois essa posição às colocaria em desigualdade com o homem. Helena Ramirez não existe, essa notícia foi produzida por um site de humor em 2011. Nesse ano, uma imagem da radialista britânica Anne Diamond ilustra “Helena Ramirez”, em 2016 a mesma notícia circulou com uma imagem da atriz Vera Fisher no Programa do Jô e em 2019, ano em que Campagnolo lançou seu livro, a notícia foi reciclada mais uma vez, agora em um layout falso do Portal G1 e ao invés de “feminista Helena Ramirez” a notícia atribuía a fala a uma “socióloga Sara Zambelli”. Fonte: < <https://www.e-farsas.com/uma-ativista-feminista-pediu-para-as-mulheres-nao-transarem-mais-de-quatros.html>> Acesso em 04 de ago, 2022.

ameaça: na educação, na família, no mercado de trabalho, na participação política, no acesso a direitos reprodutivos, no questionar a identidade de gênero, e sobretudo no que tange ao cristianismo e aos próprios valores do Ocidente.

A segunda palavra central na narrativa antifeminista é excesso. Bard (2000) apontou para essa característica e ela está presente nas fontes de diferentes formas. Ela é expressa na ideia de que as mulheres “foram longe demais” nas suas reivindicações. Por isso as caricaturas das feministas são importantes e a vida pessoal de feministas precisa ser destrinchada e exposta. Essa é uma forma de expressão de um paternalismo masculino e/ou cristão, em que a Igreja ou os Homens tutelam as reivindicações e manifestações, limitam o que é aceitável e até onde as reivindicações das mulheres são legítimas, ou até onde elas *podem* ir.

É certo que feminismo conquistou vitórias que em algumas décadas atrás pareciam sonhos distantes, como afirma Constância Lima Duarte (2003, p. 196), “suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão, receber salários iguais, candidatar-se ao cargo que quiser...”. No entanto, a pesquisadora considera que a grande derrota foi a instalação de um preconceito que envolve a palavra *feminismo*. “A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não só promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal-amada, machona, feia e, a gota d’água, o oposto de ‘feminina’.” (DUARTE, *loc. cit.*). Perrot reflete que as imagens estereotipadas da “feminista” tiveram papel ativo no esquivamento de muitas mulheres em se autodenominar feministas. “Daí vem o famoso ‘eu não sou feminista, mas...’ que manifesta o desejo de marcar distâncias, de querer afastar-se do que consideram uma imagem negativa, ao mesmo tempo em que se sentem invadidas por um confuso sentimento de encontrar-se em uma armadilha” (PERROT, 2000, p. 15, tradução nossa)³⁹.

O antifeminismo apresenta-se em uma disputa narrativa sobre as mulheres, pretendendo delimitar as possibilidades de ser e viver no mundo. Ele constantemente prega qual é o lugar das mulheres na sociedade e de que forma elas *podem* ou não ocupar diferentes lugares. Mas com relação à sua forma de atuação, o antifeminismo esbarra em uma contradição: “quando se mostra muito explícito, muito grosseiro, muito misógino, o antifeminismo se condena, e quando se politiza em excesso, se priva igualmente de uma parte dos apoios que poderia ter.”. (BARD,

³⁹ “De ahí el famoso: <<Yo no soy feminista, pero...>> que pone de manifesto el deseo de marcar distancias, de querer alejarse de lo que se consideran una mala imagen, al mismo tiempo que se sienten invadidas por el confuso sentimiento de encontrarse ante una trampa.”

2000, p. 38, tradução nossa)⁴⁰. A questão é que na atualidade esse discurso de ódio contra movimentos sociais ocupou e ocupa posição central no modo dominante de fazer política. O contexto brasileiro pós-2016 favoreceu o desenvolvimento de narrativas misóginas e muitas mulheres e homens antifeministas souberam como surfar na onda conservadora.

Embora não haja fórmula para combater o ódio e o preconceito, talvez seja importante apontar os possíveis ecos que as narrativas antifeministas estão fazendo. Tanto diante das derrotas legislativas que se concretizaram nos últimos anos quanto das violências que aumentaram significativamente. Fica a questão colocada por Bard (2000, p. 38), “como estabelecer conexão entre o antifeminismo – violência que se pode qualificar de simbólica –, e as concretas agressões contra as mulheres, quer dizer, os maus tratos, as agressões e inclusive a morte?”.

2.2 Reações ao feminismo: medo, *backlash* e pânico moral

Embora não chegue a **defender abertamente a separação total entre a mãe e suas crianças, como fazem as feministas atualmente**, Mary [Wollstonecraft] acreditava que as mães eram incapazes de dar boa educação aos seus filhos por causa da limitação intelectual das mulheres de sua época. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 51, grifos meus)

O medo está na base do desenvolvimento do pensamento antifeminista, ele é o combustível que alimenta a reação contra o movimento das mulheres. Os medos podem ser reais ou imaginários, individuais ou coletivos. (PERROT, 2000). Frases como a citada na fonte acima tem como objetivo gerar medo em leitoras e leitores, e não por acaso estão pouco explicadas. Quais feministas atuais *defendem abertamente a separação total entre a mãe e suas crianças*? Ou, como seria essa separação total, as crianças iriam para abrigos? E por que as crianças seriam separadas de suas mães?⁴¹ Mas antes que a leitora possa refletir sobre isso, o medo de perder seus filhos para o feminismo já está instalado.

⁴⁰ “Cuando se nos muestra demasiado explícito, demasiado grosero, demasiado misógino, el antifeminismo se condena, y cuando se politiza em exceso, se priva igualmente de una parte de los apoyos que podría tener.”

⁴¹ A única parte do texto de Campagnolo que cita algo parecido com isso está em outro capítulo, em um trecho em que a autora se refere aos *kibutzim* israelenses, onde o dormitório das crianças era separado dos adultos, e por isso, elas dormiam longe dos pais. Segundo Campagnolo (2019, p. 121), “os *kibutzim* eram pequenas comunidades israelenses economicamente agrícolas ou agroindustriais e auto-suficientes [*sic*]. Essas comunidades ficaram conhecidas porque pretendiam ter uma organização igualitária e democrática. A propriedade dos meios de produção era coletiva e a administração era conduzida por todos os membros. Nessas comunidades, a lavagem de roupas e cozimento de alimentos eram públicos, assim como cuidar das crianças. Até mesmo o dormitório dos filhos ficava longe dos pais”. Quando Campagnolo (*loc. cit.*) usa o exemplo dos *kibutzim* é para afirmar que essa foi uma experiência fracassada, pois “as mulheres simplesmente não aguentaram esse sistema”.

São muitos os medos explicitados no pensamento antifeminista brasileiro contemporâneo e muitas vezes eles provocam ou alimentam outros medos que são de ordem pessoal, sentidos por cada indivíduo crente de alguma forma que no feminismo reside uma ameaça. A historiadora Christine Bard (2000) diferencia esses sentimentos chamando de medo aquilo que se sente diante de algo conhecido e de angústia o que se sente diante do desconhecido, no caso, do que se supõe que poderia ocorrer com a emancipação feminina. Medos e angústias misturam-se e ajustam-se ao contexto em que estão inseridos, adaptam-se às diferentes realidades, resistem ao tempo e povoam o imaginário de homens e mulheres.

Ao longo de sua história, o feminismo provocou nos homens o medo de uma perda de poder, de que com as mulheres houvesse uma invasão do irracional, das emoções, das superstições, havia uma potência feminina ameaçadora que se acreditava necessário reprimir. A historiadora Michelle Perrot (2021) afirma que na sociedade francesa do século XIX, coexistem duas imagens de poder das mulheres, uma maternal e benéfica, e outra mágica, uma potência do mal. Caberia aos homens controlá-las, pois se estivessem conformadas em seu papel tradicional de donas de casa, seriam aliadas, uma força civilizadora capaz de unir os valores da família e da nação.

Mas renunciem elas a esse papel, queiram usurpar o poder masculino – como Catarina de Médici, encarnação do mal e da infelicidade –, deixem desencadear a violência, o gosto pelo sangue, a paixão noturna que nelas habita, e a história, tal como um rio selvagem que sai do seu leito, destruirá tudo à sua passagem. (PERROT, 2021, p. 183).

No século XX, no contexto da entrada das mulheres no mercado de trabalho e em outras atividades antes apenas masculinas, predominou o medo da desvalorização que um aumento de mulheres introduziria nas atividades profissionais, esportivas ou criativas. (PERROT, 2000). Campagnolo reproduz a visão do filósofo Stuart Mill (1806–1873) sobre o tema da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Embora defendesse que as mulheres eram capazes de desenvolver a maioria dos trabalhos intelectuais que os homens, ele considerava que a contribuição econômica da mulher para a renda da família não era desejável. Segundo ele, **isso podia desajustar o mercado. E ele estava certo sobre isso**, apesar de sua mulher nunca ter se dobrado a esse argumento. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 97, grifos meus).

Em outro trecho em que se refere ao mercado de trabalho, a autora reafirma que a “inserção das mulheres causou a expulsão de alguns homens, como previu Stuart Mill” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 119), e afirma que nos últimos 60 anos, houve redução de 13% na taxa de homens economicamente ativos. Essas afirmações estão dispostas no texto de Campagnolo sem muita preocupação com o contexto em que estão inseridas e sem aprofundamento da fonte citada, ou mesmo cruzamento com outros dados. O texto sugere que

a redução de 13% na taxa de homens economicamente ativos se deve apenas à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Ou seja, a afirmação reforça o medo provocado pela ideia de que as mulheres “roubam” os empregos dos homens.

Se as mulheres entram no mercado de trabalho, os homens cada vez mais são chamados a colaborar com as atividades de âmbito doméstico. Nesse sentido, expressou-se o medo da desvirilização (PERROT, 2000), de que os homens perdessem seus instintos de agressividade, força e outras características consideradas masculinas. O medo da desvirilização aparece nas fontes antifeministas de diferentes formas, expressando a ideia de que o feminismo promove uma “guerra contra a masculinidade” e ataca a agressividade como um mal em si. Nessa perspectiva antifeminista, as consequências que decorrem dessa “estratégia” são devastadoras:

A força física masculina jamais se torna obsoleta, ela é sempre necessária para conter a invasão violenta de qualquer outra cultura que faça uso efetivo de força também.

[...]

O mesmo acontece com as mulheres. Elas podem estar protegidas da violência da agressividade dos homens se estiverem acompanhadas por um homem tão ou mais forte – ou com capacidade de ação – do que os possíveis agressores. A sobrevivência de nossa civilização depende de reconhecermos e valorizarmos também as características masculinas. Atacá-las é atacar a civilização. (CAMPAGNOLO, p. 349).

O medo também é expresso quando antifeministas alertam que a falta dos valores e/ou da presença masculina em certos ambientes pode gerar consequências negativas para os indivíduos e para a sociedade. Por exemplo, Campagnolo (2019, p. 345) aponta que “feminização da escola” é responsável pelo baixo desempenho escolar dos meninos, pois além de “serem privados da presença masculina em casa” (fato que, segundo a autora, decorre dos altos números de divórcio), na escola há poucos professores homens. Um ambiente escolar controlado por mulheres é apresentado como um risco potencial para os meninos. “Os professores [ou professoras, já que a escola sofre com a falta de professores homens] também respondem ao comportamento agressivo dos meninos quatro vezes mais”. Nesse sentido, os problemas escolares dos meninos estariam sendo “resolvidos” de maneira apressada com medicação, no intuito de controlar seus impulsos agressivos. “Apenas um quinto das crianças que tomam Ritalina é menina” e, por isso, a conclusão é de que “desde que os dopados sejam os meninos, ninguém se importa”. (CREVELD, 2013, pp. 91 e 92 *apud* CAMPAGNOLO, 2019, pp. 345 e 346).

Perrot (2000) ressalta que o medo da emancipação sexual das mulheres também é uma constância no antifeminismo. As mulheres, uma vez “convertidas em donas e senhoras da procriação teriam o poder de recorrer massivamente ao aborto, em primeiro lugar; e depois com a ajuda que representa a facilidade de acesso e crescente utilização dos modernos métodos

anticoncepcionais” (PERROT, 2000, p. 22, tradução nossa)⁴². De fato, temas como aborto, métodos contraceptivos e revolução sexual estão entrelaçados e ocupam posição central nos ataques contra o feminismo atualmente. “O aborto é uma sugestão totalitária e faz parte de uma agenda que inclui a instituição da promiscuidade e o fim da família”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 155). Sobre os métodos anticoncepcionais, Campagnolo afirma que a chegada deles fez com que “a hipersexualização” ganhasse “um novo patamar” (*ibidem*, p. 157). Esse imenso poder sobre a vida inquietou não apenas os homens, demógrafos alertaram para os perigos da queda de taxas de natalidade. (PERROT, 2000).

Por fim, outro medo que se mostrou constante na história do antifeminismo é o medo da não diferenciação sexual. Ele está presente desde o século XIX e era expresso na crença de que a igualdade de direitos tornaria as mulheres viris. Bard (2000) afirma que esse medo aparece em diferentes debates que o feminismo provocou: no sufrágio feminino, pois o acesso a direitos políticos provocaria uma “confusão” entre os sexos, questionaria a própria identidade; na educação, sobretudo a educação mista; no acesso ao trabalho, pois as mulheres tenderiam a adquirir os “vícios” masculinos; e, obviamente, na evolução do vestuário feminino, usar roupas “masculinas” era considerada a própria representação da masculinização das mulheres. Exceto com relação ao sufrágio, todos esses medos aparecem nas fontes antifeministas brasileiras atuais.

Contudo, o medo da não diferenciação sexual é reelaborado quando, mais recentemente, aparece vinculado à chamada “ideologia de gênero”. Muitos medos, individuais e coletivos, se misturam, pois o antifeminismo se mistura a LGBTIfobia. Em um trecho de Campagnolo (2019), no qual a autora pretende resumir o que considera ser a proposta da “teoria de gênero” de Judith Butler, podemos perceber o medo que é provocado pela ideia de não diferenciação sexual:

Em suma, a proposta é que a participação na revolução sexual feminista se inicie com a negação da nossa identidade sexual (sexo) e passando a adotar posturas e comportamentos (gênero) que não se definam nem para a masculinidade nem para a feminilidade, que nos tornemos todos nós uma réplica da própria Butler: alguém para quem se olha sem conseguir enxergar uma mulher, tampouco um homem completo. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 234).

A autora sugere que o feminismo pretenderia impor essa nova norma, em que todos seriam “sem gênero”. A possibilidade de uma sociedade “sem gênero” ou a existência de um “terceiro” gênero, ou múltiplos gêneros, atualiza a já antiga ameaça que o feminismo representa,

⁴² (...) “convertidas en dueñas y señoras de la procreación al poder recurrir de forma masiva al aborto, en primer lugar; y Después con la ayuda que representa la facilidad de acceso y creciente utilización de los modernos métodos anticonceptivos”.

aquela que afronta a ordem social bem estabelecida, onde existem apenas dois gêneros e cada um deles *deve* cumprir rigorosamente o seu papel. (PERROT, 2000). Nesse sentido, “tanto o feminismo quanto a homossexualidade vão contra as representações usuais que têm sido feitas do feminino e do masculino, e por isso ambos serão relegadas ao opróbio”. (BARD, 2000, p. 33, tradução nossa)⁴³.

A ideia de que o feminismo ameaça as estruturas da sociedade, porque tem um plano de poder e controle da mesma, é uma constante no antifeminismo. O medo, nesse sentido, acompanhou a história da emancipação das mulheres. No entanto, houve momentos na história em que a tensão direcionada contra o feminismo aumentou. Diferentes teóricas (os) apontaram para essa espécie de reação coletiva, que ocorre após um período de avanço nas questões dos direitos sexuais e, geralmente, em meio a crises. Para refletir sobre esses momentos, a jornalista Susan Faludi usou o conceito de *backlash*, e a antropóloga Gayle Rubin desenvolveu o conceito de *pânico moral*, do historiador Jeffrey Weeks. Cabe aprofundar esses conceitos com o objetivo de traçarmos algumas similaridades entre eles. Esses conceitos podem nos dar pistas para compreender o contexto que possibilitou a emergência de um pensamento antifeminista no Brasil contemporâneo.

O ensaio *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade* foi apresentado pela antropóloga americana Gayle Rubin em uma conferência em 1982 e posteriormente publicado, em 1984. O livro *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*, escrito pela jornalista americana Susan Faludi, foi publicado em 1991. Apesar de quase uma década de diferença entre as datas de publicação, podemos dizer que ambos estão inseridos em um contexto de crise econômica e crescente conservadorismo nos Estados Unidos⁴⁴. As áreas em que as autoras estão inseridas, assim como a metodologia, são substancialmente diferentes, mas há muitas convergências entre as duas análises. Começemos compreendendo o conceito de *backlash*.

⁴³ “tanto el feminismo como la homossexualidad contrarían las representaciones habituales que se vienen haciendo de lo femenino y lo masculino, y por eso ambas habrán de ser condenadas al opróbio”

⁴⁴ A crise dos anos 1970 foi intensificada no governo do democrata Jimmy Carter (1977 – 1981) e seu sucessor, Ronald Regan (1981 – 1989), do Partido Republicano, inicia uma fase de governo mais notadamente conservador. Moraes (2019), afirma que “o desastre dos anos 1970 e a degradação do governo Carter contrastavam com o ‘GoodMorningAmerica’ de Regan. Mas não era apenas isso. A fase pior da recessão e os impactos do choque do petróleo estavam no fim. Crescimento de empregos, recuperação econômica, baixa do preço internacional do combustível, baixa inflação, depois dos choques de Paul Volker na Federal Reserve, o banco central americano, ainda durante a gestão Carter. O governo e a mídia tinham o cuidado de esconder sob o tapete muita coisa criada por Regan. Pouco se falava, por exemplo, no monumental déficit federal e no endividamento externo crescente. Assim, os Democratas estavam encurralados e marcados pelo insucesso Carter.”

Ao refletir sobre a história de conquista de direitos das mulheres nos Estados Unidos, Faludi (2001) questiona a imagem do “progresso” como uma linha horizontal, onde só se anda em direção aos avanços. Para a jornalista, uma espiral seria mais representativa desse movimento:

Uma precisa representação gráfica dos progressos das mulheres na história pareceria uma espiral levemente inclinada para um lado, com seus círculos aproximando-se cada vez mais da linha da liberdade com o passar do tempo, mas – como uma curva matemática aproximando-se do infinito – nunca chegando lá. A mulher está presa nesta espiral assintótica, rodando sem fim de geração em geração, aproximando-se cada vez mais da sua meta, sem nunca chegar. Cada revolução promete ser “a revolução” que a livrará da órbita, que finalmente garantirá para ela justiça e dignidade plenas. A cada vez, porém, a curva volta atrás pouco antes da linha de chegada. (FALUDI, 2001, p. 65).

Ainda que a imagem de uma apoteose em que as mulheres chegariam “lá” e alcançariam “justiça e dignidade plenas” seja bastante questionável⁴⁵, a figura da espiral é interessante para pensar os ciclos de avanços e retrocessos que a autora está propondo. Para Faludi, na história houve momentos em que as demandas feministas encontraram um terreno fértil e puderam avançar na conquista de direitos e liberdades. Porém, logo após esses períodos, houve épocas de retrocessos, de ataques ao feminismo e as mulheres foram mais pressionadas a “retornarem” ao seu papel “tradicional” no âmbito doméstico. Esses momentos foram chamados por Faludi de “refluxo” ou “backlashes”. A jornalista identifica dois pontos que pressionam a espiral, fazendo com que ela se incline em direção aos avanços, mas são esses mesmos pontos que concentram o maior furor do *backlash*. São eles a demanda por trabalho remunerado e o controle da fertilidade. Em tempos de *backlash* as mulheres experienciam piores nas condições de trabalho e o controle da natalidade torna-se mais difícil. Os *backlashes* são o ápice do antifeminismo, mas isso não significa que a oposição ao movimento das mulheres desapareça em outros períodos. Nas palavras da autora,

Não há dúvida de que a hostilidade contra a independência feminina sempre esteve entre nós. Mas se o medo e a intolerância em relação ao feminismo são uma espécie de condição viral da nossa cultura, isso não quer dizer que eles sempre se manifestam em sua fase aguda; os sintomas permanecem e periodicamente voltam à tona. E são justamente estes episódios de reincidência, como o que estamos vivendo agora, que podemos definir como ‘backlash’, um contra-ataque para impedir o progresso da mulher (FALUDI, 2001, p. 18).

⁴⁵ Poderíamos questionar quem chegaria “lá” e poderia usufruir de toda a justiça e dignidade plena. Mulheres brancas, negras, latinas, indígenas, das mais diferentes classes sociais e áreas geográficas do território americano chegariam “lá” ao mesmo tempo? Lésbicas masculinizadas, mulheres trans, profissionais do sexo ou mulheres pertencentes a outros grupos sexualmente divergentes também chegariam “lá”? Nesse sentido, a autora parece se lamentar pela impossibilidade de realização de uma utopia feminista, na qual todas as mulheres (mesmo não especificando quem seriam “todas”) poderiam viver em uma sociedade sem desigualdade de gênero.

Um relatório, uma pesquisa, uma notícia, uma campanha publicitária, um filme ou um comediante violentamente misógino que atinge grande sucesso são indicadores do *backlash*. Mas apesar de estes fatos estarem relacionados entre si, a autora ressalta que eles não são coordenados. “O backlash não é uma conspiração” (FALUDI, 2001, p. 19), tampouco um movimento organizado. Para a autora, a falta de coordenação dessas ações e a ausência de lideranças contribuem para que o *backlash* seja menos palpável, mais difícil de ser identificado, e talvez por isso, mais eficiente. “Um backlash contra os direitos da mulher tem sucesso na medida em que parece *não* ter conotações políticas, na medida em que se mostra como tudo, menos uma luta.” (FALUDI, 2001, p. 21, grifos da autora).

O contexto econômico é relevante para o desenvolvimento de um *backlash*, pois não raro eles se desenvolvem em momentos de crise. Esse é um dos pontos de semelhança entre o *backlash* e o *pânico moral*, conceito utilizado pela antropóloga Gayle Rubin para nomear períodos de alta tensão com relação ao sexo.

Para alguns, a sexualidade pode parecer um tema sem importância, uma dispersão frívola de problemas mais graves, como pobreza, guerra, doença racismo, fome e destruição nuclear. Mas é justamente em épocas como esta, quando vivemos com a possibilidade de enfrentar uma aniquilação inimaginável, que as pessoas tendem a sair perigosamente dos eixos no que diz respeito à sexualidade. (RUBIN, 2017, p. 63).

A sexualidade é produto da atividade humana e nesse sentido, Rubin afirma que “o sexo é sempre político”. Mas há períodos na história em que as discussões sobre a sexualidade são mais intensas, “mais controvertidas e mais abertamente politizadas” (*ibidem*, p. 64). São nesses períodos que se desenvolvem os pânicos morais. Conceitualmente, o *pânico moral* é, assim como um *backlash*, uma reação coletiva contra conquistas de uma população sexualmente diversa ou contra a própria existência dessa população. Os medos individuais são canalizados em narrativas contra algum grupo ou atividade sexual desfavorecida.

A mídia fica indignada, o público vira uma multidão furiosa, a polícia é acionada e o Estado promulga novas leis e regulamentos. Após passar o furor, alguns grupos eróticos inocentes terão sido dizimados, e o Estado terá ampliado seu poder para novas áreas do comportamento erótico. (RUBIN, 2017, p. 109).

Para compreender os diferentes períodos na história em que se desenvolveram processos de *pânico moral*, Rubin chama a atenção para algumas tendências gerais no discurso erótico. Dentre elas, a autora aponta a existência de um sistema hierárquico de valor sexual. Nas sociedades ocidentais, esse sistema funciona mais ou menos como uma pirâmide na qual aqueles que estão no topo (casais heterossexuais monogâmicos casados que procriam) desfrutam de uma série de privilégios, enquanto os que estão na base (pessoas trans, sadomasoquistas, profissionais do sexo, etc.) sofrem sanções e retaliações. Respeitabilidade,

legalidade, apoio institucional e benefícios materiais são privilégios, e a falta destes representam punições as populações sexualmente vulneráveis.

Representando essa hierarquia sexual em um quadro, Rubin aponta que as batalhas ocorrem em torno da disputa de onde traçar uma linha divisória entre o sexo “bom” (normal, natural, saudável, sagrado) e o sexo “mau” (anormal, antinatural, nocivo, pecaminoso, extravagante). A linha que demarca a fronteira entre os dois é móvel e após um período de batalhas é possível que alguns comportamentos avancem em direção à linha divisória. Após a chamada revolução sexual dos anos 1960, por exemplo, a autora observa que “os casais em concubinato, a masturbação e algumas formas de homossexualidade estão se aproximando gradualmente do comportamento aceitável” (RUBIN, 2017, p. 87). A linha representa a divisão entre a ordem e o caos sexual. Nesse sentido, um período de *pânico moral* é marcado pelo medo de que algo aconteça e alguma forma “indizível” de sexo passe para o outro lado.

Apesar de não ser restrito a um período na história, os exemplos de *pânico moral* identificados por Rubin mais ou menos convergem com os períodos de *backlashes* apontados por Faludi. A antropóloga cita três momentos na história americana: o final do século XIX e início do século XX; a década de 1950 e a década de 1980, período no qual ela escreve. Faludi também aponta esses mesmos períodos e acrescenta um backlash no final da década de 1920 e na década de 1930. O foco da obra de Faludi é o *backlash* da década de 1980, período no qual a autora escreveu o livro. Rubin analisa os ataques às sexualidades dissidentes, às comunidades eróticas que divergem do sistema heteronormativo, enquanto Faludi se debruça sobre a contraofensiva antifeminista. Veremos as características desses momentos, seguindo a ordem cronológica.

O exemplo de configuração de um pânico moral no final do século XIX e início do XX descrito por Rubin se localiza na Inglaterra e nos Estados Unidos e foi consequência do surgimento do sistema erótico moderno. Descrevendo esse contexto, a antropóloga afirma que,

Durante aquele período, novas comunidades eróticas se formaram. Ser gay ou lésbica se tornou mais viável do que jamais tinha sido. Publicações de arte erótica foram produzidas e disponibilizadas em massa, e as possibilidades de comércio sexual se expandiram. As primeiras organizações em defesa dos direitos dos gays se formaram e as primeiras análises da opressão sexual foram articuladas (RUBIN, 2017, p. 127).

Em contrapartida, os “vícios” de todos os tipos foram combatidos de diferentes formas. Campanhas educacionais e políticas combatiam a masturbação, a prostituição e promoviam a castidade, ao passo que a imprensa e as autoridades da época atacavam a prática do aborto e o controle da natalidade, a literatura obscena e a pintura com nudez. A legislação que permitia a

prisão de homossexuais e prostitutas era fruto das campanhas contra a “escravidão branca”⁴⁶. Em resumo, Rubin (2017, p. 64) afirma que “a consolidação da moralidade vitoriana e do aparato social, médico e legal que a sustentava foi resultado de um longo período de conflitos cujos resultados, desde então, têm sido amargamente contestados”. Isso porque as consequências de um período de pânico moral persistem mesmo depois que o período de maior furor tenha passado.

O primeiro *backlash* descrito por Faludi também data do final do século XIX e início do XX e se configurou como uma reação contra a insipiente organização das mulheres na luta por direitos e liberdades. Os primeiros passos daquilo que viria a configurar-se como o movimento feminista nos Estados Unidos foram dados na convenção de Seneca Falls, no estado de Nova Iorque, em 1848. Faludi ressalta a relevância desse evento, no qual mulheres como Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony exigiam não apenas o direito ao voto, mas também direitos e liberdades nas áreas da educação, do trabalho, do direito conjugal e patrimonial. Nesse momento também já se discutia sobre “maternidade voluntária”, reformas na saúde e na vestimenta. “Perto do fim do século, entretanto, uma contra-reação cultural esmagou os apelos femininos por justiça.” (FALUDI, 2001, p. 67). As mulheres que adiavam a gravidez foram acusadas de estarem promovendo o “suicídio da raça” e as casadas que lutavam por direitos conjugais ou patrimoniais, de provocar uma “crise na família”. Como resultado desse *backlash* “as legislaturas estaduais votaram mais de cem leis restritivas sobre o divórcio entre 1889 e 1906.” e, além disso, “o Congresso considerou ilegal a distribuição de anticoncepcionais e a maioria dos estados julgou o aborto criminoso – pela primeira vez na história do país.” (*ibidem*, p. 68).

O segundo *backlash* na história do movimento das mulheres nos Estados Unidos ocorreu após algumas conquistas das mulheres na segunda década do século XX. Faludi cita os sinais dos avanços nessa década: a luta pelo sufrágio foi retomada, ganhando força em todo o país; o recém-organizado Partido Nacional da Mulher começou, em 1916, uma campanha para a Emenda da Igualdade de Direitos; trabalhadoras formaram seus próprios sindicatos; Margaret Sanger iniciava uma campanha nacional pelo controle de natalidade; surgiam grupos de conscientização de mulheres e até a palavra “feminismo” estava em alta no vocabulário popular. “Mas assim que as mulheres conseguiram o direito de voto, quando umas tantas leis estaduais

⁴⁶“Sobretudo a partir da década de 1870, as metáforas de escravidão para falar da prostituição de mulheres europeias se generalizaram, de modo simultâneo ao deslocamento maciço de trabalhadores europeus para o continente americano. (...) a expressão ‘escravidão branca’ passou a ser predominantemente associada à prostituição forçada de mulheres europeias em outros continentes.” (PEREIRA, 2005, p. 28).

permitiram que elas fossem membros de júri e lhes garantiram igualdade salarial, outro backlash teve início.” (FALUDI, 2001, p. 68). A difamação das feministas foi promovida pela mídia e em romances populares, clérigos e pesquisadores alertavam para os males do trabalho fora do lar e do divórcio. A infertilidade foi mais uma vez anunciada como consequência da igualdade de gênero. “Com a chegada da Depressão, uma nova rodada de leis federais e estaduais forçou a saída de milhares de mulheres das massas trabalhadoras, e as novas regras salariais institucionalizaram índices de remuneração mais baixos para as mulheres.” (FALUDI, 2001, p. 69).

A próxima volta da espiral do *backlash* ocorre no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, de meados da década de 1940 até o começo da década de 1960, esse período é também apontado por Rubin como outro exemplo de *pânico moral*. Faludi destaca que o período de guerra (1939-1945) foi de avanço na história das conquistas do movimento das mulheres. A economia de guerra ofereceu para as mulheres a possibilidade de empregos com melhores salários, além de assistência infantil. As trabalhadoras eram saudadas como “verdadeiras patriotas”, “mulheres fortes e decididas tornaram-se símbolos culturais” (FALUDI, 2001, p. 69), como exemplo, a jornalista cita a criação da Mulher Maravilha pela DC Comics em 1941. No campo jurídico, houve uma nova campanha pela aprovação da Emenda da Igualdade de Direitos, que havia sido proposta em 1923 e algumas dezenas de leis promovendo os direitos das mulheres tramitaram no Congresso. Mas, terminada a Segunda Guerra Mundial, “os esforços da indústria, do governo e da mídia convergiram para forçar o recuo das mulheres.” (FALUDI, 2001, p. 70). Novamente campanhas para enaltecer a função da dona de casa e alertar para os perigos do trabalho e da independência feminina inspiraram um retrocesso legislativo. No final da década de 1940, as mulheres trabalhadoras tiveram que lidar com uma série de desvantagens, como proibições contra o emprego de mulheres casadas, tetos salariais e fechamento de creches.

No entanto, afirma Faludi, a quantidade de mulheres no mercado de trabalho aumentou proporcionalmente nos Estados Unidos entre as décadas de 1940 e 1950. “Enquanto 3,25 milhões de mulheres eram demitidas da indústria no primeiro ano depois da Segunda Guerra Mundial, 2,75 milhões delas ingressavam ao mesmo tempo em outros empregos com salário mais baixo.” (FALUDI, 2001, p. 72). Isso significa que essas mulheres não foram conduzidas *de volta* a suas casas para que se tornassem “felizes donas de casa”, como anunciavam as matérias em jornais e revistas, mas sim que foram rebaixadas a postos de emprego mal remunerados. Nesse sentido, um *backlash* deve ser avaliado não pela redução de participação

das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública de forma geral, mas sim pela piora dos obstáculos que elas têm que enfrentar para diminuir a desigualdade de gênero.

Sobre esse mesmo período posterior à Segunda Guerra, Rubin afirma ainda que mudanças significativas ocorreram na organização da sexualidade na sociedade americana. A perseguição que antes era focada principalmente na prostituição e na masturbação, passou a ser direcionada contra os homossexuais. Estes passaram a ser designados como “delinquentes sexuais”, termo antes utilizado para se referir a estupradores e “molestadores de crianças”. A mistura dos termos fez com que homossexuais fossem vistos com medo e desconfiança pela sociedade.

Do fim da década de 1940 ao começo da década de 1960, comunidades eróticas cujas atividades não se enquadravam no sonho americano do pós-guerra sofreram forte perseguição. Os homossexuais foram, junto com os comunistas, objeto de uma caça às bruxas em todo o país. (RUBIN, 2017, p. 68).

De investigações no Congresso que visavam eliminar a presença de homossexuais de cargos governamentais aos sistemas de vigilância e perseguição estabelecidos pelo FBI, as ações federais refletiram em medidas locais de repressão. As consequências do pânico moral da década de 1950 se estenderam em algumas leis que perduraram até a década de 1970.

Após o pânico moral e o backlash dos anos de 1950, o período da década de 1960 até fins da década de 1970 foi marcado pela liberação sexual e por significativos avanços nas conquistas do movimento feminista. Em 1961 foi aprovada a venda comercial da primeira pílula contraceptiva, que viria a causar grande impacto na vida das mulheres.⁴⁷ Movimentos de contracultura marcaram esse período, que foi palco de uma ebulição de movimentos sociais contestatórios. Organizações internacionais pressionavam os governos para que atuassem no sentido de diminuir as desigualdades de gênero, como exemplo disso, 1975 foi escolhido como o Ano Internacional da Mulher pela ONU e em 1977 o dia 08 de março foi reconhecido pela mesma organização como um dia de luta pelos direitos das mulheres.

Faludi testemunhou esses avanços que eram noticiados com entusiasmo pelos principais veículos de comunicação. Não obstante, no final da década de 1970 já era possível observar abruptas mudanças nessas narrativas que circulavam através da grande mídia americana. Para a jornalista, era o início de um novo processo de *backlash*. Os meios de comunicação passaram a alertar para os perigos que o feminismo representava para a vida das mulheres. Eram matérias em jornais e revistas, campanhas publicitárias, filmes e programas de TV que veiculavam

⁴⁷ Embora outros métodos contraceptivos tenham sido utilizados ao longo da história, a aprovação do uso comercial da primeira pílula, a Enovid, pela Food and Drug Administration (FDA) dos EUA foi resultado da militância das feministas e Margaret Sanger e Katherine McCormack. (POLI, 2011).

mensagens opostas à antiga imagem da mulher independente e livre. As mulheres profissionais, diziam, estavam estressadas, deprimidas e confusas, sofrendo uma crise de falta de confiança. A solidão seria a base dos problemas que afetavam a sua saúde mental. Os “especialistas” advertiam que *esse comportamento* teria levado a uma “epidemia de infertilidade” e que as chances de se casar diminuía a cada ano que passava para as mulheres. De queda de cabelo à infarte, a mídia alertava que as consequências de priorizar a vida profissional sobre a vida pessoal (sobretudo familiar) eram devastadoras. O “excesso de igualdade” foi identificado como a causa de todo esse sofrimento que estaria acometendo as mulheres. Uma frase recorrente nas matérias analisadas e entrevistas produzidas pela autora é a de que as mulheres estariam se dando conta de que elas “não podem ter tudo”. “Tudo” seria uma vida profissional de sucesso e uma família “feliz” e estruturada nos moldes tradicionais. (FALUDI, 2001).

Da mesma forma, refletindo sobre o período em que escreve, Rubin (2017) observa incômodas semelhanças entre o final dos anos 1970/início dos anos 1980 e as décadas de 1880 e 1950. A antropóloga afirma que “a atual contraofensiva de direita em relação ao sexo é em parte uma reação à liberação sexual da década de 1960 e início da década de 1970” (p. 127). Em 1977 uma campanha de revogação do estatuto de direitos dos gays em um condado da Flórida abriu caminho para uma onda de violência, perseguição estatal e adoção de medidas legais contra minorias sexuais e a indústria comercial do sexo. “Desde então, as ações policiais contra a comunidade gay aumentaram perceptivelmente. A imprensa gay documentou centenas de detenções, realizadas desde as bibliotecas de Boston até as praias de São Francisco, passando pelas ruas de Houston.” (*ibidem*, p. 70). Como é típico de um período de pânico moral, o “furor” se espalhou e atingiu outras áreas e minorias nos anos de 1980. Prostituição e obscenidade também passaram a ser alvo da repressão policial com maior intensidade e leis mal elaboradas que anunciavam a intenção de combatê-las foram aprovadas às pressas, gerando consequências não apenas para essas minorias, mas para toda a população em geral.

Algumas semelhanças entre esses períodos de *pânico moral* e de *backlash* nos Estados Unidos podem ser observadas no contexto brasileiro atual. Todavia, antes de aprofundarmos em alguns exemplos, é importante destacar que diferentes pesquisadores observaram a gestação de um *pânico moral* no Brasil a partir da década de 2010. Desde a década de 2000 a sociedade brasileira vivenciou um período de avanços, no que se refere ao reconhecimento por parte do Estado, de uma série de direitos das mulheres e da população LGBTI e políticas de combate à violência de gênero. Para Maria Rita de Assis César e André Duarte (2017, p. 145):

Tais ações estatais decorriam de um conjunto de conquistas dos movimentos sociais feminista e LGBTI, que então passavam a fazer parte de uma agenda de governo e de

governo de corpos, sexualidade e gênero que poderia ser descrita como uma parceria entre Estado e movimentos sociais de caráter progressista.

Como reação a esse período de avanços, César e Duarte (2017) consideram que o processo de *pânico moral* no Brasil se iniciou em 2011, quando o programa *Escola Sem Homofobia* foi rejeitado no Congresso Nacional. O *Escola Sem Homofobia* era parte de um programa maior, o *Brasil sem homofobia – Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual* de 2004, e visava oferecer materiais de apoio a professoras e professores para abordarem nas escolas o tema da diversidade sexual e de gênero. Os debates que antecederam a rejeição do programa foram acalorados e logo a discussão estava na mídia, especialmente nas mídias sociais. Suas (seus) defensoras (es) foram difamadas (os), o programa era acusado de ser propaganda LGBT e foi pejorativamente chamado de “*kit gay*”. Esse era o início do processo de *pânico moral* no Brasil, que continuou ao longo dos anos seguintes com uma narrativa cada vez mais intensa por parte de setores conservadores contra a chamada “ideologia de gênero”. A cruzada contra a “ideologia de gênero” embalou a retirada de toda e qualquer menção da palavra gênero do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e da maioria dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. (CÉSAR; DUARTE, 2017) (MOTTIN, 2019).

O pânico em torno da palavra gênero foi alimentado desde então em diferentes “polêmicas”, e foi utilizado amplamente nas campanhas eleitorais de 2018 e de 2022. Mulheres e homens elegeram-se pautando suas campanhas quase que exclusivamente no discurso antigênero e antifeminista, como foi o caso da autora e organizadora das obras analisadas nesta tese, Ana Caroline Campagnolo. Podemos observar que no Brasil, sobretudo a partir de 2019, as discussões relacionadas ao “gênero” e a sexualidade ficaram mais politizadas. Todas as formações ideológicas descritas por Rubin (2017), que envolvem o pensamento sexual, podem ser observadas também no contexto brasileiro⁴⁸, caracterizando o período de *pânico moral*. O quadro de avanços e conquistas da agenda feminista e LGBTI na década de 2000 apontado por César e Duarte (2017), comparado com os retrocessos das décadas seguintes que foram

⁴⁸ As formações ideológicas do pensamento sexual descritas por Rubin (2017) são: o *essencialismo sexual*, que desconsidera a dimensão social e histórica do sexo e da sexualidade, considerando-o biologicamente determinado. A *negatividade sexual*, ou seja, a crença de que o sexo é uma força negativa, destrutiva e perigosa, assim como a *ausência de um conceito de variação sexual benigna* reforçam a ideia de que existe uma série de normas que devem ser seguidas para conter a negatividade do sexo (o sexo aceitável é o heterossexual e monogâmico para procriação) e que preferências sexuais individuais devem servir como um sistema universal, estabelecendo uma única sexualidade ideal. A *falácia da escala mal posicionada* pune moral ou juridicamente a variedade sexual com uma desproporção incrível. A *valoração hierárquica dos atos sexuais* é reforçada quando sexualidades conformadas à norma gozam de privilégios em relação a sexualidades dissidentes. E, por fim, a *teoria do dominó de risco sexual* expressa o medo de que algum comportamento sexual antes considerado abominável passe a ser aceito socialmente.

observados no campo do debate público dão indícios do *backlash* gestado no contexto brasileiro para conter a pauta feminista.

Esse é o contexto ideológico em que se desenvolve o pensamento antifeminista brasileiro contemporâneo, um campo fértil de *pânico moral* e *backlash*. Vale ressaltar ainda outras semelhanças entre o contexto brasileiro pós-2010, o *pânico moral* de Rubin e o *backlash* de Faludi. O argumento que aciona a “proteção das crianças” é recorrente nesses contextos. Em consequência do pânico moral descrito por Rubin (2017), leis mal elaboradas sobre pornografia infantil foram aprovadas a toque de caixa nos anos 1980, suprimindo liberdades civis importantes. Como exemplo, Rubin cita um projeto que tramitava no senado naquele período: “quando esse projeto for convertido em lei, a simples posse de uma foto de um namorado ou amigo de dezessete anos nu pode levar a uma condenação a quinze anos de prisão, além de uma multa de cem mil dólares.”. (RUBIN, 2017, 2017).

No *backlash* de Faludi, a “proteção” das crianças era acionada no argumento contra as creches, que foi extensivamente explorado na década de 1980 nos EUA. A jornalista fez um recorte para demonstrar esse movimento no jornal Newsweek, em 1984. Primeiro, uma matéria alertava para uma “epidemia” de maus-tratos contra crianças, apresentando denúncias contra diretoras(es) de creches (os casos mais conhecidos foram posteriormente absolvidos nos tribunais). Duas semanas depois, a edição do jornal apresentava a matéria de capa com a pergunta: “Qual é o preço das creches?”, ilustrada com a foto de um bebê de olhos arregalados chupando o dedo. Nas páginas internas, oito laudas eram dedicadas a uma matéria intitulada “Em casa por opção”, que exaltava a história de uma mulher que deixou a carreira para ficar em casa cuidando dos filhos. (FAUDI, 2001, p. 60). O trabalho feminino em tempo integral era relacionado a uma “ameaça” à integridade física e psicológica das crianças.

O argumento da “proteção” das crianças aparece de diferentes formas nas narrativas antifeministas. Ao longo desta tese estão expostos alguns exemplos e quase todos estão relacionados à suposta implementação da “ideologia de gênero”, que ocorreria principalmente através das escolas. Campagnolo (2019, pp. 52, 53) insiste em que os objetivos das feministas “atuais” são “livrar as mães da responsabilidade por seus filhos e maquinar a revolução sexual através do Estado na cabeça das crianças”. Essa ideia circulou nas redes sociais com imagens e mensagens falsas ou manipuladas, alertando, por exemplo, que caso a “ideologia de gênero” fosse implementada, o governo distribuiria livros com conteúdo de cunho sexual para as crianças, os banheiros se tornariam mistos e sem divisórias separando os vasos sanitários (assim todos se veriam nus), mamadeiras com formato de pênis seriam distribuídas, o governo (de

esquerda, caso eleito) mudaria o gênero das crianças a partir dos cinco anos de idade, e assim por diante⁴⁹.

A afirmação de Rubin (2017, p. 109) de que “os pânico morais raramente aliviam um problema real, visto que se voltam a quimeras e significantes” vale para os três exemplos, tanto o *pânico moral* e o *backlash* americano da década de 1980 quanto o atual contexto brasileiro. As leis sobre pornografia infantil que foram rapidamente aprovadas não foram eficazes para erradicar esse problema, apenas serviram para suprimir liberdades individuais antes consolidadas. Da mesma forma, a campanha do *backlash* contra as creches subentendida nas matérias de jornais não resultaria na diminuição da violência contra crianças, visto que pesquisas indicavam que os riscos de uma criança sofrer algum tipo de abuso aumentavam significativamente quando ela ficava em casa. (FALUDI, 2001). Podemos dizer o mesmo sobre a campanha contra a palavra *gênero* nos Planos de Educação e em qualquer política pública. A abolição dessa palavra dos documentos certamente não contribuiu para aumentar a proteção das crianças, pelo contrário, a falta de formação na área de gênero por parte dos professores, como era previsto nos documentos, contribui para que os abusos permaneçam inidentificáveis. (MOTTIN, 2019).

Outros efeitos do processo de *pânico moral* e *backlash* no Brasil foram sentidos no campo político e legislativo. A campanha para eleição de Jair Bolsonaro em 2018 utilizou amplamente notícias que alimentavam o pânico em relação ao “gênero” e, cumprindo suas promessas de campanha, o presidente empossado em 2019 tomou uma série de medidas que retrocederam no combate à discriminação e violência de gênero. Uma das primeiras ações nesse sentido foi a dissolução da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), órgão que era responsável, dentre outras coisas, pelos programas, ações e políticas educacionais com foco na diversidade (de raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social, gênero, orientação sexual, deficiências, geracional e outras que pudessem influir na exclusão social). Desde discussões em âmbito nacional, como a do Estatuto da Gestante⁵⁰, até

⁴⁹ Diversos portais que se dedicam a desmentir notícias falsas monitoram o tema e expõem as histórias que estão em circulação. Ver mais em < <https://revistahibrida.com.br/brasil/10-fake-news-sobre-a-comunidade-lgbt/> > e < <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/11/04/e-fake-que-acao-do-psol-no-stf-quer-obrigar-escolas-adotar-ideologia-de-genero-e-instituir-banheiros-unisex.ghtml> > Acesso em 28 set. 2022.

⁵⁰ O Estatuto da Gestante foi retirado pelo autor da proposta, Eduardo Girão, depois de críticas quanto à sua constitucionalidade. Além de causar obstruções ao aborto nos casos de estupro ou anencefalia, que são garantidos pela legislação brasileira, “a iniciativa ganhou o nome popular de ‘Bolsa-Estupro’ por prever à vítima do abuso sexual, um auxílio para dar continuidade a gestação, e ao agente agressor acesso à informação e cuidado do nascituro, desde a concepção ao exercício da paternidade, proibindo a vítima a negar ou omitir informações ao agressor, sob pena de responsabilização”. (ALVES; RIBEIRO; FLORES, 2021).

ações locais⁵¹, o pânico ressoou ao longo dos últimos anos na política brasileira. Uma das principais consequências para a área da educação foi o avanço do projeto que autoriza a educação domiciliar, o *homeschooling*, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro e aprovado no Congresso Nacional, tramitando no Senado desde 2022.

O furor provocado pelo pânico moral e pelo backlash incita também um interesse intelectual pela área de estudos da sexualidade e do gênero, que busca referências teóricas para compreender essas “guerras” sexuais. (RUBIN, 2017). As pesquisas nessa área apontam que a interpretação de que questões envolvendo sexo e gênero são “cortina de fumaça” (para encobrir outras pautas supostamente mais importantes, na área da economia, por exemplo) já não é mais aceitável aos conservadores. O controle sobre o “gênero” e sobre o comportamento sexual estão na base do projeto político conservador que se implementa no Brasil desde 2019, e as consequências são sentidas com mais força pelas mulheres e pelas populações sexualmente diversas, como apontam os índices.⁵² As batalhas em torno do “gênero” no Brasil indicam que “o sistema sexual está se transformando mais uma vez, e podemos notar vários sintomas de sua mudança.” (RUBIN, 2017, p. 128).

2.3 A verdade no pensamento antifeminista

As produções antifeministas brasileiras contemporâneas estão inseridas em uma matriz teórica de produção de pensamento. Ainda que as influências teóricas sejam diversas, um certo modo de conceber a realidade é compartilhado entre as(os) diferentes autoras(es) que produziram as fontes analisadas nesta tese. Dentre os pontos em comum, destaca-se a crença de que haveria uma verdade oculta a ser revelada, pois o conhecimento “convencional”, a produção científica que é divulgada para o público em geral, estaria contaminada por interesses que visam à obtenção/ expansão de poder ou ao lucro.

⁵¹ Por exemplo, a ordem dada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), para o recolhimento dos gibis “Vingadores, a cruzada das crianças” da coleção Graphic Novels da Marvel, na 19ª edição da Bienal do Livro no Rio de Janeiro. (VICENTE, 2021).

⁵² O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil demonstra o aumento da violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo. No mesmo caminho, a pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta o aumento da violência contra as mulheres no período da pandemia da Covid-19 no Brasil. Fontes: <<https://catarinas.info/brasil-registra-aumento-de-33-no-numero-de-mortes-violentas-de-lgbti/>><<https://agenciabrasil.abc.com.br/saude/noticia/2021-08/violencia-contra-mulheres-cresce-em-20-das-cidades-durante-pandemia>> Acesso em 28 set. 2022.

Nesse sentido, primeiro apresento algumas das teorias conspiratórias que circulam na atualidade e suas características, com o objetivo de posicionar as narrativas acerca da “ideologia de gênero” neste quadro. Em seguida, discuto a forma como a *verdade* é produzida pelo pensamento antifeminista, utilizando-se de ferramentas que passam uma impressão de credibilidade e cientificidade para esta *verdade*, ao mesmo tempo em que atacam um suposto “método” feminista.

2.3.1 Pensamento conspiratório e “ideologia de gênero”

As teorias conspiratórias que circulam atualmente e encontram adeptos pelo mundo todo, inclusive no Brasil, são variadas. Algumas são clássicas e circulam há algumas décadas, já outras são mais atuais ou atualizam-se nos contextos em que se desenvolvem. Tomemos alguns exemplos das crenças nas quais se baseiam algumas das teorias conspiratórias. O “**marxismo cultural**” é uma forma de espalhar a ideologia socialista através da cultura, tendo se tornado hegemônica no mundo. Seus propositores comandam a globalização econômica e através dela pretendem destruir a soberania nacional dos países, por isso esse movimento também é conhecido como **globalismo**.⁵³ O **aquecimento global não existe**, esses discursos são promovidos pela China para seu próprio favorecimento frente aos países ocidentais, mais notadamente os Estados Unidos.⁵⁴ **A terra é plana**, não existe gravidade, espaço sideral ou satélites e a NASA comanda essa farsa.⁵⁵ O **coronavírus COVID-19** foi criado em laboratório propositalmente e junto com a vacina contra ele, um microchip seria implantado na população para controlá-la.⁵⁶ Uma rede poderosa de pedófilos age anonimamente pelo mundo, dentre seus integrantes estão Barack Obama, Oprah Winfrey e até o papa Francisco. Donald Trump (presidente dos EUA entre os anos 2017 e 2021) é o enviado para destruir esse *Deep State* e a missão do **QAnon** é apoiá-lo a fim de preservar a civilização judaico-cristã e impedir a implementação de uma Nova Ordem.⁵⁷ E, para fechar este parágrafo, mas não a lista de teorias conspiratórias que circulam em nossa contemporaneidade, a “**ideologia de gênero**” é um plano

⁵³“O que é 'globalismo', termo usado pelo novo chanceler brasileiro e por Trump?”, matéria publicada pela BBC Brasil em 03/02/2019. <<https://bbc.in/339I5h1>> acesso em 07/09/2020.

⁵⁴“Por que o negacionismo viral lembra o climático?”, matéria publicada pela revista Exame em 22/04/2020. <<https://bit.ly/3iaTOST>> acesso em 08/09/2020.

⁵⁵Uma análise sobre a recepção de teorias terraplanistas no Brasil foi publicada por Albuquerque e Quinan (2019).

⁵⁶“Movimento antivacina cresce em meio à pandemia”, matéria publicada pelo jornal El País em 04/06/2020. <<https://bit.ly/2R1yoLJ>> acesso em 07/09/2020.

⁵⁷“QAnon, a nova teoria da conspiração que se prepara para entrar no Congresso dos EUA”, matéria publicada no jornal El País em 17/09/2020. <<https://tinyurl.com/yykh3p24>> acesso em 20/09/2020.

feminista operacionalizado pela ONU para criar uma sociedade “sem gênero”, esta é a etapa final da implantação do comunismo no mundo.

Evidenciar o quão absurdo é esse conjunto de teorias e afirmar o quão longe do saber científico elas estão, atacar, ridicularizar e, sobretudo, desprezá-las, significa perdermos a oportunidade de compreender a produção desses discursos enquanto fenômeno social. Ao resgatar estudos sobre teorias conspiratórias desde o período pós-II Guerra Mundial, Harambam e Aupers (2015) fazem uma crítica ao hábito de pesquisadores em apenas apontar para irracionalidade dessas teorias e a sua pouca plausibilidade. Portanto, o objetivo em analisar essas diferentes narrativas conspiratórias é compreender quais efeitos elas podem estar produzindo na sociedade. Em outras palavras, busco compreender esses discursos como parte de uma disputa pela autoridade epistêmica, ou, pela produção da *verdade*.

As teorias conspiratórias não são uma novidade ou algo próprio apenas da nossa contemporaneidade. Da perspectiva histórica elas circulam no mundo ocidental pelo menos desde as Cruzadas (HARAMBAM; AUPERS, 2015) e, ao longo do século XX povoaram o imaginário popular, inspiradas pela desconfiança no “outro” (comunistas, judeus, islâmicos etc.) ou em grupos, instituições e organizações (governos, NASA, ONU, Greenpeace, indústria farmacêutica etc.). Em uma pesquisa sobre ufologia no Brasil, Rafael Almeida (2018, p. 7) afirma que “as teorias da conspiração funcionam como tipo de ‘hábito de pensamento’, como uma rota conhecida para a interpretação do contemporâneo, como um modo de estar no mundo”.

Refletindo sobre a proliferação de narrativas conspiratórias em um contexto recente, Albuquerque e Quinan (2019) apontam que nos Estados Unidos, a atmosfera política das décadas de 1960 e 1970 foi importante para alimentar a paranoia conspiracionista, especialmente com acontecimentos como o assassinato do presidente John F. Kennedy e o escândalo de Watergate. Além disso, o próprio contexto da Guerra Fria alimentava a desconfiança contra o “outro”, o soviético, o comunista, justificando ações do governo contra esse “inimigo maior”. Após a Guerra Fria, na década de 1990, ocorreu um deslocamento do pensamento conspiratório, pois teorias que antes focalizam majoritariamente na desconfiança do “outro” passaram então a alimentar a desconfiança nas próprias instituições da modernidade, denunciando não mais apenas um inimigo, mas também “forças conspiratórias”. (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2019).

É importante pensar como essas narrativas que circularam (e ainda circulam) nos Estados Unidos renasceram e renascem em outros contextos, especialmente no Brasil, onde

localiza-se o objeto dessa pesquisa. A produção cultural é um exemplo de como o pensamento conspiracionista espalha-se pelo mundo. Como afirmam Albuquerque e Quinan (2019, p. 88),

esta proliferação do pensamento conspiracionista no Ocidente é exemplificada pela fascinação da cultura popular por filmes e seriados mainstreams como “JFK” (1991), “Arquivo X” (1993), “Independence Day” (1996), “Matrix” (1999) e “24 Horas” (2001), abordando conspirações e a busca pela verdade nas suas histórias.

Por mais diversos que os conspiracionistas e as teorias conspiratórias sejam, tanto no tempo quanto nos temas sobre os quais teorizam, o que eles têm em comum é um posicionamento crítico em relação às instituições modernas, inspirado pela desconfiança, além da crença na suposição de que grupos poderosos e mal-intencionados têm o controle sobre nossas vidas. Todo um esquema para exercer esse controle e expandi-lo estaria sendo gerenciado em segredo. Esse é o elemento fundamental nas teorias conspiratórias, aquilo que está escondido por trás de discursos ou ações “oficiais” de determinada pessoa, grupo ou instituição. (HARAMBAM; AUPERS, 2015).

A criação de uma realidade alternativa é central nas teorias conspiratórias. Aquele que consegue compreender essa *verdade* que quase o restante do mundo não consegue ver, certamente é uma pessoa que goza de prestígio entre os seus. Aqui temos a figura do *whistle blower*, o denunciante, aquele que revela ao mundo *a verdade* que nem todos estariam prontos para aceitar. O denunciante quase sempre é alguém de dentro, alguém que presenciou ou testemunhou algo que teria sido escondido. Almeida (2018, p. 7) afirma que o depoimento de um único agente vazador “nunca é suficiente para dar o caso como encerrado”, uma vez que demanda outras “confissões”, “denúncias” ou peças que vão se somar ao “quebra-cabeças”, compondo a narrativa alternativa.

Por isso, é frequente, por exemplo, que os argumentos antivacina sejam endossados por um médico que tenha tido alguma experiência na área, que um pretense filósofo denuncie o “marxismo cultural” dentro das universidades, que os 3% de estudos que negam a influência humana sobre o aquecimento global sejam supervalorizados pelos negacionistas do clima. Mais ainda, faz sentido que duas das antifeministas que ganharam notoriedade nos últimos anos sejam: uma historiadora que denuncia a “doutrinação esquerdista e feminista” dentro das universidades, após ser desligada de um programa de mestrado; e uma ex-integrante do grupo autointitulado feminista radical *Femen*.⁵⁸Frequentemente partindo de histórias de exclusão,

⁵⁸ Partindo de materiais disponíveis nas redes sociais, como vídeos, entrevistas e textos, escritos pelas próprias antifeministas, Danielle Furlani (2021) apresenta as biografias de algumas das antifeministas que conseguiram fama na última década, dentre elas, Ana Caroline Campagnolo e Sara Fernanda Giromini, que são, respectivamente, a historiadora que chegou a ingressar em um programa de mestrado em uma universidade pública e a ex-integrante do Femen Brasil.

rejeição e não pertencimento a um grupo, a denúncia de forças conspiratórias confere àquele que fornece a informação uma posição pretensamente mais inteligente sobre determinado tema ou contexto. (ALMEIDA, 2018).

O segredo, que se materializa em um plano que almeja à obtenção de poder e dinheiro por um grupo, e a figura da (o) denunciante, portanto, são elementos centrais nas teorias conspiratórias. A narrativa sobre a “ideologia de gênero” opera nessa lógica, tanto a ideia do plano obscuro que estaria sendo arquitetado por feministas para obtenção de poder e dinheiro quanto a lógica da denunciante aparecem nas narrativas antifeministas e antigênero presentes nesta tese.

Já na introdução do livro *Feminismo: perversão e subversão*, Campagnolo (2019, p. 27, grifos da autora) expõe qual é a pretensão da sua obra: “pretendo demonstrar a *verdadeira identidade do movimento feminista*, a qual tem mais a ver com engenharia social e subversão cultural do que com o reconhecimento dos direitos civis femininos”. Ao longo do livro a autora costura a sua narrativa para revelar o que seria a intenção das feministas, de Mary Wollstonecraft a Judith Butler, a *verdade* estaria na intenção de mudança do comportamento sexual, alargando as possibilidades do que seria aceitável no campo moral, até chegar à implementação da “ideologia de gênero”. A denúncia da atuação de organizações internacionais como a ONU aparece no capítulo em que a antifeminista discorre sobre a “subversão das identidades” propostas pela “ideóloga de gênero” Judith Butler. Campagnolo (2019, p. 231) sugere que “é no mínimo interessante que tudo isso se tenha difundido justamente durante a Década da Mulher, assim declarada pela ONU”.

No *Guia de bolso contra mentiras feministas*, Chris Tonietto é ainda mais incisiva ao expor as razões que a levam a apontar que a afirmação “a teoria de gênero é necessária para acabar com o preconceito” é uma mentira: “muito embora a aparência seja a luta contra o preconceito e o respeito à pluralidade, o conteúdo dessa ideologia é a desconstrução da identidade humana, dos valores fundantes da sociedade e de seus costumes”. (TONIETTO, 2021, p. 156). Advogada de formação, a atual Deputada Federal pelo estado do Rio de Janeiro afirma que aquilo que ela chama de “teoria de gênero” é fruto da “confluência entre diferentes escolas de pensamento entre o denominado *establishment* universitário e a agenda política de grandes fundações internacionais” (TONIETTO, 2021, p. 155).

Nas cinco páginas do texto de Tonietto podemos supor uma pretensa intelectualidade no uso de palavras rebuscadas e na citação de uma quantidade de nomes de intelectuais que estariam envolvidos com o que ela chama de “teoria de gênero”. Nas suas palavras, “a ‘teoria

de gênero’ constitui um ponto de interseção entre a teoria crítica da Escola de Frankfurt e a análise foucaultiana das relações de poder”, mais adiante a advogada afirma que “Friedrich Engels, Margaret Sanger, Shulamith Firestone e Judith Butler são nomes de apenas alguns personagens que, agindo nos bastidores, contribuíram – ou têm contribuído – direta ou indiretamente para o avanço da agenda de gênero” (TONIETTO, 2021, p. 157). Essa mistura de autores e correntes de pensamento pode parecer estranha para pesquisadoras(es) da área das ciências humanas, mas para os conspiracionistas do “gênero” elas estão conectadas pelo comunismo, pois no fim das contas todo o campo político de esquerda é considerado comunista. Mesmo a diferença de períodos históricos entre esses autores é explicada com base em uma linha evolutiva que localiza o início do “plano obscuro” e chega até o presente. Sendo assim, Tonietto conclui:

Desta feita, nota-se com nitidez que, historicamente, há um plano orquestrado, organizado, antidemocrático e conduzido a destruir as bases do povo, especificamente da família, que é célula-mater da sociedade, e que tem sido catapultado por um projeto totalitário e de poder consubstanciado na agenda de gênero. (TONIETTO, 2021, p. 158).

As(os) autoras(es) utilizam a expressão “agenda de gênero”, que foi popularizada a partir do livro *The Gender Agenda*, da escritora católica norte-americana Dale O’Leary (1997). O’Leary é uma das primeiras “denunciantes” do “plano oculto”, ou pelo menos, uma das pessoas que conseguiu espalhá-lo mundialmente com bastante eficiência (JUNQUEIRA, 2017). O plano foi por ela revelado após sua participação na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim em 1995. Nas palavras da jornalista,

as forças por trás da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres da ONU acreditam que a sua “*perspectiva de gênero*” é uma verdade auto-evidente. Elas já estavam ocupadas, mesmo antes da Conferência de Pequim, no encaminhamento de seus planos de “*incorporar a perspectiva de gênero*” em toda escola, em toda empresa, em toda família, em todo programa público e privado, em todos os níveis, e em todos os países. (O’LEARY, 1997, p. 2, grifos da autora).

O texto de O’Leary foi traduzido para o português em uma versão condensada, que é facilmente encontrada em *sites* católicos ou conservadores. O poder que as feministas estariam desfrutando com a silenciosa implementação da “ideologia de gênero” já poderia ser percebido pelas “vantagens” que as mulheres obtêm sobre os homens. “Em condições de livre concorrência, sempre que as mulheres ficam em desvantagem por falta de habilidade ou persistência, as feministas buscam ações afirmativas para dar um empurrãozinho nas moças”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 69). Outros medos expostos por O’Leary (1997, p. 5), como “o reconhecimento legal do lesbianismo, da liberdade sexual para adolescentes, dos bancos de esperma para lésbicas e pessoas não casadas”, seriam sinais do poder exercido pelas feministas.

Mas como toda teoria conspiratória, não apenas o poder e o controle da sociedade seriam os objetivos das feministas. Vantagens econômicas, financiamentos escusos, ou seja, “muito dinheiro” estaria “por trás” da “ideologia de gênero”. Sobre a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim em 1995, O’Leary (1997, p. 15) alerta que “por trás do cenário, dinheiro e poder estavam sendo utilizados para assegurar o triunfo da Agenda de Gênero”. A questão do financiamento aparece no pensamento antifeminista através da crença de que organizações feministas estariam recebendo muito dinheiro para promover suas ideias e emplacar seus projetos. Campagnolo (2019, p. 367) reclama: “mulheres não-feministas não têm grupos financiados por George Soros, não recebem dinheiro da Open Society para falarem o que pensam acerca das radicais e irascíveis feministas”.

A questão do financiamento também aparece no artigo “O feminismo é um movimento espontâneo que representa todas as mulheres”, escrito por David Amato para o *Guia de Bolso contra mentiras feministas*. O autor afirma que a “ideologia de gênero” é um “negócio ao qual centenas de milhões de dólares são vertidos pelas fundações globalistas” (AMATO, 2021, p. 154) e cita organizações que estariam financiando o avanço da “agenda de gênero”, a Ford, a MacArthur e a Open Society.⁵⁹ Amato afirma que o plano feminista, que pretende promover a “quebra harmônica entre a complementaridade divina dos sexos” (*loc. cit.*), está “longe de mera teoria da conspiração, há muito apresenta-se como uma conspiração aberta” (*ibidem*, p. 148).

Vale citar um documentário que circula pelas redes antifeministas e masculinistas, e ilustra essa questão do pensamento conspiracionista. O nome do documentário, “The Red Pill” (2016), já é uma referência à conspiração. O termo, traduzido como “pílula vermelha”, faz uma alusão ao filme Matrix, em que ao defrontar-se com a possibilidade de conhecer a verdade, ao personagem Neo são oferecidas duas pílulas, uma azul, que o faria esquecer tudo e voltar à sua vida na ignorância, ou uma vermelha, que o possibilitaria sair da Matrix, o mundo ilusório no qual ele havia sido criado, e assim conhecer a realidade. Desse modo, o espectador é convidado a assistir ao documentário e conhecer *a verdade* sobre o feminismo.

A diretora, a americana Cassie Jaye, declara-se feminista ao iniciar sua jornada para conhecer alguns dos integrantes do *Men’s Rights Movement*⁶⁰ e compreender suas pautas. Ao defrontar-se com essa *outra verdade* (que homens são oprimidos e demonizados na sociedade americana, são as maiores vítimas de assassinatos, exercem ocupações profissionais perigosas,

⁵⁹ Qualquer projeto que tenha atuação a favor da igualdade de gênero, da legalização ou descriminalização do aborto, de apoio a população LGBTI, ou qualquer outro tema correlato, é considerada financiadora do plano feminista de destruição da família, da sociedade, dos valores cristãos e assim por diante.

⁶⁰ O Movimento pelos Direitos dos Homens, MRM, grupo masculinista já citado no subcapítulo “Antifeminismo: definições e comparações”.

abrem mão de suas vidas pessoais para assumir papéis de liderança em empresas e na política, são privados do convívio com seus filhos depois que se divorciam, são vítimas de denúncias falsas de estupro e violência doméstica etc.) ela vê suas crenças abaladas e percebe o quão fúteis e pequenas são as suas reivindicações enquanto feminista, comparando-as com o sofrimento maior que o feminismo impõe aos homens.

A denúncia de que interesses econômicos estariam por trás de ações feministas também é central neste documentário. A violência contra a mulher é descrita como uma “indústria enorme”, pois organizações feministas estariam recebendo muito dinheiro (o valor citado é de 1 bilhão de dólares por ano) para financiar programas de reabilitação para homens violentos. O argumento é o de que todo esse discurso sobre violência doméstica é tecido para prejudicar os homens, pois segundo Cassie Jaye, não apenas os homens são violentos, mas também as mulheres. Então a mídia seria a responsável por demonizar apenas os homens e incentivar políticas que protegem e privilegiam apenas as mulheres. Além disso, o documentário afirma que muitas das denúncias de violência contra a mulher são falsas, arquitetadas por ex-esposas ou ex-namoradas que pretendem se vingar. Assim, feministas estariam recebendo estímulos financeiros dos próprios governos ou de órgãos públicos para alimentar essa “indústria”.

Campagnolo cita que a repercussão negativa do documentário *The red pill* comprova que “o movimento feminista não está interessado em mostrar a verdade sobre a difícil relação entre homens e mulheres”, pois, segundo a autora, “o verdadeiro interesse é difamar os homens, forçá-los à resignação e impedir qualquer tipo de reação.” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 341). Citando um artigo não assinado e publicado no blog conspiracionista *Anti Nova Ordem Mundial – porque o mundo não é bem como nos contaram*⁶¹, Campagnolo afirma que a Netflix se recusou a exibir o documentário de Jaye e que cinemas no Canadá foram pressionados por patrocinadores para não o exibir. Isso teria ocorrido mesmo após “o enorme sucesso comercial do documentário”, mais ainda, “em cinemas do Canadá, na Austrália e nos EUA, as feministas saíram em massa para protestar contra as suas exibições.”⁶²

O modo de compreender a realidade que é próprio às teorias conspiratórias coloca a revelação e a produção de uma *verdade* paralela como um fio condutor da narrativa antifeminista. Por isso, no próximo tópico nos deteremos um pouco sobre como essa *verdade* é produzida.

⁶¹<<https://anovaordemmundial.com/>> Acesso em 01/10/2022.

⁶² Esses são trechos do artigo não assinado publicado no blog *Anti Nova Ordem Mundial* que foram citados por Campagnolo (2019, p. 341).

2.3.2. A *verdade* contra o *método* feminista

As teorias conspiratórias exploradas no tópico anterior, incluindo a “ideologia de gênero”, têm uma relação íntima com a revelação de uma *verdade*. A sensação de que estamos vivendo um momento de crise epistemológica, no qual o fazer científico está sendo questionado, é compartilhada entre pesquisadoras(es) que se dedicam a compreender o crescimento do conspiracionismo nos últimos anos. O fenômeno pode ser compreendido em um contexto de perda de confiança nas universidades (HARAMBAM; AUPERS, 2015), uma disputa pelos espaços de produção da *verdade* (PINHEIRO-MACHADO, 2019) e de maneira mais ampla, constata-se que a própria democracia está em crise (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2019). A *verdade*, enquanto produtora de sentidos e efeitos na vida prática das pessoas, é o tema deste subcapítulo. Os efeitos produzidos por discursos de verdade estão relacionados ao cenário político nacional, ao fenômeno mundial da ascensão da extrema-direita e à popularização das mídias sociais.

Quando proponho uma discussão sobre a produção de uma *verdade* pelo pensamento antifeminista e os ataques que este direciona às universidades ou ao “método” feminista, não estou me referindo ao debate sobre objetividade na ciência ou a crítica da construção do conhecimento científico, da forma como apresentei a crítica de Haraway (1995) na introdução desta tese. Poderíamos refletir sobre como construímos a objetividade do conhecimento científico, os paradigmas conceituais, os rígidos padrões a que as pesquisas são submetidas, o processo de revisão por pares e outros mecanismos que são estabelecidos para produzir a confiança das pesquisas, que estão na base do conhecimento. Outras pesquisas já o fizeram e oferecem oportunidades para refletir tanto sobre a função da ciência na nossa sociedade, como sobre as crises provocadas pela perda de confiança no conhecimento científico. (CESARINO, 2021). A questão que discuto neste subcapítulo, portanto, é como antifeministas, por um lado, utilizam-se de dados considerados científicos para provar uma “verdade” e, por outro, como atacam a produção do conhecimento científico e as universidades quando estas produzem um conhecimento que é oposto a esta *verdade* anunciada.

A *verdade* que antifeministas pretendem revelar pode ser compreendida em dois eixos. O primeiro é relacionado ao conspiracionismo, pois é aquilo que estaria escondido por trás dos discursos “oficiais” feministas. Esse eixo explora os “métodos” utilizados para escamotear a *verdade*, o financiamento de organizações que promovem essa “aparência” etc. O segundo eixo

gira em torno de uma outra verdade, a *verdade* do gênero, de que existem entre homens e mulheres “diferenças naturais ontológicas” que organizam a sociedade e, por isso, devem ser preservadas. De tal perspectiva, outros “gêneros” não existem “ontologicamente”, pois são contra a natureza. Nesse sentido, a aparência do movimento seria a luta pela igualdade política e jurídica entre homens e mulheres, mas a essência estaria na subversão da ordem do gênero, a qual promoveria: “libertinagem sexual”; “engenharia social” e “subversão cultural”, através da aceitação de outras identidades de gênero; e quebra do sistema de complementariedade dos gêneros, que acarretaria na desagregação da “família”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 27 e p. 375) (AMATO, 2021, p. 154) (TONIETTO, 2021, p. 156). Essa *verdade* do gênero, que feministas estariam tentando negar, está presente nos textos analisados e organiza a forma como o pensamento antifeminista é elaborado.

Na busca pela confirmação da *verdade*, a relação entre o pensamento antifeminista e o pensamento científico produzido nas universidades, sobretudo no campo das ciências humanas, carrega uma contradição: se utiliza do *status* do “cientificamente comprovado”, da opinião de “especialistas”, dos títulos que as(os) autoras(es) sustentam, ao mesmo tempo em que atacam as universidades como lugares de “doutrinação” e pesquisas “inescrupulosas”, utilizando exemplos do que seriam os supostos “métodos” feministas. A ciência é, portanto, utilizada ou atacada a depender do contexto, sempre com o objetivo de demonstrar a *verdade*.

Esse movimento de utilização e ataque ao conhecimento científico se configura de diferentes formas. Começamos pela forma como as(os) autoras(es) se relacionam com a academia. Na introdução do livro *Feminismo: perversão e subversão*, Campagnolo (2019), que é historiadora, demonstra consciência do quão longe sua obra está de uma produção que possa ser considerada acadêmica, ao mesmo tempo em que culpabiliza o feminismo por isso. “Depois deste livro, estou ciente de que minha vida acadêmica estará arruinada – como já anunciava estar quando me declarei não-feminista – e em nada lamento essa condição”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 32). Ao colocar uma pedra sobre uma carreira acadêmica frustrada⁶³ e demonstrar preocupações com possíveis julgamentos pessoais que o livro lhe traria⁶⁴, a autora reforça que sua *real* motivação é o seu compromisso com a *verdade*. “Sabendo

⁶³ Ana Caroline Campagnolo ganhou fama nos meios conservadores após ter processado a sua ex-orientadora de mestrado (Marlene de Fáveri, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC) por “discriminação, intimidação, ameaça velada via e-mail, exposição discriminatória, humilhação em sala de aula e tentativa de prejudicar academicamente a autora”. O processo era baseado na acusação de ter sido desligada do programa por ser conservadora e religiosa. A ação foi julgada improcedente no dia 05 de setembro de 2018.

⁶⁴ “Entrego estas páginas sabendo que minha vida pessoal será vasculhada, sem sombra de dúvida, caluniada, difamada e muito raramente avaliada com justiça ou misericórdia. Imagino todos os meus erros sendo descobertos,

de tudo isso, não deixei que o risco interferisse no conteúdo produzido, nem coloquei meus interesses ou qualquer necessidade de aceitação social acima do meu dever de escrever com o máximo de verdade” (*ibidem*, p. 33).

Mas o fim da carreira acadêmica não parece ser uma ameaça para outras(os) autoras(es) antifeministas. Apresentarei aqui as(os) escritoras(es) que colaboram com os artigos do *Guia de bolso contra mentiras feministas* da forma como elas(es) são apresentadas(os) no mesmo. A lista segue a ordem dos artigos no livro.

- Catherine Caldeira: “estuda feminismo de forma independente; graduada em Marketing com especialização em marketing digital e design gráfico, produz conteúdo para internet sobre mulheres e ideologia”. (CAMPAGNOLO; CALDEIRA, 2021, p. 15). Escreveu, em parceria com Ana Caroline Campagnolo, o capítulo 1, “As mulheres são sempre oprimidas e os homens, sempre privilegiados”.
- Natália Sulman: “é mestre em Filosofia e pesquisa os elementos literários dos diálogos platônicos”. (SULMAN, 2021, p. 25). Escreveu o capítulo 2, “Toda grande escritora e filósofa do passado era feminista”.
- Ricardo da Costa: “Medievalista, professor titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), acadêmico correspondente no exterior da Real Academia de Bones letres de Barcelona (RABLB) e professor efetivo do corpo docente do Programa de Doctorado Internacional a Distância, ‘Transferencias Interculturales e Históricas em la Europa Medieval Mediterránea’ da Universitat d’Alacant (UA, Espanha)”. (COSTA, 2021, p. 33). Escreveu o capítulo 3, “Terrível Idade Média! As mulheres do medievo europeu eram infelizes e oprimidas”.
- Cristiane Corrêa: “Professora graduada em pedagogia desde 2009. Orienta um grupo de estudos para mulheres cristãs sobre o tema feminismo e cristianismo, tema ao qual dedica seus estudos há quase dez anos”. (CORRÊA, 2021, p. 91). Escreveu o capítulo 8, “A mulher não podia trabalhar antes do feminismo”.
- David Amato: “É assessor e consultor parlamentar em inteligência e metapolítica, com publicações em portais jornalísticos e de opinião como *Mídia Sem Máscara*.” Escreveu, em parceria com Ana Caroline Campagnolo, o capítulo 9, “Mulheres ganham menos que homens fazendo o mesmo trabalho”; e o capítulo 13, “O feminismo é um

distorcidos e alarmados. [...] prevejo que serei acertadamente questionada pelo meu divórcio e precipitadamente condenada por causa dele”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 32).

movimento espontâneo que representa todas as mulheres”. (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 105).

- Ana Derosa e Marlon Derosa: “Ela é mestre e doutora em farmacologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autora do livro *Abortos ocultos e a mentalidade contraceptiva*. Ele é mestre em bioética pela Fundação Jérôme Lejeune (Espanha), editor de dezenas de projetos editoriais e coautor de três livros sobre bioética e aborto”. (DEROSA; DEROSA, 2021, p. 121). Escreveram o capítulo 11, “O ‘aborto seguro’ é um direito da mulher”.
- Isaque de Miranda: “Graduado de História tendo trabalhado na área como professor de escola pública. Hoje é editor e produtor visual como assessor parlamentar. Produz e revisa conteúdo político”. (MIRANDA, 2021, p. 129). Escreveu o capítulo 12, “Precisamos do feminismo para combater a violência”.
- Cris Tonietto: “Advogada e Deputada Federal eleita com bandeiras conservadoras e apoiada pela comunidade católica”. (TONIETTO, 2021, P. 155). Escreveu o capítulo 14, “A teoria de gênero é necessária para acabar com o preconceito”.
- Lara Brenner: “Professora de língua portuguesa, graduada e pós-graduada em Direito; fundadora do Expressando Direito – Curso Prático de Português Jurídico; professora do Núcleo de Formação da Brasil Paralelo; professora de O Novo Mercado, a maior escola de marketing digital do Brasil; professora de cursos preparatórios para vestibular”. (BRENNER; PESTANA, 2021, p. 161). Escreveu, em parceria com Fernando Pestana, o capítulo 15, “O pronome neutro é uma forma de combater a discriminação”.
- Fernando Pestana: “É professor de Língua Portuguesa graduado em português-literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestrando em Linguística pela Faculdade de Letras do Porto. Autor do best-seller *A gramática para concursos públicos*, atua há 20 anos em preparatórios para concursos”. (BRENNER; PESTANA, 2021, p. 161). Escreveu, em parceria com Lara Brenner, o capítulo 15, “O pronome neutro é uma forma de combater a discriminação”.

Contando com a própria Campagnolo temos, portanto, doze autoras(es) do *Guia de bolso contra mentiras feministas*. Destes, sete escrevem sobre temas que seriam sua “especialidade” (Ana Caroline Campagnolo, Natália Sulman, Ricardo da Costa, Ana Derosa, Marlon Derosa, Lara Brenner e Fernando Pestana). Coloco a palavra especialidade entre aspas

porque uma filósofa que estuda Platão não é necessariamente uma especialista em história das mulheres na Antiguidade Clássica e podemos dizer o mesmo sobre as outras áreas. Mas para ocupar o *status* de “especialista” em uma obra que é direcionada para um público que não tem muita afinidade com o universo acadêmico, uma graduação em Letras parece ser suficiente para escrever sobre linguagem neutra, por exemplo.

As(os) outras(os) cinco autoras(es) estão mais próximas (os) da produção de conteúdo para redes sociais e/ou envolvidos em cargos políticos (Catherine Caldeira Cristiane Corrêa, David Amato, Isaque de Miranda e Cris Tonietto). Considerando que alguns dos “especialistas” também ocupam estes espaços, como é o caso da própria Campagnolo, temos a impressão de que a política e as redes sociais são ambientes mais cobiçados no universo antifeminista do que as universidades. Este fato coloca estes dois espaços, as redes sociais e a política, no centro da produção e veiculação da *verdade*, como veremos mais adiante.

A preocupação em aproximar a narrativa antifeminista de uma forma de produzir conhecimento e do cultivo da intelectualidade também é notável no texto de apresentação do *Guia de bolso contra as mentiras feministas*. Campagnolo (2021a, p. 11, grifos da autora) inicia o prefácio afirmando que “o desejo de *parecer sem ser* e a vontade de *debater sem saber* são dois grandes inimigos da vida intelectual”. A autora justifica a síntese dos argumentos apresentados no livro, “sem os devidos cinco, dez ou quinze anos de estudos”, com a urgência em que a *verdade* precisa ser revelada. “Dedico esse guia de bolso a todos os jovens e adolescentes brasileiros que, despertados do sono ideológico, investem hoje boa parte de seu tempo – seja na internet, na escola, na igreja, onde estiverem – a mostrar a verdade a outras pessoas” (*ibidem*, p. 12). O livro é “urgente e, por isso mesmo, resumido”, segundo a historiadora, que afirma que seu propósito foi “elaborar um texto mais acessível e enxuto do que meu outro livro, *Feminismo: perversão e subversão*” (*loc. cit.*).

Em diferentes trechos das obras analisadas vemos o esforço das(os) autoras(es) para tentar encaixar as narrativas conspiracionistas ou a *verdade* do gênero como parte do discurso científico. Muitas vezes pesquisadores e dados são citados nominalmente, embora nem sempre a autoria tenha consultado os dados na fonte. Por exemplo, ao defender as escolas *single-sex*⁶⁵, Campagnolo (2019, p. 65) cita como um defensor da proposta “Tommy Little, ex-diretor da faculdade Eton College, que estava presente no Fórum Global de Educação e Habilidades (GESF, Global Education and Skills Forum)”. No mesmo parágrafo, o argumento é endossado

⁶⁵ Educação *single-sex* é o termo utilizado para se referir à educação segregada por gênero, podendo ser escolas que atendam apenas meninos ou apenas meninas, ou escolas que adotam o sistema de classes segregadas.

pela opinião do “psicólogo graduado na Universidade da Pensilvânia, Leonard Sax”. Em ambos os casos, a autora referencia não as pesquisas originais, mas duas reportagens sobre o tema da educação *single-sex*, dos sites Gazeta do Povo e Terra.

Outras vezes são feitas generalizações que objetivam tirar uma resposta definitiva da ciência. Por exemplo, quando discutem a questão da descriminalização do aborto, Ana Derosa e Marlon Derosa (2021, p. 121) afirmam que “é um fato científico comprovado há quase 200 anos, por meio de experimentos biológicos e da embriologia médica, que o bebê no ventre materno é uma vida humana já a partir da concepção”. Campagnolo (2019, p. 202) faz o mesmo para defender o casamento: “pesquisas têm demonstrado a estrita ligação entre a organicidade familiar e a qualidade de vida. Da mesma forma, a relação entre a criminalidade e o desajuste familiar.” Nesses exemplos, não são citados artigos ou livros que embasariam a afirmação.

Seria um trabalho exaustivo e pouco profícuo analisar quando os argumentos antifeministas estão utilizando pesquisas de fato (e nesse caso, qual a receptividade dessas pesquisas na comunidade científica), pesquisas de terceiros ou quando estão distorcendo os dados de pesquisas, como citado nesta tese nas páginas 48 e 104, sobre a utilização distorcida da obra de Faludi (2000) e sobre a questão da paridade de gênero na constituinte chilena. O que é relevante para discutir os usos de dados científicos é a forma como o conhecimento com “embasamento” científico é utilizado. Seja apoiando-se em dados confiáveis ou fictícios, a forma como pensamento antifeminista é construído segue um método que podemos chamar de anticientífico. Isso porque a *verdade* é o ponto de partida e não tem desvio possível. Ao invés de a pergunta guiar a pesquisa, a pesquisa é guiada para a confirmação da resposta.

Nesse sentido, por se colocarem em oposição à *verdade* declarada, feministas estariam negando a ciência, apoiando-se em “discursos sofistas, pesquisas fajutas e manchetes tendenciosas” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 33). A comprovação de que existem diferenças entre os cérebros femininos e masculinos, por exemplo, seria dada pelas “pesquisadoras Jo Durden-Smith e Diane de Simone, autoras da obra *Sex and the Brain*, publicada em 1983” (*ibidem*, p. 274). Mas as feministas estariam fazendo uma “censura violenta [...] sobre os especialistas e cientistas que se debruçam em pesquisar tais diferenças de aptidão” (*loc. cit.*). Para exemplificar, um comentário de Gloria Steinem acerca de pesquisas como esta, é utilizado por Campagnolo para afirmar que “Aparentemente, novas pesquisas e descobertas científicas que de alguma forma atrapalham o movimento feminista não passam de retrocesso” (*loc. cit.*).

Sendo assim, veremos como a narrativa antifeminista apresenta as supostas pesquisas em que as feministas estariam se baseando. Diferentes pesquisas relacionadas ao campo teórico

do feminismo são citadas e questionadas nas obras antifeministas, como exposto nos capítulos 3 e 4 desta tese. Algumas pesquisas citadas como feministas nas fontes não são muito conhecidas no campo teórico feminista, ou já foram problematizadas e, por diversas razões de caráter teórico e metodológico, não fazem parte de um corpo teórico que podemos considerar feminista. Considerando essa diversidade de pesquisas citadas, neste subcapítulo apresento de forma breve como Margaret Sanger (1879-1966), Alfred Kinsey (1894-1956) e John Money (1921-2006) são apresentados como as personificações de pesquisadores “inescrupulosos”. Eles são acusados de terem usado métodos criminosos, manipulado os resultados de suas pesquisas e pavimentado o caminho para as atuais “ideólogas do gênero”.

Margaret Sanger foi uma das pioneiras a pesquisar e difundir métodos contraceptivos, era americana, enfermeira, publicou livros sobre o tema, abriu a primeira clínica de controle de planejamento familiar nos Estados Unidos e chegou a ser presa pelo seu ativismo na área. (SENA, 2007). Se por um lado é conhecida por seu pioneirismo no desenvolvimento de métodos anticoncepcionais, por outro, suas ideias e associações eugênicas são objetos de críticas até o presente. (MISKOLCI, 2003). Campagnolo (2019) apresenta Margaret Sanger no terceiro capítulo do livro *Feminismo: perversão e subversão*, em que a autora discute a segunda onda feminista, no tópico “Margaret Sanger e o assassinato de bebês”.⁶⁶ Além do título já sugerir que Sanger é assassina por atuar na área de controle de natalidade, a antifeminista enfatiza os “fracassos” na vida pessoal de Sanger, os financiamentos recebidos de fundações, e claro, sua associação com o eugenismo. Descrevendo a atuação de Sanger, Campagnolo (2019, p. 142) afirma: “Caindo de cabeça em todo tipo de absurdo ideológico, eugenia e racismo, Sanger passa a se associar ao Comitê Humanitário Científico, a primeira organização voltada para a causa gayzista, e reforça sua relação com a Sociedade Médica para a Sexologia e Eugenia”.

O “legado” de Sanger seria a atuação da *Planned Parenthood* no presente, e por isso Campagnolo passa a afirmações que ligam pesquisas sobre contracepção e aborto, de maneira geral, a racismo e eugenismo. “Cerca de 80% de suas clínicas [*Planned Parenthood*] estão localizadas em bairros negros e hispânicos” (*ibidem*, p. 148). “A *Planned Parenthood* mata mais

⁶⁶ Margaret Sanger atuou profissionalmente principalmente durante a primeira metade do século XX, esse fato a localizaria na primeira onda feminista, de acordo com a cronologia de ondas seguidas pelas antifeministas. Mas Campagnolo (2019, p. 139) justifica o fato de ter colocado Sanger na segunda onda: “Margaret é o arquétipo feminista disseminado pela Segunda Onda. Embora tenha realizado todos os seus inescrupulosos trabalhos e escrito todos os seus livros durante o final da primeira onda, ela era a antevisão das feministas da década de 1960 em diante”.

negros desarmados em um dia do que a polícia é acusada em um ano” (*ibidem*, p. 151).⁶⁷ A autora chega a reclamar que movimentos sociais estariam ignorando esses “dados”. “Recentemente, os norte-americanos lançaram uma campanha supostamente anti-racista chamada *Black Lives Matter*. Mas parecem esquecer desse índice de aborto de bebês negros que supera espantosamente o número de abortos entre os brancos” (*ibidem*, p. 149). Em meio a muitos números e poucas referências concretas, os argumentos antifeministas criam uma realidade aparentemente absurda com os números, “podemos concluir que, a cada três bebês negros nascidos nos Estados Unidos, 2 serão abortados” (*loc. cit.*).⁶⁸ A antifeminista também relaciona pesquisadoras(es), ativistas ou qualquer pessoa que defenda a legalização ou a descriminalização do aborto com o nazismo, pois estes defendiam políticas de controle de natalidade para povos “inimigos”.

Outros argumentos contra o aborto são acionados na fonte analisada e poderiam ser explorados, mas o que interessa a este subcapítulo é a construção de uma história de uma pesquisadora “assassina” (Margaret Sanger), suposta base das pesquisas que defendem a legalização ou descriminalização do aborto. A construção de uma linha de continuidade entre pesquisas, métodos e valores entre as “primeiras” feministas ou as “primeiras” pesquisas irá se repetir em diferentes oportunidades no pensamento antifeminista. O objetivo é atacar os debates e pesquisas do presente. A forma como as pesquisas de Alfred Kinsey é apresentada nas fontes antifeministas segue esse mesmo padrão.

Alfred Kinsey foi um biólogo americano, fundou o Instituto de Pesquisa do Sexo na Universidade de Indiana em 1947, e seu principal trabalho foi um estudo elaborado entre 1938 e 1953, que contou com a participação de 11.240 pessoas. Este estudo originou a publicação de dois livros, *Sexual Behavior in the Human Male*, em 1948, e *Sexual Behavior in the Human Female*, em 1953. As polêmicas referentes aos relatórios de Kinsey giraram em torno das descobertas científicas anunciadas: “– o sexo extraconjugal, os atos homossexuais e o sexo oral são mais comuns que o suposto; – o pico de virilidade masculina se situa em torno de 17 anos, seguido de sucessivo declínio; – o clitóris tem extrema sensibilidade e capacidade reativa ao estímulo tátil.” (SENA, 2007, p. 5). Em outras palavras, abordando os temas da homossexualidade, da masculinidade e da masturbação feminina, Kinsey foi pioneiro entre

⁶⁷ Essa frase é retirada de uma matéria do *site* ACI Prensa, “uma associação educativa sem fins lucrativos vinculada à Igreja Católica”, que tem sua sede em Lima, Peru. Fonte: <<https://www.acidigital.com/noticias/o-aborto-e-um-autentico-genocidio-contra-a-comunidade-negra-diz-famoso-rapper-21590>> Acesso em 04 de mai. 2023.

⁶⁸ A referência para este dado é um link para uma matéria em um *site* pró-vida. No entanto, o link não está ativo e a matéria não foi encontrada. <<https://casaprovidami.com.br/pastor-negro-diz-negros-morrem-69-vezes-mais-por-aborto-do-que-por-homicidio/>>

pesquisadores da ciência sexual do século XX que discutiram e contribuíram para redefinição de padrões de “normalidade” e “anormalidade” neste campo. (SENA, 2007).

No livro *Femimismo: perversão e subversão*, Campagnolo apresenta Kinsey como parte da terceira onda feminista, ele seria o “pai da revolução sexual”, “um homem sem escrúpulos ou limites morais” (COMPAGNOLO, 2019, p. 248). A antifeminista cita documentários e matérias publicadas em *sites* que relacionam Kinsey ao homossexualismo e à pedofilia, que nas acusações antifeministas, têm estreita relação. A homofobia também é expressa em afirmações como “a terapeuta e estudiosa do sexo Judith Reisman, acredita que a tendência homossexual do pesquisador invalida seu trabalho” (*ibidem*, p. 252).⁶⁹ Depois das acusações de pedofilia, Campagnolo passa a fazer conexões entre Kinsey e o feminismo. “Os abusos de Kinsey não foram esquecidos, embora as feministas não gostem de lembrar da cooperação mútua entre pesquisadores inescrupulosos como ele e o resto do movimento” (*ibidem*, p. 256). O “método” de Kinsey encontraria sua continuação no feminismo, apenas com outros termos: “as feministas passaram a escrever, há décadas, sobre o que chamam de ‘direitos sexuais das crianças’, que nada mais é do que a continuação do discurso licencioso de Kinsey sobre as relações sexuais infantis” (*ibidem*, p. 261).

Campagnolo força uma relação entre feminismo e pedofilia com outros exemplos inusuais, saltando no tempo e recortado frases soltas de obras para conectar teorias. Apenas para citar dois exemplos, primeiro a autora pretende criar uma conexão entre o feminismo e a NAMBLA⁷⁰: “a NAMBLA não existiria sem o discurso de feministas como Kate Millet e Sulamith Firestone, que exigiam o fim das ‘inibições’, ‘restrições’ e ‘opressões’ de cunho sexual” (*ibidem*, p. 260). Segundo, no mesmo texto em que discute sobre pedofilia, Campagnolo argumenta que Butler “apresenta a ligação entre o tabu do incesto e a consolidação dos laços homoeróticos, [pois] o tabu do incesto produz a heterossexualidade exogâmica” (BUTLER, 2015, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 262). Disso, a antifeminista conclui que Butler “por um lado, considera as predisposições masculinas e femininas como sendo artificiais, por outro, diz que tudo o que está ligado ao homossexualismo e ao incesto é natural”. A construção do argumento é confusa, mas parece que Campagnolo compreende as discussões sobre o tabu do incesto na teoria psicanalítica como apologia à pedofilia.⁷¹

⁶⁹ Esta frase é citada de uma matéria publicada no *site*: <super.abril.com.br/historia/kinsey-fala-de-sexo>

⁷⁰ NAMBLA: North American Man/Boy Love Association (Associação Norte-Americana do Amor entre Homens e Garotos) é uma organização estadunidense fundada em 1978. A NAMBLA atua em prol da reforma das leis sobre idade de consentimento de relações sexuais entre adultos e adolescentes ou crianças.

⁷¹ Esse é um argumento de difícil compreensão apenas pela leitura do texto antifeminista, pois há alguns equívocos conceituais. A autora faz uma interpretação errônea da teoria psicanalítica, primeiro porque “incesto” não se refere

Para fechar a tríade de autores que teriam oferecido as bases para a “revolução” feminista, John Money seria o autor que “forneceu o instrumento dessa desconstrução [feminista]: a terminologia de gênero” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 294).⁷² John Money foi um psicólogo e sexólogo pioneiro nas pesquisas sobre identidade sexual e designação do gênero. O caso dos irmãos Reimer⁷³, que gerou muitas críticas ao pesquisador, é reciclado por discursos contra a “ideologia de gênero” com bastante frequência. Campagnolo dedica uma parte do quarto capítulo do livro *Feminismo: perversão e subversão* para explorar a história da família Reimer, relacionando Money a pornografia e expondo seus métodos “escusos”.

A transfeminista Helena Vieira⁷⁴ afirma que os discursos transfóbicos que alimentam o caso Reimersão baseados em alguns mitos: “o conceito de gênero foi criado por um médico louco e mal-intencionado”; “o conceito de gênero proposto por John Money é exatamente o mesmo utilizado pelos movimentos feministas e LGBTs atualmente”; e, por fim, “os movimentos feministas e LGBTs querem submeter, nas escolas, as crianças à mesma violência sofrida por Reimer”. Essa leitura de Vieira de fato aponta para os argumentos antifeministas:

Apesar do fracasso anunciado e apesar de toda a dor resultante de sua aplicação originária, a teoria de Money foi inescrupulosamente ressuscitada por Judith Butler e Joan Wallach Scott. Hoje, está sendo ensinada como verdade incontestada em diversas escolas públicas e privadas em todo o Brasil. Somando-se ao trabalho criminoso de Alfred Kinsey, John Money entregou as feministas mais uma perigosa ferramenta para a subversão das identidades. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 296).

Estas teriam sido, portanto, as primeiras pesquisas a pavimentar a estrada pela qual o feminismo se desenvolveria. Tendo como ponto de partida a publicação do livro de Kinsey, *Sexual Behavior in the Human Male*, em 1948, o “primeiro livro da revolução sexual americana”, Campagnolo apresenta a sequência de fatos que se desencadeariam: “Dentro de uma década e meia, a pílula anticoncepcional invadiria as farmácias e, vinte e quatro anos

apenas às relações intergeracionais entre pais/mães e filhas/os, mas a qualquer relação considerada proibida, como a relação entre irmãos, primos e outros parentes, a depender da sociedade. Segundo o jogo semântico de palavras leva a suposição de que falar em tabu do “incesto” seria algo sobre relações sexuais entre mães/pais e filhas/os, logo, poderia se relacionar com “pedofilia”. A homossexualidade é acrescentada ao raciocínio quando Butler discute as relações entre a teoria psicanalítica e a instituição da heterossexualidade compulsória.

⁷² Essa frase é uma citação de um artigo escrito por Padre José Eduardo de Oliveira, originalmente em Martins Neto, no livro *Gênero: ferramenta de desconstrução da identidade*, p. 35.

⁷³ Um resumo do caso Reimer: David Reimer (1965-2004) foi um cidadão canadense que teve a sua identidade de gênero “modificada” sem consentimento, ao ser criado como uma menina depois que seu pênis foi acidentalmente destruído durante uma circuncisão. O psicólogo John Money, que supervisionou o caso, relatou que a “mudança” de gênero foi um sucesso, sustentando a tese de que a identidade de gênero é principalmente aprendida. O sexólogo Milton Diamond relatou que, entre os 9 e 11 anos, Reimer não se identificava como menina e começou a viver como um homem aos 15 anos. Reimer decidiu expor sua história publicamente para desencorajar práticas médicas similares. Aos 38 anos de idade Reimer cometeu suicídio, atribuído ao sofrimento devido à experiência a que foi submetido.

⁷⁴ Fonte: <<https://transfeminismo.com/o-caso-david-reimer-john-money-ideologia-de-genero-e-medicina/>> Acesso em 05 mai. 2023.

depois do Relatório Kinsey, John Money publicaria a segunda grande obra desta revolução. A tríade revolucionária – anticoncepção, homossexualidade e gênero – estaria completa e mutuamente dependente”. (COMPAGNOLO, 2019, pp. 249, 250).⁷⁵

Anticoncepção relacionada à eugenia, homossexualidade, à pedofilia e gênero, a mutilação das genitálias e ao suicídio. As relações entre estas(es) três pesquisadoras(es) apresentados, Sanger, Kinsey e Money, e as feministas atuais se apoia em um fundamentalismo cristão e na LGBTIfobia. No final, para o antifeminismo, não importa discutir as pesquisas em si, seus problemas, contribuições, limitações ou os pontos que há muito foram superados no discurso científico. O que importa na narrativa antifeminista é colocar essas pesquisas no campo da perversão, da imoralidade, da falta de ética, e por fim, traçar a linha reta que conecta essas pesquisas e o feminismo.

Esse discurso de ódio ao feminismo acaba por fomentar o *pânico moral* em torno da palavra “gênero” e de tudo que se relaciona ao feminismo. Neste subcapítulo, pretendi demonstrar o esforço antifeminista para relacionar o feminismo ao obscuro, mascarado, escuso. As consequências dessas narrativas ecoam em diferentes áreas, na educação, no direito, na medicina, na política, e afetam diretamente a vida de toda a população LGBTI. Elas são a base de ataques contra as escolas públicas e universidades, como exposto no subcapítulo 4.3, influem no debate público diminuindo a qualidade dos debates sobre esse tema e, por isso, atingem, por consequência, a própria democracia.

⁷⁵ A ligação entre autoras(es) como Sanger, Kinsey e Money e a teoria feminista ou a “ideologia de gênero” tem sido apontada em outras pesquisas que mostraram a circulação desses discursos na Europa e na América Latina. (PATTERNOTE; KUHAR, 2018).

3. O PROBLEMA DA IGUALDADE

A igualdade é um tema debatido por feministas desde as suas primeiras reivindicações. Até que ponto as mulheres são iguais aos homens? Considerando sua constituição física, suas pré-disposições de personalidade e temperamento, o que elas poderiam almejar e o que seriam elas incapazes de fazer? *Até onde elas podem ir?* Essas questões, que hoje podem soar um tanto absurdas em uma pesquisa acadêmica, foram debatidas em diferentes correntes teóricas ao longo dos séculos XIX e XX e são temas constantes no pensamento antifeminista. Neste capítulo, apresento a forma com que antifeministas abordam o problema da igualdade e de que forma o pensamento antifeminista se aproxima ou se afasta de algumas das teóricas e dos teóricos que discorreram sobre esse tema. Primeiro as iluministas, depois os liberais e, por fim, as comunistas.

Na narrativa antifeminista o embate entre a ideologia cristã e os ideais considerados iluministas e feministas aparece de diferentes formas. Se as iluministas denunciavam a condição de subordinação da mulher ao homem, elas estavam atacando frontalmente a ideologia cristã. Dentre os argumentos antifeministas, destaco na primeira parte deste capítulo a tentativa de justificar o pensamento patriarcal dos filósofos cristãos antigos, com intuito retirá-los do rol dos machistas (onde as feministas os teriam colocado); há também uma exaltação de “grandes mulheres” cristãs, que foram reconhecidas pelas suas aptidões intelectuais e princípios morais, pois elas seriam a *prova* de que as mulheres em geral não eram oprimidas; há ainda o argumento de que a Igreja apoiou a emancipação das mulheres, na tentativa de reivindicar para esta instituição o papel de defensores da “*verdadeira dignidade feminina*” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 38, *grifos meus*). Ou seja, prevalece uma exaltação da ideologia cristã, que, na linha teórica antifeminista, é anterior e oposta ao pensamento iluminista.

O tema liberalismo aparece na narrativa antifeminista juntamente com as discussões sobre o sufrágio feminino e direitos políticos das mulheres. No segundo tópico discuto principalmente os pontos de aproximação entre o pensamento antifeminista e os valores liberais. A defesa destes valores pode ser observada na ideia de que as feministas não conquistaram o direito ao voto, primeiro porque as mulheres em geral não teriam interesse em participar da política, segundo porque não “lutaram” pelo voto *como* os homens o fizeram, através de guerras. As mulheres, então, teriam recebido esse direito dos homens, que inclusive atuaram em prol do sufrágio feminino de forma mais eficaz que as feministas. Embora estes homens que defenderam as mulheres tenham sido os liberais, o argumento antifeminista se

preocupa em afastar ideologicamente feministas e liberais, aproximando estes dos valores cristãos. A moral cristã, portanto, aparece como uma “evolução” da sociedade, aliando “tradição” e valores liberais. Para discutir este tema, reflito sobre as análises de Wendy Brown (2019) sobre a teoria de Hayek.

Por fim, as feministas comunistas, assim como as iluministas, são alvos dos ataques antifeministas. Kollontai é a autora que ganha maior destaque, seus escritos são utilizados para endossar a ideia da impossibilidade que mulheres encontram para conciliar o trabalho doméstico e a qualidade de vida familiar com o trabalho nas fábricas. Ao mesmo tempo em que a narrativa antifeminista defende a restauração da família tradicional em seus moldes antigos, ela também ataca o pensamento de Kollontai, que, na sua concepção, propõe a utilização do trabalho feminino para servir ao Estado. Marido e Estado aparecem em polos opostos, rivalizando o controle sobre as mulheres através da dependência que esta apresenta em relação a um ou a outro. A moral também é central nas discussões sobre o comunismo, pois feministas e comunistas são relacionados a uma moral antiga, primitiva, anterior ao cristianismo, que novamente aparece como superior.

A discussão sobre estes temas contribuirá para a compreensão de um posicionamento ideológico do pensamento antifeminista, que explicitamente se coloca em alinhamento com a defesa do cristianismo.

3.1. As iluministas – a igualdade de oportunidades educacionais

Os escritos das primeiras feministas já levantavam a suspeita de que as diferenças entre homens e mulheres, no que se refere ao comportamento, às aptidões ou preferências, eram resultado da educação que recebiam. Dentre os nomes que se destacam por serem as primeiras produções que viriam a ser chamadas de feministas, pois reivindicavam igualdade e independência das mulheres com relação aos homens, destacam-se na Europa a inglesa Mary Wollstonecraft (1759 - 1797) e a francesa Olympe de Gouges (1748 – 1793), e, no Brasil, a potiguar Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810 – 1885). Essas mulheres falaram sobre a condição feminina nas épocas em que viviam, antes de existir um movimento sufragista organizado. Defenderam que a emancipação das mulheres deveria começar pelo acesso à educação e pela sua participação na esfera pública (MORAES, 2016). Por isso, nas narrativas antifeministas elas são citadas como profeministas. Olympe de Gouges e Nísia Floresta são

citadas brevemente, enquanto Mary Wollstonecraft ganha mais atenção. Sua vida pessoal é analisada e sua obra é revisitada para criar o argumento de que desde então, das primeiras “sementes” do feminismo, podemos encontrar as raízes do que depois viria a ser chamado de “ideologia de gênero” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 73).

Inseridas em um contexto de disseminação das ideias iluministas, as pensadoras consideradas precursoras do feminismo reivindicavam que as mulheres tivessem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades educacionais oferecidas aos homens, ou pelo menos recebessem uma educação mais “digna”. Os ideais iluministas inspiraram diferentes revoluções⁷⁶, a liberdade, a igualdade de todos *os homens* perante a lei, o respeito à vida e à propriedade e o combate aos privilégios da nobreza foram centrais na Revolução Francesa, um marco na história do Ocidente. Nesse sentido, muitos ideólogos do período defenderam que mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens, assim como denunciaram a aberração que a escravidão de africanos e indígenas representava nesse novo mundo que se baseava na *razão*. A convergência entre o movimento abolicionista e o surgimento do movimento feminista não foi uma coincidência. No prefácio da edição comentada do clássico de Wollstonecraft, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, Maria Lygia Quartim de Moraes (2016, s/n) afirma que

a revolução teórica e política do *ousar saber* (...) inspirou aqueles que militavam pela abolição da escravidão e pela igualdade de todos os seres humanos. E a importância da emancipação do pensamento. Como veremos, as ideias emancipacionistas de Mary Wollstonecraft e de sua contemporânea francesa Olympe de Gouges (1748-1793) alimentaram-se do legado iluminista e, ao mesmo tempo, enriqueceram-no. Ambas, à sua maneira, ousaram contestar o discurso dominante em que se apoiava a subordinação da mulher ao homem como um dado da natureza. Ambas participaram ativamente da vida política de seus países, como feministas e como abolicionistas.

O elogio da razão e do conhecimento era visto como ferramenta para libertar a humanidade da ignorância, garantindo a emancipação e a universalidade de direitos. Os iluministas defendiam que esse era o caminho para o progresso. A comparação entre a escravidão de africanos e indígenas à escravidão doméstica das mulheres atacava, portanto, a moral sexista e conservadora da época, muito baseada em princípios religiosos. A razão deveria prevalecer sobre o pensamento religioso. Iniciava-se um período em que a religião perdia espaço na esfera pública e muitos pensadores sugeriam que as normas de conduta defendidas pelo cristianismo fossem empurradas para o âmbito individual e doméstico.

Baseado no princípio de que existem diferenças “naturais” entre homens e mulheres, a ideologia cristã indicava o papel que as mulheres deveriam desempenhar na sociedade, assim

⁷⁶ Além da Revolução Francesa (1789 – 1799), os ideais iluministas influenciaram a Revolução Americana (1775 – 1784), a Revolução Haitiana (1791 – 1804), dentre outras.

como a educação que deveriam receber para desempenhá-lo da melhor forma.⁷⁷ São estes pressupostos que começavam a ser questionados pelas mulheres no contexto do Iluminismo. A afirmação da existência de diferenças “naturais” entre homens e mulheres é um tema caro para as narrativas antifeministas em análise nesta tese, pois, para essas autoras, as feministas estavam preparando as bases da “ideologia de gênero” e, conseqüentemente, afrontando os princípios cristãos em todas as vezes que questionaram tais diferenças.

Os argumentos que envolvem a relação entre a religião cristã e o início da luta das mulheres por emancipação são diversos, mas de alguma forma remetem à questão do acesso à educação. Como as primeiras feministas reivindicavam o direito à educação formal, segundo o *Guia de bolso contra mentiras feministas*, uma das mentiras que as feministas teriam inventado é a de que “as mulheres só começaram a estudar após o advento do feminismo” (CAMPAGNOLO, 2021c, p. 51). Com essa afirmação, as narrativas antifeministas não apenas reforçam a ideia de que as mulheres intelectuais não “devem” nada ao feminismo, como também relativizam as pautas levantadas pelas primeiras feministas. A estratégia escolhida por Campagnolo para *provar* que as mulheres podiam estudar antes do feminismo é enfileirar uma quantidade de mulheres que estudaram desde a Mesopotâmia, passando pela Grécia Antiga e pela Idade Média. Campagnolo destaca a erudição dessas mulheres, que estudaram e venceram, “tudo isso sem a ajuda de feminismo nenhum” (*ibidem*, p. 53).

O trabalho de *desmentir* tudo o que as feministas falam sobre o acesso das mulheres à educação parece cansativo para Campagnolo. Após citar mulheres que se tornaram filósofas na Grécia Antiga (ou seja, que estudaram), a historiadora dedica um parágrafo do texto para explicar que é muito improvável que as esposas gregas fossem impedidas de estudar porque ficavam reclusas em casa, afinal “a maioria das pessoas eram pobres e precisavam trabalhar para viver” (CAMPAGNOLO, 2021c, p. 53). Ainda sobre a Grécia Antiga, a historiadora continua, “então, quando provamos esse ponto acerca da impossibilidade do confinamento para humilhar as mulheres, as feministas reaparecem dizendo que, na verdade, só as mulheres ricas

⁷⁷ O tema do papel ideal das mulheres na sociedade (o que elas podem ou não fazer, vestir ou dizer) continua sendo debatido na atualidade pelas religiões cristãs. Este tema não é, e talvez nunca tenha sido, uma unanimidade entre as diferentes vertentes do cristianismo. Da mesma forma, é importante enfatizar que os valores morais relacionados ao papel da mulher (ditados pelas denominações religiosas) não necessariamente são seguidos pelas mulheres que frequentam esses espaços. Como afirma Luiz Fernando Dias Duarte (2005, p. 141 e 142) a diferenciação entre os conceitos de “(1) ‘religião’, como identidade ou pertencimento; (2) ‘religiosidade’, como adesão, experiência ou crença; (3) ‘ethos religioso’, como disposição ética ou comportamental associada a um universo religioso” permite compreender que “a continuidade de um ‘pertencimento’ ou de uma ‘adesão’ não significa necessariamente a obediência aos ditames doutrinários ou pastorais”. Os estudos sobre as experiências confessionais na Modernidade indicam que “ao mesmo tempo em que cada religião continua a aspirar a moldar as pessoas à sua maneira de ser, cada vez mais pessoas parecem acreditar que devem escolher a religião melhor adaptada à ‘maneira de ser da pessoa’”. (DUARTE, 2002, p. 171).

e abastadas é que viviam reclusas” (*ibidem*, p. 54). Para argumentar contra essa *mentira*, Campagnolo nos oferece sua opinião: “talvez isso ocorresse quando uma mulher podia mandar seus escravos fazerem algo por ela, o que certamente não torna essa mulher uma oprimida”. Engrossando seu argumento, a autora afirma que depois de ler sobre as mulheres e os filósofos desse período, “é difícil acreditar que as mulheres não podiam sair de casa” (*loc. cit.*).

Após os argumentos sobre as mulheres da Grécia Antiga serem apresentados, Campagnolo diz que as feministas reaparecem para questionar a Idade Média, com a afirmação de que as mulheres gregas estudavam “porque ainda não estavam sob o domínio da Igreja Católica e da Idade das Trevas. É outra inverdade” (CAMPAGNOLO, 2021c, p. 54). Citando a historiadora francesa Régine Pernoud, a antifeminista explica que era comum meninos e meninas frequentarem mosteiros para que fossem educados. Mosteiros mistos, com “alas femininas e masculinas”, na perspectiva de Campagnolo, demonstram que “as meninas, portanto, podiam estudar” (*ibidem*, p. 55). As afirmações da historiadora são colocadas sem uma contextualização daquele período, do papel que se esperava que as mulheres desempenhassem na sociedade. O exemplo pontual de mulheres católicas que frequentavam os mosteiros, que aprendiam a ler, a escrever e até se tornavam personalidades intelectualmente reconhecidas pela Igreja, é dado para ilustrar o todo. Assim suposto, o objetivo é ressaltar o papel da Igreja naquilo que a autora considera ser um incentivo à educação das mulheres:

Durante a Idade Média, a Igreja patrocinou os estudos de inúmeras intelectuais posteriormente consideradas “doutoras da Igreja”. Inclusive, foi a própria Igreja que criou as universidades no Ocidente e sustentou inúmeros homens e mulheres para que pudessem se dedicar à vida intelectual. (CAMPAGNOLO, *loc. cit.*).

Para encerrar o debate sobre o tema, Campagnolo retira a perspectiva de gênero da análise sobre a educação na Idade Média, na tentativa de igualar as experiências vividas por homens e mulheres, afirmando que “em alguns momentos da história, a maioria das pessoas (tanto homens quanto mulheres) não tinha acesso à alfabetização ou à erudição” e, com isso, a autora conclui que “não é verdade que as mulheres não podiam estudar absolutamente nada ou foram sempre proibidas de aprender a ler” (*ibidem*, p. 58). Após nove páginas de “debate”, a historiadora finaliza seu artigo com uma crítica à superficialidade dos argumentos feministas, “colocar a culpa de absolutamente tudo no machismo superestrutural é muito mais fácil do que investigar seis milênios de história” (*loc. cit.*). A crítica é também estendida à falta de erudição das feministas:

Em pleno século XXI, certamente conhecemos muitas pessoas diplomadas ou graduadas, mas não conhecemos muitas pessoas verdadeiramente cultas ou eruditas. Apesar de uma infinidade de conteúdos educativos gratuitos e acesso quase irrestrito à alta cultura, quantas feministas você conhece que verdadeiramente vivem uma vida

de belas-artes, saberes científicos e cultura erudita, apreciando o melhor da literatura, da música, da filosofia, ou da física quântica? (*ibidem*, 2021c, pp. 58, 59).

O texto sugere que “alta cultura” ou “cultura erudita” são conceitos fixos, ignorando que não apenas esses ideais se modificaram ao longo do tempo, como também já foram amplamente criticados por diferentes correntes teóricas.⁷⁸ Mas talvez um dos aspectos mais interessantes desse texto é que Campagnolo se refere às feministas sem citar exatamente quem são elas. “Só mesmo alguém que não leu muita coisa pode chegar à conclusão de que as mulheres só começaram a estudar após o advento do feminismo, ou seja, a partir dos séculos XIX” (*ibidem*, p. 51). Quem disse isso? Não temos nenhuma indicação no texto. “As feministas” aqui são uma entidade, cujas opiniões são generalizáveis. A impressão que temos é de que a autora coletou os argumentos mais recorrentes em redes sociais, nos “debates” em caixas de comentários, e se propôs a respondê-los, com o intuito de oferecer argumentos para suas(seus) seguidoras(es) também poderem responder nas redes sociais.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Campagnolo, o historiador Ricardo da Costa também adota a estratégia de enfileirar uma quantidade de mulheres que estudaram, governaram, foram santas, mártires etc., durante a Idade Média para desmentir a suposta afirmação feminista de que as mulheres do medievo eram infelizes e oprimidas. “É de se perder a conta a quantidade de mulheres medievais bastante influentes” (COSTA, 2021, p. 36). Além de ressaltar que a Igreja Católica “favorecia o estudo e a leitura nas bibliotecas de seus mosteiros – inclusive femininos” (*ibidem*, p. 34), o elogio do cristianismo aparece em oposição aos ideais iluministas de uma forma um tanto sutil. Depois de um parágrafo exaltando a “profunda (e fecunda) força da fé feminina” com o exemplo de vida de Rictrude (614 – 688), Costa lamenta que os restos mortais da santa tenham acabado nas mãos de revolucionários. “No século XVIII, com o terror da Revolução Francesa (1793), seus restos mortais infelizmente foram perdidos, e provavelmente profanados – os sedentos revolucionários já haviam fechado o mosteiro em 1791” (*ibidem*, p. 37).

Já a oposição ao feminismo é mais frontal. Ricardo da Costa, que não poupa adjetivos às mulheres do medievo – “mulheres fortes”, “devotas”, “cada mulher é um mundo, uma

⁷⁸ Os pesquisadores Raimundo Martins e Paulo Passos Sérgio (2012) afirmam que a “distinção entre alta e baixa cultura vem sendo criticada tanto pelos estudos culturais quanto pela cultura visual”. Em síntese a crítica é que “os estudos culturais não se opõem à dita alta-cultura, mas se opõem a ideias de que seria uma cultura universal e imutável (simplesmente ‘o melhor que se pensou e disse’) e à forma como a alta-cultura é mobilizada para fazer, marcar e manter distinção social e desigualdades de classe. Sem o requerido capital para decifrar o ‘código’ de objetos canonizados da arte, as pessoas são tornadas vulneráveis socialmente para a condescendência daqueles que tem o capital cultural requerido. O que é cultural é apresentado como natural, e, assim é usado para justificar o que é social.” (STOREY, 2003, p. 93-94 apud MARTINS; SÉRVIO, 2012, p. 136).

história sempre fascinante” –, afirma que as feministas não gostam das mulheres da Idade Média porque elas ajudaram a expandir o cristianismo. “É um mundo esquecido pelas feministas do séc. XX porque as mulheres da Idade Média semearam o cristianismo pelo continente europeu, religião odiada pelas testoterônicas revolucionárias porque é considerada ‘opressora’” (COSTA, 2021, p. 37).

Nesse ponto, o argumento de Costa é diferente daquele defendido por Campagnolo (2021c). Enquanto esta afirma que as feministas são superficiais, pouco eruditas e têm preguiça de investigar os “milênios de história” que ela investigou, para ele, as feministas conhecem a história das mulheres, e justamente por isso tentam manchar a imagem desse período, que na sua concepção foi tão frutífero para as mulheres, a Idade Média. Em ambos os casos os autores criam uma narrativa pouco complexa da história das mulheres. O escasso uso de fontes, o posicionamento enviesado, as generalizações duvidosas e os palpites sobre o passado – que ficam evidentes com o uso de expressões como “provavelmente”, “é muito improvável” ou “é difícil acreditar que” – demonstram que apesar dos títulos que a autora e o autor ostentam (ambos são historiadores), dificilmente esse tipo de texto teria aceitação entre os pares, no meio acadêmico. Mas seguimos com os argumentos, agora de uma filósofa.

Outra “mentira feminista” relacionada ao tema do acesso das mulheres à educação, ainda segundo o *Guia de bolso contra as mentiras feministas*, é a de que “toda grande escritora e filósofa do passado era feminista”. Se no artigo de Campagnolo (2021c) e de Costa (2021) o objetivo era *provar* que as mulheres no passado estudavam, no texto da filósofa Natália Sulman o foco é a afirmação de que aquelas mulheres que estudaram não eram feministas. O argumento é simples, Sulman afirma que o “discurso histórico das feministas aludindo a uma participação retroativa das filósofas do passado nas reivindicações do movimento” é subjetivista e anacrônico (SULMAN, 2021, p. 28)⁷⁹. Na perspectiva antifeminista, o feminismo estaria “sequestrando” a história dessas mulheres, apropriando-se de seus escritos e seus feitos para reivindicar uma participação retroativa no movimento.

A análise sobre a disputa narrativa em torno de mulheres que tiveram grandes feitos na história não é exatamente uma novidade no meio acadêmico⁸⁰, e o texto de Sulman parece se

⁷⁹ Na definição de Sulman (2021, p. 25), no *subjetivismo*, “na linguagem ideológica, o referente se mantém sempre na esfera mental, sem jamais participar da realidade concreta”; e no *anacronismo* “os ideólogos atribuem ao passado ideias e sentimentos de seu próprio tempo, sem nenhum rigor histórico”.

⁸⁰ A história de Joana D’Arc é um exemplo dessa disputa narrativa. Joana D’Arc (1412 - 1431) liderou o exército francês na fase final da Guerra dos Cem Anos, quando tinha apenas 16 anos de idade. Aos 19 foi presa e executada pelo Tribunal da Santa Inquisição, que a condenou por vestir roupas masculinas e ouvir vozes, então atribuídas a demônios. Quase cinco séculos após sua morte na fogueira, Joana D’Arc foi canonizada pela Igreja Católica. A pesquisadora Flávia Amaral explica que sua figura é citada por feministas como exemplo de uma mulher forte,

inserir nessa disputa, na medida em que reafirma a santidade dessas mulheres, pescando informações que *comprovariam* a incompatibilidade entre elas e o feminismo. Hipátia de Alexandria, matemática do século V, por exemplo, é reverenciada pela sua “escolha pela virgindade e purificação espiritual”, “dois princípios neoplatônicos antagônicos à liberação sexual das feministas” (SULMAN, 2021, p. 31). As escolhas e o comportamento de Hipátia seriam a *prova* da incompatibilidade de ideias dessas “grandes mulheres do passado” e as feministas atuais.

O argumento construído por Sulman estende-se também ao comportamento e atitude de homens na Antiguidade, especialmente os cristãos. A filósofa afirma que quando feministas acusam os antigos filósofos cristãos de serem machistas, elas também estão sendo superficiais e anacrônicas. “É verdade que eles eram patriarcais, mas sugerir uma aceção de machismo no patriarcado dos antigos é uma declaração de ignorância”. (*ibidem*, p. 29). Apresentei no subcapítulo 2.1 o surgimento dos termos que nomeiam a opressão feminina e a modificação que ocorreu ao longo da história no uso das palavras *machismo* e *patriarcado*. O fato de estes conceitos terem sido elaborados no século XX não significa que a forma como a ideologia cristã estruturava a hierarquia de gênero naquele período não colocasse as mulheres em uma posição de inferioridade em relação ao homem. A teorização sobre a opressão feminina demonstrou a necessidade de se refletir e questionar sobre as bases do pensamento que relegava às mulheres um lugar de submissão. O entendimento de Sulman é o oposto a esse, pois pressupõe que, se a palavra que designa a opressão não existia, logo, a própria opressão não existia. Portanto, a narrativa antifeminista desvalida a leitura que diferentes estudos feministas⁸¹ fizeram, ao longo dos séculos XX e XXI, sobre as opressões das mulheres na história.

guerreira, que transgrediu padrões e imposições de seu tempo. No entanto, sua figura também é utilizada por movimentos nacionalistas, de extrema-direita, neonazistas, fundamentalistas católicos, em discursos islamofóbicos, anticomunistas e antifeministas. O processo de canonização já demonstra essa “retomada” de Joana D’Arc como símbolo de mulher santa, a ser imitada. Crônicas da Idade Média deram as bases para a formação desse discurso, esses textos ressaltavam a fé de Joana, assim como sua feminilidade, quando descia de seu cavalo. Uma dessas crônicas afirmava que Joana não admitia que prostitutas se aproximassem do exército francês, reforçando o papel da moral na construção da imagem da guerreira. Sobre esse tema, ver: HISTÓRIA FM 097: Joana D’Arc: guerreira, santa e símbolo nacionalista. Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistada: Flávia Amaral. [s.l.] Leitura Obriga HISTÓRIA, 30 mai. 2022. Podcast. Disponível em <<https://leituraobrigahistoria.com/podcast/joana-darc-guerreira-santa-e-simbolo-nacionalista/>>. Acesso em: [12 nov. 2022].

⁸¹ O texto de Joan Scott (2019), *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, oferece um panorama teórico da constituição do campo de estudos de gênero e apresenta, sumariamente, algumas das “teóricas do patriarcado”, como Mary O’Brien, Shulamith Firestone e Catharine MacKinnon. Segundo Scott (2019, p. 56 e 57), “as teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, mas para alguns(mas) historiadores(as) as suas teorias apresentam problemas.” Essas questões que marcam as diferentes correntes teóricas feministas ao longo do tempo estão bem explicitadas em Scott (2019).

Nesse sentido, Sulman esforça-se para retirar os filósofos e teóricos cristãos da Antiguidade do rol dos machistas. Para a autora, a filosofia que estrutura o antigo patriarcado não é machista, pois,

as Sagradas Escrituras afirmam a igualdade ontológica entre os sexos: *Nisto não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus* (Gl 3, 28). As diferenças residem em outras esferas, mas não na esfera do ser. Na realidade concreta, por exemplo, na qual a compleição feminina tem exigências particulares (SULMAN, 2021, p. 29).

Em outras palavras, Sulman afirma que homens e mulheres são ontologicamente iguais, o que significa sê-lo também perante *Deus*, mas diferentes na “realidade concreta”, pois a “compleição feminina” (a constituição física, a tendência comportamental, a inclinação moral, o temperamento) “tem exigências particulares”. Nesse ponto, podemos refletir sobre a reclamação que Wollstonecraft (2016, s/n) trazia no século XVIII, de que as mulheres eram “tratadas como um tipo de ser subordinado, e não como parte da espécie humana”. A contradição identificada por Wollstonecraft não é reconhecida na narrativa antifeminista, pois as mulheres são ontologicamente iguais aos homens, porém isso não significa que devido à sua “compleição” não devam ser subordinadas. A questão da subordinação raramente aparece nas narrativas antifeministas de maneira negativa, ou seja, não se reforça explicitamente que a mulher *deve* obedecer ao homem, no sentido estrito do termo. O tema é abordado de outra forma, através da defesa da hierarquia nas igrejas, por exemplo, ou dos discursos sobre a complementaridade de papéis – a proteção e conforto que maridos oferecem às suas esposas – que é baseado na “inconteste fragilidade física das mulheres” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 44). Esse é um tema recorrente na narrativa antifeminista, que procura justificar a hierarquia dos gêneros com a defesa da complementariedade.

O embate entre a ideologia cristã, o feminismo e os ideais iluministas aparece ainda na narrativa de que as igrejas cristãs apoiaram as primeiras demandas feministas, mas foram ludibriadas ao apoiar a organização inicial do movimento. Em diferentes momentos do livro *Feminismo: perversão e subversão*, Campagnolo afirma que os religiosos são os *verdadeiros* defensores das mulheres. Em um trecho, a autora assegura que eles foram mais empáticos à causa das mulheres do que o Estado ou do que esquerdistas.

Wollstonecraft causava mais escândalo entre a nobreza e a alta burguesia do que entre os religiosos – sempre sensíveis ao drama humano, diferentemente do que o Estado é capaz de ser. Aliás, o espírito revolucionário e esquerdistas não teve nem uma pequena parcela da empatia que os religiosos tinham pela verdadeira dignidade feminina. (CAMPAGNOLO, 2019, pp. 39 - 40)

O fato de Olympe de Gouges ter sido guilhotinada pelos jacobinos da Revolução Francesa seria a *prova* disso. Em oposição, a Igreja protegia as mulheres:

É importante lembrar que as primeiras mulheres que conseguiram vez e voz para manifestarem-se publicamente sobre as queixas femininas, o fizeram sob a tutela e proteção dos religiosos cristãos, tanto na França do século XVIII quanto na América do século XIX. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 39).

Campagnolo (2019) está se referindo às reivindicações de Wollstonecraft e à inauguração do *Women's Movement* nos Estados Unidos, em 1848. Quando disserta sobre esses dois episódios, Campagnolo reafirma a “a importância do cristianismo no que realmente pode ser considerado o reconhecimento de direitos.” (*ibidem*, pp. 84 e 85). Aqui podemos observar que há uma separação entre pautas que são consideradas justas e o caminho que o feminismo teria tomado ao longo do tempo, que na avaliação de antifeministas, é anticristão.

Como se vê, nos primeiros passos do movimento, desde o levante de Mary Wollstonecraft no final do século XVIII, as mulheres puderam contar com o apoio das comunidades religiosas, conscientes de que, apresentando sua causa como digna diante de Deus, a exibiriam digna diante dos homens.

[...]

No entanto, apesar de aparentemente inofensivo, esse movimento de mulheres – que começou em uma capela sob os olhos de um bispo cristão – logo descarrilha mostrando a que veio.

[...]

Mesmo nos primeiros passos da primeira onda, as líderes do movimento começam a revelar seu caráter anticristão, aquele que é marca indelével do feminismo ao lado da própria revolução sexual. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 85).

Ainda que essas pautas fossem “dignas diante de Deus”, Campagnolo reforça que a distinção entre feminismo bom e feminismo mau não existe, pois, na sua perspectiva, o feminismo nunca foi bom. As biografias de Mary Wollstonecraft e de Elizabeth Cady Stanton são acionadas para comprovar que as feministas são, desde esses primeiros exemplos, “inimigas da família”⁸². Há um posicionamento explícito de crítica às mulheres que se denominam feministas cristãs, pois mesmo que os “métodos” toquem em reivindicações “aparentemente” justas, o “alvo” do movimento “sempre foi anticristão” (*ibidem*, p. 86). Inclusive as mulheres que questionaram a hierarquia nas igrejas são colocadas como uma espécie de feministas infiltradas. “Ademais, também é preciso reparar que as primeiras insinuações e apologias ao sacerdócio feminino dentro das igrejas começaram justamente com essa mulher [Stanton] que, sem sombra de dúvidas, era antipática aos dogmas cristãos” (CAMPAGNOLO, 2019, pp. 86 e 87).

⁸² Para esboçar a forma como as biografias são trazidas, seleciono dois trechos sobre as autoras. “Mary Wollstonecraft, que escreveu que nenhuma mulher deveria depender do homem, tentou suicídio duas vezes, porque um homem que ela amava a desprezou. Depois, propôs à esposa de um outro que elas dividissem o marido”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 327 e 328). “Embora tivesse um marido e sete filhos, ela [Stanton] tinha uma opinião tão negativa sobre o casamento quanto viria a ter a feminista Betty Friedan durante a Segunda Onda. Stanton escreveu que era ‘vão buscar a elevação da mulher enquanto ela é rebaixada no matrimônio’” (*ibidem*, p. 86).

Olhando para a história do movimento feminista, para estas primeiras manifestações de mulheres que demandavam por igualdade e emancipação, Campagnolo lamenta que aquele tenha “surgido por conveniência e descuido de muitos bispos e igrejas protestantes que recebiam mulheres como Stanton”. Arrogando para si a posição de avaliar retroativamente as ações desses homens que desempenhavam papéis de lideranças nas igrejas cristãs, Campagnolo não os julga pelos seus valores, mas sim pela sua inocência. “Aparentemente, o protestantismo americano caiu em uma cilada”. (*ibidem*, p. 86).

Os argumentos expostos demonstram que o pensamento antifeminista reconhece no Iluminismo o primeiro movimento intelectual a afrontar as *verdades* cristãs. As primeiras feministas, inseridas nesse contexto intelectual, denunciaram que a educação recebida pelas mulheres era responsável por sua condição de subordinação aos homens. A produção teórica antifeminista rebate essa premissa de diferentes formas. Em resumo, podemos dizer que as antifeministas afirmam que: 1 – as mulheres estudavam no passado e, assim, a reivindicação por igualdade das oportunidades educacionais é desvalidada; 2 – as mulheres que estudavam fizeram isso sem a existência do feminismo e sem questionar os valores religiosos; 3 – as igrejas cristãs sempre apoiaram as mulheres que lutavam por causas dignas diante de *Deus*, mas foram enganadas por essas mulheres, que posteriormente iriam mostrar seu caráter anticristão.

Na perspectiva antifeminista, o ataque à ideologia cristã estava apenas começando. Alguns liberais seriam aliados dos cristãos, mas ao mesmo tempo a moral burguesa se consolidaria como “secularizada” e “desprendida do cristianismo” (*ibidem*, p. 305). No próximo tópico veremos em quais pontos o pensamento antifeminista se aproxima do liberalismo.

3.2. O liberalismo – a igualdade jurídica e política

O liberalismo é citado nos textos antifeministas como ideologia, através da análise da atuação de liberais na causa das mulheres, e como uma ética, através da defesa de valores que são considerados liberais. Além disso, a forma como o pensamento liberal é trazido e articulado aos valores cristãos é interessante para pensarmos na centralidade da família no neoliberalismo.

A definição de *liberalismo* não é uma tarefa simples. Em seu Dicionário de política, Norberto Bobbio (1998) afirma que não existe um consenso nem entre historiadoras(es) nem entre estudiosas(os) de política quanto à definição do termo. Uma das dificuldades apontadas

pelo historiador é que o liberalismo se manifestou em diferentes países e contextos históricos, em cada um desses momentos com suas particularidades. Tal fenômeno histórico pode ser observado primeiramente na Revolução Gloriosa (1688 – 1689) na Inglaterra e, em seguida, na maior parte dos países da Europa Continental no século XIX.

Ainda que de maneira genérica, podemos dizer que a defesa de um Estado liberal consiste na percepção que o “Estado tem a finalidade de garantir os direitos do indivíduo contra o poder político” (BOBBIO, 1998, p. 690), e para isso é necessário que exista em alguma medida formas de representação política. Frequentemente o liberalismo é associado ao individualismo, “por individualismo entende-se, não apenas a defesa radical do indivíduo, único real protagonista da vida ética e econômica contra o Estado e a sociedade, mas também a aversão à existência de toda e qualquer sociedade intermediária entre o indivíduo e o Estado” (*ibidem*, p. 689). Em contraposição ao absolutismo, sistema vigente no período em que nasceu o liberalismo, esta ideologia pressupõe a igualdade dos indivíduos perante a lei. As liberdades e direitos individuais, na concepção liberal, frequentemente se sobrepõem aos coletivos, que regulam a vida em sociedade, o que os diferencia dos socialistas. Além disso, outra divergência com os/as socialistas é expressa na defesa de que mudanças devem ocorrer através de reformas, e não de revoluções. (BOBBIO, 1998).

Bobbio afirma que o liberalismo foi a ideologia “menos exportada ou exportável entre as ideologias nascidas na Europa” no período da descolonização, pois outras ideologias, “como a democracia, o nacionalismo, o socialismo, o catolicismo social”, “tiveram um enorme sucesso nos países do Terceiro Mundo”. Isso não significa que ideias e ideais liberais não circulassem em países como o Brasil desde fins do século XIX. Da mesma forma, o fato de um partido carregar o nome “liberal” não significa que este estava alinhado com os principais ideais liberais. Por fim, “nem sempre grupos e partidos que se inspiravam nas ideias [*sic*] liberais tomaram o nome de liberais, e também nem sempre os partidos liberais desenvolveram uma política coerente com os princípios proclamados” (*ibidem*, p. 687).

Sabendo da impossibilidade de encerrar uma definição para o termo, acrescento alguns pontos importantes sobre como o liberalismo é compreendido dentro do espectro político de direita e conservador no Brasil. Não é intuito analisar se a acepção da doutrina liberal está deturpada, ou não, na corrente ideológica aqui enfocada, mas sim compreender o que as antifeministas compreendem por liberalismo quando o defendem ou o criticam. Sendo assim, utilizo um pequeno artigo não assinado e publicado no *site* da Brasil Paralelo em 27 de fev. de

2023.⁸³ O artigo ressalta a ligação entre a história do liberalismo e o surgimento da burguesia e a ascensão das ideias iluministas. Dentre os pensadores citados, destacam-se John Locke e Adam Smith.

Segundo a matéria, a doutrina liberal defende: 1) a liberdade individual acima de tudo; 2) direitos individuais; 3) igualdade perante a lei; 4) segurança; 5) felicidade; 6) liberdade religiosa; 7) liberdade de imprensa. Isso significa que o Estado “não pode intervir nessas esferas”, apenas dar condições mínimas para o “livre desenvolvimento de cada cidadão”. O artigo ainda afirma a importância do mérito nas conquistas individuais, pois a concepção liberal posiciona-se contra o “paternalismo do Estado ou qualquer forma de assistencialismo que ponha o governo como tutor da vida do indivíduo”. O reconhecimento de direitos coletivos ou políticas de reparação das desigualdades são compreendidos como paternalismo ou assistencialismo, “o liberalismo não reconhece direitos coletivos. Devido à instituição do Estado de Direito, todos seriam iguais perante a lei, e tratados como iguais pelo Estado. Portanto, não existem privilégios”. O artigo apresenta o liberalismo como uma “corrente política” e o “liberalismo econômico” é apresentado em um tópico à parte, no qual é explicitado que ele defende: 1) a propriedade privada⁸⁴; 2) o livre mercado⁸⁵; 3) a tributação mínima⁸⁶.

Sobre o neoliberalismo, o artigo acrescenta em sua seção final que este é uma revisão do liberalismo, realizada pela Escola Austríaca, cujo principal representante é Ludwig Von Mises. Não há grandes diferenças apontadas entre as duas ideologias, é ressaltado apenas que neoliberais propuseram uma doutrina liberal que concilia “as necessidades de um mercado livre com alguma participação do Estado na economia”.⁸⁷ Para finalizar, o artigo apresenta as principais críticas ao liberalismo, que são centradas nas questões da meritocracia, da não interferência do Estado na economia, da baixa tributação de empresas e da defesa da liberdade individual acima de tudo, pois isso poderia “abrir espaço para uma sociedade sem uma moralidade definida”.

⁸³ Fonte: < <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-liberalismo> > Acesso em 12 mar. 2023.

⁸⁴ A defesa da propriedade privada é explicada da seguinte forma no artigo: “O reconhecimento da propriedade privada significa que o dono daquele bem pode dele usufruir conforme seu interesse. Sua propriedade não pode ser limitada por função social, onde o governo estipula usos e objetivos para seu espaço”. Na sequência, o artigo sugere a leitura de outro artigo: “Conheça como o governo pode instituir funções sociais para as terras. Leia esse artigo sobre terras indígenas”.

⁸⁵ A ideia de “livre mercado” ou “livre comércio” é atrelada a defesa do “Estado Mínimo”, onde há “livre concorrência do empresariado, a lei natural da oferta e da procura, viabilizando o sucesso econômico geral e a prosperidade de todos. Neste processo, o Estado não deve intervir, deixando o mercado se regular de forma natural”.

⁸⁶ Segundo o artigo, “a tributação mínima serve para não onerar as empresas, fonte de riqueza para as nações”.

⁸⁷ O neoliberalismo, segundo o artigo, defende, “a privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais, a abertura econômica para a entrada de empresas multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, e a redução de impostos excessivos. Isso tudo dando ênfase na globalização.”

É interessante ainda observar que no artigo há explicações sobre a “moral” liberal: “No campo moral, há a valorização da liberdade individual, portanto há uma oposição à moral preconizada pelos conservadores, afirma o cientista político Roger Scruton”. Parece haver alguma incompatibilidade entre liberalismo e conservadorismo, que rapidamente é resolvida: “Existem diferentes correntes políticas e econômicas dentro do Liberalismo, sem que haja um conjunto de ideias fechadas. É possível, por exemplo, ser conservador quanto à moral e liberal quanto à economia”. Esse ponto é importante, pois veremos no texto antifeminista uma forte defesa de valores liberais como a meritocracia e a crítica a políticas de reparação de desigualdades sociais como as cotas, ao mesmo tempo que a “moral” conservadora é reforçada. Ainda neste subcapítulo, veremos como as recentes análises de Wendy Brown mostram que não há incompatibilidade entre a doutrina neoliberal e o conservadorismo.

No livro *Feminismo: perversão e subversão* (2019), Campagnolo discute sobre o liberalismo em diferentes trechos. No capítulo 2, em que discorre sobre a primeira onda feminista, Campagnolo afirma que a pauta que mais se destacava nas primeiras reivindicações das mulheres por igualdade, as protofeministas, era a educação. Logo em seguida, no período conhecido como a “primeira onda” feminista, as pautas seriam ampliadas, incluindo “a reivindicação pelo sufrágio universal” e “as queixas em favor da inserção feminina em áreas profissionais hegemonicamente masculinas” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 76). Nesse sentido, os liberais, especialmente John Stuart Mill (1806 – 1873), são citados sobretudo nos momentos em que a antifeminista aborda os temas do sufrágio feminino e direitos políticos, como nos capítulos VI e VII do livro *Guia de bolso contra mentiras feministas*, cujos títulos são “...E nem votar” e “A mulher tem que entrar na política (por cota) para defender seus interesses”. O tema também aparece através da defesa da meritocracia no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho.

A crítica às sufragistas é construída sobre argumentos que ultrapassam a questão da igualdade. A igualdade em si, pelo menos jurídica ou política, não parece ser um problema na visão antifeminista. Antifeministas não dirão que as mulheres não deveriam votar, participar da política ou trabalhar. A questão é que a história do sufrágio, na visão antifeminista, é *distorcida* pelas feministas, que escondem algumas *verdades* a respeito do movimento sufragista. A primeira delas é que as sufragistas eram uma minoria de mulheres, que já demonstravam sua inclinação ao socialismo e, por isso, havia um número pífio de mulheres que as apoiavam.⁸⁸

⁸⁸ Sobre a falta de apoio da “maioria” das mulheres para com a causa sufragista, Campagnolo (2019) se baseia no livro “*Women against the Vote*” (2007), de Julia Bush, para afirmar que “as mulheres anti-sufragistas compunham uma liga com mais de 42 mil membros e eram tão numerosas quanto as mulheres favoráveis ao voto, chegando a

Em segundo lugar, essas poucas feministas não tiveram êxito, pois o direito ao voto, através do sufrágio universal, foi uma conquista masculina, que foi estendida ou concedida às mulheres. Esses homens eram os liberais.

Mas, afinal, se não foram as feministas que conseguiram a autorização para o voto feminino, quem foi?

Uma resposta simplista pode ser bem escandalosa: foram os homens que planejaram a República, a democracia e o liberalismo – e foi a evolução cultural deles que permitiu às mulheres fazer parte dessas conquistas. (CAMPAGNOLO, 2021d, p. 69).

Nesse trecho encontramos questões relevantes para compreender a relação entre o pensamento antifeminista e o liberal: os homens *conquistaram* o voto; com isso, houve uma *evolução* cultural. A palavra “conquista” tem um significado peculiar no contexto da luta pelo sufrágio universal, são citados exemplos individuais de conquista e exemplos coletivos, em que os liberais são os protagonistas. A “evolução” que decorreu das conquistas dos homens conecta os valores liberais e cristãos, em defesa de uma moral cristã conservadora, como veremos mais adiante.

A ideia de *conquista* está ancorada em uma visão de cidadania atrelada ao serviço militar. Campagnolo (2019, p. 91) afirma que “em todo o Ocidente, o direito à cidadania plena através do voto estava interligado ao dever de servir ao Estado estando à disposição do exército”, um *dever* obrigatório apenas aos homens. Seguindo a lógica do escritor G. K. Chesterton, a conquista de algo passa pela luta em seu sentido militar, ou seja, as mulheres não travaram batalhas militares, não morreram no *front* lutando pelo direito ao voto, logo, não o conquistaram. “Os homens, estes sim, derramaram suor e sangue para acessarem o voto”. (CAMPAGNOLO, 2021d, p. 69).

A historiadora cita as guerras nos EUA e na Inglaterra – “Os homens americanos conquistaram o direito ao voto em uma guerra sangüinária de quase uma década de duração. Tanto pior foi na Inglaterra desde os tempos de Oliver Cromwell.”. (*ibidem*, p. 92) – ou ainda a I Guerra Mundial – onde “milhares e milhares de britânicos deram suas vidas [...] sem nunca terem exercido o direito que as sufragistas mulheres reivindicavam” (*ibidem*, p. 63). Não satisfeita com estes exemplos utilizados, a autora generaliza: “Resumindo: todos os povos onde

ser maioria em algumas localidades” (Campagnolo, 2019, p. 89). Com relação aos Estados Unidos, Campagnolo destaca atuação do Partido Anti-Sufragista, fundado em 1871, e a Associação Nacional de Opositores ao Voto da Mulher (NAOWS), fundada em 1911. Segundo Campagnolo, “algumas mulheres que tinham medos aparentemente toscos em relação à implantação do sufrágio universal, começaram a espalhar caricaturas estereótipos sobre as conhecidas ‘solteironas sufragistas’. Algumas brincadeiras tinham o tom de que só estava preocupada com direito ao voto aquela que não tinha conseguido um encontro ou um parceiro para o baile” (...) “Mas a maioria das mulheres não chegava a esse ponto, eram mulheres que realmente não se interessavam por política e achavam nocivo às senhoras que perdessem tempo com isso” (*ibidem*, pp. 90 e 91).

os homens obtiveram licença para votar passaram por guerras e batalhas sangrentas, mas, nesses mesmos povos, as mulheres obtiveram as mesmas conquistas sem nenhum sangue derramado”. (CAMPAGNOLO, 2021d, p. 70). Isso, na visão da antifeminista, é um privilégio. “Uma pessoa lúcida chama esse fenômeno de privilégio e com um pouco de esforço consegue entender a relação óbvia entre votar e servir à nação durante uma guerra”. (*ibidem*, p. 64).⁸⁹

Em ambos os livros, *Feminismo: perversão e subversão* e *Guia de bolso contra mentiras feministas*, Campagnolo (2021d, p. 62; 2019, p. 95) utiliza as palavras de Beauvoir para dizer que o movimento sufragista “nunca passou de agitação simbólica”. Mais uma vez a autora recorre à lógica para sustentar o seu argumento, cita países em que não havia um movimento feminista organizado e que aprovaram o sufrágio feminino antes dos países ditos “modernos”. “Se o país mais feminista do mundo, a França, foi o mais atrasado da Europa a permitir o voto feminino, então o feminismo não fez muita diferença por lá” (*ibidem*, p. 62). O que fez diferença foi o apoio dos homens, especialmente os de direita, e isso teria sido parte de um movimento *natural* da história. Campagnolo explica a suas leitoras e leitores que o sufrágio feminino ocorreu em paralelo a um movimento mais amplo de conquistas de direitos civis. “O debate pela ampliação do direito ao voto acontecia porque muitos homens também não podiam votar tanto no Brasil quanto em outras nações” (*ibidem*, p. 63).

Esse argumento expõe a disputa narrativa em torno da conquista do voto, pois enfatiza o “sucesso” da conquista como algo pertencente aos homens *de direita* e, em oposição, o “fracasso” como o destino das feministas *esquerdistas*. Para Campagnolo, foram ações pautadas por homens alinhados ao espectro político da direita que tiveram maior sucesso, inclusive no Brasil. “Desde 1891, quando Lopes Trovão, signatário do Manifesto Republicano, defendeu a oficialidade do voto feminino, até o título de eleitor de Celina Guimarães, as investidas mais bem sucedidas da causa estiveram ligadas aos movimentos direitistas”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 95). A autora se refere, em primeiro lugar, à atuação dos republicanos no Brasil, fazendo uma comparação no mínimo confusa entre Brasil e Estados Unidos:

⁸⁹ Sobre a participação das mulheres em guerras, Campagnolo segue duas linhas de argumentação. Na primeira, as feministas não queriam participar de guerras, mas queriam obrigar os homens a participar: “A Ordem da Pluma Branca, que começou em agosto de 1914, tinha o objetivo de humilhar e constranger qualquer homem britânico (mesmo aqueles que não podiam votar) caso não estivessem na guerra lutando para proteger as mulheres e as crianças inglesas. [...] Não é preciso dizer que essas feministas que constrangiam os homens a irem para a guerra não tinham elas mesmas nenhuma intenção ou coragem de ir”. (CAMPAGNOLO, 2021d, p. 74). Em outra, ela ridiculariza as mulheres que queriam participar das guerras: sobre Leolinda Daltro, quando esta resolveu dar aulas de esgrimas às suas alunas, com intuito de prepará-las para o serviço militar, Campagnolo (2021d, p. 65) afirma: “O relato é empolgante, mas pouco representa. Aquelas alunas estavam brincando de esgrima com a professora que as induzia a isso, enquanto todas as outras milhões de mulheres do Brasil estavam muitíssimo longe da intenção de compor as fileiras da frente no campo de batalha.”

Outro importante fato histórico que as feministas não fazem questão de ressaltar se refere à participação afirmativa do Partido Republicano na apresentação de suas queixas. Por exemplo: o senador republicano pelo estado da Califórnia, Aaron Augustus Sargent, foi quem sugeriu a alteração acerca do voto feminino em 1878 e novamente em 1920.

No Brasil, também foram os republicanos, politicamente à direita, que propuseram e instauraram o voto feminino. O cristão e conservador César Zama foi quem encabeçou o movimento. Ele era médico e intelectual, branco, burguês, heterossexual e componente destacado da elite baiana. Em setembro de 1890, enquanto a primeira Constituição Republicana era elaborada, ele defendeu que as mulheres pudessem participar efetivamente da vida política do país através do direito ao voto. Duas décadas antes, surgira o Manifesto Republicano, apoiado por conservadores e liberais que seriam aliados dos militares e da Igreja Católica até a Proclamação da República. (*ibidem*, p. 93).

A comparação entre o Partido Republicano americano e o brasileiro parece seguir a lógica de que, se têm o mesmo nome, logo, defendem as mesmas coisas. Essa comparação entre “republicanos” no Brasil e nos Estados Unidos seria descabida tanto no contexto do final do século XIX quanto no atual. Além disso, a citação referente ao Partido Republicano americano sugere uma homogeneidade na atuação deste partido ao longo do século XX, como se o fato de o partido carregar o mesmo nome desde a sua fundação, em 1854, garantisse que os mesmos valores tivessem sido defendidos desde então.⁹⁰ Da mesma forma, a segunda citação passa uma ideia de homogeneidade entre os republicanos no Brasil do final do século XIX, que também é imprecisa, pois nem todos os republicanos defendiam o voto feminino. A afirmação de que havia uma aliança entre republicanos, militares e Igreja católica, desde o Manifesto Republicano (1870) até a Proclamação da República (1889) também sugere que a autora faz uma leitura da história de forma pouco complexa, invisibilizando as disputas e conflitos ideológicos que levaram à construção da república no Brasil.⁹¹

Sobre a primeira mulher a votar no Brasil, Celina Guimarães, Campagnolo (2019, p. 94) ressalta que a conquista foi devida à ação de um homem: “Depois de muita propaganda e inúmeras tentativas de relacionar a conquista de Celina com as passeatas das sufragistas femininas, ela resolveu ser sincera e explicar como conseguira o grande feito de 25 de novembro de 1927.” A explicação da potiguar é que a iniciativa fora de seu marido, que havia se empolgado com a campanha de participação da mulher na política brasileira. Campagnolo

⁹⁰ Sobre a fundação do Partido Republicano americano e suas posições ideológicas, ver: FONER, Eric. *Free soil, free labor, free men: The ideology of the republican party before the Civil War*. OUP USA, 1995.

⁹¹ Sobre a amplitude de temas e conceitos no campo do debate republicano, no contexto citado no texto, ver: CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891*. *Varia Historia*, v. 27, p. 141-157, 2011.

(2021d, p. 67) afirma que, com suas declarações⁹², Celina “reconhece que o esforço nunca foi seu, nem de nenhum movimento feminista”.

As sufragistas brasileiras, como Bertha Lutz e Leolinda Daltro, não tiveram o mesmo sucesso que Celina, ressalta Campagnolo. “Uma esposa guiada pelo marido conseguiu com facilidade o que um movimento de agitação feminista tentava há anos obter” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 95). A narrativa construída sobre a luta das feministas brasileiras induz as leitoras e leitores a acreditar que essa luta não tinha sentido. Sobre Bertha Lutz, após citar as organizações por ela fundadas, como a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher em 1919, Campagnolo (2021d, p. 66) afirma:

Muito bonita a intenção da Liga de Bertha Lutz, mas, em 1883, Izabel de Souza Mattos já havia sido diplomada em odontologia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e também já havia obtido autorização para votar durante o período imperial (e as sufragistas eram republicanas). A própria Bertha já era bióloga quando começou a defender o direito das mulheres de estudar.

É uma lógica simplista, se uma ou duas mulheres estudaram, é porque elas poderiam estudar se quisessem, se se esforçassem o suficiente. Nenhuma análise de dados quantitativos ou comparativos, nada sobre currículo ou sistema educacional no Brasil, o argumento é intuitivo. A falta de interesse das mulheres também é reforçada com a história de Leolinda Daltro. Segundo Campagnolo (2021d), ela organizou uma marcha, “evento mais famoso (talvez o pioneiro) do que as feministas chamam de ‘luta pelo voto no Brasil’”, que teve adesão de cem mulheres, “apenas cem mulheres!” (*ibidem*, p. 66, grifos da autora). Além disso, a baixa adesão das mulheres após a permissão para a participação política confirmaria esse desinteresse. Após a aprovação do voto feminino no Rio Grande do Norte, em 1927, “apenas 10% das mulheres compareceram às urnas para votar no primeiro ano” (*loc. cit.*).

Para encerrar a história do sufrágio feminino no Brasil, Campagnolo informa que as mulheres obtiveram *permissão* para votar em todo o país em 1932, graças a Getúlio Vargas, um homem. Imaginando um diálogo com feministas que não saberiam dessa informação ou que dizem que o voto é uma conquista feminista, Campagnolo (2021d, p. 69) afirma: “É divertido lembrar às feministas brasileiras de que elas só podem votar graças a um ditador fascista. Também é muito engraçado imaginar que Vargas fosse feminista, pois certamente não era nem

⁹² A fala de Celina reproduzida por Campagnolo é a seguinte: “*Eu não fiz nada! Tudo foi obra de meu marido, que empolgou-se na campanha de participação da mulher na política brasileira e, para ser coerente, começou com a dele, levando meu nome de roldão. Jamais pude pensar que, assinando aquela inscrição eleitoral, o meu nome entraria para a história. E aí estão os livros e os jornais exaltando a minha atitude. O livro de João Batista Cascudo Rodrigues - A Mulher Brasileira - Direitos Políticos e Cívicos - colocou-me nas alturas. Até o cartório de Mossoró, onde me alistei, botou uma placa comemorando o acontecimento. Sou grata a tudo isso que devo exclusivamente ao meu saudoso marido.*” A referência para esta fala de Celina é do site da Fundação Joaquim Nabuco <<https://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>> Acesso em 31 mar. 2023.

queria ser”. Não há menção sobre Vargas ser de esquerda ou de direita, apenas fica evidente o esforço para afastá-lo do feminismo. Ele *concedeu* o voto às mulheres, mas a autora não o aproxima da direita, muito menos relaciona a direita com o fascismo. Aí está um argumento escorregadio e, na dúvida, a autora não oferece melhores explicações sobre Getúlio Vargas.

Ainda que a posição antifeminista não seja contra a participação política das mulheres, há uma tentativa de justificar a exclusão das mulheres da vida pública. Segundo esse argumento, as mulheres tinham muitos privilégios que compensavam a falta de direitos políticos. Além de não precisarem “servir no exército”, as mulheres não precisavam “sentar-se em juris”, nem tinham “responsabilidades pesadas” como “prover para a família”, “pagar dívidas” ou “ir para a cadeia por crimes menores”.⁹³ Querer abrir mão desses privilégios para votar é algo que as antifeministas têm dificuldade para entender. “Diante de tantos privilégios, a insistência com o voto parecia um fetiche”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 91).

No *Guia de bolso contra mentiras feministas*, livro em que a autora se propõe a responder feministas imaginárias (pois não há referências) que argumentam contra ela, Campagnolo prevê qual seria o argumento feminista com relação à questão do desinteresse das mulheres.

Alguém que ignore todos os dados históricos mencionados poderia argumentar que esse desinteresse político das mulheres era fruto de uma cultura que não as estimulava ao engajamento no debate público. No entanto, hoje há uma imensidão de campanhas de incentivo, ações afirmativas e programas públicos voltados a aumentar a participação das mulheres na vida pública. Mesmo com essa excessiva propaganda de “conscientização” feminina, amplo acesso aos meios de comunicação e trabalho, as mulheres continuam relativamente desinteressadas. (CAMPAGNOLO, 2021d, p. 78, grifos da autora).

Seguindo a linha de raciocínio de que as mulheres não participam da política por uma falta de interesse intrínseca a elas, a proposição de cotas na política, na perspectiva antifeminista, gera deturpações, injustiças e até mesmo prejudica as mulheres. Campagnolo (2021e, p. 82) cita um evento ocorrido em 1979, no qual uma “filósofa influente e de sucesso”, uma “intelectual famosa e respeitada”, Ayn Rand, foi provocada a falar sobre representação política e feminismo. Após reproduzir as acusações da escritora contra o movimento feminista americano da década de 1970, Campagnolo (*ibidem*, p. 84) conclui:

Ayn Rand usou a história de sua própria vida para explicar algo óbvio: se uma mulher quiser chegar onde os homens estão, deve lutar como os homens lutaram, ou seja, estar disposta aos mesmos esforços e sacrifícios sem facilidades, sem trapaça, sem privilégios governamentais.

⁹³ Estes argumentos são baseados no livro de Grace Duffield Goodwin, publicado originalmente em 1913, *Anti-sufrágio: dez boas razões*. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 91).

Em seguida, a historiadora cita uma matéria da revista Exame, em que “várias mulheres proeminentes foram entrevistadas”, e quando uma delas diz que chegar “tão longe” foi difícil, Campagnolo (*loc. cit.*) afirma: “A questão é justamente essa: é difícil, e o nome dessa dificuldade não é ‘machismo’, é ‘mercado’”. A autora não poupa esforços para citar exemplos que comprovem que “indivíduos ou coletivos podem mudar seu *status* ou condição sem ajuda de ações afirmativas” (*ibidem*, p. 88).⁹⁴

Porém, se as (os) leitoras (es) não estão convencidas (os) de que as cotas são ruins porque são uma forma de alcançar um objetivo “trapaceando” ou tendo um “privilégio”, Campagnolo ainda argumenta que as cotas prejudicam as mulheres. O caso escolhido é a paridade de gênero na formação da constituinte chilena em 2021. A autora apresenta uma notícia cujo título, “Paridade na Constituinte faz mulheres cederem 11 cadeiras aos homens no Chile”, induz as leitoras a acreditar que se não houvesse o dispositivo legal para garantir a paridade de gênero as chilenas teriam conquistado onze cadeiras a mais na constituinte chilena. “Se não existisse esse sistema feminista de cota, 89 mulheres e 66 homens teriam sido eleitos; mas, por causa do sistema de paridade, foram apenas 77 mulheres”. (*loc. cit.*). A forma como a notícia é apresentada por Campagnolo está incorreta tanto com relação aos dados quanto em relação à ocultação de trechos da notícia que impedem a compreensão do acontecimento de fato.⁹⁵ Não podemos saber se o erro foi cometido por descuido, por uma leitura ligeira da matéria, por dificuldade de interpretação da autora, ou se foi intencional, para produzir uma desinformação.

De qualquer forma, Campagnolo (2021e, p. 88) utiliza a notícia incorreta como base para imaginar outros contextos em que as cotas seriam prejudiciais às mulheres. “Podemos

⁹⁴ Outros exemplos citados por Campagnolo (2021e, p. 89): “Vejam o caso da Escócia: até o século XIV era filosoficamente tímida, mas apresentou ao mundo um número gigantesco de grandes intelectuais do século XVIII em diante – Adam Smith, David Hume, James Mill, Thomas Carlyle... E o Japão, que era tecnologicamente atrasado, hoje é pioneiro em inovação e criou um trem-bala de invejar os Estados Unidos. O que diríamos dos judeus? Ostracizados e perseguidos de inúmeras formas, após a Segunda Guerra Mundial, ‘constituindo apenas 1% da população mundial, receberam 22% dos prêmios Nobel de química, 32% dos de medicina 32% dos de física’”.

⁹⁵ Campagnolo afirma que “699 mulheres e 674 homens foram eleitos”, mas o correto seria afirmar que eram candidatas, pois foram eleitas 77 mulheres e 78 homens. O uso dos dados induz a um erro de interpretação, pois afirma que as mulheres “cederam 11 cadeiras”, o que de fato ocorreu, mas omite a informação de que a eleição foi distrital e para garantir a paridade de gênero, os homens também cederam 5 cadeiras para mulheres menos votadas em outros distritos. Outra omissão é em relação à análise que a matéria citada por Campagnolo faz da correção por paridade de gênero: “A cientista política Marcela Ríos (...), ressalta que, apesar das correções por sexo, a lei não beneficiou os homens porque o resultado é consequência do sucesso do critério de paridade. ‘Sem o critério de paridade, as mulheres não seriam metade das opções de candidaturas. Afirmar que, sem a paridade, teríamos mais mulheres eleitas é uma suposição, porque, sem o critério, as mulheres não seriam tantas candidatas’, afirma”. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-05/mulheres-sao-mais-votadas-no-chile-mas-lei-obriga-ceder-lugares>> Acesso em 19 mar. 2023.

imaginar outros cenários em que cotas semelhantes poderiam ter prejudicado diretamente às mulheres”. O cenário imaginado pela antifeminista é as universidades, onde as mulheres são maioria. O fato de as mulheres se destacarem nas universidades, na publicação de artigos científicos e mesmo na gestão do sistema público de saúde, afirma Campagnolo, comprova que “as mulheres são capazes, sem auxílio de cotas, de ocupar os espaços públicos se realmente for de seu interesse” (*ibidem*, p. 86). Portanto, na perspectiva antifeminista, a criação de cotas para participação política de mulheres é uma política “forçada”, que induz a deturpações como “candidaturas-fantasmas”. Após apresentar um trecho de reportagem que analisa a participação das mulheres nas eleições de 2018, a autora afirma que “as feministas conseguiram colocar mais de 14 mil mulheres em situação de ‘candidatura-fantasma’” (*ibidem*, p. 85).

Essa é uma lógica liberal, da forma como o espectro político de que Campagnolo faz parte compreende os valores liberais. Se as mulheres não acessam a política, é porque elas não têm interesse. Se elas sentirem essa necessidade, *naturalmente* conseguirão “reverter” o cenário. Se não conseguirem, é porque não se esforçaram o suficiente. Essa é a “lei” do mercado. A legislação ou as medidas de reparação da desigualdade de gênero aparecem por vezes como “privilégios”, outras vezes como “esmola”, ou ainda como “trapaça” (CAMPAGNOLO, 2021e). É como se todas as pessoas encontrassem as mesmas condições e os mesmos obstáculos para alcançar certos objetivos, nesse caso, cargos na política.⁹⁶ Retirar essa dificuldade, que seria *natural*, seria como apagar o mérito da conquista. “A desigualdade é uma característica indelével da própria identidade; é o que permite a autenticidade e a conquista do sucesso” (*ibidem*, p. 89).

Para explicar o que seria uma “luta justa por igualdade”, Campagnolo usa as palavras de Camille Paglia, que, “mesmo sendo feminista”, defendeu que cada mulher deve buscar sua própria felicidade e parar de “pedir ao Estado e à burocracia para mandarem pessoas que façam você feliz. Essa não é a receita da liberdade das mulheres”. Baseando-se nesta frase de Paglia, Campagnolo (*ibidem*, p. 84) conclui que a “feminista Camille” “está afirmando o que já é ponto pacífico para os liberais e, levando em conta que o liberalismo veio antes do feminismo, essa é

⁹⁶ O argumento de que a falta de interesse das mulheres justificaria a ausência delas na política é simplista, a-histórico, quase ingênuo. Para acessar discussões mais recentes sobre o tema, cito a cientista política Mônica Sodré, que aponta, por exemplo, que os partidos políticos representam uma das principais barreiras para as mulheres competirem em condições de igualdade com os homens. Os partidos não adotam critérios objetivos (nem os publicizam) para distribuição do fundo partidário para as campanhas, destinando menos recursos ou atrasando o repasse da verba pública para as candidaturas femininas. Ver mais em: <<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/03/08/mulheres-na-politica-os-obstaculos-e-as-violencias-que-dificultam-a-representatividade-feminina-e-prejudicam-a-democracia.ghtml>> Acesso em 19 mar. 2023.

apenas uma pauta mal copiada pelas feministas. Mal copiada porque o feminismo não luta por oportunidades iguais, mas por ações afirmativas”.

A sugestão de que o feminismo é uma pauta “mal copiada” do liberalismo soa estranha diante da construção de toda a argumentação do texto, em que o feminismo é colocado em um polo oposto ao liberalismo. Existem outras passagens dos textos de Campagnolo em que a autora expressa uma preocupação em separar o feminismo do liberalismo, seja porque ele teria surgido antes - “o liberalismo clássico, por exemplo, apareceu muito antes de qualquer bandeira feminista” (CAMPAGNOLO, 2021d, p. 70) -, seja porque há incompatibilidade de valores entre os dois:

É fato que, no geral, o discurso de Mill parece afinado com o discurso feminista atual, mas ao atentar para os detalhes, percebe-se diferenças irreconciliáveis. Mill era um verdadeiro liberal, jamais aceitaria as ações afirmativas que o movimento feminista insiste em aprovar nos parlamentos e não incentivaria o sistema de cotas sob a mentirosa justificativa de igualdade. Ele defendia a liberdade, jamais os privilégios que as feministas pretendem consagrar. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 98).⁹⁷

Sobre o liberal John Stuart Mill, Campagnolo ainda afirma que ele foi o primeiro a apresentar uma petição em favor do voto feminino no Parlamento Inglês. “Ele e a esposa fundaram as bases da teoria política do movimento sufragista, embora seu livro mais famoso tenha sido publicado duas décadas depois da primeira convenção de mulheres americanas em Seneca Falls”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 96). A autora destaca a “parceria intelectual afinadíssima” entre Mill e Harriet Taylor, sua esposa, e afirma que o filósofo acreditava que a subordinação das mulheres impedia o progresso e o desenvolvimento humano. No entanto, Campagnolo ressalta que esse ponto de vista não se referia *apenas* às mulheres, pois “todas as tiranias e servidões eram más aos seus olhos”. (*loc. cit.*).

John Stuart Mill é certamente o liberal mais citado por Campagnolo, que expõe a posição do filósofo sobre diferentes temas. Por vezes, a autora aponta incoerências: “Ele escrevia sobre como as mulheres sofriam um estado de escravidão, enquanto, na realidade, todos os ingleses serviam a uma mesma mulher” (*ibidem*, p. 97). Outras vezes, a autora pretende atualizar o pensamento do liberal:

⁹⁷ O esforço para colocar em polos opostos feminismo e liberalismo pode ser uma resposta às feministas que Campagnolo apresenta em seus textos, pois nas seções em que discute o liberalismo, a autora traz trechos da obra de Kate Millet, *Política Sexual* (1969), na qual a obra de John Stuart Mill, *A sujeição das mulheres* (1869) é analisada. Além de Kate Millet, Campagnolo também cita outras feministas da chamada segunda onda, como Simone de Beauvoir, Shulamith Firestone, Betty Friedan e Gloria Steinem. Com exceção de Beauvoir, que é francesa, todas as outras são americanas e tiveram destaque na construção do feminismo radical da década de 1970. Esse corpo teórico pode ter sido importado de obras antifeministas americanas daquele período, assim como a discussão em torno de embates entre um feminismo liberal e outro marxista. No entanto, esta é uma análise que necessitaria de um estudo comparativo mais aprofundado entre o antifeminismo brasileiro e americano.

Embora defendesse que as mulheres eram capazes de desenvolver a maioria dos trabalhos intelectuais que os homens, ele considerava que a contribuição econômica da mulher para a renda da família não era desejável. Segundo ele, isso podia desajustar o mercado. Ele estava certo sobre isso.

[...]

Mas ele previu um desequilíbrio no mercado e as pesquisas de hoje em dia confirmam um desequilíbrio dentro do casamento também. Não se pode dizer que Mill acertou ao imaginar que os casais mais livres seriam mais felizes. O que se vê é que se divorciam mais e o divórcio, definitivamente, não é sinônimo de felicidade. (CAMPANOLO, 2019, pp. 97 e 98).

O “erro” nas previsões de Mill não ocorreu por causa de sua ideologia, seus princípios, mas sim por um desconhecimento imposto pelo seu tempo. “Mill não teve acesso a essas pesquisas, até porque, em sua época, quase nenhuma mulher tinha uma carreira” (*loc. cit.*).

Ao mesmo tempo em que Campagnolo se esforça para afastar Mill, em específico, e os liberais, de forma geral, do feminismo, ela faz questão de apontar a compatibilidade entre as ideias desse autor e a ideologia cristã. “O liberal e famoso inglês defensor das mulheres, Stuart Mill, em sua mais famosa obra pontuou inúmeras vezes que o cristianismo jamais fora agente de opressão feminina, pelo contrário” (*ibidem*, p. 308). Em seguida, a autora lembra que “Mill defendia efusivamente o direito das mulheres à propriedade” e passa a comparar esse ato com atos de Moisés, “um dos primeiros chefes de Estado a conceder o direito à propriedade em favor de irmãs órfãs” (*loc. cit.*). A comparação entre o liberal e o profeta cristão se estende quanto à questão do divórcio:

Apesar de as escrituras definirem um alto padrão moral para os cônjuges e claramente aconselharem o perdão como solução, não o divórcio, Moisés também concedia cartas de divórcio com o objetivo de poupar as mulheres de maridos negligentes e insatisfeitos que poderiam tornar suas vidas um martírio. Aliás, ainda o liberal Mill nos recorda da habilidade também feminina de tornar a vida dos maridos um inferno” (*ibidem*, p. 309).

Para além da questão do divórcio, essas afirmações convergem na junção das ideologias liberal e cristã. Mesmo a crítica que Campagnolo tece à moral burguesa, que bem sabemos, está intimamente ligada ao liberalismo⁹⁸, é desconectada deste. A crítica é contra uma moral desprendida dos valores cristãos: “o período vitoriano demonstra ter abraçado uma moral secularizada e desprendida do cristianismo e, por isso mesmo, oca e hiperbolizada, sendo, essa sim, uma inegável forma de opressão” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 305).

Essa ausência de moral seria ao mesmo tempo opressora e reacionária. Opressora, porque a doutrina cristã teria libertado as pessoas da opressão que a imoralidade impunha:

⁹⁸ Aqui me refiro a obra clássica de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do Capitalismo*, que demonstrou como a conduta moral burguesa, influenciada pela religião, se mostrou adequada à ordem econômica nascente. Foucault, em *História da sexualidade I*, apontou ainda que as mudanças em torno dos discursos sobre a sexualidade nesse período produziram uma nova racionalidade em torno do sexo, que cada vez mais seria explorado em seu aspecto produtivo dentro do sistema capitalista.

“Afirmar que o cristianismo oprime uma sociedade inteira é desconhecer completamente o que oprimia a todos antes da chegada do Cristo”. (*ibidem*, p. 306). Reacionária, porque a defesa dessa imoralidade seria um retorno a um estado selvagem supostamente superado com o cristianismo: “o moralismo de antes [promiscuo, abortista, homonormativo]⁹⁹ poderia voltar, disfarçado de emancipação, reacionário na libertinagem, mas sem o frescor de antigamente [e voltou! Como todo moralismo, restritivo e escravizador]”. (HADJAD, 2017, pp. 21-23, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 306). Campagnolo conclui, na sequência dessa passagem, que a ação das feministas tem um objetivo: “A insistência contra a moralidade cristã e as falsas acusações a respeito dela só têm um objetivo: instalar um novo padrão moral fundamentado nos ideais da Revolução Sexual”.

Esse argumento é central na narrativa antifeminista, a Revolução Sexual seria o objetivo das feministas, desde os seus primórdios. Contudo, o que se destaca nessa defesa da moralidade cristã é a compatibilidade que é traçada entre esta e o liberalismo, assim como a ideia de que essa moral é uma *evolução* na sociedade. O trecho abaixo exemplifica esse argumento:

Uma das maiores mentiras que as feministas têm espalhado diz respeito à afirmação de que os conservadores antifeministas, ou mesmo aqueles que simplesmente não se alinham à agenda revolucionária, não perceberam nem denunciaram atrocidades e disparates que se tenham cometido na história. O que se pretende demonstrar aqui é que a ocorrência de injustiças nem sempre é consequência de uma decisão estratégica de um grupo em detrimento de outro (por exemplo, homens contra mulheres, burgueses contra proletários), e ainda mais: determinadas situações não-ideais são mais desejáveis que outras situações não-ideais cujos efeitos colaterais são incertos. Acrescente-se ainda uma certeza: um costume construído culturalmente não é necessariamente antinatural; do contrário, é, provavelmente, o arranjo social que se mostrou naturalmente melhor. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 304).

Em outras palavras, “conservadores antifeministas”, cristãos, liberais, ao longo da história, perceberam e denunciaram as injustiças cometidas contra mulheres. Todavia, essas injustiças não foram cometidas de maneira deliberada pelos homens, não havia um plano dos machos para oprimir as mulheres – é como dizer que a opressão das mulheres foi resultado de um processo natural da história, elas foram naturalmente oprimidas, não foi *culpa* de ninguém, logo não há por que cobrar *agora* alguma responsabilidade dos homens. Mais ainda, o que as mulheres sofreram é uma situação “não-ideal”, mas os efeitos dessa opressão já são conhecidos pela sociedade, *nós* já sabemos como lidar com eles. Por isso, mesmo não sendo ideal, é melhor do que “outras situações não ideais” (a revolução sexual? O comunismo? O secularismo?) “cujos efeitos colaterais são incertos”. Finalmente, se esse costume, em que as mulheres têm

⁹⁹ Os colchetes nesta citação são apartes inseridos por Campagnolo no texto de Fabrice Hadjad.

um papel de subordinação aos homens, prevaleceu culturalmente, é porque ele demonstrou ser o “arranjo social” mais eficaz, “naturalmente melhor”.

Pudemos observar no argumento antifeminista a articulação entre essas duas premissas acerca dos direitos políticos das mulheres: elas não conquistaram esses direitos, elas receberam-nos dos homens, os conquistadores; a conquista *deles* levou toda a sociedade a uma evolução cultural, em que as mulheres também foram beneficiadas, mesmo que as feministas digam o contrário. Embora a única referência a um liberal seja John Stuart Mill, toda a construção do argumento antifeminista se alinha à defesa da junção entre os valores morais da família, da religião, da tradição e o neoliberalismo. Wendy Brown sintetizou bem os diferentes modos que o tema foi abordado¹⁰⁰ e apontou Hayek como o autor que melhor articula a defesa da tradição e do mercado.

Segundo Brown (2019), o paralelo entre o mercado e a tradição é explícito no pensamento neoliberal de Hayek, que defende que “ambos geram ‘espontaneamente’ uma ordem”. Assim como na sua perspectiva sobre o mercado, a tradição seria o resultado de um processo de evolução da sociedade: “o darwinista em Hayek acredita que as tradições não evoluem somente internamente, mas também competem externamente umas com as outras. Apenas aquelas que se centram na família e na propriedade, insiste ele, sobreviveram a essa competição” (BROWN, 2019, p. 121). A perspectiva de uma evolução interna se apresenta na crença de que a sociedade tradicional não seria o resultado de uma autoridade imposta no passado, mas sim “da experimentação e da evolução que a liberdade permite” (*ibidem*, p. 122). Uma tradição assim estabelecida não é imposta, pelo contrário, as pessoas demonstram um “alto grau de conformidade voluntária” em relação a ela.

Hayek reconhece o papel da religião na transmissão da tradição, já que, na sua perspectiva, a razão não é eficaz no estabelecimento de ordens morais. “Deus” seria a “personificação dessa tradição de moral ou valores” (HAYEK, p. 140, *apud* BROWN, p. 124), e as verdades religiosas seriam “verdades simbólicas”. A única forma de restabelecer costumes tradicionais na sociedade capitalista, já que estes estariam de antemão danificados, seria expandir o que Hayek chama de “esfera pessoal protegida”. Essa esfera não é constituída apenas de coisas materiais, pois outras esferas passam a ser compreendidas pela lógica da propriedade privada, locais onde o Estado não pode interferir. Na perspectiva de Brown essa é a contribuição

¹⁰⁰ A articulação entre a moral ou a tradição e o mercado foram abordadas nas seguintes vertentes: “complemento”, “hibridismo”, “ressonância”, “convergência” e “exploração mútua”. Ver: BROWN, 2019, p. 109-118.

de Hayek ao neoliberalismo e à “reformatação do tradicionalismo como liberdade” (*ibidem*, p. 128).

Ainda que no senso comum seja detectada alguma incompatibilidade entre conservadorismo e neoliberalismo, e por isso Campagnolo e outras antifeministas se esforcem para justificar essa junção, essas duas ideologias estão longe de serem opostas, ou mesmo conflitantes. A defesa da tradição, da moral cristã e, sobretudo, da família tradicional é central na extrema direita que vimos ascender ao poder nos últimos anos no Brasil. O problema, no entanto, como aponta Brown (2019, p. 144), é que “o jogo de mercado e da moralidade no neoliberalismo realmente existente é deveras diferente daquilo que Hayek imaginou”, pois “os valores tradicionais, ao invés de integrar a vida social e ordenar a conduta de modo espontâneo, são politizados, transformados em tática e comercializados.”

Brown afirma que o pensamento de Hayek era intrinsecamente vulnerável nessa questão, pois, indaga a autora: “O que resta da ‘tradição’ após a social-democracia ter feito o que quis dela por meio século? Como pode uma igreja evangélica intensamente politizada, repleta de ambições contratuais, capitalistas e vingativas recuperar o que Hayek valorizava em seu modo orgânico, evolutivo e tacitamente aceito de ligar comunidades e conduta?” (BROWN, 2019, p. 146, grifos da autora). As distorções na junção harmônica entre mercado e tradição que Hayek previa não acabam aí. Um outro problema, observa Brown, é quanto ao uso “da autoridade do Estado e da Igreja para forçar a obediência e assegurar a ordem”, pois “Hayek buscou conciliar liberdade e autoridade política e familiar, e não sacrificar aquela em nome desta” (*ibidem*, p. 147).

Por fim, a filósofa observa que no contexto de desenvolvimento da extrema direita nos Estados Unidos, a moralidade se cruza com “as energias reativas advindas das feridas e dos deslocamentos do homem branco”, adquirindo uma função de revide. Nesse caso, o que era defendido como tradição ou moralidade passa a se confundir com o ódio. A mesma reflexão parece ser oportuna para o Brasil, pois a família tradicional é um símbolo que não raramente “assegura a supremacia branca, a heteronormatividade e as lealdades étnico-raciais seguras” (BROWN, 2019, p. 148). O que temos visto nos últimos anos no Brasil, com o crescimento da extrema direita e, conseqüentemente, do antifeminismo, é um ataque voraz às sexualidades dissidentes e às formas outras de constituir família. O antifeminismo se arroga o poder de definir o que é família e o que não é, lutando contra a ameaça que o feminismo representa aos privilégios da família tradicional e do homem, que é o seu pilar.

A defesa da moralidade cristã, aliada a uma ética liberal que se apoia na meritocracia, são marcas do pensamento antifeminista. Os ideais iluministas já sinalizavam um “ataque” a esta moral e, na perspectiva antifeminista, eram o início da decadência, que só se acirrou com a ascensão da moral vitoriana. No entanto, o pior ainda estava por vir: o comunismo, aliado ao feminismo, consolidaria a guerra contra a “família” e contra os valores cristãos.

3.3. As comunistas – o projeto de uma igualdade totalitária

As mães operárias não têm porque alarmarem-se. A sociedade comunista não pretende separar os filhos dos pais, nem arrancar o recém-nascido do peito de sua mãe. Não existe a menor intenção de recorrer à violência para destruir a família como tal. Nada disso. Essas não são as aspirações da sociedade comunista. (KOLLONTAI, 1920, s/n).

A afirmação acima é parte do texto *O comunismo e a família*, escrito por Alexandra Kollontai em 1917. Escolhi iniciar este tópico com parte deste artigo de Kollontai pois é nele que Campagnolo (2019) se baseia para falar sobre o feminismo socialista. É um texto curto, de linguagem fácil e direta, facilmente encontrado na internet.¹⁰¹ Nele, a autora reflete sobre a função da família e sobre as modificações que já haviam ocorrido nessa instituição. A questão com a qual Kollontai inicia o texto, “Se manterá a família em um Estado comunista?”, assim como o trecho acima citado, demonstram que as discussões sobre o fim da família no Estado comunista eram recorrentes desde os primeiros passos da Revolução Russa. A acusação de que as(os) comunistas eram responsáveis pelo fim da família, ou que planejavam a sua destruição, foi uma constante no século XX e, pelo menos segundo a narrativa antifeminista, continua a ser no século XXI.

Uma das primeiras obras socialistas a analisar a questão da família e da mulher na sociedade burguesa é *A mulher e o socialismo* (1879), de Auguste Bebel. Os escritos do autor influenciaram a posterior publicação do clássico de Engels, *A origem da família, da propriedade e do Estado* (1884), e a obra de Kollontai (PEIXOTO, 2021).¹⁰² Crítico do chamado feminismo burguês, Bebel considerava que a igualdade jurídica – a inserção no mundo do trabalho, o acesso à educação formal e a igualdade política – eram insuficientes para

¹⁰¹Campagnolo (2019) usa como referência o livro *A família e o comunismo*, organizado e publicado por Edições Centelha Cultural e Edições Iskra, em 2013, que além do texto de Kollontai, possui prefácio escrito por Gilson Dantas e a transcrição de um discurso de Lênin intitulado *As operárias*, de 1920. Fonte: <https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=119> Acesso em 03 jan. 2023.

¹⁰²Em 2021 a LavraPalavra Editorial lançou em 2 volumes algumas das obras de Alexandra Kollontai, organizado por Maitê Peixoto. O Volume 1 é intitulado *A revolução socialista e as mulheres* e o Volume 2, *A revolução sexual e o socialismo*.

emancipar a mulher. Isso porque tais conquistas, na sua concepção, não alterariam as condições de opressão às quais as mulheres pobres e trabalhadoras estavam submetidas.

Para Bebel, “somente com o fim das contradições próprias do sistema capitalista e dos males que ele acarreta sobre a vida das mulheres é que poderíamos pensar no fim da escravidão sexual e salarial das mulheres” (PEIXOTO, 2021, p. 17). Em outras palavras, a *libertação* das mulheres deveria ocorrer em paralelo à libertação de todos os trabalhadores e trabalhadoras, com o fim do sistema capitalista. Essa crítica que socialistas como Bebel e Kollontai faziam ao chamado feminismo liberal, burguês, que era relacionado às sufragistas, ressoou (e talvez ainda hoje ressoe) por todo o século XX. Monique Wittig, fazendo uma crítica materialista ao marxismo, afirma: “‘individualista, ‘subjativista’, ‘pequeno burguês’, esses eram os rótulos dados a qualquer pessoa que tivesse mostrado problemas que não podiam ser reduzidos à ‘luta de classe’ em si”. (WITTIG, 2019, p. 89).¹⁰³

No subcapítulo anterior observamos que na narrativa antifeminista há um esforço para posicionar feminismo e liberalismo em lados opostos. Segundo essa perspectiva, o feminismo não pode ser liberal, pois *nunca* teria sido um movimento sobre igualdade. “Não é um movimento por igualdade entre os sexos, mas pela supremacia das mulheres e da conduta lésbica e homonormativa. Seu foco principal não é a igualdade civil e jurídica entre homens e mulheres, mas a implantação de uma revolução sexual definitiva”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 373). No pensamento antifeminista, feminismo e comunismo estão relacionados de diferentes formas: através de suas tendências “totalitárias”; da ideia de corrupção moral; e do objetivo de destruir a família. Neste subcapítulo veremos como essas ideias são apresentadas.

Ainda no século XIX, quando liberais como Stuart Mill defendiam a igualdade jurídica das mulheres através do sufrágio feminino, Campagnolo aponta que “abordagens em tons marxistas e socialistas começavam a ganhar força” (*ibidem*, p. 99). O livro *Feminismo: perversão e subversão* dedica dez páginas para discorrer especificamente sobre o feminismo socialista, embora o tema apareça em outros trechos da mesma obra. Os nomes destacados pela historiadora são o alemão Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), a franco-peruana Flora Tristán, *União operária* (1843), a brasileira Maria

¹⁰³ Teóricas feministas como Monique Wittig fizeram a crítica ao marxismo de uma perspectiva do materialismo histórico, sendo responsáveis pela ampliação dos debates sobre identidade dentro de movimentos de esquerda marxistas, nas décadas de 1970 e 1980. Algumas das críticas que estas feministas receberam, além das já expostas no texto, é de que o feminismo estaria dividindo o movimento, ao reivindicar que as mulheres se percebessem como uma “classe”. “Ao unir, nós, mulheres, estamos dividindo a força do povo. Isso significa que, para os marxistas, as mulheres pertencem ou à classe burguesa ou à classe proletária, em outras palavras, aos homens dessas classes.” (WITTIG, 2019, p. 90).

Lacerda de Moura, “com mais de uma dezena de livros publicados no início do séc. XX” (*loc. cit.*), e a alemã Clara Zetkin, por ter sido responsável pela organização da I Conferência Internacional de Mulheres socialistas, “de onde logo viria a comemoração do primeiro Dia Internacional da Mulher” (*loc. cit.*). Porém, com exceção de Engels, que é citado em diferentes momentos do livro de Campagnolo, as mulheres são apenas citadas, e mesmo as citações contêm alguns equívocos.¹⁰⁴ O grande nome do feminismo socialista explorado por Campagnolo, como já citado, é Alexandra Kollontai (1872 – 1952).

Campagnolo explica como surgiu o feminismo socialista:

Marx havia concluído que a propriedade privada era o grande mal que impedia a implantação de uma sociedade igualitária e esperava o desaparecimento sumário de todas as superestruturas. Engels escreveu que a conclusão correta era de que a causa da desigualdade social era a família. (*ibidem*, p. 100).

A autora explica ainda que Engels considerava que em um dado momento da história os homens teriam feito das mulheres sua propriedade privada, haveria surgido o conceito de “patrimônio” e a partir daí as mulheres teriam sido oprimidas.¹⁰⁵ Depois de Engels ter consumado “o casamento entre a ideologia marxista e o movimento feminista” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 100), outras teóricas teriam aparecido, dentre elas, Alexandra Kollontai. Nesse momento, então, “tornava-se pública a união ideológica mais nociva do séc. XX: feminismo e marxismo”, “o movimento feminista havia encontrado uma causa em comum com os comunistas: ‘Acabar com a família não foi incidental, e sim fundamental para essa ideologia’”. (*loc. cit.*)¹⁰⁶

Segundo a historiadora, com a publicação de *A família e o comunismo*, Kollontai deixava evidente o que queriam as feministas socialistas, “ela demonstrou estar convencida de

¹⁰⁴Campagnolo (2019, p. 99) afirma que “Personalidades como Friedrich Engels que publicou *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* em 1884 e Flora Tristán que, quarenta anos antes, publicara *União operária* no Brasil, sinalizavam uma nova cara para o movimento”. O equívoco está na afirmação de que a obra de Flora Tristán teria sido publicada no Brasil por volta de 1844. O livro *União operária* foi publicado no Brasil apenas em 2015 e segundo Suellen Abreu (2017), antes dele, da vasta bibliografia de Tristán, apenas o livro *Peregrinações de uma pária* (1837) havia sido traduzido e publicado no Brasil no ano 2000. Além disso, Maria de Lacerda e Moura (1887 – 1945) é inserida por Campagnolo no tópico sobre o feminismo socialista sem maiores informações sobre a obra e atuação da autora, que é conhecida no meio acadêmico pela sua produção intelectual anarquista. (RAGO, 2012). De fato, anarquistas e socialistas lutavam, não apenas no Brasil, contra a dominação burguesa e a exploração capitalista do trabalho, mas as divergências teóricas, concepções e projetos de mundo futuro não deveriam ser confundidas em um trabalho historiográfico.

¹⁰⁵ O “resumo” da teoria de Marx e Engels é apresentado em uma página e é baseado, como citado no texto de Campagnolo, no livro de Felipe Nery Martins Neto, *Gênero: ferramenta de desconstrução da identidade*, publicado pela editora Katechesis em 2017.

¹⁰⁶ A citação é do livro *Save the males: why man matter. Why women should care* (Tradução livre: Salvem os machos: por que os homens importam. Por que as mulheres deveriam se importar) da americana Kathleen Parker, publicado em 2008.

que as mulheres só estariam realmente livres dos maridos quando passassem a depender inteiramente do Estado” (*ibidem*, p. 101).

Por isso, um dos principais focos do feminismo é acabar com a condição da mulher dona-de-casa. Ao contrário da vida que as mulheres sempre levaram no lar, para o feminismo, a mulher ideal é promiscua, de preferência mãe solteira que desconhece (ou dispensa) os pais de seus filhos. Aquela esposa que em nada depende do marido também é desejável, pois através dela o feminismo demonstra com que facilidade um casamento pode acabar em divórcio sem maiores complicações. A razão para tudo isso é que, politicamente, essa mulher é mais facilmente cooptada. Na ausência de um homem responsável e interessado em seu bem-estar, as mulheres quase sempre precisam do Estado. Quanto mais necessitam do Estado, mais apóiam [*sic*] as políticas de esquerda. Uma relação de dependência com o Estado é estabelecida, dependência que só pode ser suprida e ampliada, num ciclo vicioso, através dos discursos marxistas e projetos esquerdistas. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 195).

No trecho acima, a figura do homem, marido, pai de família, provedor, aparece em oposição ao Estado (presumivelmente comunista/ socialista/ marxista), quase que rivalizando com este. Quando a mulher abandona este homem, ela anda em direção ao Estado, ao feminismo, ao marxismo e desvia-se da sua missão primordial – a manutenção do casamento e o exercício da maternidade. A dependência da mulher em relação ao homem é tomada como o pilar de sustentação da família. Supostamente, a lógica é de que se a mulher não depende em nada do seu marido, o casamento pode ser desfeito facilmente e a família acaba.

Nesse sentido, na narrativa antifeminista, desde que as primeiras feministas passaram a defender a independência das mulheres, através da igualdade de acesso a oportunidades educacionais, igualdade política e jurídica, elas já demonstravam uma inclinação ao comunismo. Não importa se Engels e Kollontai “consumaram” a união entre comunismo e feminismo, pois a intenção, o objetivo, dos dois movimentos *sempre* foi o mesmo – a destruição da família –, desde as reivindicações de Wollstonecraft. Por isso o encontro entre feminismo e comunismo vai além da atuação de mulheres feministas em partidos comunistas ou mesmo da autodeclaração. Para o antifeminismo, ambos compartilham do mesmo objetivo, por isso são a mesma coisa ou são inseparáveis. O texto de Kollontai é selecionado, portanto, para ilustrar *como* as feministas comunistas pretendiam (ou pretendem) acabar com a família.

Em *O comunismo e a família*, Kollontai (1920) argumenta que a família, como célula organizadora da sociedade, modificou-se bastante ao longo da história, assim como é diferente a depender da cultura. Em seguida, a autora descreve que a “velha” família, da sociedade pré-industrial, era bem diferente das famílias atuais. O pai era o responsável pela sua manutenção, os filhos eram educados em casa e a dinâmica do “lar” se fazia necessária a todos os membros da família. Todavia a família não era do “tipo individual e egoísta”, o trabalho que a mulher

realizava em casa era útil não apenas para os membros da família, mas também gerava riqueza para o Estado.

Nos tempos de nossas avós eram absolutamente necessários e úteis os trabalhos domésticos da mulher, do que dependia o bem-estar da família. Quanto mais se dedicava a dona de casa a essas tarefas, melhor era a vida no lar, mais ordem e abundância se refletiam na casa. Até o próprio Estado podia se beneficiar bastante das atividades da mulher enquanto dona de casa. Porque, na realidade, a mulher de outros tempos não se limitava a preparar purês para ela ou sua família, suas mãos produziam muitos outros produtos de riqueza como telas, linho, manteiga, etc., coisas que podiam ser levadas ao mercado e ser consideradas como mercadorias, como coisas de valor. (KOLLONTAI, 1920, s/n).

Na sociedade capitalista que se estruturava a partir da industrialização, segundo Kollontai, o trabalho doméstico das mulheres foi reduzido a limpar a casa, cozinhar para a família e lavar as roupas. Além de serem trabalhos esgotantes, na percepção da autora, eles “perderam sua qualidade de trabalhos úteis ao Estado do ponto de vista da economia nacional, porque são trabalhos com os que não se criam novos valores.” (KOLLONTAI, 1920, s/n). A sociedade capitalista impôs às mulheres pobres a necessidade de trabalhar nas fábricas sem retirar dessas mulheres suas “obrigações” diante da casa, do marido e dos filhos, impondo uma carga tripla: o trabalho nas fábricas, realizar os afazeres domésticos e cuidar dos filhos.

Campagnolo reproduz esse argumento de Kollontai, ressaltando a péssima qualidade de vida das trabalhadoras e a ausência de cuidado com os filhos que o trabalho fora de casa impõe. A questão das mudanças históricas da instituição familiar e a perda de valor do trabalho doméstico não são citados por Campagnolo, que apenas se detém na constatação que a autora faz sobre a impossibilidade de conciliar o trabalho nas fábricas com a vida doméstica na sociedade capitalista: “Que vida familiar pode existir onde a esposa e mãe está fora de casa durante oito horas diárias, dez, melhor dizendo?”. (KOLLONTAI, 2013, pp. 23 e 24, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 102).

Ao discorrer sobre a “tripla jornada” a que as mulheres estavam expostas, Kollontai denunciava que o modo de vida capitalista pesa mais sobre as mulheres do que sobre os homens. Entretanto, as suas palavras são utilizadas por Campagnolo como um argumento para *constatar* que o trabalho em “tempo integral” desintegra a família, pois para a historiadora o fato de as mulheres estarem sobrecarregadas de trabalho tem duas causas: “primeiramente, mulheres divorciadas e mães solteiras não têm com quem dividir tarefas e tornam-se imediatamente responsáveis pelo cuidado e sustento da casa”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 102). Nesse ponto, poderíamos pensar que a autora está sugerindo que os homens assumam parte das tarefas de casa e do cuidado com os filhos. Porém, o segundo ponto sugere que essa “divisão” de tarefas e cuidados com a casa tem uma lógica baseada no gênero:

em segundo lugar, nenhuma tarefa essencialmente feminina pode ser delegada a outrem. Apenas as mulheres podem engravidar, gestar, parir e amamentar. Ademais, centenas de outros cuidados com os filhos que decorrem daí são – na maioria esmagadora das vezes – eleitos como prioridades das mães. O que nos habituamos a chamar de “instinto maternal” continua clamando dentro da mulher moderna. (CAMPAGNOLO, *loc. cit.*).

O fato de todo o trabalho de cuidado com os filhos, incluindo as tarefas domésticas que esse trabalho pressupõe, recair sobre as mulheres é, na concepção de Campagnolo, efeito de uma escolha individual das mulheres, que, como mães, *instintivamente* o elegem como prioridade. Elas *escolhem* desempenhar esse trabalho devido a um “instinto maternal” que clama dentro delas. Se a mulher escolher outra prioridade na sua vida, ela não tem o “instinto maternal”? Esse é um argumento que foi exaustivamente contestado nas últimas décadas, pois reduz a mulher a uma suposta função social determinada pela biologia, amplificando as desigualdades de gênero.

Além de utilizar as palavras de Kollontai para enfatizar que as mulheres eram obrigadas a trabalhar nas fábricas pela necessidade, e não que o faziam por livre escolha ou pelo “desfrute de um direito”, Campagnolo também utiliza um trecho da obra da socialista para descrever a rotina da mulher trabalhadora:

Hoje em dia, desde as primeiras horas da manhã, até soar a sirene da fábrica, a mulher trabalhadora corre apressada para chegar a seu trabalho; à noite, de novo, ao soar a sirene, volta correndo à casa para preparar a sopa e cuidar dos afazeres domésticos indispensáveis. Na manhã seguinte, depois de breves horas de sono, começa novamente para a mulher sua pesada carga. Não pode, portanto, nos surpreender o fato de que, devido a essas condições de vida, se desfçam os laços familiares e a família se dissolva cada dia mais. Pouco a pouco vai desaparecendo tudo aquilo que convertia a família em um todo sólido, tudo aquilo que constituía suas bases de apoio, a família é cada vez menos necessária a seus próprios membros. (KOLLONTAI, 2013, pp. 25 e 26, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 104).

Nesse ponto, Campagnolo (2019, p. 104) afirma que nunca se sentiu “tão inclinada a concordar com uma revolucionária marxista”. Ela compartilha da opinião de que, quando a mulher encara uma extensa jornada de trabalho, os laços familiares se dissolvem. Mas em tom de revelação, a antifeminista afirma que, embora *pareça* que Kollontai está preocupada com a qualidade de vida das mulheres, ela não está.

uma investigação mais profunda me convenceu de que maior do que qualquer interesse pelo bem-estar feminino que a autora pudesse aparentar, estava seu engajamento político-partidário com o plano de poder marxista. Segundo a autora, mais grave do que a família estar se desfalecendo era o fato de ela servir cada vez menos aos “interesses do Estado”. (*loc. cit.*, grifos da autora).

Como já exposto, o texto de Kollontai é sobre a relação entre família (sua configuração, funções, mudanças históricas) e o Estado comunista. A preocupação sobre a função social da família e quais ajustes em sua organização seriam necessárias para adequá-la ao Estado

comunista está explícita desde a introdução do texto. Após essa “investigação mais profunda” Campagnolo conclui que o Estado é central na teoria marxista, mas a historiadora apresenta o argumento de Kollontai incompleto, pois retira a análise histórica, as discussões sobre o capitalismo e sobre a valoração do trabalho feminino doméstico, que é central para feministas marxistas que refletiram sobre o mesmo tema nas décadas seguintes.¹⁰⁷

Diante da acusação de que as(os) comunistas teriam destruído a família, Kollontai se defende acusando o sistema capitalista de ser o responsável por esta destruição. Na sua concepção, o sistema capitalista obrigou as mulheres a buscar trabalho assalariado fora de suas casas e isso foi a ruína daquele antigo modelo familiar. (KOLLONTAI, 1920). Fazendo eco a este argumento, análises marxistas sobre a família apontam como responsáveis pela destruição da família (ou seja, dos laços familiares e comunitários) o contexto de guerra, fome e crises econômicas. (PEIXOTO, 2021). Em outras palavras, comunistas eram acusadas(os) de terem destruído a família e elas(es) se defenderam argumentando que a família já estava destruída pelas péssimas condições de vida que a população enfrentava devido ao capitalismo. Constatado o fim daquele modelo patriarcal de família, o que nasceria em seu lugar? Este ponto é apresentado por Campagnolo (2019, p. 104) da seguinte forma:

Estando a família em vias de destruição, Kollontai não propôs restaurá-la em seus antigos moldes, mas, pelo contrário, destruí-la de uma vez. Em seu lugar, as mulheres deveriam colocar a grande e internacional “família operária”; todas as mulheres e homens socialistas juntos formariam uma única família ligada em igualdade ao Estado.

Neste trecho há uma nítida defesa da família como era em seu “antigo molde”, aquele em que os papéis de gênero eram bem delimitados. A historiadora continua sua análise, anunciando que para destruir de fato a família, “era preciso eliminar o trabalho doméstico e cuidados de mãe” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 104). Então, Campagnolo afirma que Kollontai “entrega a fórmula” de como o plano comunista de destruição da família seria colocado em prática. O Estado iria “usurpar todos os papéis sociais desempenhados dentro da família” da seguinte forma:

¹⁰⁷As questões da desigualdade econômica e do valor do trabalho doméstico não são apresentadas por Campagnolo em termos econômicos, a autora se limita a defender que o trabalho doméstico é um trabalho nobre. Entretanto, existem discussões variadas em torno da valoração econômica do trabalho das donas de casa. Na perspectiva defendida por Kollontai, a desigualdade de poder entre mulheres e homens é consequência das desigualdades econômicas impostas pelo sistema capitalista, pois as mulheres, sendo donas de casa, estariam fora das relações capitalistas. Para feministas que seguiram essa linha de pensamento, a emancipação das mulheres passaria pelo acesso ao trabalho assalariado, considerado “produtivo”. Silvia Federici (2017) é um exemplo de teórica feminista marxista que se opõe a essa vertente de pensamento, tendo ela mesmo feito parte da Wages for Housework Campaign (Campanha por um salário para o trabalho doméstico) na década de 1970 nos Estados Unidos.

Primeiramente, surgiriam cozinhas coletivas e restaurantes públicos que desobrigariam todas as mulheres de se preocuparem com a alimentação do marido e dos filhos. Depois, lavanderias centrais se responsabilizariam pelas roupas sujas. [...] O maior e mais grave de todos os problemas também seria solucionado: as crianças, ou melhor, os filhos. É evidente que quanto mais comunista, “tanto interesse terá a sociedade no problema de aliviar a família do cuidado dos filhos” [...] E a solução apresentada é conhecida por todos nós, pois, afinal, já passamos por ela: a escola. (*ibidem*, pp. 104 e 105)

De fato, essas são pautas defendidas por Kollontai, que propõe a coletivização do trabalho doméstico, de forma que as mulheres pudessem trabalhar não apenas para a sua família, mas para todo o coletivo. “Ao invés da família de tipo individual e egoísta, se levantará uma grande família universal de trabalhadores”. (KOLLONTAI, 1920, s/n). Além disso, a autora argumentava que “as mulheres dos ricos, já faz muito tempo, vivem livres dessas desagradáveis e fatigosas tarefas. Porque a mulher trabalhadora tem que continuar com essa pesada carga?” (*loc. cit.*). Portanto, a leitura que Campagnolo faz de Kollontai, neste ponto, é apurada.

Contudo, a conclusão a que a historiadora chega após ler o texto da comunista é um tanto surpreendente. É no último capítulo de *Feminismo: perversão e subversão* que a autora expõe: “ao ler a descrição que Kollontai fazia da Rússia comunista sob o regime ditatorial, percebe-se uma semelhança impressionante com o que acontece em todo o mundo ocidental ‘democrático capitalista’ atualmente”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 316, grifos da autora). A descrição da Rússia comunista que impressionou a antifeminista é a seguinte:

Já existem casas para crianças em fase de amamentação, creches, jardins de infância, colônias, lares para crianças [...] restaurantes, refeitórios gratuitos, roupas e calçados para crianças nos estabelecimentos de ensino. Tudo isso não demonstra suficientemente que a criança sai do marco estreito da família, passando o peso de sua criação e educação, dos pais a coletividades?. (KOLLONTAI, 2013, p. 36, apud CAMPAGNOLO, 2019, p. 316).

Então Campagnolo (2019, p. 316) responde à pergunta de Kollontai: “Demonstra sim. Demonstra que apesar de sermos um país de minoria marxista, apesar de muito falar sobre a família conservadora, demonstra que cedemos espaço e, pior, cedemos nossos filhos ao sistema soviético de educação para usurpação da família.” A conclusão da historiadora é, portanto, a de que estamos vivendo sob um sistema comunista e soviético de educação. As creches, os lares para crianças, a alimentação e vestuário gratuitos que elas recebem do governo através das escolas comprovam: vivemos sob um sistema comunista. Nesse sentido, Campagnolo pontua que a discussão sobre a “doutrinação marxista” chegou tarde demais nas escolas, pois elas já estariam corrompidas.

Um outro ponto que chama a atenção na construção desse argumento de Campagnolo (2019), é que a destruição da família é conectada ao *fim* do trabalho doméstico e de cuidado

exercido pela mulher. Se a mulher deixa de preparar a comida para que os membros da família se alimentem em casa, se a roupa suja já não é mais lavada por ela e se as crianças passam boa parte do dia na escola, a família estaria destruída. Na perspectiva antifeminista, a destruição da família está sob o poder das mulheres, *elas* destroem a família quando deixam de cumprir *as suas* funções: cozinhar, limpar e cuidar de todos os membros da família.

Quando apresenta a proposta de Kollontai para as mulheres (que trabalhassem em algo que gerasse valor para o coletivo, para o Estado, e não apenas para a família “individual” e “egoísta”), Campagnolo (2019, p. 106) afirma que “a proposta marxista para suas leitoras era de que confiassem no Estado para ser substituto do patriarcado em um futuro muito próximo. Mas é absurdamente tolo confiar no Estado.” Novamente, a autora cria uma oposição – ou as mulheres dependem do Estado ou dependem dos homens. Há uma presunção de que as mulheres não são capazes de ter uma vida “independente” e “livre”, *assim como* os homens. Por mais que em outros textos a autora faça uma exaltação de mulheres que estudaram, trabalharam e tiveram sucesso “sem a ajuda” do feminismo, a autora pressupõe que essa não é uma capacidade que se aplica a maioria das mulheres. A ideia de dependência é a base de sustentação e da dissolução da família.

O argumento de que as mulheres não devem deixar de confiar em seus maridos para confiar no Estado porque serão enganadas é construído com o exemplo de vida da própria Kollontai. “Provavelmente, os altos cargos transmitiam uma sensação de confiança que ela pretendia repassar às leitoras e às operárias” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 106). Mas as lideranças leninistas e trotskistas foram traídas, e segundo Campagnolo, Kollontai sobreviveu ao extermínio promovido por Stálin não apenas “porque se calou quando o governo retrocedeu nas inúmeras medidas que haviam sido tomadas em vista da ‘libertação feminina’”, mas também por que apoiou o ditador. “Kollontai fez uma declaração pública de apoio ao governo machista de Stálin” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 106). O Estado é personificado na figura de Stálin e diferente dos liberais, como Stuart Mill, ou dos republicanos, como César Zama, que tinham influência ou ocupavam cargos políticos, mas são ressaltados como *homens* que defenderam as mulheres, Stálin não é um homem que traiu as mulheres, ele é o Estado.

Estendendo o argumento, a historiadora reforça que o feminismo, ainda hoje, leva “muitas mulheres a se enganar confiando em movimentos revolucionários esquerdistas, exatamente como fizeram as mulheres russas na década de 1910” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 107). Por isso, “o que aconteceu na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas depois da Revolução de 1917 deveria servir de lição”. Então a autora cita Kate Millet, uma feminista que

se viu “obrigada a admitir” (*ibidem*, p. 108) que as medidas adotadas no sentido de liberação das mulheres (divórcio, aborto, contracepção, independência financeira), na verdade, as prejudicaram. Mulheres e crianças teriam ficado desamparadas, pois seus maridos “revolucionários” as abandonavam sob a justificativa de serem reacionárias.

O feminismo sofreu da mesma picaretada que Trotsky: serviu ao socialismo e foi apunhalado por ele. Quando a família tradicional parecia estar em seus últimos dias, ressurgiu com máxima força e, inesperadamente, sob o incentivo do maior ditador da Europa. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 108).

Se ainda restam dúvidas às leitoras de que os esquerdistas é que são os *verdadeiros* machistas, Campagnolo afirma, citando as palavras de uma “ativista e feminista” brasileira, Maria Werneck, que assegura que no Brasil os comunistas também eram patriarcais e falocêntricos, pois às mulheres sempre eram relegados “papéis subalternos e de pouca importância”. Portanto, o grande paradoxo de que o feminismo sofre, segundo Campagnolo (2019, p. 109) é que ele “precisa do Estado para subverter a ordem familiar, mas logo que o Estado cresce, o feminismo é dispensado”.

Para encerrar as acusações contra as(os) comunistas, gostaria de retomar a discussão sobre a moral que expus no subcapítulo anterior, pois as comparações envolvendo a moral de comunistas e feministas são elucidativas. Wendy Brown (2019) ressalta o aspecto evolucionista da tradição apresentada por Hayek, um argumento que ecoa a supremacia da cultura patriarcal, heteronormativa, branca. Uma moral supostamente *superior* é capaz de se impor às demais, mostrando-se como o arranjo que *naturalmente* se mostrou mais adequado. Este é também o argumento apresentado por Campagnolo quando defende a moral cristã.

Feministas e comunistas são relacionadas(os) a uma moral duvidosa, chamada por Hadjadj, o escritor católico citado por Campagnolo, de “moralidade da esbórnia” (HADJADJ, 2017, p. 23, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 266).

Tudo que as feministas argumentam ser de sua criação é coisa velha e ineficiente. O que chamam de “poliamor” é apenas mais uma canalhice linguística, não tem nada a ver com amor, é visceral e exclusivamente relacionado ao sexo. Deveria chamar “polissexo”, que era a modalidade já na vida dos caldeus, das tribos africanas e entre muitos persas, gregos, romanos, etc.

[...]

Quando se fala em poliamor, fala-se da mais antiga de todas as práticas viscerais dos humanos: sexo desregrado. Não há nenhuma novidade nisso, nada que já não tenha sido vivido por Calígula, Nero, Stálin, Fidel, Mao ou uma porção incontável de jovens de todas as épocas. Feministas não são originais nem para criar pecados. (CAMPAGNOLO, 2019, pp. 267 e 268)

Campagnolo sugere que feministas e comunistas estão ligados a uma moral antiga, primitiva, anterior ao cristianismo. Além do poliamor ser uma dessas práticas antigas da

chamada “moralidade da esbórnica”, a vida amorosa de comunistas é exposta para *comprovar* o quão imorais eles são.

Lênin era casado com Nadya, mas ia para a cama com Yakubova e Inessa. [...] Na mesma época em que Stálin teve um caso com uma governanta que contratou para usar sexualmente, engravidou a filha do bolchevique Lazar Kaganivich e arrumou uma terceira parceira bailarina. [...] Depois de ter tornado a prática sodomita ilegal, ele [Stálin] deu um beijo na boca do embaixador William Bullit. Fidel Castro “até dormiu com uma mulher que tinha o rosto marcado de varíola, porque ela controlava os votos mais importantes do partido – e a descartou quando deixou de ser útil”¹⁰⁸. Também dormiu com Natália Revuelta, Mirta, Celia Sanchez, Gloria Gaitán, etc. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 267).

Em contraposição a este comportamento “desregrado”, baseado em uma moral “baixa”, a moral cristã é reforçada como “superior”: “O refinamento moral de que dispomos hoje em face às demais culturas do mundo é consequência direta da difusão do cristianismo no Ocidente. Nesse pilar moral, sustenta-se toda a nossa tolerância, exercida, inclusive, com os revolucionários, que o tentam abalar” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 268).

Mas a “tolerância” antifeminista tem limite e ele é constituído pela linha que Hayek chamou de “esfera pessoal protegida”. Quando o Estado passa a legislar sobre temas que ferem os valores da família tradicional, ele estaria invadindo essa esfera e *impondo* novos valores, que na maioria dos casos, seriam feministas e comunistas. Esse é o caso da aprovação de leis que reconhecem o uso do nome social ou a modificação do nome por pessoas trans. O argumento construído é de que o Estado estaria tentando controlar a psique das pessoas.

Se qualquer ser humano frustrado com seus próprios desejos sexuais pode nos obrigar a vê-lo como deseja ser visto e não como é – como biologicamente é –, significa que o Estado [a lei ou a sociedade] conferiram a ele o domínio total sobre nossa percepção e opinião pessoal, ou seja, o controle da psique alheia. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 276, grifos da autora).

Obrigar um ser humano a fingir que enxerga uma mulher quando está de fato enxergando um homem, ou vice-versa, é a mais requintada violência psicológica que se pode imaginar. [...] Um legislador tem que ser infinitamente perverso para desejar impor isso como obrigação legal. (CARVALHO, 2017, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 276).

Essa narrativa transfóbica exemplifica o que Brown (2019, p. 149) chamou de “deformação da arquitetura neoliberal da tradição”, pois esta deixa de ser baseada na “cultura” ou nos “costumes” e passa a ser pautada por discursos de ódio. “A formulação de Hayek, no fim das contas, era de uma liberdade *coibida* pela tradição, e não instrumentalizada como um cão de caça sem coleira à espera de comando” (*loc. cit.*).

¹⁰⁸ Esse trecho entre aspas é a citação de uma matéria intitulada “A Vida Sexual dos Ditadores”, de Euler de França Belém, mas o link de referência não está disponível. O site da Revista Bula apresenta matérias sobre livros, filmes e séries, o que sugere que o texto seja uma resenha ou crítica ao livro homônimo escrito por Nigel Cawthorne.

A moral cristã que assegurou a consolidação da família nuclear, cis-heteropatriarcal, monogâmica – a chamada *família tradicional* – nitidamente cumpre seu papel em assegurar a supremacia dessa família, que representa também a supremacia da *civilização* ocidental. Por isso, para o antifeminismo, se as feministas atacam *essa* família, elas ameaçam toda a civilização. Nesse sentido, contra a “ameaça” feminista, qualquer poder de que se dispõe é válido.

4. O PROBLEMA DA NATUREZA

A questão da “natureza” é debatida por feministas desde seus primeiros questionamentos. Seria a natureza, a força física, os hormônios, *ou* a cultura, a educação e as instituições sociais, que estariam *determinando* o comportamento masculino de dominação em relação às mulheres? Homens são *naturalmente* mais agressivos e competitivos e mulheres são dóceis e cuidadoras ou os indivíduos aprenderam a se comportar dessa forma? O embate natureza *versus* cultura é o pano de fundo de diferentes estudos e debates feministas e, por consequência, antifeministas, ao longo do século XX, embora essa questão tenha sido levantada já no século XVIII por Mary Wollstonecraft. Os estudos feministas pós-estruturalistas esgarçaram esse debate quando questionaram os contornos daquilo que era tomado como “natureza” e como “cultura”. Entendendo que natureza e cultura não eram dois campos nitidamente nem distintos nem opostos, esta vertente teórica colocou os discursos e as relações de poder como protagonistas na construção das diferenças sexuais.

Para nós, pesquisadoras da área dos estudos de gênero, parece estranho *voltar* para questões que já foram exaustivamente problematizadas no meio acadêmico. Mas a afirmação de uma superioridade *natural* dos homens tem um papel central nas narrativas antifeministas, na medida em que essa “superioridade” é traduzida, segundo as fontes desta pesquisa, em um comportamento não apenas de dominação das mulheres pelos homens, mas também de “proteção”. Da mesma forma, há uma insistência na necessidade de valorizar supostas características inatas em cada gênero (masculino e feminino, apenas) para que a sociedade funcione bem e em equilíbrio. Por isso, os temas que são abordados neste capítulo se conectam pela defesa antifeminista de que existiria uma *natureza* que determina como homens e mulheres *são*. Negá-la, seja através da defesa de uma educação igualitária ou do uso da linguagem neutra, por exemplo, seria uma afronta à família, ao cristianismo e à própria civilização ocidental.

O tema central da primeira parte deste subcapítulo é o conceito de “gênero”. As transformações pelas quais essa categoria passou ao longo dos anos serão analisadas de maneira articulada à forma como o antifeminismo os apresenta. Os escritos de Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir e Judith Butler são utilizados na narrativa antifeminista relacionada a este tema, que cria uma ideia de continuidade entre o pensamento dessas autoras.

Educação e trabalho são temas abordados de forma integrada na segunda parte deste capítulo, pois há uma repetição de argumentos que os envolvem. A narrativa antifeminista defende que a natureza é responsável pela “tendência” ou “inclinação” de homens e mulheres

a escolherem certas áreas de estudo e de trabalho. Os homens, devido à sua força física “superior”, teriam trabalhado mais e mais pesado, ao longo da história e no presente, enquanto as mulheres teriam sido poupadas dos esforços e perigos advindos do mundo do trabalho. Para as fontes antifeministas, a falta de esforço, aliada a uma predisposição à futilidade ajudariam a explicar porque elas não ocupam posições de destaque em certas áreas masculinas.

Por fim, a “valorização” das diferenças *naturais* entre meninos e meninas são o ponto de partida para a defesa dos ideais antifeministas relacionados à educação, tema abordado na terceira parte deste tópico. Nesse sentido, apresento como a narrativa antifeminista constrói argumentos para atacar a escolarização pública, universal, laica e mista. Os “perigos” da feminização da sociedade e da escola se relacionam a estes ataques e vêm acompanhados de discursos lesbofóbicos, homofóbicos e transfóbicos. As propostas defendidas para uma educação que supostamente “respeita” as diferenças *naturais* entre os gêneros se baseiam na defesa do *homeschooling* e da educação *single-sex*.

4.1. O conceito de “gênero” no antifeminismo

Ao longo da história do pensamento feminista, a forma como o sexo e o gênero foram interpretados variou ao longo do tempo e a depender da perspectiva teórica assumida. Mesmo dentro de determinado corpo teórico – humanismo, materialismo, pós-estruturalismo, por exemplo – as leituras que feministas fizeram sobre sexo e gênero não são tão fielmente delimitadas por essas correntes de pensamento, pois há críticas e deslocamentos que são próprios ao debate teórico. Ainda assim, algumas generalizações podem ser feitas, com intuito de compreender as mudanças na teoria feminista, tanto com relação aos problemas como aos objetos de pesquisa.

Na narrativa antifeminista, essas distinções não existem, divergências e debates teóricos são compreendidos como contradições. O antifeminismo pressupõe que há uma linha contínua, da primeira até a última feminista, todas têm os mesmos objetivos. Por isso, as autoras das fontes analisadas nesta tese produzem uma narrativa um tanto inusitada, misturando teorias e criando pontos de continuidade para tentar conferir algum sentido à ideia de que desde os primórdios do feminismo, havia um plano contra a feminilidade, o feminino, a família, o cristianismo, e assim por diante.

Para discutir as transformações nos conceitos de sexo e gênero nos estudos feministas e compreender como esses conceitos são assimilados no pensamento antifeminista, neste

subcapítulo veremos como os escritos de Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir e Judith Butler sobre esse tema são abordados nas fontes.¹⁰⁹ Dessa forma, veremos uma perspectiva que compreende o sexo e o gênero como essência, outra que relaciona sexo com natureza e gênero com cultura e por fim, a que compreende o sexo e o gênero como produto dos discursos, embutidos em relações de poder e constituídos performaticamente. Assumindo a posição teórica que parte do pós-estruturalismo, a produção de Judith Butler sobre as questões que envolvem o gênero é central neste texto.

O feminismo, sob uma perspectiva humanista, é definido da seguinte forma por Butler (2017, p. 32, grifos da autora):

O que é a metafísica da substância, e como ela informa o pensamento sobre as categorias de sexo? Em primeiro lugar, as concepções humanistas do sujeito tendem a presumir uma pessoa substantiva, portadora de vários atributos essenciais e não essenciais. A posição feminista humanista compreenderia o gênero como um *atributo* da pessoa, caracterizada essencialmente como uma substância ou um “núcleo” de gênero preestabelecido, denominado pessoa, que denota uma capacidade universal de razão, moral, deliberação moral ou linguagem.

Nessa perspectiva, há uma pressuposição de continuidade entre sexo e gênero, pois ambos seriam qualidades essenciais dos seres humanos. A mulher *é* o seu gênero e isso significa que *todas as mulheres* teriam certas predisposições *naturais* a pensar, sentir e agir de determinada forma. A categoria “mulher”, nessa perspectiva, é definida a partir da sua condição biológica.

Os questionamentos das primeiras feministas, ainda que estivessem ancorados em uma perspectiva do sexo e gênero como essência, já começavam a criar fissuras nesse pensamento. Para Wollstonecraft, a inferioridade física das mulheres era fator determinante na sua condição de subordinação, “certo grau de superioridade física [dos homens] não pode, portanto, ser negado” (WOLLSTONECRAFT, 2016, s/n). Mesmo atribuindo um peso relevante à *natureza*, a escritora questiona até que ponto a situação em que as mulheres se encontravam no século XVIII era causada pela sua condição de “ser mulher”. “Não contentes com tal preeminência natural, os homens se empenham em nos afundar ainda mais, apenas para converter-nos em objetos de atração momentânea” (*loc. cit.*).

A cultura ainda não é o eixo central da análise sobre a submissão das mulheres, como será para as feministas da segunda onda, mas a educação aparece como ponto central. “Deixemos, então, atingir a perfeição física, permitindo que façamos os mesmos exercícios que os

¹⁰⁹ Essas não são as únicas teóricas que trabalharam sobre o conceito de gênero que são citadas na narrativa antifeminista, mas são as citadas com mais frequência. O recorte também foi feito pelo tema, o conceito de gênero, pois outras feministas muito citadas, como Betty Friedan, Margaret Sanger ou Alexandra Kollontai são acionadas em outros temas, respectivamente, sobre casamento, aborto e comunismo.

meninos não apenas durante a infância, mas também na juventude; assim, poderemos saber até onde vai a natural superioridade do homem”. (*loc. cit.*). Wollstonecraft parece querer colocar a natureza à prova, questionando até que ponto ela seria tão determinante assim na “inferioridade” das mulheres. Mais do que uma consequência da *natureza* feminina, Wollstonecraft apontava como fatores responsáveis pela dependência das mulheres em relação aos homens o enclausuramento feminino no lar e a restrição ao acesso a direitos básicos, como a educação. Sobre a contribuição da escritora ao pensamento feminista, Maria Lygia Quartim de Moraes (2016, s/n) afirma que:

A força do argumento de Mary está no fato de que ela não nega a inferioridade intelectual das mulheres de seu tempo, mas atribui a exclusiva responsabilidade disso aos preconceitos e limites sociais enfrentados por suas contemporâneas. As mulheres de seu meio eram educadas para o casamento e para serem sustentadas pelo marido. Segundo o modelo dominante, a beleza era o principal atributo, e a grande virtude da mulher estava em ser a guardiã do lar. No entanto, uma vez casadas, perdiam toda e qualquer autonomia, ficando à mercê da autoridade masculina. Ora, diz ela, assim as potencialidades da mulher permanecem reprimidas e, quando uma mulher quer se comportar como um ser humano, é logo tachada de masculina.

Na narrativa antifeminista, os argumentos e a vida de Wollstonecraft são criticados ao mesmo tempo em que são utilizados para apontar supostas contradições no pensamento feminista. Isso acontece com as afirmações de Wollstonecraft sobre a superioridade física dos homens e sobre a crítica que a escritora faz à futilidade feminina. O raciocínio é construído sobre a tentativa de *revelar* que a primeira feminista estaria “reconhecendo” que as mulheres *são* inferiores fisicamente (e por consequência, afirma-se que essa inferioridade *é* determinante em seu papel social) e *são* fúteis por natureza, duas premissas básicas do antifeminismo. Esse argumento é a base para a defesa de princípios ou projetos para uma educação que “respeite” a natureza dos gêneros, como veremos ainda neste capítulo.

A condição biológica das mulheres, esse “dado” da *natureza*, é interpretado de maneiras distintas por Wollstonecraft e pela narrativa antifeminista. Se para Wollstonecraft a superioridade física dos homens foi utilizada por eles para submeter as mulheres aos seus desejos, na narrativa antifeminista essa mesma superioridade foi utilizada para proteger as mulheres.

No início da civilização humana, a fraqueza feminina era ainda mais desesperadora do que é hoje. Praticamente sem nenhuma tecnologia, munidos apenas de pedaços de paus e pedras afiadas, os seres humanos precisavam comer, aquecer-se e sobreviver aos ataques de feras selvagens. Os homens dominavam as mulheres porque sempre foram fisicamente mais fortes e ágeis. Valendo-se de sua condição superior, os homens poderiam atirar crianças e mulheres para as garras dos carnívoros famintos. Ou, se quisessem preservar a espécie humana, atirar somente as mulheres que já amamentaram algumas crias e podiam ser dispensadas. Pelo contrário, os homens enfrentavam as feras e mantinham as fêmeas seguras em alguma caverna com fogo e alimento. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 111).

Julgando a superioridade física masculina atestada em milênios, é de admirar que os homens não tenham feito na vida real o que as lendárias amazonas só puderam fazer na mitologia. Eles poderiam ter escravizado as mulheres nos trabalhos mais indignos e vazios de sentido (...). Do contrário, historicamente, observando a fraqueza e as dificuldades femininas, os homens buscaram abrandar a angústia das mulheres. Percebendo que as mulheres tinham um domínio (principalmente físico) limitado sobre a vastidão do mundo, os homens lhes criaram um mundo menor onde tudo está a seu alcance e a sua disposição: o lar. (*ibidem*, p. 133).

Apenas pela leitura do texto de Campagnolo não conseguimos saber se há algum tipo de pesquisa que possa embasar as generalizações da autora (pois não há referências), além da sua própria lógica. Em outras palavras, o raciocínio da antifeminista supõe que os homens *são* mais fortes, logo, poderiam ter escravizado mulheres e crianças, mas preferiram encontrar cavernas para protegê-las, na Pré-História, e criar um mundinho em miniatura para que elas não se frustrassem em não conseguir lidar com o mundo real, na Modernidade. Temos a impressão de que as mulheres são tomadas também como seres de capacidade intelectual inferior, não apenas pelo conteúdo (*aquelas* mulheres eram inferiores, por isso precisavam de cavernas e mundinhos em miniaturas), mas pela própria forma do argumento (pois essa explicação parece subestimar a capacidade intelectual das leitoras).

Crenças como estas estão ancoradas em um determinismo biológico, que conflita não apenas com a variedade de arranjos de gênero que foram observadas por estudos antropológicos ao longo do século XX, mas também com a história, pois a maneira como as diferenças sexuais são compreendidas mudam ao longo do tempo. As primeiras críticas feministas ao determinismo biológico que colocava as mulheres em uma condição de submissão aos homens foram construídas a partir da diferenciação entre sexo (algo da biologia, da *natureza*) e gênero (algo da cultura). Nesse sentido, nas décadas de 1970 e 1980, teóricas feministas desenvolveram melhor a noção de que os “papéis de gênero” não eram determinados pelo “sexo biológico” (PAULSON, 2002). Essa premissa possibilitou a compreensão de que o gênero não necessariamente deveria refletir o sexo ou ser restrito por ele.

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. [...]

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2017, p. 25 e 26, grifos da autora).

Nessa perspectiva teórica, a cultura aparecia como responsável pela construção das diferenças e das desigualdades de gênero, enquanto a natureza ainda era percebida como algo

dado, imutável. Essas teorizações marcaram a chamada segunda onda feminista, que, ao colocar a cultura sob análise, questionaram as origens e a universalidade da opressão feminina.

Essa é a fase do movimento feminista mais citada na narrativa antifeminista. Campagnolo afirma que algumas análises antifeministas, como as da americana Phyllis Schlafly (2015, *apud* CAMPAGNOLO, 2019), consideram que o feminismo assumiu definitivamente seu caráter de “perversão sexual” a partir desse período, a década de 1960. Mas Campagnolo (2019, p. 138) discorda dessas interpretações:

Embora a divisão entre “boa onda” e “má onda” feminista tenha sido assumida por quase todos os críticos, parece-me evidente que nenhuma mulher de boa índole teve destaque na liderança do movimento desde que ele surgiu. Do profeminismo, Olympe [de Gouges] era facilmente confundida com uma dançarina noturna e Mary [Wollstonecraft] queria ter um relacionamento poliamoroso com Henry Fuseli. Elizabeth Stanton, famosa na primeira onda, tinha uma visão obscura do casamento e abandonou cedo a formação e fê cristã que teve. [...] Ou seja, o feminismo já nasceu com as más pretensões que só foram explicitadas tardiamente. [...] O profeminismo de Wollstonecraft já dava os primeiros passos em direção à ideologia de gênero e tinha em sua musa um exemplo de desregramento sexual ainda no século XVIII.

Na concepção da autora, as feministas da segunda onda apenas deixariam explícito as intenções do movimento, que estavam lá desde as “profeministas”. Na introdução do capítulo 3, em que apresenta essa “fase” do feminismo, Campagnolo (2019, p. 139) afirma:

Apresento, a partir de agora, os principais nomes que confirmam o caráter sexualmente revolucionário das pautas feministas: a abortista e eugenista Margaret Sanger, a controversa Simone de Beauvoir, a incansável depreciadora das donas de casa, Betty Friedan, e Kate Millet, grande defensora de uma política sexual revolucionária.

Apesar de apresentar nomes escolhidos como representantes da segunda onda, a teoria feminista não é o centro das análises de Campagnolo, pois o foco está em *provar* que nas obras de todas essas mulheres havia objetivos escusos, perversos, anticristãos. O conceito de gênero é tomado como uma ferramenta estritamente política e revolucionária, retirado dos contextos teóricos em que foram produzidos. Sabemos que a teoria feminista sempre teve estreita relação com o movimento, com a política, com a vida prática das mulheres. A própria ideia de que “o pessoal é político” traz isso (BUTLER, 2019). Mas, para o antifeminismo, a teoria *orientou* (e continua orientando) a prática, assim como um ditador *orienta* seus súditos através do controle ideológico. É como se as teóricas feministas fossem as “cabeças” articuladoras desse grande plano contra a família. Por isso, é difícil separar o que a narrativa antifeminista entende por sexo e gênero da ideia de que há um plano de destruição em curso.

Campagnolo categoriza Beauvoir como pertencente à segunda onda e Butler como pertencente à terceira onda feminista. Todavia, as contribuições teóricas dessas duas autoras são consideradas continuidades, e ainda que a concepção que cada uma delas tenha elaborado

sobre o gênero seja substancialmente diferente, essas divergências são ignoradas. Veremos como a autora compreende Beauvoir.

Para Campagnolo, *O segundo sexo* (1949) é a obra inaugural da segunda onda feminista. A obra e a vida de Beauvoir são citadas com bastante frequência pela autora, que não poupa adjetivos negativos à filósofa e à sua relação com o também filósofo Jean-Paul Sartre. O livro *Feminismo: perversão e subversão* dedica dezesseis páginas apenas para *contar* a biografia do casal, na qual a vida sexual da autora e seus romances são analisados em detalhes.¹¹⁰ Sobre a obra de Beauvoir, Campagnolo (2019, p. 163) apresenta em cinco páginas uma espécie de resumo, que é intercalado com interpretações suas.

Simone abre seu primeiro volume de *O segundo sexo* listando a divisão sexual de várias espécies do reino animal e, com certo sadismo que não consegue esconder, ressalta aquelas em que os machos são mais descartáveis. É aquele discurso habitual das feministas, sempre tentando convencer a humanidade de que seu sexo é indispensável, e o dos homens, não apenas dispensável, mas também detestável.

Campagnolo (2019) também utiliza trechos da própria obra de Beauvoir para ressaltar o que ela avalia que são contradições, confissões, provas de que a autora “admite” algo que a antifeminista considera que é contrário ao feminismo. O trecho abaixo, que é um recorte da obra de Beauvoir, é um exemplo, a continuação do argumento de Campagnolo, exposta na sequência, também traz pontos importantes para observarmos:

A mulher é mais fraca que o homem; ela possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menos capacidade respiratória, corre menos depressa, ergue pesos menos pesados, não há quase nenhum esporte em que possa competir com ele; não pode enfrentar um macho na luta. A essa fragilidade acrescentam-se a instabilidade, a falta de controle e a fragilidade de que falamos: são fatos. Seu domínio sobre o mundo é, portanto mais estrito; ela tem menos firmeza e menos perseverança em projetos, os quais é também menos capaz de executar. Isso significa que sua vida individual é menos rica que a do homem. Em verdade, esses fatos não poderiam ser negados, mas não têm sentido em si. (BEAUVOIR, 2016, p. 62, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, pp. 163 e 164).

Da biologia, ela parte para uma análise histórica e sociológica da condição feminina. Desde que a obra de Simone de Beauvoir entrou em circulação, tem sido recorrente a acusação de que os homens se consideram o padrão em relação ao qual todos os outros seres humanos – ou seja, as mulheres – devem se basear. Para a autora, o “sujeito” é sempre masculino e fundindo ao conceito universal, enquanto a mulher representa “o outro”, a mulher está fora das normas universalizantes, condenada à imanência. As mulheres teriam estado sempre em condições secundárias.

Daí parte sua teoria da corporificação: o corpo masculino é um instrumento de liberdade ostensiva, basicamente por que não se impõe. A mulher, por sua vez, está sempre restrita ao seu corpo feminino, limitada e afetada por ele: na puberdade, na

¹¹⁰ A historiadora Sylvie Chaperon (2000) afirma que *O segundo sexo* foi um dos livros (escrito por uma mulher e para mulheres) mais debatidos nos meios intelectuais franceses. A obra gerou intensas polêmicas e provocou reações violentas por parte de intelectuais e do público em geral, desde a sua publicação. Em virtude disso, diversas biografias sobre Beauvoir e sua relação com Jean-Paul Sartre foram produzidas, desde autobiografias escritas pela autora até trabalhos mais recentes. Campagnolo (2019) usa como referência o livro *Uma relação perigosa*, escrita por Carole Seymour-Jones, publicada em 2020.

menstruação, na gravidez, na menopausa, etc. Simone e seu amante, Sartre, tinham problemas pessoais e íntimos em aceitar a passagem dos anos e a chegada da velhice. Em suas cartas e biografia, essa dificuldade era evidente. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 164).

Alguns pontos são relevantes na forma como Campagnolo apresenta Beauvoir nos trechos acima. Seja utilizando as palavras da autora, como no primeiro trecho, ou não, a mesma “técnica” pode ser observada. Campagnolo recorta partes do texto, retira do contexto, não apresenta o argumento completo e adiciona a sua “interpretação” ou algum comentário que irá gerar repulsa na(o) leitora(o). No primeiro trecho, que é um recorte do texto de Beauvoir, a última frase sugere que a filósofa questiona os “fatos” sobre a inferioridade da mulher quando ela afirma que eles não têm “sentido em si”. Na leitura do texto original de Beauvoir (2016), podemos observar que o argumento construído é de fato o oposto ao apresentado por Campagnolo (2019), pois a filósofa está questionando as bases da construção da “inferioridade” feminina. Vejamos a continuação do texto original de Beauvoir (2016, pp. 62 e 63):

Em verdade, esses fatos não poderiam ser negados, mas não têm sentido em si. Desde que aceitamos uma perspectiva humana, definindo o corpo a partir da existência, a biologia torna-se uma ciência abstrata; no momento em que o dado fisiológico (inferioridade muscular) assume uma significação, esta surge desde logo como dependente de todo um contexto; a “fraqueza” só se revela como tal à luz dos fins que o homem se propõe, dos instrumentos de que dispõe, das leis que se impõem.

Da mesma forma, no segundo trecho citado por Campagnolo, após uma série de afirmações que não têm muita conexão entre si, a antifeminista faz um “gancho” entre as discussões sobre o corpo feminino em Beauvoir e o suposto “problema” da autora e seu “amante” com a “chegada da velhice”. Campagnolo (2019, p. 164) chega a citar um trecho em que Beauvoir discorre sobre a velhice, para *confirmar* a afirmação anterior. Mas novamente, fazendo a leitura do texto original de Beauvoir (2016, p. 223), percebemos que a discussão proposta é outra, pois o trecho recortado pela antifeminista está inserido em uma discussão sobre como a passagem do tempo é sentida de forma diferente por homens e mulheres.

Não podemos afirmar se estes “erros” na interpretação que Campagnolo faz do texto de Beauvoir são parte de uma “técnica” de escrita, que pretende esvaziar as discussões propostas, ou se eles são frutos de uma limitação teórica ou de interpretação de texto da antifeminista. De qualquer forma, sobre a obra teórica de Beauvoir, estes são os trechos mais significativos, na sequência a autora faz conexões entre Beauvoir e Butler, ao mesmo tempo em que a recrimina por ser anticristã.¹¹¹

¹¹¹ O modo de vida de Beauvoir é considerado, em si, anticristão. Mas há passagens específicas em que Campagnolo “retruca” argumentos de Beauvoir sobre a Bíblia. “Para ela, a Bíblia é responsável, em parte, pela condição de humilhação da mulher em relação ao homem. Apontando para o Gênesis, ela acusa a Bíblia de colocar

Para pensarmos sobre o deslocamento na questão da constituição do gênero que Beauvoir propõe, alguns trechos da narrativa antifeminista são elucidativos. Há a questão da “inferioridade” biológica, que de fato é tema discutido por Beauvoir, embora, como observamos, de forma diferente à apresentada por Campagnolo. Há ainda o seguinte trecho, em que Campagnolo (2019, p. 166) afirma:

“Ao depreciar o corpo, ao odiar a maternidade, ao recriminar o curso biológico, Simone acaba com qualquer valor feminino. Quando pergunta ‘o que é uma mulher?’, ela nega a profundidade do sexo biológico na feminilidade e na identidade humana”

Devido a esta negação da profundidade do sexo biológico, a historiadora conclui que “o *segundo sexo* é como uma antevisão da teoria de gênero” (*loc. cit.*). Em outro momento, a antifeminista afirma: “Não impressiona que a ama de leite da ideologia de gênero, Butler, recorra tantas vezes a Simone de Beauvoir. Mesmo que ‘gênero’ não seja um termo utilizado na publicação de 1949, ele aparece conceitualmente”.

Essa afirmativa está de acordo com a percepção de que Beauvoir foi uma das primeiras autoras a fazer a separação conceitual entre sexo e gênero, o que, como já exposto, permitiu que análises mais complexas sobre a opressão feminina fossem desenvolvidas. No entanto, para Campagnolo, o que importa ressaltar é que aí está a “invenção” do gênero, pois a sua concepção reflete ainda aquela visão do sexo e do gênero como essência. Do ponto de vista antifeminista, a análise sobre o conceito de gênero na teoria feminista poderia acabar por aqui, pois a partir da “invenção” do “gênero” por Beauvoir, tudo o que veio depois seria continuidade do “plano” de destruição. Ainda assim, continuaremos com as críticas tecidas sobre o binômio sexo/natureza *versus* gênero/cultura para compreender as “contribuições” de Butler para tal “plano”, segundo o pensamento antifeminista.

Diferentes pensadoras feministas problematizaram essa visão dual de sexo e gênero, pois ela mantém a fixidez do sexo enquanto um atributo estritamente biológico, *natural*. Judith Butler publicou em 1990 uma das principais obras sobre o tema, *Problemas de gênero*, em que a autora reflete sobre o a constituição do sexo, do gênero e da identidade. Uma das questões que nos levam a refletir sobre a fixidez do sexo passa pela sua própria definição. Butler (2017, p. 27, grifos da autora) questiona:

E o que é afinal, o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável?

a mulher em condição de servidão e, já que Adão foi criado primeiro, a mulher passa a ser ‘secundária’”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 165).

Para a antropóloga Susan Paulson (2002), a discussão sobre as relações dinâmicas entre biologia e cultura requer a dissolução de dois mitos. O primeiro deles é a crença de que a natureza oferece apenas duas possibilidades de diferenciação sexual, ou seja, “os humanos aparecem em duas formas fisiológicas: um com características femininas e outro com características masculinas” (PAULSON, 2002, p. 29). Paulson argumenta que há inúmeras variantes na diferenciação fisiológica dos sexos, não apenas na diferença cromossômica entre xx e xy, mas também variações intermediárias dos órgãos sexuais e no balanço bioquímico e hormonal. Em outras palavras, a constituição física do que é um macho e uma fêmea entre seres humanos não pode ser encaixada em um padrão binário. Menos ainda se observarmos as características sexuais secundárias, que, ressalta Paulson, variam muito entre os povos. Europeus, asiáticos, africanos, povos indígenas dos diferentes continentes, por exemplo, não seguem todos a classificação genérica de constituição do corpo (por exemplo, homens grandes, ombros largos, com pelos no rosto, voz grossa etc.).

O segundo mito apontado por Paulson (2002, p. 30) é que “a biologia sexual forma o corpo até o nascimento; depois, a identidade é formada pelo gênero”. Essa premissa leva ao senso comum de que o sexo é definido no nascimento, pela *constatação* do olhar médico, e o gênero é construído ao longo da vida e dá significado ao corpo. Paulson (*loc. cit.*) afirma que “desde o nascimento até a morte, o corpo segue se desenvolvendo e nossas visões culturais de como devem se desenvolver os corpos femininos e masculinos interagem com os processos biológicos”. A forma de determinada cultura em compreender como deve ser o corpo de um homem ou de uma mulher interfere no modo como esse corpo será transformado ao longo do tempo, pois as características sexuais são suscetíveis aos esforços humanos de modificação.¹¹² “Através de toda a história, os humanos têm utilizado diferentes tecnologias para transformar o corpo, muitas vezes com enfoque nas características sexuais”. (PAULSON, 2002, p. 29).

Da mesma forma, Butler argumenta que “em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável” (BUTLER, 2017, p. 28). Assim sendo, a cultura estaria a

¹¹²Por exemplo, a prática de amarrar os pés para que eles não cresçam ou a prática de utilizar uma faixa apertada ou espartilhos para afinar a cintura, pois são ideais de feminilidade em certas culturas. Paulson (2002, p. 30) afirma que até mesmo a oferta diferenciada de alimentos a meninos e meninas, principalmente em contextos de escassez, podem influenciar no desenvolvimento do corpo. A crença de que as mulheres “nascem fracas” ou que têm a “saúde delicada” é instalada em contextos em que restrições culturais “não permitem a elas andar, fazer exercício, respirar profundamente, comer muito etc. são práticas de gênero que influenciam a saúde e o corpo durante o seu desenvolvimento”.

determinar o que é um homem ou uma mulher, com a mesma fixidez que a biologia é concebida. “Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (*ibidem*, p. 29). Para Butler, o corpo não é um “mero instrumento”, “o corpo é em si mesmo uma construção” (*ibidem*, p. 30), pois ele não existe significativamente antes da sua marca de gênero.

A fragilidade dos critérios que separam as categorias de sexo e gênero sugerem, como afirma Butler, que a distinção entre elas é irrelevante.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revelasse absolutamente nula. (*ibidem*, 2017, p. 27).

Na perspectiva de Butler não há, portanto, nada de *natural* por trás daquilo que a cultura estaria supostamente modificando na “superfície”. Não existe sujeito anterior à ação, sexo e gênero são ambos constituídos por matrizes de poder e discurso que os atravessam. “Assim como um roteiro pode ser interpretado de diferentes formas, e uma peça demanda texto e atuação, os corpos atribuídos de gênero atuam num espaço corporal culturalmente restrito e performam suas interpretações de acordo com as diretrizes existentes”. (BUTLER, 2019, p. 223). A reiteração das práticas que formam o gênero não cessa, o gênero nunca está plenamente acabado, pois ele é um ideal.

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim torna-se mulher decorre que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. [...] O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2017, p. 69)

Esse deslocamento no conceito de gênero proposto por Butler foi fundamental para as discussões sobre quem são os sujeitos do feminismo. A pressuposição de que haja uma categoria de “mulher” ou “mulheres” pré-definida acarreta alguns problemas de ordens teórica e política. Um deles é a suposição de que possa haver uma forma de opressão compartilhada por *todas* as mulheres, uma “estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina”. Butler (2017, p. 21) afirma que “a noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe”. Em outras palavras, essa é uma forma colonizadora de se “interpretar” culturas não ocidentais, pois impõe noções ocidentais de opressão.

Deriva daí a ideia de que as “mulheres” compartilham uma certa vivência de opressão ou que haja uma forma “feminina” de ver ou experienciar o mundo. Se a noção de patriarcado

tem sido problematizada nos últimos anos, essas pressuposições têm se mostrado mais difíceis de ser superadas. (BUTLER, 2017). Além disso, Butler afirma que a categoria “mulheres” carrega intrínseco um binarismo de gênero, pois ela é constituída em relação ao seu oposto, o masculino. “Em que medida a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual?”. (*ibidem*, p. 24). Butler ressalta ainda que a adoção de uma noção binária de feminino e masculino produz uma análise descontextualizada, pois ignora outros eixos de relações de poder que se interseccionam com o gênero, como classe, raça e etnia.

Percebemos que são muitos os tensionamentos colocados por Butler em relação ao pensamento que se desenvolveu na segunda onda feminista. Dentre a publicação de *O segundo sexo* e de *Problemas de gênero* passaram-se 41 anos e certamente outras teóricas feministas fizeram contribuições significativas para a reelaboração desse conceito. Agora que essas diferenças foram expostas, ainda que de forma generalista, veremos como a narrativa antifeminista apresenta a obra de Butler, especificamente.

Butler é apresentada no livro *Feminismo: perversão e subversão* (2019) com a introdução da chamada terceira onda feminista. São dedicadas dez páginas à explicação de sua teoria, embora o tema e a autora sejam citados em outras seções do livro.¹¹³ Ao contrário de Beauvoir e Wollstonecraft, Butler recebe poucos insultos de Campagnolo.¹¹⁴ O pensamento de Butler é frequentemente relacionado à ideia de que há um plano feminista em curso para “subverter” os gêneros.

Quando o movimento feminista insiste em falar sobre “mulheres” e em nome delas, é apenas uma questão de *marketing*. A propaganda é a alma do negócio e a clientela ainda é feminina. Butler confessa: “Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem que plena ou adequadamente represente as mulheres pareceu necessária para promover a visibilidade política das mulheres”. (BUTLER, 2017, p. 40, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 230).

É no mínimo interessante que tudo isso se tenha difundido justamente durante a Década da Mulher, assim declarada pela ONU.

Tenho tentado demonstrar que o movimento feminista não representa nem se interessa pela condição das mulheres, apenas se vale dessa propaganda para alcançar sua real intenção: *instaurar uma revolução sexual que subverta os sexos e o sexo*. A teoria de gênero estruturada por Judith Butler deixa isso claro. Ela não tem problemas em admitir seu caráter subversivo e isso nos coloca, portanto outro dilema: será que as mulheres sabem disso? (CAMPAGNOLO, 2019, p. 231, grifos da autora).

¹¹³ Os subcapítulos do livro *Feminismo: perversão e subversão* em que a teoria de Butler é citada são: Terceira onda feminista (p. 229-231); Ideologia de gênero e Judith Butler (231-234); Subversão dos sexos e o esmorecimento das identidades feminina e masculina (234-238). (CAMPAGNOLO, 2019).

¹¹⁴ Os ataques pessoais a Butler são todos centrados em sua aparência. Por exemplo, “sua aparência física transmite a mesma sensação de confusão que sua obra mais célebre” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 232). Certamente isso não se deve a alguma simpatia da autora, mas possivelmente à ausência de biografias publicadas sobre Butler e ao fato de ela estar viva, e, portanto, os insultos poderem ter consequências legais.

A presença constante do tom conspiracionista é coerente com a compreensão que Campagnolo apresenta sobre Butler, afinal sua teoria seria toda uma manipulação ideológica sobre a compreensão dos gêneros. Baseada nas produções de Felipe Nery e de Olivier Bonnewijn sobre o tema¹¹⁵, a historiadora explica o que seria a teoria de Butler:

Conforme sua teoria, a condição e conceito de “feminino” são artimanhas discursivas arquitetadas por uma sociedade masculinista e falocêntrica. Nessa sociedade, concebida na cabeça de Judith, existe uma hierarquia de gêneros – o gênero masculino controla a área de atuação do gênero feminino – que se manifesta em todos os âmbitos: desde a linguagem até a política. Ainda nessa sociedade, identifica-se que a heterossexualidade é compulsória e a impressão que temos de que o conceito “mulher” é natural não passa de outro condicionamento cultural governado pelos homens: mais uma estratégia de poder. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 232).

Ainda citando Bonnewijn, Campagnolo localiza a produção do conceito de gênero no meio acadêmico a partir da década de 1970, pelo “feminismo radical norte-americano”. Na sequência, a autora passa a relacionar o âmbito acadêmico a organizações, como a Fundação Ford, como se esta tivesse financiado tudo o que se produziu sobre o tema. O dinheiro de tais fundações teria aglutinado feministas em torno de uma causa:

Em 1972, a Fundação Ford começou a financiar o Women’s Studies que, em 1990, incluiu o termo “gênero” e passou a se chamar Gender Studies. Desde então, o termo tem se difundido como peste. Os professores de história e sociologia vêm adotando o “gênero” como uma “categoria de análise” e os pesquisadores o tratam por “teoria de gênero”. Torcem o nariz toda vez que chamamos a coisa pelo seu nome: ideologia de gênero. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 235).

Alguns trechos apresentam certa coerência com o pensamento de Butler, ainda que sejam mais frases soltas do que parágrafos com uma argumentação articulada. “Ela [Butler] vai além do conceito de gênero mais conhecido; afirma que é mais do que uma interpretação cultural, sendo ele mesmo responsável até pela forma com que se ‘constroem’ os fatos biológicos”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 237). Já em outros momentos a interpretação que a historiadora faz dos recortes do texto de Butler são visivelmente equivocados.¹¹⁶ A autora insiste na afirmação de que, para Butler, “o ser humano nasce ‘neutro’ e o gênero constrói tudo” (*ibidem*, p. 236). Ou seja, apesar de algumas frases soltas terem alguma coerência, a antifeminista não consegue diferenciar o conceito de gênero para Beauvoir e Butler.

¹¹⁵ As obras em que a autora se baseia são: *Gênero: ferramenta de desconstrução da identidade*, de Felipe Nery, e *Gender, quem és tu?*, de Olivier Bonnewijn.

¹¹⁶ Por exemplo: “A professora Butler define ‘gênero’ como um conceito concebido para: ‘questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo’” (BUTLER, 2017, p. 26, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 236). Neste capítulo utilizei essa mesma citação de Butler por ilustrar um momento em que ela se refere às feministas radicais, e não ao conceito de gênero que ela própria desenvolve.

Portanto, este parece ser o ponto em que a teoria de Butler é tomada como uma extensão do pensamento de Beauvoir. Esta já teria afirmado que “ninguém nasce mulher”, expondo o caráter construído do gênero, depois Butler teria afirmado a ficção das categorias mulher e homem, afirmando que as pessoas nascem “neutras” e por isso poderiam “escolher” *qualquer* gênero. Essa é a interpretação vulgar da teoria de Butler, que fundamenta o pânico em torno da palavra “gênero”, a ideia de que as pessoas poderiam mudar seu gênero a qualquer momento. “A opção de gênero não é uma escolha que se faz de uma vez por todas na vida e pode mudar quantas vezes quisermos” (MARTINS NETO, 2017, p. 37, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, pp. 232 e 233). Sobre a terceira onda, Campagnolo (2019, p. 235) afirma: “finalmente, as feministas apresentaram a multiplicidade de gêneros”.

A ideia de que Butler defende que todos nascem “neutros”, e que essa suposta neutralidade seria um ideal para o movimento feminista, é recorrente na produção antifeminista.

O feminismo não propõe a destruição de todas as normas, apenas deseja substituir aquelas baseadas na tradição por novíssimas normas fluidas e, até o momento, fluidas e autoritárias demais. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 230)

Em suma, a proposta é que a participação na revolução sexual feminista se inicie com a negação da nossa identidade sexual (sexo) e passando a adotar posturas e comportamentos (gênero) que não se defina nem para masculinidade nem para a feminilidade, que nos tornemos todos nós uma réplica da própria Butler: alguém para quem se olha sem conseguir enxergar uma mulher, tampouco um homem completo. (*ibidem*, p. 234).

Esse argumento pretende inverter a lógica das análises feministas. Butler afirma que a heteronormatividade é coercitiva e que corpos ininteligíveis são excluídos e são passíveis de uma série de violências. Então, a narrativa antifeminista dirá o mesmo sobre o feminismo, que essa teoria é “autoritária”, que pretende impor uma nova norma, e até mesmo a palavra “homonormatividade” é utilizada (CAMPAGNOLO, 2019, pp. 306 e 373). A base empírica (os dados sobre violências de gênero) ou a base teórica (a complexidade do conceito de gênero e suas mudanças dentro do próprio pensamento feminista) são irrelevantes, pois no final a conclusão da narrativa é sempre a mesma: há um plano de destruição da moral, da família, da tradição cristã etc.

Assim sendo, tomando como base as concepções sobre o sexo e o gênero presentes no pensamento de Wollstonecraft, Beauvoir e Butler, o antifeminismo se afasta de todas, negando conceitualmente o gênero. Mas com essa negação, a potência política dessa palavra é reafirmada. É uma palavra perigosa, não por acaso é o alvo do recente processo de pânico moral no Brasil. O perigo está no questionamento de uma *ordem natural* dos gêneros, que supostamente equilibra a família, o mundo, e a civilização ocidental. Por isso, todo o esforço

da retórica antifeminista está ancorado em afirmar que existe uma *natureza* que funda os sexos/gêneros (feminino e masculino, apenas), determinando o papel que cada um deles deve desempenhar na sociedade. Esse é o tema do próximo tópico.

4.2. Tendências naturais – educação e trabalho

Educação e trabalho se conectam na narrativa antifeminista através da ideia de que há uma natureza que influencia não apenas nossas escolhas individuais, mas também o curso da história. História e natureza são elementos, como veremos ao longo deste subcapítulo, que se cruzam para justificar as desigualdades de gênero. Por isso, as feministas estariam lutando contra ambas, tentando modificá-las. Primeiro, inventando a existência da opressão masculina e o sucesso da luta feminista contra esta. Isto estaria incorreto, pois devido à sua *natureza* frágil, as mulheres teriam sido privilegiadas ao serem poupadas de uma educação rígida e de trabalhos pesados. A história é utilizada para a construção deste argumento. Em segundo lugar, as feministas estariam “forçando” a presença de mulheres em áreas profissionais que elas não *querem* ocupar, pois seriam *naturalmente* masculinas. As *naturezas* feminina e masculina são acionadas na narrativa antifeminista para explicar porque mulheres não alcançam o mesmo sucesso profissional e financeiro que os homens. Nesse sentido, este texto está dividido em duas partes, nas quais esses dois eixos são apresentados.

4.2.1. A entrada das mulheres no mercado de trabalho e na escola

A discussão sobre a origem do trabalho e sua relação com a força física é abordada no livro *Guia de bolso contra as mentiras feministas*, no capítulo intitulado “A mulher não podia trabalhar antes do feminismo”, escrito por Cristiane Corrêa (2021); e também no segundo capítulo do livro *Feminismo: perversão e subversão* (2019), escrito por Campagnolo, nos tópicos “Trabalhar: privilégio ou necessidade” e “Desigualdade no mercado de trabalho”. O argumento que evoca a natureza como causa das disparidades de gênero também é utilizado com relação à educação, e está exposto no primeiro capítulo da mesma obra, no tópico “A fraude da educação mista igualitária”. Ambas as autoras citam principalmente o livro *Sexo privilegiado* (2004), do historiador e teórico militar israelense Martin Van Creveld, por isso, há semelhanças na construção dos argumentos nos dois textos. É um tipo de narrativa que tem a finalidade de explicar a história de uma maneira simplista, linear, homogênea. As

generalizações feitas são incomuns nas produções historiográficas, até mesmo naquelas que têm um fim didático, pois excluem aspectos importantes da produção científica, como o cuidado com a apresentação das fontes, a contextualização e a própria historicidade dos “fatos” que são postulados como *verdades*.

Em um texto de doze páginas, a pedagoga Cristiane Corrêa apresenta uma história do trabalho que começa na Pré-História, passa pela Antiguidade, pela Idade Média, pela Modernidade e chega à Idade Contemporânea, quando a autora apresenta características do trabalho nos regimes capitalista e comunista. A autora tece generalizações sobre como o trabalho era concebido em diferentes civilizações, afirmando que existem ou existiram cinco tipos de regimes de trabalho ao longo da história: o primitivo, o escravo, o feudal, o capitalista e o comunista. “Com o *Homo erectus* a atividade teria surgido há 2 milhões de anos” (CORREA, 2021, p. 92), e desde a Pré-História “a mulher já estava inserida no contexto de trabalho de coleta e preparo de alimentos” (*loc. cit.*). Tanto Corrêa (2021, pp. 96 e 97) quanto Campagnolo (2019, p. 109) afirmam que “as mulheres sempre trabalharam”, o que leva as(os) leitoras(es) a imaginar que feministas desconsideraram esse fato, desvalidando as reivindicações feministas sobre esse tema.

Analisando a forma como o trabalho foi concebido por diferentes civilizações ao longo da história, Corrêa (2021) e Campagnolo (2019) afirmam que o trabalho sempre foi visto como algo negativo. “Durante a maior parte da história, trabalhar sempre foi custoso, sinônimo de punição ou sacrifício, geralmente perigoso ou, na melhor das hipóteses, difícil” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 110). “Trabalhar lembra tortura” e “Para muitos, até hoje o trabalho é uma necessidade desagradável. Em geral, eles têm boa razão para pensar assim; quem já visitou uma fundição ou uma mina é capaz de entender” (CORRÊA, 2021, p. 99). Logo, as autoras concluem que o trabalho “no decorrer da história foi sendo considerado um fardo” (CORRÊA, 2021, p. 95), “nunca foi considerado um direito ou privilégio” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 111).

Apesar disso, o trabalho, afirmam as antifeministas, foi essencial para a evolução da humanidade, seus frutos alimentaram os seres humanos, construíram civilizações. Esse “fardo” esteve sob responsabilidade dos homens, que, sendo livres ou escravizados, cumpriram a “penosa” obrigação.

Quando a agricultura foi estabelecida, outra vez os homens abraçaram para si as tarefas mais perigosas e pesadas, como domar os animais e abrir sulcos na terra. Continuavam Caçando esporadicamente e com a caça alimentavam as mulheres e crianças. A vida de todos era difícil, a das mulheres inclusive, mas nem de longe tão arriscada quanto a dos homens. As mulheres morriam mais cedo, é verdade, mas não por culpa dos homens e sim por sua natural debilidade física relativa. Do contrário, se

viviam um pouco além da expectativa é porque eram ativamente protegidas e porque os homens trabalhavam mais e em lugar delas. [...]

No Antigo Egito, os escravos foram recrutados e açoitados para que as pirâmides pudessem ser construídas. [...] Também na China, os homens morriam aos milhares na construção da Muralha. [...]

Saltando para a Idade Média [...] Quando voltavam vivos das batalhas, tinham tempo para declamar poemas que as virtudes femininas inspiravam. Os mais pobres eram basicamente camponeses e, como sempre acontece no campo, o pior trabalho era responsabilidade masculina. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 111 e 112).

A mesma lógica, de sublinhar o “sacrifício” dos homens, é utilizada para justificar as desigualdades na educação dos meninos e meninas. Campagnolo (2019, p. 56) começa por Esparta, informando as(os) leitoras(es) que a educação masculina nesta cidade da Grécia Antiga era “permeada por privações de sono e alimento, castigos, exercícios físicos e mentais exaustivos, além de constante pressão e supervisão”. Deste ponto inicial, a autora parte para generalizações sobre “Grécia e Roma”, “Inglaterra medieval” e “judeus”, para explicar que “nenhuma cultura” exigia das meninas o mesmo que se exigia dos meninos. “Geralmente, elas tinham professores ou tutores que as ensinavam no conforto de suas casas – se fossem de famílias abastadas – ou simplesmente não tinham obrigações escolares – se fossem de famílias pobres”. Sobre a Idade Média, Campagnolo (*ibidem*, p. 57) afirma que as meninas “tinham o privilégio de não ir [trabalhar como aprendizes] e, se desejassem muito ir, geralmente faziam-no em oficinas mais próximas de casa e mais confortáveis”.

Nesse sentido, Campagnolo conclui que a educação, que hoje é apresentada como “o mais lindo direito”, já foi uma obrigação imposta pela necessidade de trabalho ou pelo dever militar. E nesse tempo, em que a educação era severa, violenta, a historiadora afirma que as mulheres não queriam frequentar as escolas:

Frequentar uma escola pode ser muito atrativo às meninas de hoje, mas não o era quando os mestres podiam punir fisicamente os alunos, humilhá-los com naturalidade ou incluir “fome e frio” no currículo. Nesses tempos de sombria educação as meninas eram, na pior das hipóteses, *privilegiadas* e, na melhor delas, totalmente *poupadas*. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 57, grifos da autora).

O mesmo raciocínio pode ser estendido para o mercado de trabalho, pois a *história* mostraria que elas já entraram neste mundo em condições de privilégio.

As mulheres alcançaram em pouquíssimas décadas as facilidades trabalhistas que os homens levaram séculos ou milênios para conquistar no Ocidente. Quando as mulheres chegaram ao tão sonhado “mercado de trabalho” ele já era um mercado de trabalho e não de escravos. [...] Enquanto os homens trabalhavam como cavalos por mínimas condições de sobrevivência deles e de suas famílias, nenhum coletivo de mulheres desejava tomar-lhes o lugar. Os homens melhoraram as condições de trabalho de tal maneira que as mulheres começaram a querer fazer parte dele. (*ibidem*, p.118).

O objetivo da autora ao apresentar esse breve histórico do tratamento “diferenciado” que era oferecido a meninas e mulheres é afirmar que elas *sempre* foram privilegiadas, mesmo quando encontravam barreiras para acessar o mesmo tipo de educação oferecida aos meninos, ou para acessar os mesmos trabalhos destinados aos homens. A *natureza* frágil das mulheres, que as teria beneficiado, é apontada como determinante na função que desempenhavam na sociedade. Corrêa (2021, p. 96) afirma que, “entre as mulheres livres, a fragilidade física e a consequente relutância em se afastar de casa, principalmente por preocupações naturais com o cuidado dos filhos, sempre ditaram a natureza do trabalho feminino”. Para as antifeministas, até mesmo em contextos de escravidão as mulheres teriam encontrado melhores condições do que os homens:¹¹⁷

É verdade que existiam escravas e que também sofriam muito, mas nem de longe sofriam tanto quanto os homens, por diversos fatores. Ou porque aparentavam maior fragilidade ou porque precisavam ser bem alimentadas para servirem aos propósitos devassos de seus donos. No geral, eram menos castigadas e menos exploradas justamente *por serem mulheres*. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 112).

o trabalho braçal, sempre mais pesado, foi designado aos homens principalmente em contextos escravocratas.

Isso não significa que as mulheres não sofreram nesses períodos; porém, a natureza do trabalho era diferente. Muitas mulheres viviam sexualmente a mercê de seus donos, o motivo pelo qual acabavam sendo bem alimentadas e razoavelmente vestidas, além de viverem em locais toleráveis. Outras tinham mais sorte e podiam servir como amas de leite, domésticas ou cozinheiras. (CORRÊA, 2021, p. 95).

Em outras palavras, as autoras defendem que ser vítima de exploração sexual é menos pesado ou menos sofrido do que desempenhar trabalho braçal, ainda mais se nos intervalos entre os estupros a mulher recebesse comida de melhor qualidade ou itens de higiene a que os homens escravizados não tinham acesso. Este argumento, que hoje nos soa demasiado insultuoso, foi discutido já no início da década de 1980, no clássico *Mulheres, raça e classe*, de Ângela Davis. A filósofa afirma que a presunção de que a típica mulher escravizada desempenhava trabalhos domésticos é um mito. “Tal qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhava na lavoura”. (DAVIS, 2016, p. 18). Mesmo quando engravidavam, o trabalho das mulheres negras frequentemente tornava-se mais pesado.

Os proprietários buscavam garantir que suas ‘reprodutoras’ dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do

¹¹⁷Campagnolo e Corrêa apresentam textos que seguem uma linearidade – Pré-História, Antiguidade, Idade Média e Modernidade. Os argumentos sobre a escravidão são inseridos por ambas no ponto em que discutem a Antiguidade – Campagnolo desenvolve apenas um parágrafo (este acima apresentado) no texto, e Corrêa chega a apresentar os diferentes tipos de escravidão deste período (por dívidas, prisioneiros de guerras e trabalhadores recrutados), mas nenhuma das duas diferencia o trabalho escravo nestes dois períodos. Isso nos leva a crer que as autoras confundem a escravidão na Antiguidade e na Modernidade. Não sabemos se isso ocorre por ignorância do tema, ou se há intenção em homogeneizar o trabalho escravo, como se “trabalho escravo” significasse a mesma coisa nos dois períodos da história. De qualquer forma, este é um erro grotesco em uma análise histórica.

trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo. (DAVIS, 2016, p. 21).

Enquanto as antifeministas consideram a possibilidade de ser “escolhida” para ser uma escrava sexual um privilégio, Davis afirma que esta era uma punição adicional para as mulheres. “Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas” (DAVIS, 2016, p. 20), não apenas pelos seus “donos”, mas também por feitores e capatazes.

Sem analisar os impactos que o sistema escravocrata causou no mundo do trabalho, nem mesmo a centralidade que a exploração da mão de obra africana teve na consolidação do capitalismo, as antifeministas pulam da Idade Média para a Revolução Industrial. Com esta, Campagnolo (2019) e Corrêa (2021) apontam que houve uma mudança na Modernidade em relação à forma como trabalho era concebido.¹¹⁸

o êxodo rural aumentou os números de cortiços urbanos em uma nova realidade burguesa cada vez mais definida e os regimes de trabalho capitalista e comunista começaram a se desenvolver. É nesse cenário que mulheres e crianças (a partir de 6 anos) passam a ser mão-de-obra nas fábricas ao lado dos homens. Com salários baixos, toda a família do operário era obrigada a trabalhar. (CORRÊA, 2021, p. 98)

O fim do séc. XIX e o início do séc. XX foram períodos de brutal modificação na vida das famílias e das mulheres europeias e americanas. No entanto, diferentemente do que fazem crer as feministas, as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho por uma transformação social sem premeditação, e não por uma luta organizada de um movimento de mulheres. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 80).

Segundo essa perspectiva, as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho por necessidade. Elas sempre trabalharam, mas antes das fábricas o trabalho feminino era desempenhado de acordo com a sua *natureza*, majoritariamente no espaço doméstico. Campagnolo (2019, p. 81) ressalta as péssimas condições de trabalho nas fábricas e conclui que, “por esse ponto de vista, não se pode dizer que trabalhar como os homens trabalhavam tenha sido uma conquista na qualidade de vida e uma melhora na perspectiva econômica feminina”. Citando as críticas de Friedrich Engels ao regime de trabalho a que as(os)

¹¹⁸ Corrêa aponta que uma outra mudança no mundo do trabalho ocorreu devido à ideologia protestante. Citando Max Weber, ela afirma que “desde a Reforma Protestante ocorrida no século XVI, muitas famílias, influenciadas pelo calvinismo, valorizavam o trabalho” (CORRÊA, 2021, p. 100), e em seguida faz um elogio a esta ideologia: “Diante de uma sociedade que experimentava uma Revolução Industrial e trabalhava incansavelmente por baixos salários em meio a grande degradação moral, era comum que o pouco que as pessoas ganhavam se perdesse na prostituição e nos demais vícios. Enquanto isso, as famílias cristãs que se mantinham fiéis aos seus princípios prosperavam”. Campagnolo não desenvolve esse tema, que aparece apenas em parte de uma citação de Creveld: “certamente, a postura dos protestantes era diferente. Mesmo a essa altura, não se tratava tanto de glorificar o trabalho, mas de denunciar a ociosidade; de fato, não seria demais dizer que o protestantismo glorificava o trabalho precisamente *porque* ele era desagradável”. (CREVELD, 2004, p. 127, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 111, grifos da autora).

operárias(os) estavam expostos, a autora conclui que “nem mesmo para os esquerdistas da época, a tão aclamada inserção no mercado de trabalho representava um salto de libertação”.

Depois da Revolução Industrial, Campagnolo (*loc. cit.*) cita a I Guerra Mundial, período em que “uma massa de mulheres [foi colocada] para dentro do ‘mercado de trabalho’”, e os anos de 1950, em que avanços tecnológicos teriam dado mais tempo às mulheres e com menos afazeres domésticos, elas puderam pensar em trabalho. “Quando as mulheres perceberam que tinham mais tempo livre, tudo começou a mudar naturalmente. As mulheres começaram a ingressar na força de trabalho, e fizeram isso sem o feminismo” (SCHLAFLY, 2015, p. 57, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 82). Essas generalizações referem-se à Europa e aos Estados Unidos, Corrêa não aborda o contexto brasileiro e Campagnolo transplanta a mesma análise das(os) autoras(es) do Norte para o Brasil.

No Brasil, também foi assim quando o processo de industrialização e urbanização começou no século XX. O mesmo aconteceu no período entre guerras e no início da Segunda Guerra Mundial. As mulheres começaram a preencher as vagas que sobravam, porque os homens estavam nos campos de batalha.

A conclusão é a de que o feminismo não teria conquistado nada, pois tudo seria parte do “curso natural da história” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 80).

No que diz respeito à entrada das mulheres no mundo do trabalho, a verdade é que as mulheres se introduziram voluntária e paulatinamente, uma a uma, por conveniência. Naqueles que eram empregos pesados e perigosos, as mulheres foram introduzidas pela fome, pela necessidade ou pela guerra. O movimento feminista não as colocou no mundo do trabalho, somente fez em cima disso uma propaganda mentirosa. (CAMPAGNOLO, 2019, pp. 80 e 81).

Em suma, a perspectiva antifeminista faz uma análise em que as conclusões são, portanto, encadeadas: o trabalho mais difícil e perigoso *sempre* foi desempenhado pelos homens, então, as mulheres foram e ainda são privilegiadas em não realizá-los; a educação dos meninos também *sempre* foi mais rígida, para prepará-los para o trabalho; as mulheres sempre trabalharam e quando começaram a trabalhar em *áreas masculinas*, como as fábricas, foi por necessidade (fome ou guerras); com a industrialização, as mulheres tiveram mais tempo livre e por isso procuraram trabalhos fora de casa, *naturalmente*. E tudo isso poderia ser aplicado tanto para o contexto europeu e americano quanto para o brasileiro.

A falta de fontes e as escassas referências em que as informações apresentadas na narrativa antifeminista se baseiam demonstram a distância entre esta e a produção de conhecimento científico. Mais do que apontar pesquisas que atestem a fragilidade dos dados apresentados na narrativa antifeminista, é interessante observar como os argumentos utilizados homogeneízam a história das mulheres. Para as fontes analisadas, a *natureza* determinou o tipo de trabalho que deveria ser desempenhado pelas mulheres ao longo de *toda* a história. Não há

nenhuma análise histórica sobre as transformações ocorridas na Modernidade, por exemplo, em que o papel das mulheres e a própria concepção da sexualidade foram profundamente modificadas. Algumas considerações sobre esse período nos ajudam a compreender os impactos que a ideologia da domesticidade feminina causou, principalmente ao longo dos séculos XIX e XX, nas relações entre “mulheres” e “trabalho remunerado”.

Michel Foucault (1988, pp. 115 e 116), em *História da sexualidade I*, demonstrou que a figura da “mulher histérica” e do “casal malthusiano”, ao lado da “criança masturbadora” e do “adulto perverso”, foram alvos privilegiados dos dispositivos de saber e de poder em torno da sexualidade, principalmente no século XIX. O filósofo apontou que muito além das proibições em torno do sexo, o dispositivo da sexualidade surgia como um mecanismo que visa “penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1988, p. 118). Nos interessa, portanto, o que os discursos sobre “a mulher” produziram, quais normas eles fixaram e como a narrativa antifeminista brasileira da atualidade encontra ecos na história do antifeminismo, reatualizando mitos que envolvem os temas “trabalho” e “mulheres”.

As análises de Michelle Perrot (2021) são elucidativas quanto às atividades femininas durante o período da Revolução Industrial, pois demonstram como “o século XIX levou a divisão de tarefas e a segregação sexual nos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro” (PERROT, 2021, p. 198). Nesse contexto, as imagens produzidas em torno das mulheres contribuíram para moldar uma visão dicotômica do masculino e do feminino: “o homem criador/a mulher conservadora, o homem revoltado/a mulher submissa etc.” (*ibidem*, p. 200). De maneira geral, são esses discursos que foram problematizados pelos estudos feministas, pois a história das mulheres, assim como a caracterização da sua natureza e das suas capacidades foram produzidas com base nestes discursos. Nesse sentido, a questão central dos argumentos feministas não era sobre se a mulher trabalhava ou não, mas sim que tipo de trabalho era destinado a elas, qual remuneração recebiam (ou não recebiam) para desempenhar esse trabalho e por que o discurso médico e jurídico as colocava em um lugar de tutelada dos homens.

A história contada pelas antifeministas segue muitas dessas *verdades* postuladas no século XIX e XX. Por exemplo, as historiadoras Christine Bard e Françoise Thébaud (2000) compararam os discursos que circularam na França durante a I Guerra Mundial (1914-1918) e depois dela, para analisar os efeitos antifeministas que este conflito gerou. Elas apontam que a

estimulação da atividade econômica feminina, sobretudo nas indústrias que alimentavam a guerra – metalurgia e química –, provocou reações que expressavam medos como da masculinização das mulheres ou que elas parassem de ter filhos. Para manter o ideal de feminilidade nesse contexto em que era necessário o uso de mão de obra feminina, eram utilizadas analogias que afirmavam que as mulheres faziam seu trabalho na metalurgia assim como faziam tricô, que alinhavam “as granadas como se fossem pérolas” (BARD e THÉBAUD, 2000, pp. 130 e 131, tradução nossa).¹¹⁹

Apesar de as feministas terem exaltado a capacidade das mulheres, que estava sendo demonstrada com sua atuação nas indústrias, e fomentado ações que visavam a formação profissional das jovens, segundo Bard e Thébaud (2000), a guerra não modificou profundamente as mentalidades nem melhorou significativamente as condições para que as mulheres trabalhassem. Elas continuaram trabalhando após o término do conflito, mas as condições do trabalho feminino seguiram uma tendência de precarização. Apesar de as mulheres terem ocupado postos de trabalho nas fábricas, dividindo esse espaço com os homens, a ideologia da domesticidade feminina se atualizava para manter a ordem do gênero. Da mesma forma, a afirmação antifeminista de que a industrialização conferiu maior tempo às mulheres, e por isso elas teriam entrado *naturalmente* no mercado de trabalho, conflita com as análises produzidas sobre o discurso que fixava o espaço doméstico como espaço feminino. Sobre esse processo no contexto brasileiro, historiadora Margareth Rago (2018, p. 591) afirma que,

De modo geral, no momento em que a industrialização absorveu várias das atividades outrora exercidas na unidade doméstica - a fabricação de tecidos, pão, manteiga, doces, vela, fósforo - desvalorizou os serviços relacionados ao lar. Ao mesmo tempo, a ideologia da maternidade foi revigorada pelo discurso masculino: ser mãe, mais do que nunca, tornou-se a principal missão da mulher no mundo em que se procurava estabelecer rígidas fronteiras entre a esfera pública, definida como essencialmente masculina, e a privada, vista como lugar natural da esposa-mãe-dona de casa e de seus filhos.

A demarcação de espaços, atividades e funções masculinas e femininas ressoou durante todo o século XX, se estendendo no século XXI. As pesquisadoras Leila Blass, Helena Hirata e Vera Soares (2011) apontam que pesquisas sobre o trabalho na virada do século indicavam a permanência do *status* de mão de obra secundária do trabalho feminino, ou seja, o homem continuava sendo considerado o principal provedor da família, ainda que essa não fosse a realidade da maioria das famílias brasileiras. Logo, as mulheres continuavam ocupando empregos mais precarizados, informais e mal pagos. A ideia de que o *trabalho* fora de casa é

¹¹⁹ “Se van a utilizar metáforas que pretendem tranquilizar, y así podemos escuchar que las mujeres hacen su trabajo en la metalurgia ‘como el tricôt’, y que enfilan los obuses ‘como si de perlas’ se tratase.”

algo inerentemente masculino ainda é constante no pensamento antifeminista brasileiro atual. Para ilustrar isto, o capítulo 2 do livro *Feminismo: perversão e subversão*, em que Campagnolo (2019) discorre sobre a primeira onda feminista, é intitulado “Inserção da mulher no universo masculino”. A insistência na ideia de que existem pré-disposições inatas a homens e mulheres reforça essa crença.

Outro ponto bastante questionável nos argumentos antifeministas é a ausência, no caso de Corrêa (2021), ou a extensão, no caso de Campagnolo (2019), de análises sobre o contexto europeu e americano ao brasileiro. Certamente algumas aproximações podem ser feitas. Por exemplo, Rago (2018, p. 585) afirma que também aqui “a fábrica é descrita como ‘antro de perdição’, ‘bordel’ ou ‘lupanar’, enquanto a trabalhadora é vista como uma figura totalmente passiva e indefesa”. A influência de teóricos ingleses e franceses também se fazia sentir, “para muitos médicos e higienistas, o trabalho feminino fora do lar levaria a desagregação da família” (*ibidem*, p. 588).

Entretanto, o processo de industrialização do Brasil possui suas peculiaridades. As primeiras indústrias brasileiras, que surgiram entre as décadas de 1840 e 1860, localizavam-se no Nordeste do país e eram sobretudo indústrias de tecido e algodão. Na virada do século XIX para o XX, o Rio de Janeiro tinha a maior concentração de operárias(os) do país, e apenas na década de 1920 São Paulo se tornou o principal polo industrial do Brasil. As mulheres e crianças eram maioria na indústria têxtil, de fiação e tecelagem, menos mecanizadas, mas estavam praticamente ausentes de setores crescentes na industrialização, como a metalurgia. Portanto, no início do processo de industrialização do Brasil, as mulheres constituíam a maioria do operariado.

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. (RAGO, 2018, p. 581).

Rago afirma que, na divisão do trabalho, as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e pior remuneradas, além de enfrentarem o constante assédio de seus superiores.

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido - pelos homens – como “naturalmente masculino.” (*ibidem*, pp. 581 e 582).

Em um país como o Brasil, em que a industrialização gerava impactos sociais e econômicos bem diferentes daqueles sentidos nos contextos europeu e americano, a ideologia

de valorização da domesticidade feminina entrava em conflito com os lucros que o setor industrial almejava.

Certamente, os homens da elite desejavam construir um mundo absolutamente dividido entre o público e o privado, mas, acima das discussões morais sobre a exploração do trabalho das mulheres, preocupavam-nos seus rendimentos econômicos. Assim, justificavam a exploração do trabalho feminino e infantil afirmando que muitas mulheres e crianças, especialmente as mais pobres, precisavam trabalhar para sobreviver e para ajudar suas famílias. (*ibidem*, p. 593).

Além disso, o recorte racial das atividades econômicas era bem marcado nas décadas que sucederam a abolição da escravidão, ocorrida apenas em 1888 no Brasil. Enquanto a grande maioria das mulheres que trabalhava nas fábricas era oriunda das imigrações europeias, as mulheres negras “continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento” (*ibidem*, p. 582). Portanto, a “transferência” de análises produzidas nos (e para) contextos europeu e americano para o Brasil ignora não apenas essas especificidades locais, mas toda uma gama de teorias que foram desenvolvidas nas ciências sociais para criticar essa prática. O próprio conceito de interseccionalidade produziu impacto nas produções acadêmicas sobre o trabalho, que cada vez mais se distanciam das análises que eram demasiadamente binárias. (BLASS, HIRATA, SOARES, 2011). A tentativa de dimensionar quem teria encontrado piores condições de trabalho com base apenas no recorte de gênero, ou seja, homens/mulheres, ignora outros marcadores da diferença, não apenas de raça, mas de classe, região, idade, entre outros.

O ponto central nos argumentos antifeministas é, portanto, a construção de uma história de “privilégios” que as mulheres teriam tido ao entrar no mercado de trabalho e na escola. Essa ideia se baseia na crença de que as mulheres teriam sido privilegiadas tanto pela *natureza*, por serem “frágeis”, quanto pela história, porque teriam acessado o trabalho remunerado apenas quando passaram a existir funções mais “leves”, e quando a tecnologia teria permitido a diminuição da carga de trabalho doméstico. A análise antifeminista ignora os impactos que a ideologia da domesticidade feminina causou ao acesso e à vivência das mulheres com relação ao trabalho, tomando as premissas dessa ideologia como *naturais*. Também a natureza é evocada para justificar outras desigualdades, por isso, na segunda parte deste texto procuro explorar outras formas em que a natureza estaria a influenciar nas áreas da educação e do trabalho.

4.2.2. Tendências *inatas* e desigualdade de gênero

Segundo a perspectiva antifeminista, homens e mulheres teriam predisposições ou tendências *inatas* de personalidade que as(os) impulsionaria a escolher determinadas áreas profissionais e agir de maneiras distintas em relação aos estudos e ao trabalho. Essas tendências *naturais* explicariam as “escolhas” feitas por mulheres e homens as desigualdades em relação ao mundo do trabalho. Tais argumentos estão presentes principalmente no primeiro e segundo capítulo do livro *Feminismo: perversão e subversão* (2019), nos quais Campagnolo discute o profeminismo e a primeira onda feminista; no primeiro capítulo de *Guia de bolso contra as mentiras feministas*, “As mulheres são sempre oprimidas e os homens, sempre privilegiados”, escrito por Campagnolo e Catharine Caldeira (2021); e no nono capítulo do mesmo livro, “Mulheres ganham menos que homens fazendo o mesmo trabalho”, escrito por Campagnolo e David Amato (2021).

Neste subcapítulo, os argumentos antifeministas são analisados seguindo a construção da ideia de que há uma *natureza* a influir no campo das escolhas profissionais. A primeira tendência *inata* das mulheres passa pela relação que elas teriam com o trabalho e com o dinheiro, na medida em que a perspectiva antifeminista assume que as mulheres se atraem pelo dinheiro (e não pelo trabalho) e gastam com coisas “fúteis”. A segunda tendência *inata* é um desdobramento da primeira, pois, pelo fato de buscarem o dinheiro, as mulheres supostamente escolheriam áreas de trabalho mais “fáceis”, assim como teriam uma tendência a desistir quando maiores dificuldades surgem. Isso, somado à ênfase dada à suposta *natureza* criadora, competitiva e agressiva dos homens, explicaria as desigualdades salariais no mercado de trabalho. Por fim, a “real” vocação de cada pessoa é evocada para justificar papéis sociais baseados no gênero, justificativa que apela para uma idílica complementaridade entre homens e mulheres.

Para compreender a forma como Campagnolo apresenta a relação das mulheres com o dinheiro, precisamos retomar o argumento exposto no tópico anterior, de que o trabalho é algo ruim, penoso, semelhante a uma tortura. Partindo dessa premissa, a antifeminista questiona o desejo das mulheres por trabalhar fora de casa. “Em casa, a mulher cumpre todas as etapas de um trabalho pleno e ainda recebe o título de ‘dona’. É difícil entender como uma mulher poderia preferir qualquer trabalho assalariado, seriado e mal pago”. (CAMPAGNOLO, 2029, p. 131). Para a maioria das mulheres, então, segundo a antifeminista, é melhor cuidar da casa do que trabalhar fora. Porém, o discurso feminista as convencem a sair da sua função doméstica: “A

maioria das mulheres trabalhará algumas décadas aguardando ansiosamente uma aposentadoria insuficiente para poder, finalmente, voltar para casa de onde foi convencida a sair” (*ibidem*, p. 132).

As mulheres, portanto, estariam sendo iludidas pelos discursos feministas, sendo atraídas não pelo exercício do trabalho, pelo prazer em trabalhar, mas sim pela busca de dinheiro e poder.

[...] não é incomum ouvirmos as feministas clamarem pela inserção da mulher no *mercado de trabalho* como um “direito”. Primeiramente, convém lembrar que antes do “mercado”, houve o “trabalho” somente. Se, por um lado, o termo “mercado” é deslumbrante e causa um certo fascínio nos amantes do dinheiro, por outro, o termo “trabalho” não tem tantos entusiastas. (CAMPAGNOLO, 2019, pp. 109 e 110, grifos da autora).

[...] todas as vezes que as feministas falam em desigualdade no trabalho elas estão objetivamente se referindo ao *salário* ou ao *mercado* e não especificamente ao *trabalho*. (*ibidem*, p. 114, grifos da autora).

A “verdade” construída é que as mulheres, quando desejam um trabalho remunerado fora do lar, são movidas pela ganância, se deixam atrair pelo dinheiro.¹²⁰ Para reforçar esse argumento, a “prova” seria que as mulheres ficariam *sempre* com trabalhos mais leves, menos sujos ou arriscados.

Os homens também são maioria na construção civil mais arriscada, no tratamento de esgoto, no serviço de coleta de lixo, nos exércitos, nos campos militares, nos empregos de risco como segurança privada ou nos trabalhos mais sujos como a compostagem. Não vemos muitas feministas fazendo perguntas sobre isso, especificamente porque trabalhar não é o foco, mas sim receber. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 115).

Há uma ênfase em trabalhos pesados, desagradáveis e até mesmo desvalorizados, que seriam *sempre* desempenhados pelos homens.¹²¹ A régua que mede quais são os “piores” trabalhos parece ser construída sobre os critérios de uso de força física, exposição ao risco e a sujeira. Essa é uma lógica própria, que está longe da realidade do mercado de trabalho atual,

¹²⁰Campagnolo (2019, p. 125) aponta em seu texto que existem casos em que a necessidade impulsiona as mulheres ao trabalho: “É comum ouvirmos que a pobreza justifica a permanência dos dois cônjuges no mercado de trabalho, e realmente é o que temos visto em muitos casos. Casais pobres com filhos pequenos para sustentar não pensam muito sobre qualidade de vida, tem outras preocupações mais urgentes. Essas preocupações os obrigam a trabalhar, e trabalhar muito. Mas existem muitas famílias de classe média e alta que podem meditar mais sobre bem-estar do que sobre boletos vencidos.”

¹²¹ Existe um outro argumento explorado por Campagnolo que parece contradizer a afirmativa de que o trabalho pesado e arriscado é próprio à natureza masculina. Citando o livro *O homem domado*, da argentina Esther Vilar, Campagnolo (2019, p. 333) sugere que “Para manter o homem trabalhando, as mulheres realizaram, por milênios, um composto simbólico quase inconsciente. Denominaram de ‘masculinas’ as qualidades ligadas ao trabalho sujo e pesado: ser forte, ser ágil, ser determinado e competitivo, ser resiliente, altruísta e generoso. Denomina de ‘femininas’ todas as outras qualidades que não servem para muita coisa além de delicadezas e caprichos”. Nessa perspectiva, a relação dos homens com o trabalho “pesado” e “sujo” teria sido elaborado pelas mulheres, “quase inconscientemente”, como estratégia para se manterem protegidas e “favorecidas”.

principalmente porque esses critérios são demasiadamente subjetivos.¹²² Além disso, na história construída pelas antifeministas, os homens trabalhavam, mas as mulheres *sempre* tiveram o controle sobre o dinheiro *deles*.

Esse fenômeno – do controle feminino sobre os rendimentos masculinos – aconteceu tanto no campo quanto nas cidades. [...] A literatura cita e elogia, desde o tempo dos romanos, mulheres que usavam de parcimônia para controlar o dinheiro da família. O que significa que elas mandavam nos recursos.

A maior parte do rendimento dos operários acabava nas mãos das mulheres, que cuidavam de quase todos os gastos, inclusive alimentação, vestuário, aluguel e seguro. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 114).

Ainda que tamanha generalização sobre os rendimentos das famílias pudesse ser feita, a afirmação de que as mulheres tinham o controle sobre o dinheiro da família sugere que elas tinham autonomia para gastar consigo ou com futilidades, seguindo a lógica de que, se elas controlavam o dinheiro, podiam gastar com o que desejassem. A historiadora Michelle Perrot, ao escrever sobre a “mulher popular” francesa do século XIX, apontou casos em que as donas de casa tinham a gerência do salário dos seus maridos operários. Sobre as “armadilhas do salário familiar”, a historiadora afirma que “este lhes impõe encargos, preocupações e mesmo privações: empenhando-se em equilibrar receitas e despesas, a mãe de família – é clássico – diminui a sua parte. [...] Administrar a miséria é, antes de tudo, sacrificar-se” (PERROT, 2021, p. 204). Perrot aponta que apesar disso, essa também é a base do poder das donas de casa. Assim, uma análise histórica sobre a gerência dos gastos domésticos é mais complexa do que afirmar que “elas mandavam nos recursos”.

As generalizações antifeministas acerca da relação entre as mulheres e o dinheiro ecoam um temor que não é algo novo na história. Margareth Rago (2018, p. 592) afirma que nas primeiras décadas do século XX “os membros do Apostolado Positivista do Brasil entendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro – um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário à sua natureza”. Perrot (2021) também ressalta que a construção da imagem das mulheres no século XIX oscilava entre um polo positivo (maternal, benéfico) e outro negativo (sedutor, maléfico), sendo que quanto mais próximas as mulheres estivessem de atividades consideradas masculinas, mais gananciosas, egoístas, sedentas de poder elas seriam.

¹²² Critérios mais objetivos e atuais, como o potencial de incremento financeiro, qualidade do ambiente de trabalho, taxa de competitividade, demanda da mão de obra no mercado, apontam conclusões que diferem dos dados apresentados por Campagnolo. Por exemplo, uma pesquisa realizada pelo site Adzuna em 2013 analisou duas mil profissões no Brasil e, baseados em critérios como estes, concluiu que profissionais da área de Engenharia e TI estão entre as “melhores” profissões. Já entre as que ocupam as “piores” posições, estão motorista de ônibus, entregadora(or), assistente de cozinha, jornalista, policial, vendedora(or) e empregada(o) doméstico, nesta ordem. Fonte da pesquisa: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/os-melhores-e-piores-empregos-do-brasil/>> Acesso em 14 abr. 2021.

Essa visão do trabalho e do dinheiro como algo masculino é presente no antifeminismo, pois há uma representação caricata da relação entre as mulheres e o dinheiro.

A ideia de que as mulheres querem o dinheiro (e não o trabalho), ou que elas controlam (ou gastam) o dinheiro dos seus maridos, se desdobra em outro estereótipo feminino, aquele em que as mulheres teriam uma tendência *natural* a serem fúteis e narcisistas, pois gastariam muito dinheiro e tempo com a sua própria aparência ou outras coisas “irrelevantes”. Segundo Campagnolo, os esforços feministas para modificar esse quadro através da educação foram fracassados.

Estudar mais ou estudar com os meninos não mudou a essência feminina quanto às preferências de trabalho e pesquisa, como imaginava Mary Wollstonecraft. Tampouco, como demonstrei anteriormente modificou a área de concentração das futilidades femininas: aparência, moda, roupas, sapatos, cabelos e maquiagens. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 55, grifos da autora).

Para *comprovar* esse argumento, Campagnolo cita dados que mostram que as mulheres gastam quase o dobro do que os homens, com a aparência. Uma pesquisa sobre a “futilidade das resoluções de ano novo das meninas durante o século XX” também é citada (CAMPAGNOLO, 2019, p. 71). Uma análise um pouco menos tendenciosa sobre os gastos com a aparência poderia questionar quem são essas mulheres? Qual é a faixa etária, a cor, a renda, a região do país em que elas estão? Ainda que essas perguntas fossem irrelevantes e pudéssemos generalizar, supondo que as mulheres gastassem mais com a aparência, poderíamos questionar: em que os homens gastam? De qualquer forma, discutir a questão do consumo passaria pela necessidade de aprofundar essa prática dentro do sistema capitalista em que estamos inseridas(os), pensar sobre o valor que a sociedade confere a certos bens e como isso pode estar relacionado com o ideal de gênero. Sem contextualização, as informações selecionadas por Campagnolo reforçam um estereótipo e levam a(o) leitora(or) a confirmar essa premissa com base na sua própria percepção: “poderia citar inúmeras outras pesquisas, mas certamente o leitor está ciente da situação que aqui descrevo”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 73).

Na perspectiva antifeminista, são fatores como estes, relacionados à *natureza*, que justificariam as desigualdades salariais. Primeiro, as “escolhas” feitas pelas mulheres são, segundo Campagnolo, reflexo desta *natureza*: “[elas] continuam, mesmo com total liberdade, optando por cursos e empregos que pagam menos”. As mulheres tenderiam a escolher áreas mais fáceis de estudo e trabalho. As “áreas de conhecimento ou especialidades consideradas mais fáceis”, segundo Campagnolo e Caldeira (2021) são as áreas das humanidades e da saúde, já as áreas mais “difíceis” são as das ciências exatas e tecnologia. Mais uma vez a lógica ajuda a compreender o argumento: “não à toa, as áreas de preferência masculina são chamadas de

ciências duras” (CAMPAGNOLO; CALDEIRA, 2021, p. 19).¹²³ Para as antifeministas, as mulheres “escolhem” o caminho mais fácil e ainda assim, se maiores dificuldades surgirem, elas têm uma “tendência” a desistir dos estudos ou da carreira.

As mulheres escolhem humanidades e ciências sociais porque essas áreas são, em princípio, consideradas fáceis. Conforme a dificuldade aumenta, com frequência elas desistem, se não durante o curso, mais tarde ao tentar prosseguir na vida acadêmica. As restantes tendem a entrar em guetos femininos, como faculdades comunitárias, estudos de gênero e outros departamentos em que as mulheres são maioria entre os funcionários e os alunos [...]. A incapacidade ou a falta de disposição das mulheres de competir com os homens pode explicar por que, mesmo nas cinco faculdades norte-americanas totalmente femininas, a maioria dos professores é do sexo masculino. (CREVELD, 2013, p. 104, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 60).

Há uma insistência no estereótipo de gênero que afirma que as mulheres *têm* uma *natureza* frágil e pouco competitiva, enquanto os homens *têm* uma *natureza* ativa e inovadora, que os confere uma capacidade para lidar melhor com as adversidades e obter maior sucesso profissional. “Por uma série de fatores, inclusive biológicos, os homens se apresentam mais dispostos à competitividade e agressividade profissional” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 122 e 123). A historiadora chega a apresentar hipóteses para explicar a *naturalidade* com que os homens atingem o sucesso, concordando com o psicólogo canadense Jordan B. Peterson, quando este afirma que “os seres humanos do sexo masculino são geralmente mais competitivos e agressivos e isso pode ter relação com disparidades hormonais entre os sexos – como as cargas de testosterona” (*ibidem*, p. 60). Outra possível explicação, de acordo com a antifeminista, é “o brusco rompimento com a mãe durante a tenra infância”, que supostamente tornaria os meninos “mais interessados em situações desafiadoras e mais receptivos às dificuldades” (*ibidem*, p. 60-61). Esses são estereótipos de gênero que há muito são contestados, pois se baseiam em premissas generalistas, como aquelas que assumem que a influência dos hormônios sobre os órgãos genitais pode ser estendida ao cérebro. (LESKO; McCALL, 2014).

Essa suposta disparidade *natural*, imposta pela biologia, se soma à economia de mercado capitalista em que estamos inseridas(os) a fim de justificar as desigualdades salariais entre homens e mulheres. “Pode parecer injusto num primeiro olhar, mas a realidade é que os salários são oferecidos com base em resultado e produção”. (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 107). São diversas as razões que, na perspectiva antifeminista, fazem com que as mulheres

¹²³ O termo ciências “duras” deriva do inglês *hard sciences*, que seriam as ciências exatas (por exemplo: química e física), em oposição às chamadas *soft sciences*, que seriam as ciências humanas (por exemplo: sociologia, filosofia, antropologia). Os termos foram cunhados para se referir ao grau de objetividade e exatidão de uma área de conhecimento. Os termos já foram criticados por pesquisadores que apontaram que esta terminologia pode levar à interpretação vulgar de “*hard*” como difícil e “*soft*” como fácil. Críticas mais complexas ao ideal de objetividade nas ciências foram feitas por Donna Haraway (1995), no texto “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, publicado originalmente em 1988.

produzam menos. Algumas delas estão explícitas nos argumentos que explicariam as estatísticas, indicadoras de que as mulheres ganham menos do que os homens:

(1) mais mulheres do que homens **trabalham a tempo parcial** e o trabalho a tempo parcial tem de a pagar menos do que o trabalho a tempo integral; (2) mais mulheres do que homens **preferem dar mais atenção à qualidade de vida do que ao dinheiro**; (3) mais homens do que mulheres escolhem profissões perigosas e fisicamente extenuantes; (4) mais mulheres **deixam a força de trabalho para cuidar dos filhos** e isso desempata as condições igualitárias de carreira; (5) **somente mulheres engravidam**; (6) a disparidade salarial concentra-se nos salários anuais brutos; (7) a remuneração total é mais precisa do que os salários brutos, pois as mulheres **preferem receber uma parte maior de sua remuneração na forma de seguro saúde e outros benefícios adicionais (como pensões)**. (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 113, grifos meus).

Os argumentos são enfileirados misturando natureza e mercado, em uma sintonia que pode passar impressões contraditórias. Por exemplo, se por um lado parece injusto que mulheres tenham que abdicar de suas carreiras ao engravidar e, depois, para cuidar dos filhos, por outro lado, elas estariam ganhando em qualidade de vida. De qualquer forma, a narrativa antifeminista assegura que os homens chegam a um “patamar intelectual” superior, pois são impulsionados pela sua natureza e por sacrifícios que as mulheres não estariam dispostas a passar. Isso os impelem a ocupar “a maior parte dos altos cargos conquistados por mérito ou produção” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 60). “Estatisticamente, a maioria das mulheres não leva a vida exigida para se chegar aos cargos mais bem remunerados ou de maior influência” (*ibidem*, p. 122).¹²⁴

Portanto, na perspectiva antifeminista, as desigualdades salariais não têm a ver com “machismo”. Campagnolo reconhece que pode haver “excepcionais casos de preconceito”, mas isso, segundo a autora, ocorre contra “todo tipo de gente”. A crença de que existe um “sistema opressivo e discriminatório” seria o resultado da “indústria midiática de queixas”, da “onda de denunciamentos fajutos”, promovida pelo feminismo. O “denunciamento” é, na narrativa antifeminista, injustificado, pois as mulheres gozariam de privilégios que os homens não têm

¹²⁴ Há um ponto de divergência neste argumento em diferentes textos do *Guia de bolso contra mentiras feministas*. Para Campagnolo (2019) e Campagnolo e Amato (2021), a maioria das mulheres não são capazes de competir com os homens, em decorrência da sua *natural* constituição física, personalidade e predisposições, logo, poderíamos pensar que no sistema capitalista, elas estão em desvantagem. Porém, Corrêa (2021) defende que o capitalismo é melhor para as mulheres, pois é nele que as mulheres mais crescem profissionalmente. Corrêa faz essa defesa para argumentar contra o comunismo: “Mesmo com todas as vantagens do regime de trabalho dentro do sistema capitalista, ainda hoje dificilmente um coletivo político formado por mulheres feministas irá defendê-lo. Elas seguem na defesa de um regime de trabalho socialista ou comunista, rejeitando completamente o livre mercado. O feminismo prega liberdade, mas defende a servidão. Na verdade, no decorrer da história a maior luta do movimento feminista foi para que o trabalho feminino fosse subserviente ao Estado, e servisse como um meio de afastar a mulher da sua família, visando a destruição do sistema capitalista. (CORRÊA, 2021, pp. 102 e 103).

para “compensar” a desigualdade salarial.¹²⁵ Por isso, “denunciar e reclamar sem parar é parte da mentalidade feminina formada após anos e anos de propaganda feminista” (*ibidem*, p. 115, 119). Citando a americana Phyllis Schlafly, Campagnolo afirma que este é um “trabalho insidioso” das chamadas “feministas de elite”. “Essas profissionais – advogadas, jornalistas, escritoras, professoras ou atrizes – são furtivas, inescrupulosas e capazes de qualquer tipo de desonestidade ou distorção que possam favorecer a adesão das mulheres ao movimento feminista.” (*ibidem*, pp. 115, 116).

A afirmativa de que as denúncias em torno de preconceitos por causa do gênero ou de assédio são influenciadas por discursos feministas ignora toda uma área de estudos no campo das ciências humanas e das ciências jurídicas, que há anos avançam na tipificação e discussão sobre esses tipos de violências sofridas, especificamente no ambiente de trabalho, pelas mulheres. Da mesma forma, a análise sobre as desigualdades salariais entre homens e mulheres é um tema estudado e debatido em diferentes áreas. Em um contexto econômico complexo como o que estamos inseridos, as análises que apresentam recortes por áreas ou profissões, investigando em quais delas as mulheres permanecem com remuneração média inferior às dos homens, podem oferecer caminhos para compreensão das relações entre gênero e desigualdades salariais. (MADALOZZO; ARTES, 2017). A afirmativa antifeminista de que as mulheres são, elas próprias, responsáveis pelo fato de receberem uma remuneração menor desempenhando o mesmo tipo de trabalho que homens, desconsidera os diversos marcadores da diferença que influem no mercado, não apenas gênero, mas também raça, idade, classe, região, entre outros.

Depois das sequentes afirmativas que sugerem uma inferioridade *natural* das mulheres, Campagnolo parece perceber um incômodo e para afastar-se dele reitera que não está se referindo a todas as mulheres, pois há exceções. “Não pretendo demonstrar que *todas* as mulheres são incapazes de chegar ao mesmo patamar intelectual dos homens. [...] Obviamente, é uma generalização que tem suas exceções”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 60, grifos da autora). As exceções citadas são algumas mulheres religiosas como Hildegarda de Bingen (1098-1179), Santa Catarina de Siena (1347-1380), Isabel Bourbon e Bragança (1846-1921), e, obviamente, a própria Campagnolo.

Não pretendo com isso insinuar que as mulheres não devam desejar ou receber a melhor educação possível, tanto formal quanto moral e espiritual. Afinal, este livro

¹²⁵ “Pode-se considerar que a política previdenciária brasileira tem um desenho pró-mulher, já que o sexo feminino, em média, contribui por menos período e passa mais tempo na situação de beneficiário, seja como aposentadas ou pensionistas. Ou seja, de certa forma, a maior cobertura feminina e os maiores benefícios (por exemplo, a acumulação de benefícios de aposentadoria e pensão) compensam, pelo menos em parte, as diferenças salariais no mercado de trabalho”. (BLAY, 2017, p. 33 *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 119).

que o leitor tem em mãos só é possível porque alguém ma [sic] providenciou e eu abracei as oportunidades que me fizeram chegar até aqui. (*ibidem*, p. 61).

A afirmação de que as mulheres devem seguir sua “real vocação” também pretende amenizar o argumento da incapacidade/inferioridade feminina. “Tanto para os cristãos quanto para os conservadores, a plenitude da mulher depende exclusivamente do seu sucesso em cumprir sua real vocação, seja ela o casamento ou não.” (*ibidem*, p. 310). A autora oferece alguns exemplos de mulheres que tinham uma vocação diferente do matrimônio. A rainha Elizabeth I (1533-1603) teve uma vocação “solitária e política”; a escritora Simone Weil (1909-1943) permaneceu solteira e traçou “uma vida intelectual muito rica”; a “compositora, naturalista, médica e escritora” Hildegarda de Bingen (1098-1179) teve “uma vida feliz seguindo uma vocação religiosa”; e por fim Joana D’Arc (1412-1431) mostrou que “pode-se escolher também a guerra”. (*loc. cit.*). No entantano, essas não são “vocações” da *maioria* das mulheres.

Quando os conservadores dizem que as mulheres devem cumprir sua função no lar e na sociedade como esposas e mães, é considerando que essa é sim a vocação da maioria das mulheres que estão sendo ludibriadas por um discurso de vida fácil, fajuta e promíscua oferecido pelos coletivos feministas. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 311).

A função que, na perspectiva antifeminista, *deve* ser desempenhada pela *maioria* das mulheres seria fundamental para um idílico equilíbrio entre os gêneros, que se concretizaria no casamento e na família. A desordem dessa estrutura, a família, estaria, portanto, nas mãos das mulheres.

Quando os dois cônjuges são carreiristas – muito ocupados com seu sucesso profissional –, começam a preocupar-se cada vez mais com sua vida fora de casa e tendem a deixar de ver a relação entre si como prioridade. Se nenhum dos dois está empenhado em fazer do casamento uma prioridade, é de se esperar que logo se cansem da dupla jornada e comecem a ver o casamento como apenas um gerador de problemas e responsabilidades. Quando a vida dos dois cônjuges parece estar sendo dificultada ou limitada pelo enlace matrimonial, o divórcio se torna uma idéia [sic] atraente. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 98).

A ideia de que as mulheres que decidem se dedicar às suas carreiras estariam provocando uma desordem no sistema de gênero aparece em diferentes momentos nas fontes analisadas. O trabalho fora de casa, o sucesso profissional e financeiro aparecem como algo masculino, e, portanto, não *devem* ser prioridades para as mulheres. Isso seria uma inversão da ordem do sistema de gênero.

Mas não são todas as mulheres que ganham menos do que os homens. *Aquelas mulheres que vivem como se fossem homens* – que pensam muito em trabalho e dinheiro – *acabam recebendo os altos salários* que as feministas alegam que os homens sempre tiveram. (CAMPAGNOLO e AMATO, 2021, p. 110).

As feministas seriam aquelas que, na narrativa antifeminista, plantaram a semente da desordem dos gêneros, “bagunçando” os papéis e gerando consequências terríveis. Cada um sabia qual era seu lugar no mundo, quais eram suas funções e todas(os) conviviam em uma fantasiosa harmonia.

O lar sempre foi o lugar onde as mulheres imperam, mandam e controlam com facilidade e mais destreza do que os homens. Até o início dos anos 1900, as mulheres tinham consciência disso. Infelizmente, chegamos ao ponto em que as mulheres desistiram da guerra dos sexos e, em vez de continuarem sustentando que seu universo doméstico é infinitamente superior às bebedeiras e parolas micropolíticas inúteis que os homens faziam em *pubs* e praças, elas quiseram ingressar nesse mundo. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 133)

Elas quiseram ingressar nesse mundo, elas passaram uma fronteira estabelecida há milênios (segundo a análise antifeminista, desde a Pré-História), gerando uma desordem tamanha na cosmologia do universo e o fim da civilização ocidental, pelos quais o feminismo é responsabilizado. No próximo capítulo veremos como algumas dessas consequências anunciadas podem ser percebidas na escola, local que é apontado pelas antifeministas como o *locus* da “revolução” feminista.

4.3. Ataques contra a escola e propostas para uma educação baseada no gênero

As instituições educacionais são a maior arma do movimento feminista e suas teóricas perceberam isso muito cedo, ainda no séc. XVIII. Desde então, têm maquinado métodos de inculcar todos os seus interesses por esses meios. O desprezo à domesticidade e à maternidade, a inveja dos vícios masculinos de promiscuidade sexual, a propaganda da licenciosidade e do aborto, a desconstrução das identidades masculina e feminina e o ódio ao que sustém a cultura ocidental só se fizeram tão populares por causa da atuação de “educadores” que usurparam o papel da família e da comunidade religiosa. (CAMPAGNOLO, 2019, pp. 364 e 365).

Estas palavras de Ana Caroline Campagnolo estão expostas no último tópico do seu livro *Feminismo: perversão e subversão* (2019). A autora explica que começou e encerrou seu livro falando sobre educação para reforçar a importância dessa pauta. Neste parágrafo aparecem quase todos os elementos centrais na narrativa antifeminista, conectados pelos pontos: educação, família e religião. A narrativa antifeminista afirma que as escolas foram controladas pelas feministas, que passaram a difundir valores opostos aos da “família” e conseqüentemente, da religião cristã. Portanto, disputar esse espaço – não só o espaço da escola, mas também a tarefa de “educar” os filhos – seria central para uma retomada dos valores conservadores e cristãos.

Este subcapítulo procura abordar a questão da educação através de duas estratégias das narrativas antifeministas. Primeiramente, o ataque à escola pública, universal, laica e mista. Em segundo, as propostas defendidas para uma educação que “respeitasse” as supostas diferenças *naturais* entre os gêneros. Com relação aos ataques às escolas, é relevante os discursos que apontam para os “perigos” da feminização da sociedade. Esses discursos são acompanhados de lesbofobia, homofobia e transfobia. Já as propostas são baseadas em uma defesa sutil do *homeschooling* e uma defesa ampla da educação *single-sex*. Começemos pelas narrativas que alertam para os “perigos” da feminização da sociedade, pois eles estão na base dos discursos contra a coeducação.¹²⁶ (LESKO, MCCALL, 2014).

Para o antifeminismo, a “ideologia” feminista trouxe consequências que afetam todos os níveis de vida das pessoas e da sociedade. Campagnolo discorre sobre os impactos da “feminização” da sociedade em parte do segundo capítulo do livro *Feminismo: perversão e subversão*, baseando-se no livro *O primeiro sexo*, de Eric Zemmour (2009), no qual o autor aponta “os impactos sociais pelos quais tem passado a civilização ocidental – outrora tão pujante, tão intensa e viril – por causa da queda dos valores masculinos” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 167).

Os “valores” femininos estariam se espalhando na política, “assim, prefere-se a paz à guerra, o diálogo à autoridade, a tolerância à violência, a precaução ao risco” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 168); na estética, “o homem de hoje em dia, diz Zemmour, se depila, passa creme, faz a sobrancelha; enfim, busca a todo custo atingir o ideal feminino” (*loc. cit.*); no comportamento, através da “internalização dos comportamentos femininos nos jovens rapazes”, que, devido ao medo de serem tachados de “machistas”, são reprimidos, envergonhando-se “de si mesmos, de sua masculinidade”. A culpa por essas transformações, surpreendentemente, é depositada no capitalismo, na transformação de uma sociedade industrializada, na qual “as virtudes masculinas eram requeridas”, para uma sociedade de consumo, na qual “é a mulher, a sua maior consumidora” (*ibidem*, p. 168, 169).

Para a narrativa antifeminista, a dificuldade crescente no discernimento do que seria “masculino” e “feminino” acarreta problemas na manutenção da “ordem” do gênero e isso teria relação direta com a cultura do consumo. Duas passagens ilustram essa preocupação, a primeira sobre androginia, a segunda, sobre o homem *gay*.

Nesse sentido, destaca-se um fato muito curioso entre os adolescentes: os meninos e as meninas são indiscerníveis. Ambos usam camisa e calça *jeans*, cabelos curtos, têm jeitos similares, agem similarmente. Chamou-lhes andróginos, indiferenciáveis, não

¹²⁶ O termo “coeducação” é um sinônimo de escola mista. Seu uso ressalta a preocupação não apenas com o acesso à escola, mas uma educação igualitária e de qualidade para ambos os sexos. (CARRA, 2019).

havendo nenhum pendor para que se singularizem ou se complementem. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 169).

[...] o cidadão perfeito do capitalismo contemporâneo é o homossexual - mas não a mulher lésbica, o *homem* homossexual. Nele, combinam-se as mais desejáveis qualidades: capacidade de produção do homem associada à vontade de consumo feminina, temperada ainda mais pela impossibilidade de procriação, o que lhes permite consumir ainda mais, dado que a criação das crianças demanda uma quantidade enorme de recursos financeiros. (*loc. cit.*).

Contudo, apesar de, neste trecho, apenas “o homossexual” ser apontado como um vértice da feminização da sociedade, outras identidades de gênero que não se conformam ao binarismo também estariam contribuindo para a suposta disfuncionalidade da sociedade em que vivemos. Não pelo eixo do consumo, mas pelo individualismo, responsável pelo hábito das pessoas em colocar seus “desejos” acima de uma “ordem” social e até mesmo divina. Quando se refere ao “padrão lésbico” discutido por Monique Wittig, Campagnolo (2019, pp. 240, 243) afirma que, segundo as feministas,

A única saída para as mulheres - que só o são por construção social, portanto, e não essencialmente - é rejeitar tanto quanto for possível tudo que lhe foi atribuído por feminilidade, como, por exemplo, a gravidez. [...]

Somente as lésbicas rejeitam o pacote de servidão oferecido pelos homens; elas recusam a determinação de uma residência fixa, os trabalhos domésticos, os deveres conjugais, a criação dos filhos etc.

Quanto à transexualidade, a ideia de negação da função social baseada no gênero também é presente.

Não se conformam que suas vontades não consigam modificar imediatamente seu corpo e sexo, e por isso mesmo, concluem que a natureza só pode ser má e a vontade boa. A divindade do ideólogo de gênero é seu próprio ego, seus caprichos e suas vontades. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 280).

O capitalismo aparece como um sistema que deu vazão aos desejos “individuais”, encontrando valores “femininos” como o consumo, a superficialidade, o egoísmo. Mas a crítica ao capitalismo parece estar centrada não no sistema econômico em si, já que não há apontamentos sobre alternativas sistêmicas para este “problema”, mas à forma como a política é conduzida e a sociedade governada. A “solução” ou a “recuperação” da sociedade passariam pela autoridade, pelo retorno dos valores masculinos.

A *feminização da sociedade* acompanha *pari passu* a total perda de direção geral e de autoridade, porque os responsáveis por esse guiamento já não se colocam enquanto tais, absorvendo e aceitando ordens dos que deveriam ser comandados. (*ibidem*, p. 168, grifos da autora).

Segundo a narrativa antifeminista, a “feminização” da sociedade seria causada e produziria efeitos também dentro dos lares e das escolas. Nesse ponto, baseada nos escritos de

Warren Farrel,¹²⁷ Campagnolo (2019, p. 346) afirma que “da ausência paterna decorrem graves problemas: homicídios, suicídios, tiroteios em escolas, altos índices de depressão e embotamento da população carcerária”. O feminismo teria relação com a ausência paterna ao incentivar a “libertinagem” sexual e o divórcio. O problema nas escolas é praticamente uma extensão do que estaria acontecendo nos lares que sofrem com a ausência do “pai”, pois “além de os meninos serem privados da presença masculina em casa, eles também têm pouquíssimos professores homens na escola” (*ibidem*, p. 345). Campagnolo chega a apontar que os meninos têm níveis de escolaridade inferior às meninas “em todas as 70 maiores nações desenvolvidas”, e o que explicaria essa “defasagem” seria a “acachapante tendência ao divórcio” (*loc. cit.*).

Há neste argumento uma defesa de um modo de vida e de governo em que a autoridade do “pai”, catalizadora dos “valores” masculinos como virilidade e a agressividade, é vista como solução para diferentes problemas sociais. A narrativa é aparentemente simples e oferece soluções igualmente simples para problemas extremamente mais complexos do que aparentam ser. Por exemplo, a causa do aumento da população carcerária passa a ser o divórcio e a falta da figura do “pai” em casa, não a lentidão do sistema judiciário, a desigualdade social, o racismo ou a própria concepção de justiça que sustenta esse sistema. Logo, nesse pensamento prevalece a crença de que a restauração de uma autoridade paterna perdida, tanto nos lares quanto na política, seria a solução para os mais diversos problemas sociais.

A chamada “feminização” da sociedade seria uma consequência do feminismo, pois as feministas seriam aquelas que subverteram a ordem outrora imposta pela autoridade do “pai” na família, na política, na religião. Nesse sentido, ao defender que meninas e meninos estudassem juntos, os “valores” atrelados a cada gênero teriam começado a se confundir. Segundo Nancy Lesko e Stephanie D. McCall (2014, p. 169) – que analisaram argumentos favoráveis à educação segregada por sexo nos Estados Unidos – desde seus primórdios as escolas mistas receberam críticas que ressoavam o medo da feminização da sociedade. “Os primeiros críticos da coeducação preocupavam-se com a influência das professoras e das alunas sobre a masculinidade dos meninos”, e, na virada do século XIX para o XX, as principais questões acerca das escolas mistas eram:

Primeiro, as professoras, bem como a leitura e a escrita, ‘feminilizariam’ os meninos em tenra idade? Segundo, o estudo acadêmico rigoroso prejudicaria a fertilidade das garotas? Em terceiro lugar, seria desperdício de recursos educar as meninas para além de seus futuros papéis de esposa e mãe? (LESKO; MCCALL, 2014, p. 170).

¹²⁷Campagnolo (2019) cita o livro *The myth of male power* (1993), de Warren Farrel, como referência, mas as citações utilizadas no texto da antifeminista sobre esse tema são de Creveld, em *Sexo privilegiado* (2004).

A luta das primeiras feministas por uma educação mais igualitária, na perspectiva antifeminista, indica que as escolas seriam a “arma” utilizada desde então.

O primeiro tópico a respeito do qual é possível encontrar alguma concordância, ainda que muito sutil, entre o feminismo de hoje e o texto de Wollstonecraft, é a defesa da “escolarização universal” e a escola como meio de reengenharia social. O segundo tópico é a premissa de que a predisposição de cada sexo não passa de consequência da educação diferenciada oferecida a meninos e meninas. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 51).

Independentemente do objetivo que pretendiam alcançar com a educação pública, o grande erro dos iluministas como Wollstonecraft e de seus contemporâneos, nos séculos XVIII e XIX, é que cultivavam uma espécie de esperança desmedida no progresso e na universalização da instrução. Acreditavam que a ciência, a liberdade política e a democratização do ensino poderiam resolver os problemas sociais e encaminhar a humanidade para uma era harmônica e mais feliz. Nesse aspecto, Mary Wollstonecraft partilha a utopia de qualquer revolucionário. (*ibidem*, p. 53)

A universalização do ensino público, misto, laico e a sua obrigatoriedade, é considerada uma “utopia” revolucionária, um “plano” que teria sido lapidado ao longo do tempo. A “sutileza” apontada por Campagnolo nos escritos de Wollstonecraft teria sido abandonada desde que feminismo e comunismo se encontraram, pois a partir daí a educação teria sido utilizada em prol dos objetivos feministas. Campagnolo (2019, pp. 316, 327) afirma que

Alexandra Kollontai, que participou ativamente da implantação do comunismo na Rússia, entregou com detalhes o plano dos marxistas quanto à instrumentalização da escola. [...]
Desde Aleksandra Kollontai até Judith Butler se tem proposto que a escola seja a arma do movimento feminista na guerra cultural.

Na lógica antifeminista, se as crianças estão na escola significa que estão separadas de suas mães, sendo educadas pelo Estado. A escola é, nessa perspectiva, uma ferramenta de controle do Estado, e por consequência, de modificação do “gênero”, um lugar onde se corrompem os valores da família e da religião cristã e crianças e adolescentes são cooptadas(os) por esquerdistas e feministas. “A instrução pública e mista das crianças revela-se uma estratégia primeiramente revolucionária e especificamente feminista” (*ibidem*, p. 54). É por isso que, segundo a autora, “não há uma única candidata feminista que se apresente nos pleitos eleitorais de hoje em dia sem enfatizar a necessidade do aumento de creches ou do tempo de permanência das crianças na escola.” (*ibidem*, p. 55).

Desse modo, para as antifeministas, a escolarização pública universal nunca foi boa, uma vez que o comportamento das crianças seria modificado ao frequentar esse espaço. É como se em casa, distante do contato com o mundo, a família pudesse ter um controle absoluto sobre o que as crianças e adolescentes viriam a se tornar. Campagnolo utiliza as palavras que Wollstonecraft escreveu no século XVIII para argumentar contra a escolarização, afirmando que a feminista “tinha clareza da limitação efetiva do que estavam passando as crianças que

iam para a escola.” Em trecho da obra de Wollstonecraft reproduzido por Campagnolo, ela afirma:

Na escola os meninos tornam-se glutões e desleixados e, em vez de cultivar os afetos domésticos, logo se atiram à libertinagem que destrói a constituição antes que esteja formada, endurecendo o coração enquanto enfraquece o entendimento. [...] O único caminho [...] seria criar algum modo de combinar a educação pública com a educação privada. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 206 *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 52).

Para Campagnolo (2019, p. 54) a “punhalada final na propaganda da indispensabilidade da escola pública” é dada por Fausto Zamboni, autor do livro *Contra a Escola*, que afirma que “a universalização do ensino, indispensável para reformar a humanidade, não trouxe os benefícios esperados” (ZAMBONI, 2016, p. 38 e 39 *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 54). Comparando o trabalhador da sociedade industrial com “seu ancestral analfabeto no campo”, o autor argumenta que algumas habilidades foram perdidas. Segundo Zamboni, as capacidades cognitivas perdidas são “o uso da memória” e o “o conhecimento da arte tradicional”. O autor nos dá uma pista do que seria a “arte tradicional”: “Trotsky acreditava que ela [a escola] transformaria cada operário num novo Goethe ou num novo Michelangelo, mas o que se vê, paradoxalmente, é um fenômeno inverso: o surgimento cada vez menor de novos gênios da ciência, da filosofia e da arte.” (ZAMBONI, 2016, p. 38 e 39 *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 54).

Campagnolo (2019, p. 55) estende o mesmo raciocínio ao acesso das mulheres às escolas:

as mulheres virtuosas, modestas e moralmente inteligentes que Wollstonecraft esperava que surgissem com a educação pública, igual para meninos e para meninas, nunca deram as caras. Pelo contrário, quanto mais se expandiu o acesso à instrução formal, mais as mulheres (e homens) se tornaram libertinas, imorais, pouco virtuosas e abortistas.

A “imoralidade” da escola é afirmada na narrativa antifeminista também através da ideia de que a “doutrinação” nas escolas passa pela desconstrução de padrões morais relacionados ao sexo e ao gênero. “Todo tipo de desregramento moral e ideia de libertinagem sexual têm sido sutilmente apresentados aos jovens através de programas feministas inseridos na mídia e nas escolas” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 263). Com relação a identidade de gênero, Campagnolo há afirmação de que “quando não consegue evitar que as crianças nasçam, buscam meios de alcançá-las com a ideologia de gênero e transformar as famílias em verdadeiros circos”. (*ibidem*, p. 265).¹²⁸

¹²⁸ A descrição “família circo” por Campagnolo (2019, p. 265 e 266) é carregada de transfobia e ressoa o pânico moral em torno do “gênero”: “Louise é um homem que fez tratamento hormonal para se parecer com uma mulhe,

Em consequência da “libertinagem” sexual que estaria sendo “incentivada” nas escolas, nas políticas públicas apoiadas por feministas ou pela cultura, as(os) jovens estariam experimentando um sofrimento crescente. Em primeiro, pelos surtos de DSTs, como “nos anos 1980, por exemplo, uma epidemia de clamídia atingiu os Estados Unidos” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 187). Em segundo, pelo problema “crônico” da “angústia” e do “sofrimento psíquico”, causados pela prática de “fazer sexo precocemente” (*ibidem*). Para antifeministas, a abstinência sexual é a solução para estes dois “problemas”. Qualquer trabalho de prevenção (seja de DSTs, importunação ou assédio sexual) e conscientização das(os) jovens em relação à sexualidade é vista como “incentivo” à “libertinagem” sexual.

E o problema não seria apenas das(os) jovens, mas também dos pais, que, ao enviarem as(os) filhas(os) para a escola, teriam que se “submeter” aos “valores” feministas. O extremo da situação a que pais estariam expostos é o caso dos pais que teriam sido presos na Alemanha por não permitirem que seus filhos assistissem a aulas de “educação sexual”. Esse caso é “reciclado” em portais conservadores da *internet* desde pelo menos 2011. Em algumas dessas “notícias” apenas o pai teria sido preso por um dia (a mãe teria sido “poupada” pois estaria grávida ou amamentando, a depender da fonte, seu décimo filho), em outras, pai e mãe teriam ficado quarenta dias na prisão.¹²⁹

Estas seriam algumas das consequências da implementação da “ideologia de gênero” nas escolas. Existem ainda outros “indícios” apontados pelas antifeministas da “contaminação”

é chamado de ‘mãe’ por Star Cloud, criança que ele e Nikki adotaram e criam sem determinação de gênero. [...] O pai, por sua vez, nasceu mulher e se define pansexual.”

¹²⁹Campagnolo (2019) baseia em uma matéria intitulada “Na Alemanha, a polícia prende por 40 dias os pais de crianças que não foram à aula de ideologia de gênero”, não encontrada. O mesmo título foi encontrado no *site* católico Cleofas. Portais da *internet* de fora do Brasil tendem a apresentar a notícia com mais detalhes, ainda que publicados em *sites* conservadores. Fontes e referências: <<https://cleofas.com.br/na-alemanha-a-policia-prende-por-40-dias-os-pais-de-criancas-que-nao-foram-a-aula-de-ideologia-de-genero/>><<https://capelino.com/unreasonable-expectations-why-the-family-of-eugen-martens-returned-to-germany/>> Acesso em 16 Mai. 2023.

das escolas e universidades¹³⁰, como o uso da linguagem neutra¹³¹ e outros “milhares de casos” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 321) em que professoras estariam incentivando a “libertinagem”.¹³²

Esse é o quadro de críticas das antifeministas às escolas: estão “controladas” pelas mulheres, por isso os meninos seriam prejudicados com a “feminização” da sociedade; estão “controladas” pelas feministas e comunistas, por isso as crianças e adolescentes se tornariam imorais, aprendendo valores contrários aos da “família” e da religião cristã. As feministas, através da escola, pretenderiam “livrar as mães da responsabilidade por seus filhos e maquinar a revolução sexual através do Estado na cabeça das crianças” (*ibidem*, pp. 52 e 53). A responsabilidade sobre a educação dos filhos é conferida às mães, essa seria sua “missão” ou “vocação”. Por isso, há uma afirmação implícita de que quanto mais as famílias puderem esperar para mandar as(os) filhas(os) para a escola – ou se pudessem não mandar –, melhor.

A defesa do *homeschooling* aparece em argumentos como estes, que atacam as escolas. O questionamento da eficácia da escola é tido como algo contestador, que desafia o “sistema”.

Foi demonstrado no primeiro capítulo que a escola é uma ferramenta poderosa nas mãos do movimento feminista. Qualquer mulher que escape da proposta preferindo criar e educar seus filhos por sua conta, desafia brutalmente o projeto das revolucionárias. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 105).

Impregnados do pensamento revolucionário, os brasileiros vivem há décadas sem questionar a indispensabilidade da escola, absorvem a pauta de tal maneira que classificam de “conspiracionista” qualquer um que ouse colocar a autoridade da escola em dúvida. (*ibidem*, p. 316).

A imagem da escola como local “perigoso” para as crianças e adolescentes é a base da defesa do *homeschooling*, prática que vem crescendo no Brasil nos últimos anos. Carlos Roberto Jamil Cury (2019) afirma que o argumento da “baixa qualidade” das escolas, justificada pela “violência” que a ronda ou pelos pressupostos religiosos e morais dos pais, é frequentemente acionado. Apesar da adesão crescente, o *homeschooling* não é uma prática

¹³⁰ O argumento da “contaminação” ideológica das escolas também aparece através das narrativas que afirmam que “esquerdistas”, entre os quais estão as feministas, “controlam” as universidades. “É espantoso perceber como tantos mitos feministas e como tantos discursos do movimento têm se espalhado um homogênea e hegemonicamente em nossa sociedade. Isso tem acontecido no Brasil e em todo o Ocidente. Tal difusão só é possível pelo aparelhamento e controle de vasta parte das instituições educacionais”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 362).

¹³¹ O uso da linguagem neutra também seria uma manobra “ideológica”, e isso ocorreria tanto pela substituição de termos como “mãe” e “pai” por outros termos “neutros” como “cuidadores” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 244), como pelo uso do “x”, “e” ou “@”: “Quem impõe, quem força uma suposta inclusão do X ou do E (ou de outra letra) só o faz por razões ideológicas, e não linguísticas, pois a língua *não* é machista, é morfologicamente *inclusiva* por natureza” (BRENNER; PESTANA, 2021, p. 170).

¹³² Dentre os “milhares de casos” citados por Campagnolo (2019, p. 321), estão episódios que circularam na *internet* nos últimos anos de forma descontextualizada, alimentando o pânico moral em torno da chamada “ideologia de gênero”. Por exemplo, um vídeo em que uma professora ensina a colocar preservativo masculino com a boca em um pênis de plástico e uma tarefa de casa “de quarta série” que são perguntas sobre sexo.

regulamentada no Brasil. Para Cury, a escolaridade obrigatória é “a resposta que o Estado Democrático tem para que, pela posse de conhecimentos ‘comuns’ a todos, possibilite o desenvolvimento da cidadania, de tal sorte que ‘todos’ se tornem membros plenos da sociedade”. Ou seja, muito além da instrução formal ou da socialização, que já seriam fortes argumentos contra o *homeschooling*, a escola é o espaço onde se aprende a viver em sociedade, com a diferença, no exercício da democracia. Nesse sentido, a “convivência” ganha um sentido mais amplo.

Convivência que reabre uma nova tensão: os diferentes se encontram em um espaço comum a fim de conhecerem e praticarem “as regras do jogo”. [...] Os diferentes se encontram para, em base de igualdade, reconhecer e respeitar as diferenças. É nesse ir e vir de conhecimento comum, de aprendizado das regras do jogo, da consciência da igualdade e do reconhecimento do outro como igual e diferente que se efetiva a “dignidade da pessoa humana”, princípio de nossa Constituição. (CURY, 2019, p. 5).

Com os ataques à escola pública, laica, mista e universal, o antifeminismo pretende evitar que crianças e adolescentes convivam com a diferença e com a diversidade, pois, como observamos, seus argumentos são baseados em preconceito lesbofóbicos, homofóbicos, transfóbicos e sexistas. Portanto, como complemento à crítica feita às escolas, há uma defesa das escolas *single sex*, pois estas, supostamente “respeitariam” as diferenças de gênero e os valores da “família”.

Campagnolo defende a educação *single sex* em parte do primeiro capítulo do livro *Feminismo: perversão e subversão*, em um texto intitulado “A fraude da educação mista igualitária”. Após algumas páginas ressaltando o “privilegio” que meninas e mulheres tiveram ao serem impedidas de estudar (pois a educação seria muito rígida), e como as escolas e universidades “facilitaram” seus currículos com a entrada delas, a antifeminista utiliza o argumento da eficiência para defender um ensino diferenciado para meninas e meninos.

É evidente que, sempre que se deseja tirar o melhor e o máximo de alguma ciência ou produção, os competidores, aspirantes ou objetos de estudo são separados por qualidade, série, tamanho ou sexo. (...) As escolas mantêm a separação de turmas por idade, que é notadamente um dado biológico, e não há nenhum preconceito nisso. Abrir ou manter uma escola somente para meninos ou somente para meninas não deveria causar comoção e polêmica.” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 62 e 63)

Dentre as fontes que Campagnolo cita para discutir esse tema, estão uma matéria publicada do periódico *Carta Capital*¹³³, em que aparecem opiniões de professoras que são referências na área da educação e se posicionam contra o ensino segregado por sexo, como

¹³³ A referência do texto de Campagnolo para a matéria da Carta Capital não foi encontrada. Mas conteúdo idêntico ao apresentado no texto pode ser acessado em outro portal, pelo *link*: <<https://envolverde.com.br/meninos-para-meninas-para-la/>> Acesso em 19 mai. 2023.

Marília Pinto de Carvalho e Cláudia Pereira Vianna; e *Gazeta do Povo*¹³⁴, que apresenta opiniões de apoiadores desse tipo de ensino, como o psicólogo americano Leonard Sax e o ex-diretor da Escola do Bosque em Curitiba, Leandro Pogere. O argumento de Marília Pinto de Carvalho reproduzido por Campagnolo é o seguinte:

Vivemos na era da diversidade e da defesa de que o respeito à diferença deve ser aprendido desde cedo. *Se há alguma diferença* – seja de origem biológica, seja sociocultural – entre meninos e meninas, ela deve ser *enfrentada* ensinando a cada um a conhecer e a respeitar o outro. (CARVALHO, *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 63, grifos da autora).

Por “enfrentar as diferenças”, a antifeminista compreende que Carvalho está sugerindo que todos sejam absolutamente “iguais”, como se isso fosse possível. Nesse sentido, a escola mista seria um “desrespeito” às diferenças *naturais* entre os gêneros, o que inverte a lógica do argumento de Carvalho. “O que sempre entendemos por respeito – que as diferenças devem ser reconhecidas, aceitas e consideradas – parece não ser mais válido. O novo sentido de respeito no dicionário feminista é ‘enfrentar a diferença’” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 64).

É relevante a inversão feita pelo antifeminismo para o sentido da palavra “diferença”. As pesquisas e as políticas educacionais dos últimos anos têm reforçado a importância do “respeito à diferença”, da “valorização da diversidade”, e outras expressões e termos que apontam para um currículo e para práticas que problematizem as exclusões e violências sofridas por aqueles que divergem da norma.¹³⁵ Então a narrativa antifeminista faz uma espécie de apropriação desses termos, afirmando que submeter meninas e meninos à mesma educação é um desrespeito às diferenças *naturais*. Citando a matéria publicada na *Gazeta do Povo*, que defende a educação segregada por sexo, Campagnolo (2019, p. 65) afirma que esta seria “uma forma de incentivar a multiplicidade de masculinidades e feminilidades”. A ideia de que a educação *single sex* assegura que a escola não seja sexista, enquanto a escola mista, esta sim, seria discriminatória ao ignorar as diferenças *naturais* entre os gêneros, é baseada na ideia de que a competição ou comparação entre os dois sexos seria depreciativa. (LESKO; MCCALL, 2014) (CARRA, 2019). Esse é um argumento recorrente entre defensores da segregação por sexo nas escolas e converge com a afirmativa antifeminista de que as mulheres não teriam capacidade ou “força de vontade” suficiente para alcançar o mesmo “patamar” intelectual dos homens, como exposto no subcapítulo anterior.

¹³⁴ A matéria pode ser acessada no *link*: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/escola-aposta-em-ensino-separado-entre-os-sexos-dz33uw10hywfdqym7cwl1u9bp/>> Acesso em 19 mai. 2023.

¹³⁵ Um panorama acerca das questões que envolvem a “diversidade” e sua relação com a promoção dos direitos humanos é proposto por Vera Maria Ferrão Candau (2012). Outra reflexão sobre o esvaziamento da “diversidade” no currículo e nas práticas escolas foi produzida por Carlos Bernardo Skliar (2003).

Na sequência, Campagnolo reproduz uma frase de Cláudia Pereira Vianna, em entrevista sobre o tema da educação *single sex*: “Eu acho que é um equívoco, principalmente em nome do desempenho escolar”. O trecho abaixo sintetiza a forma como Campagnolo contra-argumenta esses dois pontos levantados por Carvalho e Vianna:

O argumento da feminista Pinto de Carvalho é completamente contrário às pesquisas de âmbito psicológico e biológico que vêm sendo realizadas há décadas. Pesquisas estas, aliás, frequentemente boicotadas das pelos movimentos ligados ao feminismo. Já o argumento da professora Vianna é que a escola não deve fazer esse tipo de escolha pedagógica “em nome do desempenho escolar”. Se as escolas pedagógicas não devem ser tomadas em vista do desempenho escolar, devem ser tomadas em vista do quê? [...]

Para Cláudia Pereira Vianna, o *desempenho escolar* não é assim tão importante para – vejam só! – a *escola*. As feministas que sempre alegaram lutar pelo direito educacional das mulheres, agora que elas estão inseridas na escola, parece supor que o desempenho escolar não é tão relevante assim. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 64, grifos da autora).

A antifeminista chega à conclusão de que, se as diferenças devem ser “enfrentadas” e “o desempenho escolar não é tão relevante”, é porque o objetivo das feministas, *obviamente*, é transformar a escola em um “depósito de crianças que possam ser socialmente modificadas por uma inovadora proposta de engenharia comportamental” (*loc. cit.*). Na construção desse argumento, o jogo semântico de palavras é fundamental, pois conduz a(o) leitora(or) a tirar conclusões usando a própria lógica. Outro aspecto interessante é que o acionamento de “pesquisas”, especialmente as da área da psicologia e da neurociência, para afirmar as diferenças *naturais* entre os gêneros. As feministas estariam indo não apenas contra a natureza, mas também contra a ciência, ou mais, especificamente, a neurociência.

Nancy Lesko e Stephanie D. McCall (2014) analisaram argumentos que utilizam-se da neurociência para defender a educação *single-sex* nos Estados Unidos e podemos observar convergências entre estes e a narrativa antifeminista. As autoras afirmam que os debates sobre esse tema cresceram depois que a proibição de financiamento de escolas separadas por sexo com recursos públicos foi modificada através de uma emenda, que passou a permitir a destinação desses recursos para escolas do tipo *charter*, em 2006. As *charter schools* são escolas primárias e secundárias que são mantidas com recursos públicos (e também podem receber doações privadas), mas têm uma gestão privada. Por isso, algumas destas escolas puderam adotar o modelo de educação *single-sex* e continuar recebendo verbas públicas. Para Lesko e McCall (2014, p. 181), “é importante vincular os debates sobre a separação dos sexos à recente abertura dos fundos públicos para tais empreendimentos privados e empresariais.” Um ponto convergente entre o contexto americano e os argumentos antifeministas no Brasil é

que essas escolas (*charter*), em geral, também tecem críticas implícitas e explícitas às escolas públicas.

Apesar de utilizar apenas matérias publicadas em *sites* de periódicos, Campagnolo (2019) ressoa o contexto de crescimento deste tipo de escola. “Em outros países, a reabertura das escolas não-mistas parece ser uma tendência. Em 2014, mais de 90% das escolas que apresentaram o melhor desempenho entre as 25 primeiras posições, na Inglaterra, eram *single-sex*”. A antifeminista ainda cita os Estados Unidos, a Espanha e países da América Latina. No Brasil, duas escolas são conhecidas por adotar o ensino segregado por sexo, o Colégio São Bento, no Rio de Janeiro, que aceita apenas alunos do sexo masculino, e a Escola do Bosque, em Curitiba, que adota o sistema de segregação por classes. Ambas são citadas como “modelo” deste tipo de ensino por Campagnolo (2019).

Campagnolo afirma que escolas como estas são “um oásis em meio ao deserto educacional do país” e lamenta que o sistema não esteja disponível em escolas públicas.

É realmente lamentável que tais recursos pedagógicos estejam acessíveis apenas a quem possa pagar tão altos valores. O mesmo sistema poderia estar acessível às famílias carentes pelo sistema público se não houvesse tão violenta campanha de ideologia de gênero nas secretarias e gerências educacionais de todo o país (CAMPAGNOLO, 2019, p. 66).

A autora afirma ainda que as escolas que segregam por sexo começaram a desaparecer na década de 1950, e que “as feministas – e esquerdistas em geral – foram as grandes responsáveis pelas campanhas pelo fim das escolas *single-sex* (único sexo) e universalização do ensino misto ou co-educação [*sic*]” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 63). Patrícia Rodrigues Augusto Carra (2019), em levantamento bibliográfico sobre a educação feminina e o ensino misto no Brasil, afirma que apesar de a educação segregada por sexo ter sido incentivada pelo poder público, as escolas mistas, principalmente no ensino primário, eram a realidade majoritária do país desde o período imperial, sobretudo por questões econômicas. Mesmo no contexto do final do século XIX e início do XX, em que os valores burgueses que reafirmavam o papel da mulher enquanto “mãe” e “esposa” estavam em alta, essa realidade não foi profundamente alterada.

A grande mudança, no panorama brasileiro, em relação ao ensino de meninos e de meninas, aconteceu a partir da década de 1920, com a Escola Nova. O movimento escolanovista, liderado por Anísio Teixeira, defendeu o ensino oficial, obrigatório, gratuito, leigo e misto, mas não transcendeu a visão de mundo conservadora em relação à educação feminina e aos lugares e funções entendidos como próprios das mulheres. A defesa da escola mista, assim como no final do Império, estava casada com o custo econômico da universalização da escola primária. Era proposta uma igualdade formal de oportunidades, sem maiores reflexões sobre questões de gênero, étnicas ou socioeconômicas no espaço educativo.

As ideias da Escola Nova, a política de nacionalização do Governo Vargas e os custos para implantação e manutenção da escolarização obrigatória e gratuita tornaram o

cenário educacional brasileiro composto, majoritariamente, por escolas mistas. (CARRA, 2019, p. 558).

Portanto, quando a realidade econômica não permitia a separação de prédios ou classes, no Brasil, a educação segregada por sexo ocorria através de outros mecanismos, como diferenças no currículo, com disciplinas específicas para meninas e meninos, fileiras de carteiras separadas e até mesmo paredes dividindo as salas de aula. Ao longo da segunda metade do século XX as mulheres passaram a estudar proporcionalmente mais do que os homens, mas o maior acesso delas à educação escolar não necessariamente significou igualdade de oportunidades, sobretudo quando se analisam as escolhas profissionais e as desigualdades salariais entre profissões majoritariamente masculinas e femininas. (CARRA, 2019).

De qualquer forma, a realidade brasileira é profundamente diferente daqueles países que Campagnolo (2019) utiliza como comparação com o Brasil. Se na prática as escolas *single-sex* estiveram longe da realidade brasileira, na teoria os medos e objetivos desse tipo de segregação se fizeram presentes. Aqui também se expressavam preocupações com os possíveis efeitos da feminização da escola e o currículo diferenciado por gênero mantinha o projeto de uma sociedade em que aos homens cabia o trabalho (por isso, para os meninos eram previstas mais aulas de matemática, por exemplo) e às mulheres, o cuidado com a família (no currículo delas havia aulas de bordado e costura, por exemplo). Lesko e McCall (2014, p. 181) afirmam que a pressuposição de que a segregação por sexo nas escolas seria melhor para as meninas carrega a crença de que se deve “proteger as garotas dos meninos, limitar as ‘distrações’ causadas pela tensão sexual; dessa maneira, haveria um espaço escolar preservado para que as garotas sejam líderes, estudadas e virgens.”

As pesquisas produzidas no campo da neurociência que são utilizadas para defender a educação *single-sex* sofrem uma série de críticas.¹³⁶ Dentre os principais problemas apontados nos estudos que procuram evidenciar diferenças entre os cérebros de meninas e meninos, Lesko e McCall (2014, p. 172) destacam que os pesquisadores frequentemente “se fundamentam em compreensões inexatas da Biologia e do desenvolvimento humano”; “as interações entre organismos e o ambiente são minimizadas e subestimadas”; e as descobertas em torno da plasticidade cerebral contradizem a ideia de que o funcionamento do cérebro esteja ligado ao sexo. Além disso, as pesquisadoras afirmam que estes estudos desconsideram as variações

¹³⁶ Um dos principais centros de pesquisa sobre esse tema nos Estados Unidos é o *National Education Association for Single Sex Public* (NASSPE), fundado em 2002 por Leonard Sax. As pesquisas fazem generalizações bastante contestáveis, como por exemplo, a afirmação de que o cérebro feminino se desenvolveria mais rápido ou que meninas e meninos têm processam cores e sons de maneira diferenciada. (LESKO; MCCALL, 2014).

provocadas pela origem étnica, nacionalidade, idade, dentre outros marcadores da diferença que extrapolam o gênero. Por isso, a palavra “neurosexismo” é utilizada por Lesko e McCall (2014) para definir a produção de imagens que reforçam a suposta existência de “cérebros cor-de-rosa”.

Por mais que a educação segregada por sexo esteja longe da realidade brasileira, a defesa dessa pauta pelas narrativas antifeministas aponta os tipos de discursos que estão circulando nos meios conservadores sobre a educação. As escolas, principalmente as públicas, são atacadas e depreciadas como locais de “doutrinação” ou “engenharia social”. Logo, “alternativas” como estas são apresentadas para solucionar tais problemas imaginários. Embora o argumento da eficiência da escola seja acionado, parece nítido que a pauta não é sobre melhora no rendimento escolar, mas sim sobre a deslegitimação da escola enquanto espaço no qual se aprende a conviver com a diferença, o que é a base da democracia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento antifeminista brasileiro encontrou no conservadorismo crescente dos últimos anos um terreno fértil para sua produção e difusão. Demonstrei isso na introdução desta tese, assim como apresentei a centralidade que o ódio ocupa no antifeminismo. Após as análises apresentadas neste trabalho podemos dizer que ele é sobre o ódio contra todas as pessoas que de alguma forma dissidem da norma cis-heteropatriarcal do gênero. Qualquer indivíduo que não corresponda aos ideais de masculinidade e feminilidade pré-determinados pelos padrões cristãos é potencialmente alvo dos ataques antifeministas. Diferenciei este ódio da *nossa* raiva, que é produtiva e necessária para que mudanças sejam feitas a fim de diminuir as desigualdades provocadas por opressões de todos os tipos.

No segundo capítulo, após uma delimitação conceitual do antifeminismo, pudemos observar que ódio e medo andam juntos na mobilização de reações contra o feminismo. Os períodos de *pânico moral* ou de *backlash* alimentam e são alimentados por estes medos e geram consequências consistentes na vida da população sexualmente diversa e das mulheres. Não podemos considerar que os últimos anos, em que o conservadorismo escalou na política brasileira, foi simplesmente um retrocesso, pois a história da conquista de direitos e liberdades não segue uma linha reta. Entretanto, em períodos como estes, podemos constatar uma piora em diferentes setores das nossas vidas – econômico, profissional e, até mesmo pessoal, familiar.

Vimos ainda no segundo capítulo que a revelação da suposta *verdade* sobre o feminismo também é um elemento central. Nesse sentido, o antifeminismo se alinha a uma forma conspiracionista de pensar a realidade. Os supostos “métodos” feministas são criticados, pesquisadoras(es) são insultadas(os) e colocadas(os) em uma uniformidade de ação e pensamento. Para o antifeminismo não há divergências no feminismo, *todas* seguem métodos “escusos”, “inescrupulosos”. A preocupação e a pressa em revelar o tal “plano” feminista de destruição da família e da sociedade não deixaram muito espaço para que as fontes antifeministas analisadas se preocupassem com o seu próprio “método”. O uso de notícias falsas, os excessivos insultos pessoais às autoras, a falta de compreensão ou de ética, que levaram à distorção de argumentos, são algumas das características das “pesquisas” antifeministas. Seus “métodos” seguem o caminho inverso a qualquer produção que possa ser considerada científica, pois não há espaço para o questionamento, para a reflexão, muito menos para a dúvida. A verdade está posta desde o começo, tudo o que a confirma é utilizado, tudo o que a contradiz é atacado.

A igualdade entre mulheres e homens se configurou enquanto um “problema” no pensamento antifeminista na medida em que, nessa perspectiva, cada gênero (apenas dois, homens e mulheres) tem seu papel bem delimitado. Desse modo, as feministas seriam aquelas que provocaram “confusão” entre os papéis ou as atribuições de cada gênero, e a partir daí a desordem teria sido instaurada. Tanto as iluministas, com suas reivindicações sobre igualdade jurídica e de oportunidades educacionais, como as comunistas, que questionaram a exploração da mulher e a desigualdade desta em relação aos homens no sistema capitalista, foram responsabilizadas pela destruição da “família”, pela ruína da sociedade ocidental cristã. Quanto à ideologia liberal, o antifeminismo se preocupou em afastá-la do feminismo, construindo uma narrativa que apontou “contradições” entre os dois pensamentos. Na percepção antifeminista, um “verdadeiro liberal” não apoiaria as atuais pautas feministas. Esses foram temas discutidos no capítulo 3.

O tema da *natureza* foi destacado no quarto capítulo, pois é constante o apelo antifeminista para uma constituição *natural* do gênero, que determinaria não apenas a materialidade do corpo, mas também a personalidade, as preferências e tendências. Em um primeiro momento, pudemos observar como o conceito de gênero é compreendido no pensamento antifeminista. Apesar da tentativa de abordar as características das três ondas feministas, o antifeminismo enxerga uma continuidade desde a primeira feminista até a última, neste caso, Mary Wollstonecraft e Judith Butler, passando por Simone de Beauvoir. As antifeministas concluem que o “gênero” é uma invenção feminista, uma ferramenta de “desconstrução”, de “engenharia social”, e assim negam a existência do “gênero” para reafirmar o papel determinante da *natureza*.

A “análise” sobre o movimento feminista apresentada nas fontes parece ter parado no tempo. Enquanto nós discutimos os contornos de uma “quarta onda” feminista, embalada pelos usos da tecnologia, o antifeminismo enfatiza autoras e obras da chamada “segunda onda”. A “terceira onda” é citada e Judith Butler aparentemente é a figura mais recente e atual que chegou até as antifeministas. Certamente Butler é uma das principais teóricas feministas contemporâneas, mas nas fontes antifeministas sua contribuição é reduzida a uma extensão do pensamento de Beauvoir, quando não é propriamente confundida com este. Além disso, fazem falta autoras que debatem raça, feminismo decolonial, transfeminismo ou outros temas atuais. Essas linhas de pensamento demonstram que, na atualidade, não falamos mais em feminismo, mas em feminismos, no plural. No entanto, o antifeminismo prefere as antigas discussões sobre o patriarcado e a universalidade da dominação masculina, pois, nesta perspectiva, o feminismo

é um só. Faz falta também a presença de feministas brasileiras, que, com exceção de uma citação ou outra, estão fora do radar das antifeministas. Para a construção da feminista caricata, Simone de Beauvoir, Betty Friedan, ou mesmo Elizabeth Stanton, parecem funcionar melhor do que as brasileiras.

O pensamento antifeminista responsabiliza a natureza pelo comportamento e pelas “escolhas” de mulheres e homens em relação ao trabalho. As desigualdades de gênero são amenizadas, naturalizadas ou apagadas em prol de uma complementaridade harmoniosa entre homens e mulheres. Esses temas, abordados no capítulo 4, trazem consigo uma ênfase na suposta inferioridade das mulheres. A insistência em afirmar a inferioridade física, intelectual e até mesmo “tendências” negativas de personalidade da *maioria* das mulheres soa grotesca em livros que são escritos em grande parte por mulheres. Contudo, o antifeminismo não afirma que *todas* as mulheres são inferiores ou incapazes, pois, nos momentos em que o discurso de ódio parecia passar da linha do “aceitável”, as exceções eram citadas: as santas católicas, ou apenas mulheres cristãs que não se declararam feministas, e, claro, as próprias autoras. O antifeminismo não odeia *todas* as mulheres, mas *apenas* aquelas que não se enquadram no ideal cristão do gênero.

A educação foi um tema discutido em todos os capítulos desta tese, mas, na última parte do capítulo 4, mostrei os ataques à escolarização pública, laica, mista e universal, assim como as propostas antifeministas para uma educação que respeitasse a *natureza* dos gêneros. A tarefa de “educar” é depositada sobre as mães, não sobre o pai e não sobre o Estado. Escolas ou salas de aulas segregadas por gênero são apresentadas como uma “alternativa” para uma educação que estaria de acordo com os princípios da “família” e do cristianismo. Enfatizei que o medo do convívio com a diversidade e com a diferença sustenta essas propostas e por isso mesmo representa uma ameaça para a democracia, uma vez que a escola é o lugar onde se aprende a conviver no coletivo com a diferença.

Em linhas gerais essas foram as reflexões propostas nesta tese, mas certamente há outros caminhos para analisar o pensamento antifeminista brasileiro. O recorte que propus está relacionado ao campo da educação, mas outras perspectivas poderiam se debruçar, por exemplo, sobre temas que se relacionam à violência contra a mulher. A desvalidação de denúncias de assédios e estupros ou a culpabilização das vítimas; a vitimização dos homens como maiores prejudicados em casos de divórcio; a construção da imagem da mulher interesseira, gananciosa; a objetificação da mulher, quando a figura do marido aparece como aquele que “paga” para ter a mulher, ou quando é afirmado que, não importando o contexto, a

mulher tem a “obrigação” de ter relações sexuais com seu marido.¹³⁷ Todas essas premissas estão presentes nas fontes analisadas.

Outro desdobramento da análise do pensamento antifeminista poderia estar no sentido de traçar comparações com o que circula em outros países ou em outras correntes ideológicas. Pudemos observar que o antifeminismo brasileiro tem aproximações com as produções de antifeministas americanas, com produções católicas sobre o gênero e com produções que circulam em meios conservadores. Compreender melhor estas aproximações poderia contribuir para delimitar os contornos daquilo que tem sido apropriado pelas antifeministas e “adaptado” à realidade brasileira. Por exemplo, com a leitura da obra de Susan Faludi (2001) temos a impressão de que a questão da fertilidade é central no antifeminismo americano. A imagem da mulher sozinha, sem filhos, ou *velha demais* para engravidar parece comover as americanas com mais intensidade que as brasileiras. Da mesma forma, o apelo ao aumento das taxas de natalidade ainda faz pouco sentido no Brasil. Além disso, a imagem da dona de casa americana é bastante relacionada ao cuidado com a alimentação da família – ela cozinha, ela produz o próprio pão. Isso parece fazer sentido em um país que consome uma quantidade muito superior de alimentos ultraprocessados do que o Brasil. Essas diferenças indicam que certamente a realidade brasileira impôs ajustes e adaptações ao pensamento antifeminista.

Por fim, gostaria de finalizar esta tese ressaltando aquele que considero ser o principal efeito que a circulação das narrativas antifeministas causou no contexto brasileiro dos últimos anos, a sua contribuição para a corrosão da democracia. Trata-se de um discurso de ódio, virulento, que, num jogo de “morde e assopra”, se pretende pacificador:

Existem duas formas de atacar e destruir a família. A primeira é dizer que os homens não prestam e a segunda é dizer que quem não presta são as mulheres. O feminismo cumpre a primeira tarefa, e certas ondas masculinistas, a segunda. O cristianismo, por outro lado, é a solução que desvenda o problema: todos são maus, pecaram e destituídos então da Glória de Deus. Para compensar, devem amar um ao outro e perdoar infinitamente. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 375).

Este trecho se encontra na conclusão do livro *Feminismo: perversão e subversão*, de Ana Caroline Campagnolo (2019). A antifeminista não se reconhece em posição de quem ataca, agride, menospreza e subestima as mulheres e toda a população LGBTI. O cristianismo, para ela, traz as respostas para “apaziguar” as relações entre homens e mulheres. “Todos são maus”, “amar um ao outro”, “perdoar infinitamente”. Em um fantasioso apelo para uma

¹³⁷ Sobre a objetificação da mulher, alguns exemplos: sobre a exclusividade sexual imposta pelo casamento para os homens, “eles passam a ter sua vida sexual restrita e ainda pagam por essa condição tendo que sustentar mulher e filhos” (CAMPAGNOLO, 2029, p. 203); sobre Virgínia Woolf, “o que mais me admira, no entanto, é que essa mulher com problemas mentais, casada, amada e protegida por um homem que se dedicava a ela sem receber sequer sexo de qualidade tinha a ousadia de fazer da opressão masculina um tema tão recorrente” (*ibidem*, p. 327).

complementaridade harmoniosa, as desigualdades estruturais são apagadas, os “desvios” de conduta (a violência contra as mulheres, talvez?) são individualizados. “Deus” planejou tudo para que o equilíbrio e a harmonia reinasse, se isso não acontece, quem erra são os indivíduos. Para o antifeminismo, o pessoal não é político.

Entretanto, o pessoal é político, pois a pretensão de colocar na esfera individual ou familiar problemas que são sociais é parte de um projeto político. Isso é o que se tem demonstrado em pesquisas dedicadas a analisar as relações entre conservadorismo, gênero e neoliberalismo em diferentes países. (BROWN, 2019) (COOPER, 2017). Ao colocar a “recuperação” da família como solução para os mais diferentes problemas sociais, o pensamento antifeminista se aproxima do projeto neoliberal de destruição do social e de retirada de responsabilidade do Estado na proteção de direitos básicos de todas(os) as(os) cidadãs(ãos).

Temos ainda que ressaltar que as narrativas antifeministas não pretendem fortalecer *qualquer* família, mas sim a família nuclear, cis-heterossexual, monogâmica, patriarcal, pois é o “pai” a autoridade máxima nesta família. É precisamente essa concepção de mundo, baseada em uma “ordem” do gênero em que homens e mulheres têm o seu papel bem delimitado, que une correntes políticas neoconservadoras. As diferenças e tensões existentes entre conservadores parecem ser de alguma forma “apaziguadas” com as narrativas contra a “ideologia de gênero”, que funciona como uma espécie de cola, pois é um objetivo em comum o ataque a essa suposta ideologia. Por isso, como bem apontou Biroli (2022, p. 137), “o fato de que as reações contra o gênero são uma característica comum dos processos de erosão da democracia” precisa ser considerado nas análises sobre os rumos da política no Brasil.

“Polêmicas” relacionadas ao gênero e ao feminismo não são “cortina de fumaça”, como muitas vezes ouvimos falar nos últimos anos. Se não compreendermos a guerra contra o “gênero” e contra o feminismo, também não conseguiremos compreender os processos que nos levaram ao atual desgaste da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Suellen. A radicalidade do pensamento de Flora Tristan. **Lutas Sociais**, v. 21, n. 38, p. 212-216, 2017.

ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “Professor Terra Plana”. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 3, p. 83-104, 2019.

ALMEIDA, Rafael Antunes. Notas para uma reflexão sobre as “teorias da conspiração”. **Ponto Urbe** [Online], n. 23, 2018.

ALVES, Cintia Boy Kauffman; RIBEIRO, Daniela Menengoti Gonçalves; FLORES, Simone Fogliato. Violência de gênero institucional: uma análise de inconstitucionalidade da PL 5435/20 e seu retrocesso sob a ótica da Convenção de Belém do Pará. **Encontro Internacional de Produção Científica**, 2021.

AMATO, David. **O feminismo é um movimento espontâneo que representa todas as mulheres**. In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021c. p. 147-154.

ANTUNES, Bruna A. F. **Crítica de mídia feminista na web**: uma análise sobre os blogs Cem Homens, Escreva Lola Escreva e Blogueiras Feministas. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação Social: Jornalismo, Porto Alegre, 2014.

BÁRBARA, Lenin Bicudo. **Investigações sobre a ignorância humana**. 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. São Paulo, 2018.

BARD, Christine. **Para una historia de los antifeminismos**. In: BARD, Christine (org.). Un siglo de antifeminismo: el largo camino de la emancipación de la mujer. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 25 – 39.

BARD, Christine; THÉBAUD, Françoise. Los efectos antifeministas de la Gran Guerra. In: BARD, Christine (org.). Un siglo de antifeminismo: el largo camino de la emancipación de la mujer. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 25 – 39.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero, “valores familiares” e democracia**. In: VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-187.

BLASS, Leila; HIRATA, Helena; SOARES, Vera. Prefácio à 2ª edição. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2011.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BRENNER, Lara; PESTANA, Fernando. **O pronome neutro é uma forma de combater a discriminação**. In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021c. p. 161-171.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

BURIGO, Joanna. **Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca**. Carta Capital, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/em-meio-a-crise-o-patriarcado-contra-ataca/>> Acesso em 19 jul. 2022.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo e TONIOL, Rodrigo. (Orgs). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**: análises conjunturais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Atos performáticos e a formação dos gêneros**: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 213 – 230.

CARRA, Patrícia Rodrigues Augusto. Escola mista? Coeducação? Um desafio histórico para a educação de meninos e meninas. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 2, p. 548-570, 2019.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Feminismo: perversão e subversão**. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2019.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Prefácio da organizadora**. In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021a. p. 11 – 12.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Antes do feminismo, mulher não podia governar, liderar ou se destacar**. In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021b. p. 41 – 50.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Também não podia estudar**. In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021c. p. 51 – 60.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **... E nem votar!** In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021d. p. 61 – 79.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **A mulher tem que entrar para a política (por cota) para defender seus interesses.** In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021e. p. 81 – 89.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **O casamento é opressor e o divórcio é uma conquista do feminismo.** In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021f. p. 115 – 120.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline; CALDEIRA, Catharine. **As mulheres são sempre oprimidas e os homens, sempre privilegiados.** In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021c. p. 15-24.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline; AMATO, David. **Mulheres ganham menos que homens fazendo o mesmo trabalho.** In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021c. p. 105-114.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 715-726, 2012.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **Fórum da Liberdade: o grande palco das direitas e do movimento reacionário do Brasil.** In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro; MIRANDA, João Elter Borges. (Orgs.). Nova Direita, Bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. **Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios.** Educar em Revista, v. 33, n. 66, p. 141-155, 2017.

CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

CHALOUB, Jorge. O golpe de 2016 e as saídas para as tragédias do presente. **Carta Capital**, 29/01/2023. Artigo. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/artigo/ainda-o-golpe/>> Acesso em 08 mai. 2023.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. Apresentação: direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

CHAPERON, Silvie. Justicia para el “segundo sexo”. In: BARD, Christine (org.). Un siglo de antifeminismo: el largo camino de la emancipación de la mujer. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 11 – 23.

COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalism and the new social conservatism.** Mit Press, 2017.

CORRÊA, Cristiane. **Mulher não podia trabalhar antes do feminismo.** In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021c. p. 91-104.

COSTA, Ricardo. **Terrível Idade Média! As mulheres do medievo europeu eram infelizes e oprimidas.** In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021c. p. 33-40.

CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 01, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Homeschooling ou educação no lar. **Educação em revista**, v. 35, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEROSA, Ana; DEROSA, Marlon. **O “aborto seguro” é um direito da mulher.** In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021. p. 121 – 128.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura: discurso e história. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, v. 9, p. 195-219, 2003.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Ethos privado e justificação religiosa.** Negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: HEILBORN... [et al.] (Org.). Sexualidade, família e ethos religioso. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 137 – 176.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **O pensamento antifeminista: a querela dos sexos.** História Revista, v. 9, n. 2, p. 4, 2004.

FALUDI, Susan. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva.** Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber;** tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980).** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FURLANI, Danielle Fernandes Rodrigues. **Vozes antifeministas no Brasil: Mulheres reagindo ao feminismo.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2021.

HARAMBAM, Jaron; AUPERS, Stef. Contesting epistemic authority: Conspiracy theories on the boundaries of science. **Public Understanding of Science**, v. 24, n. 4, p. 466-480, 2015.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

KOLLONTAI, Alexandra. **O comunismo e a família**. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm> Acesso em 27 mai. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **“Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária** - ou: A promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Copes. (Org.) Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25 - 52.

KALIL, Isabela Oliveira et al. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. **São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**, 2018.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Regan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LESKO, Nancy; MCCALL, Stephanie D.; WARDE, Mirian Jorge. Cérebros cor-de-rosa e educação: uma análise pós-feminista da neurociência e do neurosexismo. **Rev. Bras. Hist. Educ**, Campinas, v. 14, n. 02, p. 163-189, ago. 2014.

LISBOA, Carolina Langnor e Sousa. **Novos feminismos**: perspectivas sobre o movimento estudantil feminista na universidade federal do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Autêntica Editora, 2019.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, 2017.

MADALOZZO, Regina; ARTES, Rinaldo. Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 202-221, 2017.

MARTINS, Raimundo; SÉRVIO, Pablo Passos. Polêmicas e indagações acerca de classificações da cultura: alta, baixa, folk, massa. **Visualidades**, v.10, n. 1, 2012.

MELLO, Soraia Carolina de. Claudia nas décadas de 1970-1980-Feminismo, antifeminismo e a superação de um suposto passado radical. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

MIRANDA, Isaque de. **Precisamos do feminismo para combater a violência**. In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021c. p. 129-146.

MISKOLCI, Richard. Ameaças do presente. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 327-333, 2003. Resenha do livro *American Eugenics: Race, Queer, Anatomy, and the Science of Nationalism*.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Prefácio**. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher. Tradução Ivania Pocinho Motta. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo: Iskra, 2016.

MORAES, Reginaldo Corrêa de. **Ronald Regan, o presidente e sua sombra**. Jornal da Unicamp, 2019. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/reginaldo-correa-de-moraes/ronald-reagan-o-presidente-e-sua-sombra>> Acesso em 28 set. 2022.

MOTTIN, Karina Veiga. **A "ideologia de gênero" através das narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. Editora Jandaíra, 2021.

O'LEARY, Dale. A agenda de Gênero / **Condensado da obra de Dale O'Leary "The Gender Agenda"**, 1997. Vital Issues Press, Lafayette, Louisiana. Disponível em <<http://s3.amazonaws.com/padrepauloricardo-files/uploads/ou1vyvqf7edairu6mgq7/agenda-de-genero.pdf>> Acesso em 28/09/2020.

PAULSON, Susan. **Sexo e gênero através das culturas**. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTREIN, Caelsi B. Coletânea gênero plural. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 23-32.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. "Ideologia de gênero" em movimento. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 503-523, 2018.

PEIXOTO, Maitê. Prefácio à edição brasileira. In: KOLLONTAI, Alexandra. A revolução sexual e o socialismo: obras escolhidas de Alexandra Kollontai: volume 2. Tradução Maitê Peixoto. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

PERROT, Michelle. **Prefacio**. In: BARD, Christine (org.). Un siglo de antifeminismo: el largo camino de la emancipación de la mujer. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 11 – 23.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. **Cadernos pagu**, p. 25-54, 2005.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

POLI, Marcelino Espírito Hofmeister. Meio Século da pílula anticoncepcional. **Femina**, v. 39, n. 7, p. 336, 2011.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>> Acesso em 26 jul. 2022.

RAGO, Margareth. Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. **verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 21, 2012.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e sexualidade. In: PRIORI, M. Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2018. p. 578 a 606

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história.** In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371 – 387.

ROCHEFORT, Florence. **¿Se puede considerar el antifeminismo como una retórica reaccionaria?** In: BARD, Christine (org.). Un siglo de antifeminismo: el largo camino de la emancipación de la mujer. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 117 – 127.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo.** Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; MOTTIN, Karina Veiga. Os efeitos de poder produzidos pelo projeto escola sem partido na docência. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 13, n. 42, p. 297-312, 2020.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro; MIRANDA, João Elter Borges. (Orgs.). **Nova Direita, Bolsonarismo e fascismo:** reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro; PEREIRA, Eduardo. **Brasil Paralelo:** atuação, dinâmica e operação: a serviço da extrema-direita (2016-2020). SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro; MIRANDA, João Elter Borges. (Orgs.). Nova Direita, Bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49 – 80.

SENA, Tito. **Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite:** as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas. 2007. 331f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2007.

SKLIAR, Carlos Bernardo. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos, n. 5, p. 37-49, 2003.

SOIHET, Rachel. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?. **Estudos de Sociologia**, v. 13, n. 24, 2008.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, v. 9, n. 14, 2007.

SOLANO, Esther. **A bolsonarização do Brasil.** In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307 – 321.

SULMAN, Natália. **Toda grande escritora e filósofa do passado era feminista.** In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021c. p. 25-32.

TONIETTO, Chris. **A teoria de gênero é necessária para acabar com o preconceito.** In: CAMPAGNOLO, Ana Caroline. (Org.) Guia de bolso contra mentiras feministas. Campinas: Vide Editorial, 2021. p. 155 – 159.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. **Introdução. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina.** In: VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-40.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VICENTE, André Luíz Coutinho. Contexto Brasileiro: avanços e retrocessos nas discussões de Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos. **Revista Discente Planície Científica**, v. 3, n. 1, 2021.

WITTIG, Monique. **Não se nasce mulher.** In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83 – 92.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher.** Tradução Ivania Pocinho Motta. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo: Iskra, 2016.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** Tordesilhas, 2014.

Anexo 1

Postagem de 30 de maio de 2012 do blog *Mulheres Contra o Feminismo*. Fonte: <<https://mulherescontraofeminismo.wordpress.com/2012/05/>> Acesso em 23 jun. 2022



Primeiro post sobre nós, mulheres contra o feminismo

Publicado em maio 30, 2012 por Mulheres contra o feminismo



Oi.

Hoje, dia 30 de maio de 2012 é o começo de quem sabe uma longa jornada aos nossos leitores e leitoras.

Somos um grupo de mulheres que decidiram escrever esse blog e divulgamos algo que as pessoas pensam não existir: mulheres que querem combater o feminismo. Algo que existe nos EUA e outros lugares do mundo e que também existe aqui no Brasil.

Grupos como esse nosso existem ao redor do mundo, possuem uma forte base nos EUA e trocando e-mails com pessoas de diversos lugares acabamos nos reunindo por esse assunto em comum.

Feminismo não quer dizer ser mulher e pelo que podemos notar hoje esse movimento é algo completamente estranho, para não dizer bizarro. O feminismo hoje na verdade acaba mais nos causando traumas e infelicidade que outra coisa.

Estamos começando devagar com o blog e iremos postar sempre algumas coisas idéias para combater quem tem vergonha de ser mulher e quer se tornar um homem vestido de saias.

Texto de uma mulher anti-feminista:

"As an anti-feminist woman (yes I AM a woman, yes I do identify in the outside world as anti-feminist) I have to say that I don't hate feminists. I totally disagree with about 90% of their beliefs. I dislike just about everything that is to be found in the feminist propaganda. I despise the feminist movement.

It is my contention that feminism has hurt women far more than anything men have done. I believe that the de-feminization of women has been a major factor in the rise of depression in women and in the divorce rate. I believe that the emasculation of men has harmed men singularly and as a gender within our society. I am sick to death of reading all the little girlies spouting their feminist dogma when they haven't even left their parents homes to experience real life. And I can clearly see how much harm feminism has caused in our families and hence harmed our children and continues to harm our children. Therefore, I will always speak out against feminism, here and in the real world. And I further think that men speak out less because they are so vilified if they dare to raise their voices in their own defence."

Arquivado sob [Uncategorized](#) com a tag [feminilidade](#), [feministas](#), [machismo](#), [mulheres contra o feminismo](#) | [6 Comentários](#)

Anexo 2

Conteúdos pagos oferecidos por Cris Correa. Fonte: < <https://linkr.bio/correacris> > Acesso em 28 jun. 2022.

Cris Corrêa

A ORIGEM - 08 DE MARÇO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Descubra a verdadeira origem da data e saiba como aproveitar esse dia para abordar temas importantes na sua escola ou igreja.

NÃO PERCA ESSA CHANCE

QUERO DESCOBRIR POR APENAS R\$39,90

Nem flores, nem chocolate!

**VOCÊ SABIA QUE O DIA 08 DE MARÇO
É NA VERDADE UM DIA DE LUTA FEMINISTA?**

Cris Corrêa

TREINAMENTO: COMO ESTUDAR O FEMINISMO - 3 BASES PARA ENTENDER A VERDADE SOBRE O MOVIMENTO

Esse método é para você que fica perdido por onde começar e não consegue se posicionar da forma correta.

COMECE AGORA, ESTUDE COMIGO!!!
3 AULAS + E-BOOKS

QUERO COMEÇAR POR APENAS R\$69,90

Já te disseram que todos os direitos da mulher são conquistas feministas?

Você já ficou perdido sem saber como defender o que acredita?

**E SE EU TE DISSER QUE EXISTE UM MÉTODO SIMPLES QUE
PODE TE AJUDAR A RESOLVER ISSO?**

Cris Corrêa

GRUPO DE ESTUDOS NÃO EXISTE FEMINISTA CRISTÃ - TURMA III

Esse Grupo de Estudos é para você que quer entender o antagonismo entre feminismo e cristianismo. A diferença entre fé e ideologia.

ESTUDE COMIGO!!!

QUERO COMEÇAR POR 12x R\$39,99

Já te disseram que todos os direitos da mulher são conquistas feministas?

Você já ficou perdido sem saber como defender o que acredita?

**E SE EU TE DISSER QUE EXISTE UM GRUPO DE ESTUDOS QUE
PODE TE AJUDAR A RESOLVER ISSO?**

Anexo 3

Conteúdos pagos oferecidos por Mariana Brito. Fonte: < <https://marianabrito.com/> > Acesso em 28 jun. 2022.

MariTalks:

A cada semana, 2 vídeos — sobre os mais diversos assuntos— serão publicados na plataforma.

Como funciona?

- 📺 Vídeo 1: na terça-feira
- 📺 Vídeo 2: na sexta-feira

Como participar?

Plano Anual

Para participar, você pode optar pelo plano de assinatura anual no valor de 12x de R\$ 12,90 (ou R\$ 154,80 à vista)

QUERO O PLANO ANUAL

Plano Mensal

Ou
Você pode escolher o plano mensal no valor de R\$ 19,90.

QUERO O PLANO MENSAL

Desconstruindo o feminismo e Clube de leitura:

O que você vai aprender:

 Módulo 1 +	 Módulo 2 +	 Módulo 3 +	 Módulo 4 +
 Módulo 5 +	 Módulo 6 +	 Módulo 7 +	 Módulo 8 +
 Módulo 9 +	 Módulo 10 +	 O que fazer? +	 +Bônus +

Como funciona:

 Duração 1 ano de acompanhamento	 Formatos Aulas disponíveis em vídeo e e-book com transcrição.	 Canais exclusivos Grupo no Telegram e perfil no Instagram para os alunos.
 Conteúdo Aprenda sobre política, história, filosofia, comportamento.	 Participações especiais Participação de professores e especialistas.	 Live de dúvidas Live para esclarecer as dúvidas de cada leitura.
 Bônus Leitura de 12 livros ao longo do ano + livro bônus	 Certificado Ao final do turma, recebe o certificado.	 Técnicas de Leitura, Aprendizagem e Memorização: Passo a passo para ler melhor e absorver o conteúdo.

Anexo 4

Perfil no Instagram de Thais Azevedo e página de acesso ao conteúdo pago. Fontes: <<https://www.instagram.com/pagthais/>><<https://pay.hotmart.com/E41467865W?bid=1656423044701>> Acesso em 28 jun. 2022.



The image shows a payment page for the book 'A história NÃO contada do feminismo' by Thais Azevedo. The price is R\$ 299,00, with an option for 12 installments of R\$ 29,84 on a card. The page contains several form fields for user information and payment details.

Product Information:
 Title: A história NÃO contada do feminismo
 Autor: Thais Azevedo
 Price: R\$ 299,00
 ou em 12 x de R\$ 29,84 * no cartão

Form Fields:
 - Nome completo: Digite seu nome completo
 - Seu email: Digite seu email para receber a compra
 - Confirme seu email: Digite novamente seu email
 - Celular: +55 [dropdown] Digite o número do seu celular
 - Tem um cupom de desconto? [dropdown]
 - Número do cartão: Digite somente números
 - Nome do titular: Digite o nome impresso no cartão
 - Mês: MM [dropdown] Ano: AA [dropdown] CVV: CVV [input]
 - Seleccione o número de parcelas: 1 x de R\$ 299,00 [dropdown]

Payment Options:
 - Cartão de crédito
 - Boleto
 - PayPal
 - Ver mais

Card Image:
 A dark grey credit card with a chip and the number 0000 0000 0000 0000.

Summary:
 Detalhes da compra
 A história NÃO contada do feminismo R\$ 299,00

Button:
 Comprar agora

Anexo 5

Cursos pagos oferecidos por Ana Caroline Campagnolo. Fonte: <<https://www.cursology.com.br/cursos/feminismo/?tab=tab-overview>><<https://www.clubecampagnolo.com.br/>> Acesso em 29 jun. 2022.




Cursos ▾
Entrar

Descrição do curso:

Este é o curso mais completo e barato (pode pesquisar) da internet sobre a história das relações dos sexos ao longo da história: desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e pela Modernidade, discorrendo sobre casamento, trabalho e educação até a propaganda abortista e a teoria de gênero do século XXI.

Neste curso, você entenderá as raízes e motivações do grupo ideológico mais perigoso das últimas décadas. Com um poder de infiltração gigantesco e impressionante organização político-partidária, o feminismo tomou a mente de adultos, jovens e adolescentes através da mídia, das universidades e da propaganda exaustiva sobre a suposta desgraçada condição feminina.

Mostraremos a você as coisas grandiosas que mulheres imponentes e poderosas fizeram ao longo da história enquanto apresentamos o contexto social de cada época histórica. Estudaremos a história dos homens e mulheres desde a Antiguidade, as relações de sexo na sociedade e no trabalho, a vida das mulheres na Idade Média e antes do surgimento do feminismo, as grandes personalidades da história, a biografia das santas, rainhas e heroínas, quem foram as principais expoentes do feminismo e quais seus livros e conceitos principais, quais foram os homens por trás de cada estratégia da revolução sexual, de onde vem o dinheiro das organizações feministas, quais são as falácias abortistas e antifamília mais perigosas, como combater a ideologia de gênero e as grandes mentiras sobre conquistas femininas.

Para trazer todo esse conteúdo até você, convidamos os melhores professores do país. Visite a aba Conteúdo e verifique os módulos e temas abordados por cada professor.

Por apenas 12x de **R\$31,90** sem juros

🏷 Preço **R\$382,80**

👤 Instrutor Ana Caroline Campagnolo

🕒 Duração 60 horas

🗣 Idioma Português

[Comprar](#)

ou

[Comprar e dar de presente](#)

[Compartilhar este curso](#) 📄



SOBRE O CLUBE

O **Clube Campagnolo** é uma plataforma de educação política que mescla os conceitos de **Curso Online** com **Clube de Leitura**, contando com mais de 3 mil alunos matriculados na primeira edição. O **Clube Campagnolo 2.0** é o segundo semestre de aulas, contando com 6 títulos básicos além de diversos materiais complementares. Nossos alunos podem adquirir ou não o **Kit de Livros**, sem prejuízos ao que nos propomos a ensinar. Nesse semestre serão abordados os seguintes mega-temas:

- Política
- Fábula, Distopia e Revolução
- Revolução, Ocultismo e Anticristianismo
- Perseguição
- Feminismo
- Ideologia de Gênero

São três professores fixos, mais professores convidados de todo o Brasil em um material de altíssima qualidade audiovisual, reunido em mais de 40 vídeos, e que você pode adquirir por um preço especial de lançamento de apenas **12 parcelas de R\$ 29,90** ou **R\$ 358,80** à vista.

[Matricule-se Já](#)
[Kit de Livros](#)

Anexo 6

Sumário do livro *Feminismo: perversão e subversão*, escrito por Ana Caroline Campagnolo.

<i>Sumário</i>	
Prefácio, por Bernardo Pires Küster.....	13
Introdução	23
CAPÍTULO I: Contestação moral-religiosa e educação..... 35	
Protofeminismo.....	35
Mary Wollstonecraft e o documento fundador do feminismo (1792).....	37
Contestação moral-religiosa e educação pública: germes do feminismo	38
O perfil das mulheres do Setecentos: privilegiadas, não oprimidas.....	42
Combate à libertinagem sexual e elogio à modéstia.....	47
O papel essencial da mulher é ser mãe	49
A educação pública como instrumento de transformação social	51
A fraude da educação mista igualitária.....	55
“Os interesses e o comportamento distinto dos sexos são conseqüências da educação”: raízes da ideologia de gênero.....	69
CAPÍTULO II: Inserção da mulher no universo masculino..... 75	
Primeira Onda feminista	75
Dinheiro, propriedade e herança	76
A mulher nos universos masculinos de exploração (mercado de trabalho) e repressão (poder estatal).....	80
Inauguração do Women's Movement nos EUA (1848).....	83
Direito ao voto.....	88
Stuart Mill e Harriet Taylor: argumento da igualdade.....	96
Kollontai e o feminismo socialista	99
Trabalhar: privilégio ou necessidade?	109
Desigualdade no mercado de trabalho.....	114
Reclamando de barriga cheia	117
O bem-estar da família e a complementaridade de papéis	124
Casa privada versus casa pública.....	129
O saldo da Primeira Onda	135
CAPÍTULO III: Reprodução feminina do vício masculino..... 137	
Segunda Onda feminista	137
Margaret Sanger e o assassinato de bebês.....	139
O quase-aborto de Jane Roe.....	143
IPPF — multinacional da morte.....	148
Promiscuidade e irresponsabilidade sexual.....	156
O segundo sexo.....	162
O primeiro sexo	167
Simone de Beauvoir & Jean-Paul Sartre.....	170
Olga Kosackiewicz, a primeira vítima.....	176
A coleção de mulheres de Simone & Sartre	182
A falsa promessa de satisfação	186
Betty Friedan, matrimônio e maternidade	192
A quem importa casar-se?	201
O problema sem nome não é um problema de todos.....	220
O saldo da Segunda Onda	224

Anexo 7

Sumário do livro *Guia de bolso contra mentiras feministas*, organizado por Ana Caroline Campagnolo.

<i>Sumário</i>	
Como usar este livro.....	9
Prefácio da organizadora.....	11
AS MENTIRAS	
I. As mulheres são sempre oprimidas e os homens, sempre privilegiados.....	15
<i>(Ana Caroline Campagnolo e Catharine Caldeira)</i>	
II. Toda grande escritora e filósofa do passado era feminista.....	25
<i>(Natália Sulman)</i>	
III. Terrível Idade Média! As mulheres do medievo europeu eram infelizes e oprimidas.....	33
<i>(Ricardo da Costa)</i>	
IV. Antes do feminismo, mulher não podia governar, liderar ou se destacar.....	41
<i>(Ana Caroline Campagnolo)</i>	
V. Também não podia estudar.....	51
<i>(Ana Caroline Campagnolo)</i>	
VI. ...E nem votar!.....	61
<i>(Ana Caroline Campagnolo)</i>	
VII. A mulher tem que entrar na política (por cota) para defender seus interesses.....	81
<i>(Ana Caroline Campagnolo)</i>	
VIII. A mulher não podia trabalhar antes do feminismo.....	91
<i>(Cristiane Corrêa)</i>	
IX. Mulheres ganham menos que homens fazendo o mesmo trabalho.....	105
<i>(Ana Caroline Campagnolo e David Amato)</i>	
X. O casamento é opressor e o divórcio é uma conquista do feminismo.....	115
<i>(Ana Caroline Campagnolo)</i>	
XI. O "aborto seguro" é um direito da mulher.....	121
<i>(Ana Derosa e Marlon Derosa)</i>	
XII. Precisamos do feminismo para combater a violência.....	129
<i>(Isaque de Miranda)</i>	
XIII. O feminismo é um movimento espontâneo que representa todas as mulheres.....	147
<i>(David Amato)</i>	
XIV. A teoria de gênero é necessária para acabar com o preconceito.....	155
<i>(Chris Tonietto)</i>	
XV. O pronome neutro é uma forma de combater a discriminação.....	161
<i>(Lara Brenner e Fernando Pestana)</i>	
Agradecimentos.....	173
Notas e referências.....	175